

BRASIL: RADIOGRAFIA DE UM MODELO

Nelson Werneck



# BRASIL: Radiografia de um modelo

son  
neck  
ré



**BRASIL: RADIOGRAFIA  
DE UM MODELO**

BRASIL  
RADIOGRAFIA  
DE UM MODELO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
BIBLIOTECA NACIONAL

**FICHA CATALOGráfICA**

*(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, GB)*

S663b Sodré, Nelson Werneck, 1911-  
Brasil: radiografia de um modelo. Petrópolis,  
Vozes, 1974.  
184p. 21cm.

**Bibliografia.**

1. Brasil -- Condições econômicas. 2. Economia  
-- História -- Brasil. I. Título.

74-0516

CDD -- 330.981  
CDU -- 33(81)

---

---

**BRASIL:**  
**RADIOGRAFIA**  
**DE UM MODELO**

---

**NELSON WERNECK SODRÉ**, 1911—

*Nelson Werneck Sodré*

235

 EDITORA  
VOZES

---

1975

© 1974, Editora Vozes Ltda.  
Rua Frei Luís, 100  
25.600 Petrópolis, RJ  
Brasil

Capa: Daniel Remi Van Paemel



467.008 cl.  
1975

390.981

ASOTICE  
EDITORA  
VOZES

1974

11/8  
B-5-24

# Sumário

---

PREFÁCIO

7

INTRODUÇÃO

17

A ECONOMIA COLONIAL

29

A ECONOMIA DEPENDENTE

36

O IMPERIALISMO

45

O CAPITALISMO NO BRASIL

61

A CRISE DO SISTEMA

88

O MODELO OLIGOPOLISTA

99

RADIOGRAFIA DO MODELO

140

CONCLUSÕES

173

## Prefácio

---

Este livro foi escrito em setembro de 1972, completando, agora, portanto, dois anos. Sua edição original, argentina, apareceu em outubro de 1973. Representava uma resposta àqueles que, no país vizinho, propunham a saída do “modelo brasileiro”, apontando-o como milagre inexecedível, adequado ao impasse a que chegara, ali, o regime militar. Os exemplares enviados ao Brasil foram muito procurados e discutidos, embora a imprensa, mesmo a especializada, não tivesse tomado conhecimento, como era natural. Atendo, com a edição brasileira, às solicitações dos que não puderam conhecer o livro em seu texto espanhol e original. Nesse intuito, porém, achei de bom alvitre introduzir ligeiras alterações naquele texto, particularmente no capítulo final, por força das condições vigentes em nosso País. Foi, também, necessário atualizar a análise da situação, a mundial e a nacional. Nesses dois anos tudo mudou: mudei eu, mudou o Brasil, mudou o mundo; uns mudaram muito, outros mudaram pouco, mas todos mudaram. Sem a análise, ainda que sumária, de tais mudanças, o livro perderia em objetividade.

A mudança mais importante, certamente, pela poderosa influência que exerce, está nos fenômenos, alguns catastróficos, que marcam o fim de uma era histórica: estamos, no consenso dos mais acreditados economistas, sem distinção de posição ideológica, no início de uma fase de depressão da economia capitalista, fase que a maioria admite como devendo ser de longa duração. Seus riscos não são apenas econômicos e financeiros. Geoffrey Barraclough escreveu, a propósito, que Hitler e seus ditadores satélites “simplesmente exploraram o deslocamento que a depressão criara”, aduzindo, ainda: “Assim como, em 1930, a ordem internacional, restabelecida após a Primeira Guerra Mundial, entrou em colapso por causa do impacto do recesso, por volta de 1970 a nova ordem internacional, criada pelos EUA depois de 1945, estava visivelmente rangendo nas articulações. Já em 1968, um comentarista anunciava que ‘a pressão do dinheiro’ estava ‘forçando a *détente* em todo o mundo’”.<sup>1</sup> Perlo mostrou, por outro lado, como “a Alemanha Ocidental, a Suíça e o Japão estavam, na realidade, ‘subsidiando’ a influência econômica externa dos EUA numa extensão de muitos bilhões de dólares por ano”. Aqui, cabe acrescentar: o Brasil também... Profetas da catástrofe, como Heilbroner ou Toynbee, que assistem o seu mundo agonizar, procuram convencer os seus leitores de

<sup>1</sup> O trabalho de Barraclough apareceu em *Opinido*, Rio, em 15 e 22 de julho de 1974.



que devem “aceitar a necessidade de governos autoritários”, “capazes de obter obediência”, e outros, já na escala do cinismo, vão adiante, não vendo razão por que tendo de escolher entre totalitarismo e depressão não se escolha o primeiro. Podemos acrescentar: alguns já escolheram. Os resultados estão um pouco na análise que vai adiante, no livro. Os defensores daquela opção, aliás falsa, têm suas razões, mas a história assinala que as crises tiveram, também, aspectos positivos, ainda em suas fases agudas: agora mesmo, conhecemos um continente inteiro, a África, que se liberta. É preciso reconhecer que a sorte do capitalismo não deve ser confundida com a sorte da humanidade: ele já não determina os destinos do mundo.

Quanto à depressão, é curioso constatar certos diagnósticos e profecias. A do austero *The Economist*, por exemplo. Analisando a inflação mundial, escreve: “Os vencedores serão os países com a mais baixa taxa de inflação salarial e de preços para uma determinada taxa de crescimento ou nível de desemprego, os países com margem competitiva ante as atuais taxas cambiais. (...) Quanto menos problemas tiver um país, mais facilmente ele poderá resolvê-los às expensas de outros. Os mais fortes imporão o ritmo. (...) Qualquer recessão acelerará a queda nos preços dos produtos e afetará os países mais pobres do mundo. Para alguns, uma recessão mundial trará, não somente o aperto dos cintos, como o espectro da fome”.<sup>2</sup> Não é, pois, perspectiva sedutora, particularmente quando colocada com tamanha crueza.

A etapa de crise geral do capitalismo, nesta fase de depressão, apresenta o fenômeno das empresas ditas multinacionais, e este é outro aspecto que convém examinar, ainda que por alto. A internacionalização da economia é um fato, mas apresenta características diferentes, conforme cada caso. Quando se trata das multinacionais, por exemplo, uma coisa é o que elas alcançam nos países dependentes, e outra o que alcançam no país de origem: “Não há dúvida — diz um comentarista — de que os problemas com a balança comercial, a crise do dólar e a alta proporção de desempregados foram alguns dos fatos que levaram os americanos a se perguntarem aonde as firmas multinacionais estão levando os Estados Unidos e a economia internacional — para uma era de progresso e estabilidade ou, pelo contrário, para o oligopólio e a insegurança?” Acrescentando: “Para a poderosa AFL-CIO, as multinacionais estão tendo um impacto *devastador* na economia e na sociedade dos Estados Unidos”. Mencionava, ainda, aspecto singular do problema: “A internacionalização do movimento sindical enfrenta inúmeros obstáculos, um dos quais é a posição do Governo de certos países que se, por um lado, abrem suas portas para as multinacionais, por outro as fecham para o intercâmbio de idéias e colaboração entre os sindicatos”.<sup>3</sup>

Já em 1972, verificava-se que as principais empresas multinacionais representavam quase a metade das 100 pessoas jurídicas economicamente mais ricas do mundo. Na América Latina, apenas três países — Brasil, México e Argentina — tinham produção anual superior à da General Motors em valor. Charles Levinson mostraria, por outro lado, que, das 53 empresas multinacionais, indicadas como controladoras da produção e das

<sup>2</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 16 de junho de 1974.

<sup>3</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 10 de junho de 1973.

finanças internacionais, 38 operavam no Brasil e, destas, 21 faziam parte das 200 grandes “empresas brasileiras”. Em crítica ao trabalho de Levinson, aliás, o economista brasileiro Francisco de Oliveira mostrava como o título era apenas disfarce: os grandes trustes e monopólios adotaram-no como forma de atenuar, diante da consciência dos exploradores, a brutalidade da exploração.<sup>4</sup>

Que a denominação de multinacionais apenas representa esfarrapado disfarce é fácil comprovar. Já a Colômbia comprovava isso, em 1969, quando os assessores econômicos do Governo verificaram que “as filiais das grandes empresas estrangeiras radicadas em seu país revelavam perdas em suas declarações fiscais”, ano após ano, enquanto “o número de aquisições de empresas nacionais por seus competidores estrangeiros crescia continuamente”.<sup>5</sup> Ali, como no Brasil, o problema estava “na reduzida dimensão do sistema financeiro nacional, em confronto, não apenas com os grandes bancos estrangeiros, mas ainda para os próprios padrões de complexos industriais multinacionais ou estatais em operação no país”.<sup>6</sup> Ora, nos primeiros dias de maio de 1974, constatavam-se, aqui, negociações para a compra de posição minoritária na *holding* controladora do Banco Ipiranga de Investimentos pelo First National Bank of Chicago, depois que o Crefisul cedera larga participação ao First National Bank of New York; o Bozzano Simonsen cedera parcela de seu capital ao grupo norte-americano Mellon; o Bank of America associara-se ao Bradesco; e o Investibanco, antes de ser absorvido pelo União Comercial e de este levar à breca, contava com muitos acionistas estrangeiros.<sup>7</sup>

Que importância tinha isto, entretanto, diante de “milagres” como o operado por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, que comprava, em 1974, o maior exportador brasileiro de carnes, a empresa Swift-Armour, culminando, até o momento citado, uma carreira meteórica, que se iniciara quando a Bethlehem Steel o ajudara a conseguir, em 1947, empréstimo de 35 milhões de dólares no Banco Mundial e 65 milhões no Eximbank, para organizar a ICOMI? O referido homem de empresa, realmente, alcançara posição destacada: “Na ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios), ele tem como sócio a Bethlehem Steel, o segundo truste internacional do aço. Na Aço Anhangüera, seus sócios são a SKF (sueca, maior indústria de rolamentos da Europa) e a mesma Bethlehem Steel. Na MBR (Minerações Brasileiras Reunidas), seus parceiros não são menos importantes: a famosa Hanna Mining Company, a National Bolk Carriers, a Nippon Steel, além de muitos outros. Na Brumasa (Bruynzeel Madeiras), seu sócio é a maior madeireira do mundo, a Bruynzeel V. N., e também a já citada Bethlehem Steel. E agora, caso o negócio do Swift-Armour seja realizado, Antunes somará à sua lista de importantes sócios e amigos — além do grupo canadense que controlava o frigorífico — o Kings Ranch, o maior criador de gado do mundo”.<sup>8</sup> O jornal informava, ainda, sobre tão conspicua figura: “As excelentes relações de Antunes podem ser vistas,

<sup>4</sup> Charles Levinson: *Capital, Inflação e Empresas Multinacionais*, Rio, 1972. A crítica de Francisco de Oliveira apareceu em *Opinião*, nº 6, Rio, 18 de dezembro de 1972. Nela, o articulista lembrava que, na França como no Brasil, a legislação habilita “as pessoas de altas rendas a não pagarem imposto de renda, desde que invistam”.

<sup>5</sup> Em *Crítica*, Rio, 9 de agosto de 1974.

<sup>6</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 21 de março de 1974.

<sup>7</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 3 de maio de 1974.

<sup>8</sup> Em *Opinião*, nº 4, Rio, 27 de novembro de 1972.

igualmente, pela sua posição de conselheiro do Banco Lar Brasileiro (controlado pelo grupo Rockefeller), da Light, do Banco de Investimentos do Brasil (grupo Moreira Sales), da St. John Del Rey Mining Co. (Hanna). Também faz parte de órgãos governamentais, como a Comissão Consultiva de Política Industrial e Comercial do Ministério da Indústria e Comércio".<sup>9</sup>

Para servir a Antunes, isto é, para servir à Hanna, o Brasil, numa fase de fúria rodoviária, construiu o trecho ferroviário de condições técnicas mais avançadas. O diabo é que o resto da linha, a Central do Brasil, foi construído em outra época, e as pontes começaram a cair, quando passavam os trens de minério, e os trilhos a ceder, exigindo a reconstrução das pontes e a suspensão do trem de luxo entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro. Em Sepetiba, para servir à Hanna, estava, paralelamente, sendo construído moderno terminal, para receber navios de grande calado. Nem é por acaso que a exploração das jazidas da serra dos Carajás, no Pará, associando a Vale do Rio Doce, empresa estatal, e o truste norte-americano U. S. Steel, prevê a construção de excelente ferrovia, estimada em 415 milhões de dólares, de 970 quilômetros, para trens de mais de cem vagões, destinada a carrear o minério para o porto de Itaquí, onde será, por outro lado, construído moderno terminal marítimo: a U. S. Steel detém uma opção de compra da metade do minério extraído.<sup>10</sup>

As concessões feitas às empresas estrangeiras, dentro daquilo que se convencionou conhecer como "modelo brasileiro de desenvolvimento", tiveram exemplo característico no caso em que o Governo do Estado de Minas Gerais atraiu a fábrica de automóveis Fiat. Eis o rol das concessões, conforme texto publicado na imprensa: "As obrigações do Governo mineiro que deverão provocar maiores debates: pelo acordo, o Estado de Minas se compromete a ceder à nova sociedade (Fiat Automóveis S. A.) um terreno, situado na cidade de Betim, com cerca de 2 milhões de metros quadrados, realizando nele obras de terraplenagem que deverão atingir um volume de 10 milhões de metros cúbicos. Deve ainda criar nele toda a infra-estrutura necessária, que inclui: estradas externas à obra e via de acesso à rodovia São Paulo-Belo Horizonte; energia elétrica (50.000 kw); água potável (100 metros cúbicos por hora); água industrial (1.200 metros cúbicos por hora); 30 linhas telefônicas; um canal de telex bem como toda a rede de esgotos pluviais, industriais e sanitários. Terreno, estradas, obras de terraplenagem e de infra-estrutura estão avaliados, no acordo, em 31,5 milhões de cruzeiros. Diz o acordo: 'em consideração ao alto valor social da iniciativa', a Fiat mineira pagará esse montante em 45 anos, contados a partir de 1977, em prestações anuais de 700 mil cruzeiros, sem juros ou correção monetária. Somente no século vinte e um, precisamente no ano 2022, o Estado de Minas Gerais receberá a última prestação da venda do terreno".<sup>11</sup> Este não constituiu exemplo isolado; constituiu norma de conduta. E foi confirmado como tal no I Seminário de Integração Nacional, realizado no Rio, em 1973, com a presença e participação de 1.600 empresários, nacionais (ou tidos como tais) e estrangeiros, e 20 governadores estaduais, e que se resumiu, segundo depoimento de um

<sup>9</sup> Idem. O organograma indicado no trabalho citado mencionava, ainda, as empresas COPA, da Scott Paper, e NORSUL do grupo Lorentzen. Quem desvendará, entretanto, todos os fios da meada, nessas redes de ligações e dependências?

<sup>10</sup> Em *Opinião*, nº 45, Rio, 17 de setembro de 1973.

<sup>11</sup> Em *Opinião*, nº 22, Rio, 2 de abril de 1973.

destes governadores, numa espécie de "feira onde se oferece tudo".<sup>12</sup> O relato do que aí se passou varia do grotesco ao trágico. Não cabe aqui esse relato, como não cabe o das concessões feitas, em 1952, à Mannesmann, cujo capital foi integralizado da seguinte maneira: 190 milhões pelos bancos oficiais e 135 milhões arrancados ao Banco do Brasil, contra parecer de sua diretoria, merecendo, do encarregado de inquérito posterior, a conclusão seguinte: "Chegou-se, assim, ao absurdo de se fazer um empréstimo para o favorecido adquirir a garantia desse mesmo empréstimo".<sup>13</sup>

A massa de dinheiro disponível para o crédito direto ao consumidor (de produtos fabricados aqui pelas multinacionais, em esmagadora maioria) cresceria, em 1974, a uma taxa mensal de 5,2%. Do total do montante entregue às financeiras, 70% era canalizado para o financiamento da compra de automóveis, cuja fabricação estava, na prática totalidade, entregue, no Brasil, a empresas estrangeiras. Fora pior: em 1972, a parcela destinada a tal fim atingia 88% do total referido.<sup>14</sup> Enquanto isso, a imprensa informava que "toda a soja gaúcha exportada é vendida a uma dezena de empresas multinacionais, que detêm o controle do mercado e funcionam como intermediárias". Entre os dez maiores exportadores brasileiros estavam, em posição de liderança, praticamente de controle — e não só da soja — a Sanbra, a Anderson Clayton e a Swift-Armour.<sup>15</sup> A perda de controle sobre o desenvolvimento nacional seria a consequência inevitável de uma política de tal natureza e essência. Cedo, o economista Edmar Lisboa Bacha demonstraria que "as empresas internacionais podem determinar a taxa de crescimento da economia como um todo, ainda que representem uma pequena parcela do PIB", mencionando que, segundo dados do Senado norte-americano, a participação estrangeira no total das vendas industriais, no Brasil, atingiria, em 1970, a 43,5%.<sup>16</sup> Seria supérfluo voltar a denunciar o controle, pelas empresas estrangeiras, da produção dita brasileira; estatística de 1973 destacava que, entre as 50 maiores empresas aqui instaladas, 24 eram estatais, 19 eram estrangeiras e apenas 7 eram nacionais privadas; entre as 20 maiores não havia nenhuma nacional privada.<sup>17</sup> E por isso mesmo, a CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão do Ministério da Justiça, completava, em 1974, doze anos sem condenar.<sup>18</sup>

Em dezembro de 1972, era firmado um protocolo entre a Companhia Vale do Rio Doce, estatal, e a ALCAN, monopólio estrangeiro, para exploração de bauxita do Trombetas, no Pará.<sup>19</sup> Em março de 1971, ato governamental eliminara a garimpagem da cassiterita de Rondônia, para "que se criassem as companhias e empresas de mineração de grande porte".<sup>20</sup> O tungstênio era da Wah Chang; o bário era da Pigmina Co.; o cromo era da Cromiun Min.; o cobre aparecia como de firmas brasileiras, que eram meros disfarces de empresas estrangeiras; o berilo era da

<sup>12</sup> Em *Opinião*, nº 23, Rio, 9 de abril de 1973.

<sup>13</sup> O encarregado do inquérito foi o general Airton Salgueiro de Freitas; pertence-lhe a conclusão citada.

<sup>14</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 16 de março de 1974.

<sup>15</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 4 de agosto de 1974.

<sup>16</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 18 de abril de 1974.

<sup>17</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 9 de setembro de 1974.

<sup>18</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 17 de março de 1974.

<sup>19</sup> Em *Visão*, Rio, 22 de julho de 1974.

<sup>20</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 17 de fevereiro de 1974.

Beryllium Co. e da Beryllium Brush; o lítio e a ilmenita eram da Orquima, mero biombo de empresas estrangeiras; o magnésio era da Magnesium S. A.; tanto a cassiterita como o estanho eram controlados pela Phillip Brothers; empresas estrangeiras dominavam também o amianto.<sup>21</sup> Não era tudo: a Shell decidira entrar na mineração.<sup>22</sup> E a Volkswagen, para não ficar atrás, decidira investir um bilhão de cruzeiros na região amazônica.<sup>23</sup> Decidira, também, constituir a sua própria financeira.<sup>24</sup> Chamava-se a tudo isso: diversificar. E a Volkswagen, realmente, diversificava: exportava 30.000 veículos para a África e Golfo Pérsico<sup>25</sup>, enquanto tratava de fundar, no Iraque, empresas de montagem e distribuição de veículos.<sup>26</sup>

Em 1974, com a eclosão da crise do petróleo, em escala mundial, gerou-se uma espécie de pânico programado, para que o Brasil acabasse de liquidar o pouco que restava da Lei 2.004, que estabeleceu o monopólio estatal na exploração petrolífera. Voltamos ao tempo em que pontificava Mr. Link — que aliás, em dias próximos, veio matar as saudades do Brasil, como o general Walters — quando a doutrina estabelecida era aquela dos tempos do general Juarez: o Brasil não tem petróleo. E como não tem, é preciso ir perfurar no Iraque, no Irã, na Líbia, na Colômbia, etc. e tal. Mas só esse tema esgotaria um livro. O importante, para o nosso caso, para o que este livro visa, é denunciar como a chamada crise do petróleo — quando os produtores decidiram fixar os preços que lhes convinham, fazendo, aliás, com que os lucros das multinacionais petrolíferas aumentassem brutalmente — apenas desvendou a crise geral, não sendo, portanto, causa dessa crise. Com repercussões no Brasil, evidentemente, pois só um ingênuo ou um impostor pode afirmar que poderíamos constituir uma ilha de prosperidade num mundo em depressão. Daí surgir, em primeiro plano, com visos de alarma, o problema do balanço de pagamentos. Tratava-se, mais uma vez, de simples aspecto, da aparência e não do fenômeno. O fenômeno, na verdade, era o desmoronamento do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, destituído de sua categoria de milagre.

As nossas exportações de mercadorias — em que se inclui, naturalmente, tudo o que as multinacionais fabricam aqui, porque é mais barato para elas, embora mais caro para nós — ascenderam de 1.750 milhões de dólares, em 1966, para 6.200 milhões, em 1973, sendo estimadas em cerca de 8.000 milhões, em 1974; mas as importações cresceram também, de 1.300 milhões, em 1966, para pouco mais de 6.000 milhões, em 1973, sendo estimadas em 12.000 milhões, em 1974. Se isso for confirmado — e está sendo, conforme os dados de 1º semestre de 1974, já disponíveis — o pequeno saldo de 1973, da ordem de 180 milhões de dólares, será substituído por um déficit da ordem de 4.000 milhões de dólares. Isto, note-se, só em troca de mercadorias. Os dispêndios no exterior, quanto a serviços, sempre foram negativos, mas crescentes, passando de 440 milhões de dólares, em 1966, a 2.800 milhões, em 1974, segundo estimativas. O déficit em transa-

<sup>21</sup> O apanhado é de Hélio Fernandes: “Minério: riqueza e pobreza do Brasil”, *Tribuna da Imprensa*, Rio, 10 de setembro de 1974.

<sup>22</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 24 de abril de 1974.

<sup>23</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 17 de maio de 1974.

<sup>24</sup> Na *Tribuna da Imprensa*, Rio, 6 de setembro de 1974.

<sup>25</sup> No *Correio da Manhã*, Rio, 22 de março de 1974.

<sup>26</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 27 de julho de 1974.

ções correntes, negativo desde 1966, quando foi de 20 milhões de dólares, passou a casa dos 1.330 milhões de dólares, em 1973, e atingirá, segundo ainda estimativas, a mais de 7.000 milhões, em 1974. Transações correntes, como os leigos sabem, resultam da soma algébrica da balança comercial e dos serviços. Tais déficits têm sido, em parte, compensados por investimentos estrangeiros, se é que os dados oficiais são reais: em 1973, entraram 900 milhões de dólares, deixando déficit final de mais de 400 milhões de dólares. A previsão para 1974 é da entrada de 1 bilhão de dólares; mas o déficit final, ainda assim, atingirá a 6 bilhões de dólares. A amortização da dívida externa, que absorvia 350 milhões de dólares, em 1966, passará, em 1974, a absorver quase 2 bilhões de dólares. A dívida externa passará, segundo os otimistas, a girar em torno dos 19 bilhões de dólares; para os menos otimistas, atingirá a ordem dos 21 bilhões. As nossas tão apregoadas reservas no exterior — da ordem de 6,5 bilhões de dólares, em 1973 — permanecerão, no mínimo, estagnadas, se não tiverem de ser, em parte ou no todo, entregues aos credores. É um quadro que desnuda o “modelo brasileiro de desenvolvimento” e sua chamada “abertura para o exterior”, que pode ser traduzida, do economês para o português, em servidão à forças econômicas externas. Mas convém verificar como se comportou, em relação ao passado, o balanço de pagamento, no 1º semestre de 1974. Comparados os dados com os do 1º semestre do ano anterior, verifica-se que as exportações brasileiras aumentaram de 16%, mas as importações aumentaram de 122%; que a balança de serviços, sempre negativa, aumentou 22%; e que, portanto, as transações correntes cresceram — contra nós — de 464%. O ingresso líquido de capitais — se é que ingressaram mesmo — cresceu de 222%. O déficit — transações correntes mais ingresso líquido de capitais — define-se em -190.<sup>27</sup>

Segundo é sabido, a economia brasileira tem na agricultura a sua área mais fraca, com evolução oscilante e com dependência tradicional da exportação; nisso se inclui, também, a pecuária. Seria fácil demonstrar que a origem da citada debilidade, e conseqüente dependência, está na persistência do latifúndio, isto é, da essência ainda colonial de largas faixas da agricultura, da resistência, nela, de relações pré-capitalistas. Não é possível desconhecer que o alastramento das relações capitalistas no campo vem constituindo um dos aspectos do “modelo brasileiro de desenvolvimento”; isto se verifica, particularmente, quanto à remuneração do trabalho. Porque, na verdade, o latifúndio persiste intocado, na sua essência que abrange desde a dimensão da propriedade até os métodos de produção. Que alterações aparecem na agricultura brasileira, então? Elas podem, com facilidade, ser definidas por dois pronunciamentos recentes: O do bispo de Diamantina dom Henrique Froelich, que afirmou: “A agricultura está simplesmente desaparecendo da região, ao ser substituída pelo intenso latifúndio ocupado por bois e capim”. E o do ministro da Agricultura que, segundo a imprensa, “tem preconizado que a fórmula para salvar a agricultura brasileira é levar ao campo as grandes empresas, das quais a Sanbra deveria ser um excelente exemplo”.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Os dados, até 1973, são do Banco Central. Foram publicados em *Opinião*, nos números 85, de 24 de junho de 1974, e 94, de 26 de agosto; neste último, aqueles referentes ao balanço das alterações dos dois semestres iniciais, o de 1974 em confronto com o de 1973. As estimativas para 1974, quanto ao publicado no nº 85, são do referido jornal.

<sup>28</sup> Em *Opinião*, nº 86, Rio, 1º de julho de 1974.

A generalização da observação do bispo de Diamantina pode ser feita, sem sombra de erro, com base na publicação do primeiro volume de estatísticas de cadastro rural, pelo INCRA. Ali se comprova que quase 80% da área pesquisada (que exclui terras urbanas e devolutas) é formado por latifúndios. Outra informação: 43.171 imóveis rurais pertencem a estrangeiros, ocupando uma área de quase seis milhões de hectares, quanto a pessoas físicas, e 235 quanto a pessoas jurídicas, ocupando área de cerca de um milhão e duzentos mil hectares. Constata-se, pela publicação referida, que há 4 pessoas físicas e 7 jurídicas estrangeiras, com propriedades maiores que 50.000 hectares.<sup>20</sup> Casos há que são conhecidos até em termos de escândalo. O do município paulista de Valparaíso, por exemplo, onde o frigorífico estrangeiro Anglo é proprietário de um terço da área.<sup>21</sup> Ou o do Jari, que ocupa, na Amazônia, um milhão e 250 mil hectares, maior do que o Estado de Sergipe, e onde cinco mil peões encontram a miséria e o desespero, segundo informações da imprensa.<sup>22</sup> O que não impediu Daniel K. Ludwig, um dos homens mais ricos do mundo, seu proprietário, de reivindicar incentivos fiscais.<sup>23</sup> Assim, o preço da terra, no Brasil, nos dois últimos anos, ascendeu entre 500 e 10.000%. Ali por perto, entretanto, no Acre, seringueiros fugiam para a Bolívia, “escorraçados de suas terras pelos grupos econômicos, que compraram extensos seringais”, segundo noticiava a imprensa.<sup>24</sup>

Tudo de acordo com os planos, conforme diziam os comunicados militares, ao tempo das guerras. Pois o novo ministro da Agricultura, fiel ao “modelo brasileiro de desenvolvimento”, afirmava, sem cerimônia alguma, em sua primeira entrevista à imprensa: “O Governo vai procurar o aperfeiçoamento da empresa agrícola, buscando eliminar a chamada agricultura de subsistência, ineficiente e altamente improdutivo e, para que isso seja conseguido, tenciona estimular a vinda de recursos estrangeiros, para fortalecer o empresário agrícola nacional”.<sup>25</sup> Por falar em subsistência: um dos aspectos mais ostensivos da situação a que levou o “modelo brasileiro de desenvolvimento” ficou espelhado na crise de abastecimento, ocorrida em 1974 e da qual não emergimos ainda. As donas de casa sabem o que ela foi. Sabem-no, também, os trabalhadores, aqueles que estão pagando o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, com sangue, suor e lágrimas. O DIEESE paulista calculava, em 1938, a quantidade mínima mensal de alimentos de que necessitava um trabalhador, apenas para repor suas energias: em março de 1974, esse mínimo custava 230 cruzeiros; considerando o tempo decorrido entre a organização da tabela mínima (que não incluía ovos) e que o trabalhador, além de comer, tem família, o DIEESE estimava em 690 cruzeiros mensais o salário mínimo, 121% superior ao vigente, pois. Se ficassem consideradas despesas outras, o salário mínimo deveria atingir 1.435 cruzeiros.<sup>26</sup>

Havia, e há, outros, e numerosos, aspectos, pelos quais se pode dimensionar o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Um deles, por exemplo, poderia ser o seguinte: “Do total de 7,5 bilhões de dólares

<sup>20</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 5 de agosto de 1973.

<sup>21</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 19 de agosto de 1974.

<sup>22</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 29 de abril de 1974.

<sup>23</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 1º de maio de 1974.

<sup>24</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 23 de junho de 1974.

<sup>25</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 23 de março de 1974.

<sup>26</sup> Em *Opinião*, nº 78, Rio, 15 de maio de 1974.

(quase 50 bilhões de cruzeiros), destinados ao novo programa de assistência externa dos Estados Unidos, cerca de 5 bilhões de dólares (perto de 35 bilhões de cruzeiros) serão oferecidos para os órgãos de segurança de outros países — segundo afirmou recentemente o senador Alan Cranston. O parlamentar norte-americano esclareceu ainda que serão beneficiados 97 governos, dos quais 57 oscilam da 'autocracia ao estado policial' ”<sup>86</sup> Ou este: “A pesquisa científica básica está correndo o risco de desaparecer do Brasil: os trabalhos no setor estão praticamente paralisados por falta de verbas, e há agora uma orientação geral ordenando que todos os estudos sejam realizados com vistas ao desenvolvimento tecnológico do país”.<sup>87</sup>

Que o leitor paciente desculpe o excesso das citações; há necessidade, em certas circunstâncias, de apoiar-se o arrazoado em dados, em passar do geral ao particular, e há necessidade, para alguns, de mostrar que tudo é sabido, público, conhecido, divulgado na imprensa, ainda que sob censura e apesar dela: é o mínimo que é revelado, pois a realidade do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, como gigantesco *iceberg*, só vem aparecendo em parcela mínima. O que vai dito não deriva, pois, de opinião, mas da realidade, e da parte em que ela é pública. O fato é mais contundente, sempre, do que o adjetivo. Mas, aqui, no texto original, existe também uma análise, isto é, passa-se do particular ao geral e deste ao universal. Essa parte é da responsabilidade do autor, e representa a sua maneira de ver.

O ritmo em que a história está marchando, nos dias que estamos vivendo, é de tal ordem que, a curtos intervalos, as situações mudam profundamente. Pode bem ser que entre os dias em que o autor escreve este prefácio e os dias de publicação do livro tenham ocorrido alterações significativas na realidade brasileira. É certo, absolutamente, que elas ocorrerão, sem qualquer possibilidade de idéia de prazos, e profundas, comprovando a verdade aqui dita, em linhas gerais, sobre o “modelo brasileiro de desenvolvimento”. De qualquer maneira, o Brasil não ficará à margem do processo histórico que está afetando tão profundamente o mundo todo e nem será possível permanecer, por força de condições internas também, na situação em que estamos. A forma que a mudança apresentará, seu conteúdo, seus prazos, são problemas que nos escapam. Sem pretender entrar em análises políticas, o autor deseja, apenas, deixar consignado que nenhuma estrutura política resiste a mudanças nas bases econômicas e que o divisor de opiniões, em nosso país, já não é o mesmo de 1964, daí a realidade de quem afirma ser irreversível o processo. A história é sempre irreversível: mas as correntes políticas, no Brasil, não podem ser identificadas se a análise repousar nos dados de 1964 e anos que se seguiram proximalmente. Lentamente, começou a deslocar-se o divisor de opiniões e tendências; hoje, está inteiramente deslocado da posição que tinha em 1964. Isso é elemento positivo, que abre as possibilidades para o retorno, no Brasil, a normas democráticas de atividade política. Que forma assumirão, depende um pouco de cada um de nós.

<sup>86</sup> Em *Opinião*, nº 91, Rio, 5 de agosto de 1974.

<sup>87</sup> No *Jornal do Brasil*, Rio, 4 de agosto de 1974.



## Introdução

---

Um dos fenômenos mais significativos do nosso tempo vem sendo, conforme foi já assinalado pelos estudiosos, a centralização econômica das empresas, a concentração que, pondo fim à concorrência, gerou os gigantescos monopólios, hoje ditos multinacionais. Ao superarem as limitações nacionais, tais monopólios assinalaram a transformação correspondente: a unificação econômica da área capitalista do mundo. Esse processo de unificação econômica, com a passagem do capitalismo à etapa imperialista, está acabando: o capitalismo é, hoje, sistema econômico mundial, associando as nações pela divisão internacional do trabalho e pela interdependência estreita, que se manifesta a cada passo. Alcança mesmo os países em que subsistem ou em que predominam relações pré-capitalistas de produção. Eles foram também integrados, pela força dos monopólios, tornados estes motores do processo, dominando a economia dos países coloniais ou dependentes e utilizando, para isso, o aparelho de Estado, de um lado, e organismos supranacionais, de outro lado.

A concentração das grandes empresas e a unificação econômica do mundo permitem, agora, a utilização do Estado em favor do capital monopolista, pondo à disposição deste recursos como as inversões públicas, as compras e encomendas, o crédito, a redistribuição da renda nacional através do orçamento, as variadas formas de subsistir, as vantagens fiscais e o poderio dos bancos que monopolizam o crédito. *Tudo isso, agora, em escala multinacional.* A fusão do Estado com os monopólios, além da identificação do capital bancário com o capital industrial, acarreta a identificação da oligarquia financeira com o aparelho de Estado. O financiamento das inversões à custa do orçamento e o controle da soma das poupanças permitem aos monopólios concentrar meios econômicos gigantescos, que gerem como seus.

O capital monopolista absorve, assim, a mais-valia social e uma parte do valor. No dizer de um especialista, absorve aquele, como o sobreproduto do artesão, do camponês e das classes médias, “graças aos lucros de monopólio, pelo mercado de capitais e pela organização bancária”; e a este, “pela política de preços e pelas manipulações monetárias”. Daí a mais simples definição de monopólio: “empresa ou grupo de empresas que dispõem, de fato, do poder de fixar o preço no mercado”.

Sem a compreensão desse fenômeno universal, seria impossível a do fenômeno particular constituído pelo Brasil. O chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” só pode ser entendido quando situado como decorrente da etapa monopolista do capitalismo, a do capitalismo monopolista de Estado. Antes de ter o capitalismo atingido essa etapa, não havia condições para o aparecimento do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Este guarda com aquele uma relação dialética. O conceito de *modelo*, tomado agora à cibernética, pode ser visto de maneiras diferentes. Para os fins deste ensaio de análise, fica aceita a definição apresentada por um economista brasileiro: “A formulação de políticas econômicas complexas, capazes de compatibilizar distintos objetivos, tornou-se possível graças à técnica dos modelos. Chamamos de modelo a um conjunto coerente de relações entre dados passíveis de expressão quantitativa, capaz de explicar o funcionamento de uma unidade econômica simples ou complexa. (...) Entretanto, um modelo não é apenas uma lista de variáveis. É, essencialmente, um conjunto de relações perfeitamente definidas entre essas variáveis”.<sup>1</sup>

Isto posto, cabe destacar, desde logo, a necessidade da máxima clareza na análise e, portanto, de exata conceituação. Ora, a clareza não é virtude peculiar à economia capitalista. Muito ao contrário: na necessidade de sonegar a injustiça essencial em que o regime capitalista repousa, seus teóricos criaram um conjunto conceitual que esconde a verdade. Ainda os mais destacados e honestos padecem desse defeito, e o defeito não decorre, neles, de insuficiência de conhecimentos, mas do esquecimento de que a essência dos processos econômicos não está na forma como se apresentam mas no caráter das relações sociais, de classe, de que são expressão. Assim, a mais-valia não aparece no processo econômico real; resulta do nível de abstração das diversas formas

<sup>1</sup> Celso Furtado: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, 3ª edição, São Paulo, 1969, p. 209/210.

sob as quais se manifesta. O mesmo acontece com o valor. Se a análise econômica se limitar às formas empíricas, porém, não pode ser aceita como válida.<sup>8</sup> A Economia vulgar, aliás, desinteressou-se, há muito, do estudo das relações de produção, concentrando sua curiosidade no estudo das relações de troca e nos processos do mercado.<sup>9</sup>

Tal procedimento se reveste, entretanto, de aparente racionalidade. Como explica Lange: "Assim, as propriedades específicas do modo de produção capitalista são apresentadas como outras tantas exigências universais da atividade econômica racional; substituir o modo de produção capitalista por outro viria a ser renunciar à racionalidade econômica. Por exemplo, as categorias econômicas tais como o salário, o capital, o lucro, são consideradas como outras tantas categorias universais, sem levar em conta a maneira como as relações sociais se constituíram historicamente. (...) A liquidação total da Economia Política como ciência leva, por conseguinte, aqui, por um lado, a renunciar ao estudo das relações de produção e também das outras relações econômicas entre os homens e, por outro, a justificar as relações econômicas próprias do modo de produção capitalista como pretensamente decorrentes dos princípios universais da racionalidade econômica".<sup>10</sup>

A ênfase ideológica está colocada, pois, na confusão conceitual. A propaganda, no nível mais baixo, coloca dilemas falsos, antepondo socialismo ou comunismo à democracia, quando o antípoda de socialismo é capitalismo; adultera a realidade, chamando de democracia ditaduras as mais rígidas; levanta e grava por repetição mitos como o de "mundo livre". Não se trata de confusão semântica; trata-se de propaganda ideológica de grande signi-

<sup>8</sup> "A mais universal categoria econômica desse gênero, para o modo capitalista de produção, é o capital, isto é, a forma capitalista da propriedade dos meios de produção, e o seu resultado é a mais-valia. Nesse nível de abstração, desprezam-se as diversas formas sob as quais se manifesta empiricamente a mais-valia, a saber, o lucro, o juro e a renda da terra. (...) Por exemplo, a mais-valia, como tal, não aparece no processo econômico real. Em compensação, diversas de suas formas se manifestam, tais como o lucro obtido na produção e no comércio, a taxa de juro recebida pelo empréstimo de um capital monetário, o dividendo fornecido pelo capital de uma sociedade por ações, a renda por arrendamento de terras cultiváveis ou locação de terrenos urbanos, etc. Do mesmo modo, o valor, como tal, não se manifesta na realidade: aparece sob forma de preço e de custo de produção". (Oskar Lange: *Moderna Economia Política*, Rio, 1963, p. 107/108).

<sup>9</sup> "Isto corresponde à situação vitoriosa da burguesia industrial que — tendo já superado os obstáculos levantados contra o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, pelo feudalismo, as corporações e a política mercantilista da monarquia — só se preocupa, hoje em dia, com os problemas do mercado. A burguesia vitoriosa considera as relações de produção como algo de conquistado uma vez por todas, algo que já não se discute, a não ser para justificá-lo pela apologia. Só os problemas do mercado continuam ainda a interessar, e sobretudo os preços, a moeda e o crédito". (Oskar Lange: *op. cit.*, p. 275).

<sup>10</sup> Oskar Lange: *op. cit.*, p. 276/277.

ficação. Sua pobreza e desvinculação da realidade não devem ser atribuídas a insuficiências de quem as usa, mas à insuficiência do próprio regime capitalista: ele necessita, agora, e de maneira essencial, da impostura. Ela é uma de suas condições de sobrevivência. Daí a forma como valoriza as superestruturas, escondendo as infra-estruturas; como privilegia o passado e categorias por ele geradas e legitimadas, com prejuízo do presente e de suas exigências. Daí o seu esforço em relegar a ciência a mera fenomenologia, em que os fatos vivem do arrolamento quantitativo, em prejuízo das mudanças qualitativas. A linguagem do economista torna-se, conseqüentemente, esotérica, para acobertar alterações as mais escandalosas.<sup>6</sup>

Desde logo, convém situar claramente dois dos conceitos mais perdulariamente consumidos, nos últimos tempos, e que servem com eficácia à confusão, não semântica mas ideológica: o de desenvolvimento e, por contraste, o de subdesenvolvimento. É curioso como este último ganhou foros de chave para todos os mistérios aparentes do atraso e da miséria em que jazem as parcelas mais numerosas da população mundial. Ganhou essa primazia, e motivou acurados estudos — a bibliografia sobre o subdesenvolvimento e sobre as maneiras de superá-lo conta, hoje, milhares de títulos — a partir, é bom notar, do fim da Segunda Guerra Mundial e particularmente da abertura da chamada “guerra fria”. Numa etapa em que o mundo se dividia em dois campos, o socialista e o capitalista, dividi-lo em desenvolvido e subdesenvolvido correspondia a deslocar a essência do problema e, portanto, era uma forma de fugir à realidade e de sonegar a contradição fundamental que ela continha. Grupando

<sup>6</sup> Em conferência na Escola Superior de Guerra, recentemente, o economista Roberto de Oliveira Campos dizia o seguinte, segundo resumo de jornal: “Ao falar das estruturas econômicas, qualifiquei de *semântica obsoleta* as definições correntes de capitalismo e de socialismo. Na realidade, o capitalismo liberal, baseado na economia livre de mercado, há muito deixou de existir; o que existe são as economias centralmente planejadas, em que o poder econômico se confunde com o poder político, e o consumidor é item residual; e as economias associativas de mercado, em que o poder político é distinto do poder econômico e este é dividido entre o governo, as empresas e os sindicatos. Sob o ponto de vista das relações de propriedade, esta é *individual* no primeiro caso, *estatal* no segundo e *grupal* ou *mista* no terceiro”. Assim, sob essa linguagem, as relações reais desaparecem, escondidas sob vagas abstrações, conceitos que não têm categorias correspondentes na realidade. Campos, responsável pelo Plano de Metas do Governo Kubitschek, em que foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e depois embaixador em Washington, no Governo Goulart, seria Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, responsável pelo Plano de Ação Econômica do Governo. Mas a mesma confusão, em torno de outros conceitos, pode ser encontrada em Celso Furtado, responsável pelo Plano Trienal, do Governo Goulart, em que foi Ministro do Planejamento. Em seu recente livro *Análise do Modelo Brasileiro* (Rio, 1972), com observações agudas sobre os problemas do país e de sua economia, não existe qualquer referência à categoria imperialismo, ainda quando apontadas formas de associação entre desenvolvimento e dependência. Assim, o esforço dos economistas é no sentido de separar a economia da política.

entre os desenvolvidos a União Soviética e os Estados Unidos, ignorava-se a qualidade diferente que os distinguiu tão profundamente. Grupando entre os subdesenvolvidos aqueles países de economia atrasada, refugavam-se a existência e a função do imperialismo, inclusive de uma de suas formas mais espoliativas: o neocolonialismo. Certa definição do subdesenvolvimento colocava assim o problema: "Sintetizando a análise anterior: o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, uma situação particular, resultante da penetração de empresas capitalistas em estruturas arcaicas".<sup>6</sup> O mérito desta definição está em associar o capitalismo e o subdesenvolvimento; a limitação dela consiste em empregar o eufemismo "empresas capitalistas modernas", em lugar de imperialismo.

A coragem de afirmar não se detém diante de limite algum, no campo da luta ideológica. Para mencionar apenas um exemplo, é interessante lembrar o conceito de *ajuda*, apregoado pelas fontes imperialistas, com freqüência, a partir da etapa em que a distância crescente entre a riqueza dos países ditos desenvolvidos e a pobreza dos países ditos subdesenvolvidos começou a tornar-se preocupação de camadas cada vez mais dispostas a combatê-la. Assim, o imperialismo batizou de *ajuda* os investimentos e os empréstimos feitos aos países que explora; *ajuda* tornou-se, conseqüentemente, o outro nome do inverso, isto é, do fluxo de dividendos, *royalties*, juros proporcionados pelos ditos subdesenvolvidos que, em conseqüência, ficavam, e ficam, mais pobres e, em contraste e na verdade, estavam, e estão, prestando ajuda aos ditos desenvolvidos, os imperialistas. A *ajuda* representa, pois, apenas uma forma de ação do imperialismo.<sup>7</sup> Mas ainda as outras formas — investimentos, empréstimos, serviços — são

<sup>6</sup> Celso Furtado: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, 3ª edição, São Paulo, 1969, p. 172.

<sup>7</sup> Quando embaixador em Washington, no Governo Goulart, o economista Roberto de Oliveira Campos, irritado com as críticas da imprensa dos Estados Unidos às suas iniciativas ali, em favor do levantamento de recursos, distribuiu interessante comunicado, mostrando como os empréstimos norte-americanos ao Brasil beneficiavam aos emprestadores (não mencionou, naturalmente, a função dos investimentos). Segundo aquele comunicado, entre 1940 e outubro de 1962, os Estados Unidos haviam emprestado ao Brasil pouco mais de um bilhão de dólares fornecidos, na maior parte, pelo Eximbank (525 milhões, ou 50%); 35%, ou 370 milhões, pela Lei de Excedentes Agrícolas (destinada a financiar a exportação do excedente da produção agrícola americana, particularmente trigo, invendável em condições normais); 12%, ou 128 milhões, pela AID; 4%, ou 40 milhões, pelo Tesouro norte-americano; e parcela mínima, correspondendo a 0,2%, ou 2 milhões, pelo BID. Eram empréstimos a dinheiro entregue aos exportadores norte-americanos em pagamento de vendas ao Brasil; empréstimos pagos a juros altos, aliás, e vinculados pois. Mais do que isso: não entravam no Brasil, permaneciam nos Estados Unidos. O comunicado mencionava, também, os lucros norte-americanos provindos do comércio desigual, estimando as perdas brasileiras, nesse terreno, entre 1955 e 1961, em 1 bilhão e meio de dólares.

sempre apresentadas como favores, de que os “beneficiários” poderiam ser privados, em casos de mau comportamento, quando não passam de processos de exploração, destinados a carrear lucros às organizações empresariais externas.

Outra forma de alterar a realidade, e esta escudada no prestígio dos números e na conseqüente credulidade que os cerca, está na utilização de índices quantitativos fornecidos pela estatística. Essa forma tem sido, aliás, largamente utilizada na proclamação dos méritos do chamado “milagre brasileiro”. Foram as crises cíclicas do capitalismo, como se sabe, que despertaram o interesse dos economistas e dos políticos para a necessidade de levantar os dados sobre o desenvolvimento global dos sistemas de produção. O desenvolvimento dos cálculos de natureza macroeconômica acompanhou particularmente o esforço dos teóricos do capitalismo no sentido de preservar esse regime dos efeitos das crises, tudo ligado aos largos dispêndios decorrentes da Primeira Guerra Mundial, à ameaça resultante do triunfo da Revolução de Outubro e ao pânico conseqüente à crise de 1929 e seus catastróficos efeitos. A economia capitalista procurava, assim, armar-se de instrumentos que lhe permitissem prever e evitar as crises ou, pelo menos, os seus efeitos mais graves, e, ao mesmo tempo, transferir os seus ônus seja às áreas coloniais ou dependentes, seja às classes dominadas, seja a ambas.

Somente na década de 1940, entretanto, a ONU divulgou fórmulas e sistemas contábeis e estatísticas que deveriam ser adotadas, para permitir a comparação de seus resultados, quanto ao cálculo dos vários agregados macroeconômicos. No Brasil, foi Roberto Simonsen pioneiro na adoção e aplicação dessas fórmulas e sistemas, cabendo-lhe parte do mérito pela publicação, em 1961, das primeiras estimativas de nossos agregados macroeconômicos. Depois de passar a encargo de Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, em 1955, tais cálculos ficaram entregues ao Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, reduto inexpugnável dos especialistas seguidores dos ditames das forças econômicas externas e dos controladores, há muitos anos, dos órgãos do aparelho de Estado ligados, no Brasil, à economia e às finanças, independente do tipo de governo vigente.

O cálculo macroeconômico é instrumento importante, sem dúvida, mas quando despojado de seu sentido mítico, ligado a meros

índices quantitativos, e relacionado a valores qualitativos que lhe revelem o conteúdo. A simples apuração deles e a sua apresentação como definindo a essência do processo econômico pode servir, e vem servindo, a fins políticos, mas não merece maior consideração, nem é mais aceita pelos estudiosos como digna de reverência. O cálculo da renda nacional, por exemplo, e os seus índices mais usados — PNB e PIB — são encarados, hoje, com reservas, mesmo na área capitalista. Claro que em outras áreas, não apenas o método e o sistema de cálculos são outros, como sua essência, pois resulta da aceitação do fato elementar de que a sociedade se divide em classes, coisa que não acontece na área capitalista, onde o dado relativo ao homem é o de *população*, meramente demográfico. Mas, ainda assim, vem sendo contestada, em quase todos os países da área capitalista, a validade das contas nacionais que compõem o Produto Nacional Bruto (PNB), especialmente no setor de Serviços, acusado de não computar o trabalho das donas de casa e outras atividades.

Especialistas, e até políticos, já compreenderam a que desastre podem levar as ilusões que se escondem atrás da sigla PNB. Milhares de pessoas, diz um comentarista norte-americano especializado, “preferiam que o PNB, embora não crescendo tanto, fosse mais bem dividido e pudesse conservar o ar puro”. Outros, ante os altos índices do PNB, em confronto com as misérias da realidade, são mais cáusticos e revidam ao mito da “civilização do luxo”, que aqueles altos índices apregoam, com a tristeza de uma “civilização do lixo”, que é aquela em que vivem. Essas opiniões são importantes, sem dúvida, mas não revelam senão parte do descrédito que cerca, hoje, nos Estados Unidos, índices como o PNB. Arthur Burns, presidente da Junta da Reserva Federal, afirmou a esse respeito: “O Produto Nacional Bruto, que nos tem enganado todo esse tempo, é bem mais baixo do que se pensa”. Richard A. Falk, professor de Princeton, declarou, no Congresso: “Se os Estados Unidos estivessem na iminência de dobrar seu PNB, penso que haveria uma comunidade muito menos habitável que a de hoje”. Mais drástico foi o depoimento de Henry S. Reuss, representante do Wisconsin na Câmara: “À medida que o nosso PNB cresce, também cresce a corrupção nacional”. Mas foi, do ponto de vista dos economistas, o boletim mensal da Morgan Guaranty Trust Company, em junho de 1970, que mais arrasou a validade do valor do PNB como indicador da quantidade de bens e serviços produzidos por um país em

determinado tempo, sugerindo até que o PNB podia “muito bem servir para esconder as mazelas de uma sociedade”.<sup>8</sup> Esta expressão parece calhar bem ao caso brasileiro.

A recusa à aceitação dos altos índices do PNB como reveladores de desenvolvimento, aliás, foi colocada cedo e apenas tem crescido e se alastrado. Já em 1971, com os dados do censo de 1970, um economista brasileiro, Jaime Magrassi de Sá, dizia que, no Brasil, “o pauperismo está se generalizando”, “a pobreza aumentando”, “os desequilíbrios de renda se agravando e tendendo a se agravarem ainda mais”.<sup>9</sup> Em fins de 1971, o *Washington Post* discutia a situação econômica brasileira, assinalando que, enquanto, em 1960, 80% dos brasileiros receberam 35% do PNB, somente receberam 27,5% deste, em 1970; por contraste, enquanto 5% dos brasileiros receberam, em 1960, 44% do PNB, já haviam recebido 50% deste, em 1970. Isto importava em constatar que 80% dos brasileiros haviam ficado mais pobres, enquanto 5% haviam ficado mais ricos. No primeiro semestre de 1972, a ONU decidiu não aceitar como válidas as estatísticas econômicas brasileiras; a FAO impugnava o índice de 12% de crescimento da produção agrícola do país, conforme aquelas estatísticas apregoavam, admitindo-o como limitado a apenas 3%. No final de 1971, o Ministério da Fazenda divulgava como sendo de 18,3% a taxa de inflação nesse ano; a Fundação Getúlio Vargas concluía que aquela taxa se elevava a 23,6%; alta autoridade, em discurso, mencionava a taxa de 20%. Qual delas seria a verdadeira? Provavelmente nenhuma, pois é sabido que existe uma taxa de inflação oficial, no Brasil, e uma taxa real, e que esta regula no dobro daquela.

No primeiro semestre de 1972, em reunião da UNCTAD, realizada em Santiago do Chile, o presidente do BIRD, Robert McNamara, discutiu a situação econômica brasileira, sustentando que não se devia confundir PNB com desenvolvimento, pois este só poderia ser aceito quando correspondesse à melhoria do bem-estar geral, quando 40% da população brasileira empobrecera 8%, em 1969, enquanto 5% da população, sua parte mais rica, enriquecera 30%, no último decênio, ao mesmo tempo que os trabalhadores haviam ficado marginalizados.<sup>10</sup> Pouco depois, em Lima, especialista norte-americano em assuntos brasileiros, Alfred

<sup>8</sup> “Produto Nacional nem sempre mostra a realidade”, in *Correio da Manhã*, Rio, 12 de julho de 1970.

<sup>9</sup> *Tribuna da Imprensa*, Rio, 9 de dezembro de 1971.

<sup>10</sup> *Jornal do Brasil*, Rio, 10 de junho de 1972.



C. Stepan, professor de Yale e colaborador da Rand Corporation, depunha no mesmo sentido: "Não há dúvida que houve crescimento econômico. Entretanto, as estatísticas mostram que, de 1964 a 1969, o salário real da classe operária, em São Paulo, declinou cerca de 20%, acrescentando que "a participação do povo em seu próprio destino está excluída do modelo brasileiro", enquanto os investimentos estrangeiros, desde 1964, haviam tido "grande expansão", e que, "em muitos casos, absorveram os capitais nacionais", concluindo que "a ajuda externa está atingindo um ponto perigoso".<sup>11</sup>

Análise da situação econômica brasileira feito pelo economista norte-americano Albert Fishlow, da Universidade de Berkley, constatava também a concentração da renda e mostrava que "o programa de estabilização foi pago por equeles que não podiam fazê-lo: os pobres". Sentenciava: "Chamar este programa de completamente bem sucedido é, no mínimo, uma confusão semântica".<sup>12</sup> Em sua edição de 21 de junho de 1972, o jornal sueco *Dagens Nyheter* dizia que o "milagre brasileiro" era um "milagre vazio", "um engano de cifras", analisando assim o quadro: "Em dezembro de 1970, 305.763 brasileiros — 0,3% da população — ganharam mais de 2,44 mil cruzeiros mensais; 2.702.934 brasileiros, 600 cruzeiros por mês; 8.330.700 brasileiros, o salário mínimo legal de 220 cruzeiros; e 67.125.308 brasileiros — 72% da população — em princípio, absolutamente nada".<sup>13</sup> Em *The Wall Street Journal*, seu correspondente no Recife, Everet G. Martin, escrevia que "enquanto o Brasil desfruta de uma explosão econômica, grandes áreas continuam pobres e milhões de habitantes mal se mantêm". Com certa ponta de malícia, acrescentava: "Todos concordam que as estatísticas, no Brasil, têm um toque de fantasia que enfurece os economistas". Relatava que, em certa pesquisa naquela cidade nordestina, ficara constatado que "em um grupo de 50 famílias, só quatro homens têm emprego certo". Concluía, sobre o conjunto do país: "De fato, milhões de habitantes estão hoje mais pobres do que eram há cinco anos passados".<sup>14</sup>

Essas opiniões e depoimentos, em cujas razões e motivações não interessa penetrar, mostram que existe considerável diferença

<sup>11</sup> "Stepan analisa atual situação brasileira", in *Jornal do Brasil*, Rio, 14 de junho de 1972.

<sup>12</sup> "Distribuição de renda, uma área polêmica", in *Jornal do Brasil*, Rio, 13 de abril de 1972.

<sup>13</sup> "Jornal sueco nega 'milagre brasileiro'", in *Correio da Manhã*, Rio, 21 de junho de 1972.

<sup>14</sup> *The Wall Street Journal*, Nova Iorque, 21 de abril de 1972.

entre o montante do custo dos fatores, o montante dos bens produzidos e dos serviços prestados, e o nível do bem-estar social.<sup>15</sup> A falácia quantitativa dos índices, entretanto, escapa aos observadores menos atentos ou aos especialistas, e encontra larga aceitação na credulidade geral dos leigos. Nisso se tem apoiado — com mais confiança, parece, do que a de preciosos aliados, mais experientes e, por isso mesmo, mais temerosos — a propaganda organizada do regime político vigente, dentro e fora do país. Ela não apenas coloca ênfase nos índices, isoladamente, o que importaria menos, mas coloca ênfase — o que importa muito — na associação entre esses índices, que corresponderiam a uma política econômica e financeira vitoriosa, no nível do “milagre”, e a eficácia do regime político que a preside e escuda, mais do que a eficácia, a superioridade absoluta. Esse regime seria, no fim de contas, a chave do sucesso econômico e financeiro; suas virtudes ficavam comprovadas, confundindo os adversários, por tal sucesso. Não haveria sucesso, caso o regime fosse outro; fosse o anterior, derrocado em 1964, por exemplo. Assim, o desenvolvimento dependeria, fatalmente, do regime autoritário. Só esse regime teria condições para superar o subdesenvolvimento. Sem ele, o subdesenvolvimento tenderia a eternizar-se. Seria, pois, a saída — não a melhor, mas a única. Ora, a falsidade dos índices é problema insignificante, diante da gigantesca falsidade dessa relação causal entre altos índices de desenvolvimento e regime político autoritário.

A análise em profundidade do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” deve ser situada de forma a denunciar essa falsidade. Mas, para ir à essência dos problemas, precisa partir da aceitação livre e desembaraçada de algumas condições, que a realidade apresenta e que devem ser inseridas no estudo, para serem bem entendidas. Algumas dessas condições ou meras circunstâncias têm sido, entretanto, apenas negadas. Parece heresia mas é, entretanto, verdade comprovada, que *o subdesenvolvimento pode coincidir com a existência de altos índices de produção.*

<sup>15</sup> “Não sendo possível adicionais satisfações pessoais, porquanto não é possível quantificá-las, os economistas utilizam o método falacioso de confundir o nível da renda nacional, isto é, o montante do custo dos fatores, expresso na contabilidade das anuidades produtoras, com o nível do bem-estar social. Desta forma, uma dada quantidade de recursos tem o mesmo valor social, qualquer que seja o seu destino: financiar o desperdício dos ociosos ou satisfazer as necessidades básicas de alimentação e saúde da população. Este critério é tão arbitrário como qualquer outro, pois não existe possibilidade de definir com rigor lógico, a partir de dados microeconômicos, uma função de bem-estar social. Neste, como em muitos outros campos da análise econômica, o rigor da apresentação formal serve para ocultar o fundo do problema, que é de opção entre valores substantivos”. (Celso Furtado: *Análise do Modelo Brasileiro*, Rio, 1972, p. 8).

Parece heresia mas é, entretanto, verdade comprovada que *um modelo de desenvolvimento dependente, como o brasileiro atual, pode ostentar dinamismo*, não estando, obrigatoriamente, condenado ao atraso. O que está por trás dos altos índices de produção ou o que está atrás do dinamismo é que constitui a essência do problema. Esta análise busca a referida essência, partindo do método histórico para passar ao método lógico. Pretende comprovar como o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” representa criação específica da atual etapa do capitalismo, a do capitalismo monopolista de Estado.

A necessidade de utilização do método histórico não decorre apenas do fato de que alguns dos fenômenos atuais da economia brasileira têm suas raízes no passado colonial, mas do fato de que a historiografia oficial não se tem ocupado, e nem mesmo a revisão histórica que teve início, no Brasil, antes de 1964, de que há sempre que referir os acontecimentos à heterocronia entre o desenvolvimento do ocidente europeu e o desenvolvimento latino-americano, que torna contemporâneas situações e etapas inteiramente diversas e, entretanto, intimamente ligadas. A heterocronia, por exemplo, entre o desenvolvimento do capitalismo europeu e norte-americano, em etapa avançada, e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em etapa inicial. Pena é que a necessidade de sumariar a análise impeça a apreciação de fenômenos importantes da história econômica brasileira, como o da acumulação primitiva e formação do capital, ou como o dos mecanismos de transferências de efeitos das crises cíclicas do capitalismo às estruturas econômicas coloniais ou dependentes.

A necessidade de utilização do método lógico decorre da busca da clareza, expurgando a análise da multidão de pequenos fatos e de circunstâncias menores, todos os problemas ligados à forma e não ao conteúdo, ao particular e não ao universal, tudo aquilo que, em suma, é objeto de toda atenção da pesquisa empírica e que, por pitoresco que seja, não revela a inteireza do fenômeno, o que ele tem de importante, a sua essência. Como ficou já explicado, em breves traços, a reverência ante os conceitos utilizados pela Economia vulgar leva à confusão e a verdade do processo fica escondida pelo avultamento dos fatos isolados ou das condições menores, que apenas afetam os aspectos exteriores. Despojar a análise desse imenso material empírico não foi dos aspectos menos penosos do trabalho aqui desenvolvido. A impor-

tância deste trabalho está no esforço em busca da objetividade e na colocação política, pois pretende demonstrar, no fim de contas, aquilo que é óbvio, e que, entretanto, a luta ideológica tanto esconde: uma economia é boa quando seus resultados são colhidos por todo o povo. Por contraste, nenhum modelo pode ser apresentado como digno de imitação e de elogios, quando não atende à satisfação das necessidades do povo. O modelo brasileiro pode ser objeto de louvores apaixonados das fontes externas beneficiadas, porque lhe atende as exigências. Não pode, entretanto, ser apresentado como satisfatório para um povo que está pagando muito caro os processos de que é vítima. Nem para os outros povos, evidentemente.

## A Economia Colonial

---

Ao longo da História, foram muitas as formas de dominação exercidas por nações, umas sobre outras, como foram variadas as formas de dominação exercidas por classes sociais, umas sobre as outras. Uma daquelas formas, em que ficaram colocadas regiões americanas, a partir do século XVI, ficou conhecida como *colonização*. Ela decorreu da expansão mercantil que anunciou o declínio do feudalismo e gerou as condições de avanço do capitalismo, quando surgiu o mercado mundial. A expansão mercantil impulsionou as grandes navegações e estas abriram ao conhecimento dos homens terras distantes. A forma de explorar estas terras tomou o nome de *colonização*. Tratava-se, naquela época, de explorá-las, colocando no mercado mundial os produtos que tais terras podiam fornecer ou já forneciam; de nelas instalar, para isso, empresas produtoras, ou de utilizar as existentes. As regiões orientais estiveram no segundo caso; as americanas, no primeiro. Geraram, pois, formas diferentes de *colonização*.

O Brasil não oferecia nenhum produto de largo consumo no mercado mundial, quando foi “descoberto”; mas apresentava condição muito importante: ampla disponibilidade de terras, numa época em que as mercadorias principais, nas correntes de troca, eram originadas da terra. Desde que a técnica, em fase anterior, conseguira transformar o açúcar de calda em sólido, suscetível de ser transportado a grandes distâncias e consumido muito longe de onde era produzido, tornara-se produto destacado e seu consumo aumentara consideravelmente. As terras do Brasil apresentavam características ecológicas favoráveis à produção do açúcar, e essa foi outra condição que permitiu e definiu a colonização de que foi objeto. O açúcar assinalou, assim, o primeiro grande momento da divisão mundial do trabalho, isto é, da

especialização de regiões em produtoras de determinadas mercadorias. Justificava-se, em suma, a exploração das terras brasileiras, destinando-as à produção de açúcar, desde que em larga escala. Para produzir em larga escala, entretanto, havia necessidade de força de trabalho numerosa; dessa condição o Brasil não dispunha, pois nele viviam tribos dispersas, numericamente reduzidas e dadas à infixação. Essa condição negativa pôde ser contornada pela possibilidade em transferir ao Brasil grandes levadas de trabalhadores africanos, em regime escravista, numa época em que o tráfico negreiro era das atividades principais.

A exploração do Brasil começou, pois, com a produção de açúcar em grande escala. Essa produção não se destinava ao Brasil, ao consumo dos que nele residiam, evidentemente, mas à exportação, isto é, ao consumo nos mercados europeus: na fase inicial da *colonização*, assim, não há mercado interno. Daí ser fácil concluir que *uma economia colonial se caracteriza pela ausência ou reduzida dimensão do mercado interno*. Era uma produção em grande escala, destinada ao mercado de ultramar e fecunda no trabalho escravo; ela se definia, conseqüentemente, por dois fluxos: o fluxo da produção para o exterior e o fluxo de força de trabalho para o interior. A *colonização*, no Brasil, pois, consistiu na montagem de empresa de grandes proporções, destinada a fornecer em grande escala determinado produto a mercados externos e distantes.

Era, na verdade, a maior empresa produtora que o mundo conhecia, nos séculos XVI e XVII; ainda assim, a importância do Brasil, para ela, estava apenas na disponibilidade ampla de terras — objeto do trabalho. Essa empresa, pela sua origem e pelas suas condições, ocasionou, desde logo, a separação entre a produção e a comercialização, separação comum naquele tempo, em que o comércio dominava a produção, a comercialização condicionava a produção, característica essencial da expansão mercantil.<sup>36</sup> A produção se processava no Brasil, a comercialização se processava na Europa, a partir da metrópole, isto é, da sede do poder que presidia a *colonização*. Tratava-se de uma estrutura

<sup>36</sup> "Começa a ter uma função destacada o capital comercial e, logo depois, muitas vezes ao mesmo tempo, o capital usuário. Capital comercial é o que se forma, o que se gera na troca de mercadorias. Capital usuário, o que se forma, o que se gera, do emprego do dinheiro. Quando surge a fase dos descobrimentos ultramarinos, são estas as formas de capital que o homem conhece e utiliza. É da mesma fase a transformação na produção que faz surgir e desenvolver-se a manufatura. (...) O aparecimento do capital comercial é muito anterior, assim, ao aparecimento do capitalismo como modo de produção". (Nélson Werneck Sodré: *Formação Histórica do Brasil*, 7ª edição, São Paulo, 1971, p. 23).

econômica colonial. Ela se definia como colonial não porque processada na colônia, mas porque realizava o lucro no exterior: *economia colonial, em qualquer tempo, é aquela que realiza o lucro no exterior*, no todo ou na máxima parte. Realizando-se o lucro no exterior, a classe dominante na metrópole não interferia na produção e a classe dominante na colônia não interferia na comercialização; as esferas de ação ficavam claramente delimitadas.

Essa delimitação, que transformava a classe dominante colonial em mandatária da classe dominante metropolitana, funcionou enquanto o capital comercial metropolitano teve primazia e condições para presidir o desenvolvimento mercantil. Pela sua natureza, no entanto, ele não era nacional, isto é, não estava integrado na estrutura econômica portuguesa — como não estava na espanhola — e deslocou-se para outras áreas, abandonando a *colonização*.<sup>17</sup> Esse desenraizamento do capital comercial assinala a debilidade metropolitana e vai ocasionar as alterações que, em longo processo, motivarão a autonomia das colônias ibéricas no continente americano.<sup>18</sup> A empresa brasileira produtora de açúcar foi, sem dúvida — à custa da pilhagem da África e da depredação dos valores naturais no Brasil —, a maior das empresas devidas ao capital comercial e, portanto, a maior entre aquelas estruturadas na fase pré-capitalista.<sup>19</sup> Suas características permaneceram, ao longo dos séculos; estão presentes, ainda hoje, em vastíssima região brasileira, como a terrível herança colonial, particularmente sob sua forma mais ostensiva: o latifúndio.

<sup>17</sup> "Na história, houve países que atingiram papel relevante na troca e, assim, geraram um capital comercial vultoso para o tempo, mas não alcançaram, com isso, as condições indispensáveis para passar de um modo de produção feudal a um modo de produção capitalista, ainda que tivessem, na fase mercantil, função vanguardista. Essa função declinou justamente em consequência de não se ter sucedido à fase mercantil uma fase capitalista, de não ter o capital auferido na esfera da produção substituído o capital auferido na esfera da circulação. Foi este o caso das repúblicas italianas, sob determinadas condições, uma vez que ali as manufaturas encontraram lugar antes que surgissem em outras áreas. Foi este o caso de Portugal e Espanha, onde o capital comercial apresentou relevo singular, já sob outras condições, de vez que as manufaturas não conseguiram alcançar um nível de desenvolvimento que permitisse a transformação subsequente". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 26).

<sup>18</sup> "Os lucros auferidos pela Coroa e pelos mercadores, como não eram fundados na produção do próprio Reino, tendiam a acumular-se no estrangeiro, particularmente com os holandeses. Em mãos destes é que, aplicados na produção própria, uma vez que a Holanda dispunha de manufaturas importantes, subverteria as bases da produção feudal. A transferência de tais lucros é que faz com que Portugal tenda a perder a sua destacada posição no quadro mundial". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 30).

<sup>19</sup> "O Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola. (...) A caça ao indígena, para utilizá-lo como mão-de-obra escrava ou semi-escrava, constitui o capítulo americano da obra de pilhagem que realizaram os portugueses para fundar o seu império colonial do Atlântico Sul. Essa pilhagem, cabe sublinhar, realizou-se essencialmente na África, de onde foram extraídos milhões de escravos, e nas Índias Orientais, onde o rendimento do comércio das especiarias era imposto a tiros de canhão". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 93/95).

Os produtos que o capital comercial explorou ficariam conhecidos como *coloniais* ou *tropicais*, mas essas denominações, originariamente de ordem geográfica — *coloniais* porque oriundos das colônias, e colônias estabelecidas nos trópicos — simulavam esconder a verdadeira significação: eles eram coloniais, também e principalmente, por serem produzidos em regimes coloniais de produção, isto é, regimes em que o fluxo da renda se processava do interior para o exterior, e a acumulação se processava no exterior. Assim, enquanto a exploração colonial se fundou, no Brasil, no escravismo e no latifúndio, como empresa agrícola de dimensões gigantescas, tudo correu mais ou menos sem alterações, permanecendo em germe as contradições que o regime encerrava. Foi a crise na esfera comercial, decorrente ou associada ao declínio dos reinos peninsulares, de Portugal no que diz respeito ao Brasil, que rompeu o equilíbrio aparente do quadro. Esse aparente equilíbrio seria rompido, de outro lado, pela passagem da manufatura à indústria e pelo desenvolvimento das relações capitalistas no ocidente europeu. A expansão mercantil, as descobertas ultramarinas, a *colonização*, são processos da época da manufatura.<sup>20</sup> O declínio da manufatura acarreta alterações na *colonização*, mas apenas naquelas áreas em que ela se processa pela montagem de empresas produtoras ou pelo povoamento. No que diz respeito à colonização como ocorreu nas feitorias orientais, a passagem da manufatura à indústria agravou os laços de dependência.<sup>21</sup>

A montagem da empresa produtora colonial, no Brasil, teve, entre as suas características, o caráter selecionador: ela exigia cabedais. Exigindo-os, ficava apenas ao alcance dos elementos enriquecidos. O investimento inicial, para a montagem e funcionamento da empresa, discriminava e privilegiava. Excluía da *colonização* os elementos melhores da sociedade lusa: os arte-

<sup>20</sup> "Há, finalmente, uma consideração básica, a respeito da divisão do trabalho que especializa agora toda a superfície terrestre praticamente, com a criação do mercado mundial. É que as zonas consumidoras de produtos tropicais são produtoras de manufaturas, quando aquela subversão é introduzida nas primeiras em que a mudança se opera. Estão em condições, portanto, de suprir as zonas tropicais dos utensílios e toda espécie de mercadorias que estas ficam desobrigadas de produzir, quando se especializam. Sem a existência de zonas manufatureiras, a divisão do trabalho no campo, na fase do mercado mundial, teria sido impossível. É o aparecimento da manufatura no ocidente europeu, e na fase das grandes navegações e das descobertas ultramarinas e colonização consequente, que possibilita os empreendimentos em ultramar". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 34).

<sup>21</sup> "A conquista do comércio oriental de especiarias não é uma conquista de território, pois: os navegadores não vão ocupar áreas produtoras, nem interferir nelas. (...) Para a conquista do comércio, há necessidade de fundar estabelecimentos do tipo feitoria, é um princípio de ocupação por pontos, a importância está em determinadas praças orientais, que coletam a produção regional. (...) A produção, entretanto, é préexistente: não se trata de criá-la, antecede a fase das grandes navegações". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 37).



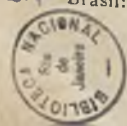
sãos, os camponeses livres, os comerciantes.<sup>22</sup> A sociedade colonial, por isso mesmo, quando existe a perfeita consonância entre sua classe dominante e a classe dominante metropolitana, reparte-se em duas classes: a dos senhores, muito poucos, e a dos escravos, muito numerosos. Sem escravaria numerosa, a empresa produtora colonial teria sido impossível, nos moldes em que foi montada no Brasil.<sup>23</sup> Mas, assim montada, denunciava a fragilidade de seus alicerces. Entre os traços dessa fragilidade, inerente ao processo, colocava-se a baixa produtividade do escravismo moderno. Ele só foi possível em função da *colonização*, com o conteúdo que esta assumiu e que a definiu, historicamente.<sup>24</sup>

A *colonização* tem a sua estrutura profundamente abalada não apenas com o declínio da empresa produtora de açúcar em consequência de problemas externos, declínio que afeta as relações entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana, debilitando a função daquela como mandatária desta, como com o aparecimento da segunda empresa colonial de vulto, no Brasil, a empresa mineradora. Pela sua natureza e, particularmente, pela fase histórica em que apareceu, a empresa mineradora brasileira foi muito diferente da empresa mineradora das áreas de *colonização* espanhola na América. No Brasil, realmente, não existiu mineração, a rigor: tratava-se de simples e fácil garimpagem, peculiar aos veios superficiais, ao ouro de aluvião. Esse caráter condicionou a montagem e o funcionamento da empresa mineradora: ela dispensava grandes cabedais iniciais, dispensava aparelhagem de vulto, estava ao alcance do indivíduo isolado, ou do investidor de poucos recursos. Contrastava, assim, fundamentalmente, com a empresa açucareira: esta fora selecionadora, impedindo a participação dos melhores elementos da sociedade metropolitana, discriminando-os; a empresa mineradora, ao contrário, aceita-os, está ao alcance deles, permite a cada um realizar-se economicamente. A consequência é o afluxo demográfico: a

<sup>22</sup> "Tratava-se, para o donatário, de um investimento inicialmente oneroso, o que obrigou a alguns a admitir sócios; de fretar navios, de recrutar elementos os mais diversos; de deslocar materiais; de enfrentar um período de carência, enquanto não houvesse produção; de satisfazer, além de tudo, as exigências da Coroa, embora reduzidas". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 67/68).

<sup>23</sup> "Verifica-se, claramente, que a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 70).

<sup>24</sup> "A produtividade inequivocamente baixa do modo escravista aqui estabelecido consegue alinhar-se com a de outros modos de competir ou figurar no mercado com o que produz, na realidade, *porque é colonial*, isto é, porque se exerce: numa área complementar, subsidiária, fornecedora daquilo que as áreas adiantadas consumidoras não podiam produzir ou não se interessavam em produzir; numa área em que o valor da terra, numa atividade agrícola, era inicialmente nulo, não entrava em linha de conta; num gênero monopolizado". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 77).



colônia cresce, no século XVIII, que é o século da mineração brasileira, de 300.000 habitantes para 3.300.000, entre o início e o fim do século.

Trata-se de situação inteiramente nova. Pela primeira vez, a terra não é condição imprescindível ao enriquecimento individual e social — mais vale uma licença para minerar do que um título de propriedade. O preço do escravo sobe e a importação de escravos aumenta, como o comércio interno de escravos, mas o regime escravista é diferente daquele que imperava na empresa agrícola. Aquilo que se consumia no local, como a carne bovina, torna-se mercadoria, porque deve ser conservado e levado ao mercado, onde encontra preço. O valor do ouro e o surto demográfico — como a extrema especialização da atividade mais lucrativa, que é a mineradora — geram o mercado interno, que se amplia consideravelmente, quanto à extensão. Ao mesmo passo, parte do lucro se realiza no interior. Ao lado do trabalho escravo, surge o trabalho livre: a divisão social do trabalho se amplia. Entre a massa escrava e os senhores, entre a classe dominante e a escravaria, surge uma camada média. Os seus elementos podem realizar-se na mineração, mas ainda na troca interna, na atividade dos tropeiros, no pastoreio, na milícia, no clero, no aparelho da justiça e da polícia e do fisco. O ouro era diferente do açúcar que, enquanto mercadoria, tinha condições completas de transformação em dinheiro apenas na área do comércio e, portanto, principalmente, no exterior. Não é assim com o ouro, que funciona como moeda, ao mesmo tempo que é mercadoria, e que, pelo seu alto valor unitário e pequeno volume, permite o transporte fácil, a aplicação imediata, o entesouramento.

Mas, ainda no caso do ouro, o fenômeno essencial da economia colonial, o que a caracteriza, continua a funcionar: o lucro se realiza majoritariamente no exterior. Para que isso se realize, o mecanismo é muito mais simples do que no caso do açúcar. O mecanismo de transferência de renda para o exterior, na estrutura açucareira, escondia o processo, como a repartição do trabalho no tempo e no espaço, na economia feudal, escondia a exploração. A mudança singular que a mineração opera é a de tornar evidente o mecanismo de transferência da renda para o exterior, de desvendá-lo. Isso contribuirá para expandir a consciência da exploração colonial. O regime de monopólio de comércio, e sua consequência natural — a clausura — atinge dimensões larguíssimas e profundas, com a mineração. Para assegurar o monopólio e a

clausura — uma área territorial inteira, a do Distrito Diamantino, é fechada aos próprios naturais da terra, como enorme presidio — é necessário, agora, um aparelho de Estado em que os órgãos de repressão policial crescem desmedidamente e empregar os processos mais brutais no uso da violência, ao mesmo passo que a tributação aumenta sem limites e estende sua espoliação, despertando a revolta. O regime de monopólio comercial, numa etapa muito mais avançada do desenvolvimento da colônia, faz aflorar e aprofunda a contradição entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana.

Se as contradições internas minam, assim, o regime colonial, há condições externas que terão considerável influência no desenvolvimento do processo. A mineração brasileira, realmente, exerce também considerável influência nas transformações que se operam no ocidente europeu. Se o ouro, para o Brasil, era mercadoria e meio de pagamento — como para Portugal, apesar de metrópole — ele se transforma em capital, quando aflui à Inglaterra. Sim, como disse Marx, nem todo negro é escravo, nem todo dinheiro é capital; aquilo que, na colônia, enriqueceu uns poucos, e, na metrópole, serviu ao gasto perdulário e suntuário de reduzida minoria, viria a servir, na Inglaterra burguesa, na fase conhecida como Revolução Industrial, para acelerar a acumulação que colocará aquele país na vanguarda mundial. Ali se processa, em suas últimas etapas, realmente, a passagem da etapa histórica de predomínio do capital comercial à etapa histórica de predomínio do capital industrial, isto é, a plena caracterização do capitalismo. Dominando o comércio, a produção vai, daí por diante, impulsionar alterações políticas destinadas a moldar o mundo às suas conveniências, às exigências de sua expansão.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> "Um dos mais profundos efeitos do afluxo do ouro português foi o impulso que deu à transformação do trabalho, que passava a ser assalariado, nas zonas em que o mercantilismo completava o seu ciclo e surgia o capitalismo. O modo de produção capitalista, baseado no trabalho assalariado, ampliava-se, realmente, com a generalização do pagamento daquele salário a dinheiro e a transformação das prestações em espécie em prestações em dinheiro. Essa transformação não poderia atingir sua amplitude máxima e sua máxima profundidade se não houvesse massa de dinheiro suficiente para a circulação e para a constituição de fundos de reserva. É o afluxo do ouro que permite a existência dessa massa de dinheiro. Com tal afluxo, por outro lado, ocorre uma depreciação no valor desse metal e, conseqüentemente, da moeda. Correspondendo a uma elevação no preço das mercadorias, ela faz baixar, na cidade e no campo, as taxas de salário, cuja ascensão só de longe acompanha a dos preços. Assim, não só foi estimulada a capitalização como, no campo, a renda se concentrou nas mãos dos capitalistas, em prejuízo do trabalhador, de um lado, e do proprietário titular, de outro". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 141).

## A Economia Dependente

---

Conceituamos como economia dependente aquela em que se operaram mudanças qualitativas suficientes para distingui-la da economia colonial; as mudanças mais significativas, no caso, consistem na existência e desenvolvimento, lento ou não, do mercado interno, e na gestação de pré-condições para a acumulação capitalista, decorrentes do fato de que parte da renda gerada se conserva no interior, flutuando embora, isto é, com fases de maior ou de menor acumulação. Há outras diferenças, em relação à economia colonial anterior; apenas uma delas merece menção, entretanto, para uma análise global do processo: o grau de integração da economia dependente na economia mundial, comandada pelo capitalismo ascensional, é muito maior do que o da economia colonial. Essa passagem, no grau de integração, fica definida por acontecimentos políticos de relevo, marcadamente o processo de emancipação, de desligamento de subordinação às metrópoles coloniais — as ibéricas, no caso da América Latina. A emancipação assinala, no caso, a gestação de uma estrutura econômica diferente; ela se torna historicamente possível quando a estrutura antiga, colonial, já não atende aos interesses criados, dentro e fora da colônia. A rigor, no entanto, a estrutura dependente, e a economia a que corresponde, guarda muito da estrutura colonial e da economia a que esta corresponde; particularmente no que diz respeito à característica essencial: o fluxo da renda volta-se ainda, em grande parte, para o exterior, os lucros se realizam ainda, em grande parte, no exterior.

As contradições entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana avultam e se aprofundam com o advento da mineração e ainda mais com a sua decadência. Se ocorrer a perfeita delimitação de áreas, na economia açucareira, pertencendo à classe dominante colonial a área da produção e à classe do-

minante metropolitana a área da comercialização, cada uma autônoma em suas ações e não interferindo na outra, não acontece o mesmo com a mineração. Quando esta aparece, a classe dominante metropolitana interfere na área da produção, reservando-se a da comercialização: interfere pela tributação extorsiva, pelo regime de monopólio de comércio e pela presença de aparelho estatal desmedido. Ora, a colônia passara de área simplesmente produtora, quando da economia açucareira, para produtora e consumidora, com a economia mineradora. Tais mudanças colocam de forma aguda as contradições: contradições de classe, internamente, e contradições externas entre os que disputam os lucros da mineração, os senhores locais e os senhores metropolitanos.

O desenvolvimento capitalista, no ocidente europeu, por outro lado — intimamente ligado à mineração brasileira, como ficou mencionado — tem como exigência preliminar a ampliação do mercado. Mas, para ampliar o mercado mundial, é preciso, desde logo, destruir os sistemas fechados, abrir as áreas vedadas, destruir os monopólios de comércio. Daí a contradição entre a expansão capitalista inglesa e a resistência colonial e feudal das metrópoles ibéricas. No desenvolvimento do processo, surge a etapa em que a destruição do regime de monopólio — e a dominação colonial se resumia agora quase tão-somente nesse regime — torna-se necessária à burguesia inglesa, na vanguarda do capitalismo ascensional, e à classe senhorial das colônias ibéricas na América. Como as relações entre a Inglaterra e a Espanha eram inamistosas, aquela impulsionou a revolução emancipadora da área comandada na América por Madri através de apoio à luta militar; em relação a Portugal, não houve necessidade de lançar mão da violência, pois as concessões podiam, e foram obtidas, tão simplesmente pela pressão diplomática. A Espanha feudal competia com a Inglaterra, na correlação das forças internacionais; Portugal era, de há muito, província econômica inglesa. O movimento de independência, na América, diferenciou os dois processos, por isso mesmo: na área de colonização espanhola, ganhou traços de guerra civil e decorreu com luta armada; na área de colonização portuguesa, decorreu por acomodação, visto o quadro em conjunto e, conquanto tenha trazido grave abalo à estrutura vigente, foi resolvido com o mínimo de alterações. O capitalismo ascensional tinha interesse em ajudar o movimento emancipador; tinha

interesse ainda maior em limitar o seu desenvolvimento, em contê-lo nos limites de sua conveniência.

É fácil verificar, desde logo, que a independência será uma, isto é, terá determinada profundidade, quanto às alterações a que corresponderá, na medida em que cada classe ou camada social participar de seu processo e influir nele, comandando-o ou seguindo apenas aquela que comanda. Teoricamente — na verdade, a realidade do tempo não colocou tais alternativas — a independência terá cunho revolucionário se for comandada pela classe que fornece o trabalho; será libertadora e alterará fundamentalmente a estrutura social. Será conservadora, se a classe dominante tiver condições de comandá-la e limitar aos seus interesses o alcance do processo. Será liberal, flutuando entre os dois extremos, sempre mais próxima do extremo conservador, se nela tiver papel eminente a camada média, ou pequena burguesia. Assim, *conforme a classe que comandar o processo, ele terá determinado conteúdo*, ou, dito com outras palavras, *todo processo político tem o seu conteúdo, isto é, o seu alcance e profundidade, na dependência da classe que o comandar ou da composição de forças que o efetivar*.

Com o advento da Corte portuguesa, em 1808, e as circunstâncias decorrentes, mesmo depois do regresso daquela Corte à metrópole, colocado no centro dos acontecimentos o regime de monopólio, a classe dominante colonial passou a participar mais ou menos ativamente no processo, assumindo o comando das ações. Para as demais classes e camadas sociais, tratava-se de saber se deviam ou não participar, se o processo, assim limitado, interessava ou não a elas. Consciente ou inconscientemente, adotaram a participação, na medida do nível de compreensão política e de organização de seus componentes. Assim, na prática, atenderam ao princípio de que *cada etapa contém em germe a etapa seguinte* e nenhuma classe ou camada deve permanecer omissa no processo político apenas porque os seus objetivos específicos não estão ao alcance imediato, as suas metas não foram colocadas.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> “O fato de estar englobado na revolução burguesa, inserido nela, não significa, entretanto, que o processo da independência seja, nas áreas coloniais, uma revolução burguesa. Ele assume esse caráter em parte — e, na medida em que assume, gera a contradição do norte manufatureiro com o sul agrícola e escravocrata — no caso dos Estados Unidos, por força de condições concretas ali vigentes, as que justificam a tese de que não houve, a rigor, naquele caso, passado colonial. Mas não o pode assumir nas áreas de dominação ibérica, que não apresentam as condições necessárias para que nelas ocorra a revolução burguesa. Não apresentam tais condições justamente por serem, de forma caracterizada, no exato sentido da expressão, áreas coloniais”. (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 180/181). É o que analisa, também, um mestre:

No início do século XIX, a população brasileira era estimada entre 3,5 e 4 milhões de habitantes; um terço dela estava representado pelos escravos. Na fase de apogeu da mineração, entre 1750 e 1760, sua economia havia atingido nível muito alto. Nos primeiros lustros do século XIX, entretanto, o nível da renda baixara a pouco mais da metade; a mineração apresentava irremediável decadência; o algodão norte-americano, restabelecidas as antigas colônias inglesas da crise ligada às lutas pela independência, havia alijado o produto brasileiro do mercado britânico; a lavoura do café dava os primeiros passos. A economia colonial estava em crise. A abertura dos portos, em 1808, os acordos econômicos firmados com a Inglaterra, em 1810, como aquele que a Inglaterra firmou, em 1824, tutelando o reconhecimento da independência brasileira da parte de Portugal, sancionavam uma dependência inexorável, que se agravaria, ao longo do tempo. O Brasil passava a constituir uma província econômica e financeira da Inglaterra.<sup>21</sup>

A etapa da emancipação contrastava com a do início da colonização, no conteúdo e na forma. No século XVI, quando a colonização tinha início, era dominante o capital comercial; a classe dominante, na Europa e em Portugal, era a dos senhores feudais; a divisão mundial do trabalho fizera das áreas coloniais fornecedoras de gêneros que a Europa não podia produzir; a população européia era pequena e preponderantemente rural. No século XVIII e início do século XIX, quando se inicia o processo da independência, era dominante o capital industrial; a classe

<sup>21</sup>“Vista no plano da história mundial, a independência sul-americana foi decidida pela necessidade de desenvolvimento da civilização ocidental ou, melhor dizendo, capitalista. (...) O interesse econômico das colônias da Espanha e o interesse econômico do ocidente capitalista correspondiam-se absolutamente, ainda que disso, como ocorre frequentemente na história, não se dessem conta exata os protagonistas de uma e de outra parte. (...) A classe proprietária não conseguiu transformar-se numa burguesia capitalista, patrocinadora da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes encontravam-se em mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários contentaram-se em servir de intermediários para este, na produção de algodão e de açúcar. Este sistema econômico manteve na agricultura uma organização semifeudal que constitui o obstáculo mais pesado ao desenvolvimento do país”. (José Carlos Mariátegui: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Santiago de Chile, 1955, p. 8 e 17).  
<sup>22</sup>“As condições exaradas no convênio de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole se consagrava na nossa esfera econômica e até se consignava imprudentemente como perpétua. A falta de genuína reciprocidade era absoluta e dava-se em todos os terrenos, parecendo mesmo difícil de estabelecer-se pela carência de artigos que se equilibrassem nas necessidades do consumo, sendo mais precisos no Brasil os artigos manufaturados ingleses do que à Inglaterra as matérias-primas brasileiras. Dava-se ainda a desigualdade na importância que respectivamente representavam suas exportações para os países produtores, constituindo a Inglaterra o mercado quase único do Brasil, ao passo que aquela nação dividia por muitos países os seus interesses mercantis; e dava-se finalmente na natureza dos meios de transporte com que chegavam os gêneros aos mercados, não podendo competir um fardo de algodão descido de Minas em costa de mula com uma peça de tecido carregada por excelente estrada de Manchester a Londres ou Southampton”. (M. Oliveira Lima: *Dom João VI no Brasil*, 2ª edição, Rio, 1945, p. 405, 11).

dominante na Europa, mas não em Portugal, era a burguesia; a divisão mundial do trabalho fizera das áreas coloniais fornecedoras de matérias-primas, além de alimentícios, que a Europa podia produzir em parte, mas que eram produzidos fora dela em melhores condições econômicas, quanto ao custo; a população européia crescia muito e começava a concentrar-se nas áreas urbanas. Quando a classe dominante brasileira emprega a autonomia e a realiza com o mínimo de alterações, transfere, na realidade, da fase anterior à fase posterior uma estrutura colonial de produção. A situação colonial, por força da mudança das condições, é muito mais caracterizada no campo econômico pelo modo de produzir as mercadorias e pela escolha das mercadorias a produzir do que no campo político, pela subordinação a determinada metrópole.

A fase em que se processou a independência foi de declínio na renda nacional.<sup>28</sup> A estruturação do Estado, no Brasil, no terceiro decênio do século XIX, foi tarefa extremamente difícil e na qual a classe dominante colocou seu esforço máximo, excluindo de participação aquelas camadas que haviam colaborado para a luta. Numa fase em que a única saída para a crise estava no aumento da exportação, taxar a exportação era fazer com que a classe dominante, empresária da independência, arcasse com a maior parte dos ônus de manutenção do aparelho de Estado. E ela preferia, naturalmente, transferir a totalidade de tais ônus

<sup>28</sup> "A experiência dos anos vinte — primeiro decênio de vida independente — é ilustrativa e explica grande parte das dificuldades dos dois decênios subsequentes. Nesse período, o governo central não consegue arrecadar recursos, através do sistema fiscal, para cobrir sequer metade dos seus gastos, agravados com a guerra na Banda Oriental. O financiamento do déficit se faz principalmente em emissão de papel-moeda, mais que duplicando o meio circulante durante o referido decênio. Dadas as pequenas dimensões da economia monetária, seu alto coeficiente de importação e a impossibilidade de elevar a tarifa aduaneira, os efeitos das emissões de papel-moeda se concentravam na taxa de câmbio, duplicando o valor em mil réis da libra esterlina entre 1822 e 1830. A forma de financiar o déficit do governo central com emissões de papel-moeda e a elevação relativa dos preços dos produtos importados — provocada pela desvalorização externa da moeda — incidiam particularmente sobre a população urbana. A grande classe de senhores agrícolas, que em boa medida se auto-abasteciam em seus domínios e cujos gastos monetários o sistema de trabalho escravo amortecia, era relativamente pouco afetada pelos efeitos das emissões de papel-moeda. Esses efeitos se concentravam sobre as populações urbanas de pequenos comerciantes, empregados públicos e do comércio, militares, etc. (...) A baixa nos preços das exportações brasileiras, entre 1821-30 e 1841-50, foi de cerca de 40 por cento. No que respeita a importações, o índice de preços das exportações da Inglaterra constitui uma boa indicação. Esse índice, entre os dois decênios referidos, manteve-se perfeitamente estável. Pode-se, portanto, afirmar que a queda do índice dos termos de intercâmbio foi de, aproximadamente, 40 por cento, isto é, que a renda real gerada pelas exportações cresceu 40 por cento menos que o volume físico destas. Como o valor médio anual das exportações subiu de 3.900.000 libras para 5.470.000, ou seja, um aumento de 40 por cento, depreende-se que a renda real gerada pelo setor exportador cresceu nessa mesma proporção, enquanto o esforço produtivo realizado nesse setor aproximadamente dobrara. Os dados referidos no parágrafo anterior constituem uma indicação bastante clara de que a renda real *per capita* declinou sensivelmente na primeira metade do século XIX". (Celso Furtado: *Formação Econômica do Brasil*, Rio, 1959, p. 119 e 131).



às demais classes; nessa transferência, entretanto, parte daqueles ônus vai caber à própria classe dominante, na fração voltada para o mercado interno, daí a presença dessa fração nas inquietações, nas rebeldias, no tremendo abalo que só encontra fim na segunda metade do século XIX. Os recursos para manutenção do aparelho de Estado provinham, então, da população economicamente válida e desligada dos lucros da exportação: dos contribuintes de classe média, dos produtores que supriam o mercado interno, e das importações.

Quando a classe dominante brasileira, pois, realiza a independência com o mínimo de alterações internas, transfere à fase posterior uma estrutura colonial de produção, que decorrerá das condições vigentes no ocidente europeu, no século XVI, particularmente do primado do capital comercial que, operando na esfera da circulação, oferecia a determinadas áreas o que outras se especializavam em produzir. A divisão que se opera à base do predomínio do capital industrial, quando a produção domina a circulação, é de outra qualidade. Intervêm nela muito menos condições ecológicas que especializam determinadas áreas geográficas na produção de determinadas mercadorias do que condições econômicas, que forçam a especialização, independentemente de condições ecológicas. A especialização, assim, decorre da estrutura colonial, mantida pela dependência econômica. *A situação de dependência*, substituindo a situação colonial, *está no modo de produzir as mercadorias e na escolha das mercadorias a produzir, e não na subordinação a determinada metrópole.*

Firma-se, conseqüentemente, outra forma de dependência, entre a classe dominante no país recém-autônomo e forças externas, agora a burguesia inglesa; aquelas definem a política econômica como fundada no livre-cambismo, que desvenda inteiramente o mercado interno aos fornecedores externos, e no recurso aos empréstimos externos para cobrir as diferenças negativas da troca com o exterior e aquelas oriundas dos orçamentos deficitários. A situação econômica impunha medidas que alterassem a estrutura vigente; tais medidas não poderiam acudir à classe dominante interessada em manter a estrutura colonial. Para mantê-la, havia duas válvulas: a dos empréstimos e a das emissões. Com a primeira, satisfazia-se o aliado externo, às custas do país, mas não da classe dominante. Com a segunda, socializavam-se os prejuízos e distribuíam-se os ônus. Em 1829, o Banco do Brasil era fechado, encerrando a primeira fase de sua existência.

Ao empréstimo de 1824 (1.000.000 de libras, com a garantia da renda alfandegária), suceder-se-ia o de 1825 (2.000.000 de libras), para as indenizações a Portugal pelo reconhecimento da independência. A diferença negativa na troca de mercadorias é normal e crescente: 5 mil contos de réis, em 1824; 7 mil, em 1830; 11 mil, em 1837; 17 mil, em 1841, em valores da época, assinalados os anos em que ele foi maior. Durante a primeira metade do século XIX, em valores globais, a exportação representou apenas 90% da importação. Como os empréstimos externos destinavam-se a cobrir *déficits* da balança de comércio exterior, permanente e crescentemente deficitária, a dívida externa começa a acumular-se, passando, entre 1825 e 1840, de 5,1 para 5,3 milhões de libras, que correspondem, em milhares de contos de réis, entretanto, a 23,3 e 41,0. As perdas do Brasil, na primeira metade do século XIX, foram superiores a cem mil contos de réis, valor da época. O orçamento permaneceu, salvo três ou quatro anos, também permanentemente deficitário, na época, totalizando, ainda na primeira metade do referente século, setenta mil contos de réis. A libra era comprada, em 1821, por 4,65 mil réis; em 1848, valia 9,60. Até 1860, o Brasil tomou mais de dez empréstimos no exterior, no total de 11,5 milhões de libras. *A transferência da renda para o exterior operava-se por meio da comercialização.*

Uma síntese da situação na primeira metade do século XIX poderia ser esta: "A primeira metade do século XIX é, para o Brasil, pois, uma fase extremamente difícil; ela assinala a preparação para a autonomia política e sua efetivação, mas também, e principalmente, a integração da economia brasileira no mundo e todo o tortuoso processo de adaptação dessa economia colonial, que persiste colonial, às condições criadas pelo avanço capitalista no exterior. Trata-se de montar o aparelho de Estado, evidentemente, mas sob condições extremamente duras, quando a classe dominante de senhores de terras e de escravos, ou de terras e de servos, luta para manter os seus privilégios, para firmar o sistema de que aproveita, e enfrenta as perturbações internas que lhe ameaçam a dominação e as pressões externas que lhe retiram parcelas ponderáveis da renda. Esta, assim, retrai-se, criando dificuldades que terão de ser contornadas num processo contínuo de transferência dos prejuízos às outras classes. Não há, em consequência, a mínima possibilidade de capitalização; as pers-

pectivas burguesas permanecem remotas".<sup>20</sup> Coroando o processo de transferência da renda para o exterior situava-se o mecanismo através do qual as crises cíclicas do capitalismo transferiam ao Brasil as conseqüências de seus efeitos.<sup>20</sup>

O Brasil, com a independência, tornara-se simples província britânica. O representante dos Estados Unidos junto ao Governo brasileiro, ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, descreveria a situação em termos calorosos: "Em todas as fazendas do Brasil, os donos e seus escravos vestem-se com manufaturas do trabalho livre, e nove décimos delas são inglesas. A Inglaterra fornece todo o capital necessário para melhoramentos internos no Brasil e fabrica todos os utensílios de uso ordinário, de enxada para cima, e quase todos os artigos de luxo, ou de necessidade, desde o alfinete até o vestido mais caro. A cerâmica inglesa, os artigos ingleses de vidro, ferro e madeira são tão universais como os panos de lã e os tecidos de algodão. A Grã-Bretanha fornece ao Brasil os seus navios a vapor e a vela, calça-lhe e drena-lhe as ruas, ilumina-lhe a gás as cidades, constrói-lhe as ferrovias, explora-lhe as minas, é o seu banqueiro, levanta-lhe as linhas telegráficas, transporta-lhe as malas postais, constrói-lhe as docas, motores, vagões, numa palavra: veste e faz tudo, menos alimentar o povo brasileiro".<sup>21</sup> O alemão Tietz anotou, com espanto, que o número de casas comerciais pertencentes a brasileiros não ultrapassava, no Rio de Janeiro, de cinco. Concluía: "Não acreditamos, entretanto, que se encontre, nessa cidade, nem sequer uma de propriedade genuinamente nacional".<sup>22</sup>

A estrutura econômica brasileira, após a independência, era, realmente, na essência, de início, a mesma do período colonial. Consistia na produção em larga escala de um ou dois produtos

<sup>20</sup> Nelson Werneck Sodré: *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964, p. 87.

<sup>21</sup> "Demais, por força da própria integração na economia mundial, a estrutura brasileira de produção recebe agora diretamente os efeitos das crises cíclicas do capitalismo. A primeira vez em que o fenômeno ocorre, apanha a economia brasileira em seu penoso esforço de adaptação. Acontece em 1836 e começa com uma queda cambial, na fase da paridade de 43 ½ d, que faz baixar a taxa a 36. É um dos efeitos dessa crise a quebra da paridade para 27 d, em 1846. Os contemporâneos supuseram que a crise decorria das irregularidades no meio circulante ou do enorme contrabando de escravos, ferindo o disposto na proibição de 1831, ou da redução na colheita do café. Na verdade, a baixa no preço dos nossos produtos prosseguiu, em 1837, e o câmbio desceu a 31 d, surgindo o pânico no Rio de Janeiro. (...) As conseqüências da crise foram sérias e as emissões se sucederam, em 1837, em 1839, em 1842, em 1843, em 1845, em 1846, levando à nova quebra na paridade cambial. O capitalismo, em desordenada expansão, transferia os prejuízos de suas crises à economia brasileira dependente. No seio desta, os prejuízos eram transferidos da classe senhorial às outras classes. As possibilidades de acumulação interna, por isso mesmo, eram consideravelmente reduzidas". (Nelson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 87/88).

<sup>22</sup> Jorge Martins Rodrigues: "A rivalidade comercial de norte-americanos e ingleses no Brasil do século XIX", in *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, nº 1, São Paulo, 1953.

<sup>23</sup> F. Tietz, cf. *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, nº 1, São Paulo, 1953.

agrícolas, sob regime de trabalho escravo, destinada a mercados externos; numa exportação concentrada em poucos produtos e destinada a poucos mercados; numa importação compreendendo manufaturas e toda espécie de utilidades, inclusive aquelas destinadas às necessidades mais elementares: comer e vestir; a exportação estava concentrada não apenas em poucos produtos, mas também em poucos exportadores, mas a importação se distribuía aos muitos consumidores. Os que, no Brasil, viviam em economia de mercado — porque extensas áreas viviam ainda em economia natural — eram abastecidos do exterior: o mercado interno dependia, essencialmente, de fornecedores externos, dependia do estrangeiro, era mercado da produção estrangeira. Assim, nem a exportação — porque destinava ao exterior a quase totalidade do que a estrutura produzia — nem a importação — porque recebia do exterior a quase totalidade do que consumia — estavam vinculadas ao mercado interno. Nesse sentido, pois, a estrutura econômica, no essencial, continuava a caracterizar-se como colonial.

Tivera início, então, o processo hoje conhecido como deterioração das relações de troca, eufemismo que encobre a exploração processada no comércio desigual, em que os produtores de matérias-primas e alimentícias verificam que o preço delas baixa constantemente, enquanto ascende constantemente o preço dos produtos acabados, isto é, baixa o preço do que vendem e sobe o preço do que compram. Foi esta a forma elementar pela qual a Inglaterra — ou melhor, a burguesia inglesa — se aproveitava da maior parte da renda proporcionada pelo trabalho dos brasileiros. Essa forma elementar seria aprimorada, depois — quando o imperialismo clássico fez a sua tempestuosa irrupção.

## O Imperialismo no Século XIX

---

A economia dependente fica plenamente definida com o advento do imperialismo. No caso brasileiro, ela se esboça, distinguindo-se da economia colonial, na primeira metade do século XIX. Define-se, na plenitude de seus traços, na segunda metade desse século. O esboço, na primeira metade, caracterizava-se pela troca desigual e pelos empréstimos; não há investimentos estrangeiros praticamente. Não podem ser considerados nessa categoria os capitais comerciais introduzidos, em valor reduzido, pelas casas britânicas que operam nas praças brasileiras, nem aqueles ligados ao transporte marítimo. Mal se inicia a segunda metade do século, entretanto, os investimentos começam a afluir, de forma crescente: à troca desigual e ao serviço da dívida externa, cumpre acrescentar, agora, a remessa de lucros, que não encontra restrição alguma.

Até que ponto tais investimentos pertencem à etapa imperialista do desenvolvimento capitalista? Em sua obra clássica<sup>22</sup>, Lênin admite o imperialismo como plenamente definido nas últimas décadas do século XIX; como forma dominante, ao iniciar-se o século XX. Mas tem o cuidado de frisar a precedência e mesmo a antecipação imperialista, no caso da Inglaterra. Diz, a certa altura: "No que se refere à Europa, pode-se fixar, com bastante exatidão, o momento em que o novo capitalismo vem a substituir *definitivamente* o velho: no início do século XX". Detalha, adiante: "O que caracteriza o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo moderno, em que impera o monopólio, é a exportação de *capitais*. (...) A Inglaterra é a primeira que se converte em país capitalista e até meados do século XIX, ao implantar o livre-câmbio, pretendeu ser a 'oficina

<sup>22</sup> V. I. Lênin: *O imperialismo, fase superior do capitalismo*.

do mundo todo', a provedora de artigos manufaturados para todos os países, os quais deviam fornecer-lhe, em troca disso, matérias-primas". Ainda além, retoma o problema: "Para a Inglaterra, o período de enorme intensificação das conquistas coloniais corresponde aos anos de 1860 a 1880 e é muito considerável durante os últimos vinte anos do século XIX. (...) Vemos, agora, que *é justamente depois desse período*, quando começa o enorme auge das conquistas coloniais, exacerba-se a um grau extraordinário a luta pela divisão territorial do mundo. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase de capitalismo monopolista, ao capital financeiro, *acha-se relacionada* com a exacerbação da luta pela divisão do mundo".

Mas no Brasil, na passagem da primeira à segunda metade do século XIX, acentuam-se alterações que seguem em crescimento até o fim do século; no início da segunda metade do século XIX, realmente, o Brasil começa a emergir da prolongada crise que tivera início com a decadência da mineração, ainda no período colonial. A necessidade estava em aumentar a exportação, conservando a estrutura vigente, isto é, aumentá-la produzindo quantidade maior de produto agrícola de consumo suscetível de desenvolvimento nos mercados externos. Para isso, havia dois fatores favoráveis: a larga disponibilidade de terras e o excesso de oferta de força de trabalho já concentrada e adaptada ao regime escravista. O fator negativo, na época, consistia na fraca disponibilidade de recursos monetários. Ora, o produto agrícola que as circunstâncias permitem escolher aproveita os fatores positivos e se compatibiliza com o fator negativo. O café, realmente, exige disponibilidade de terras, absorve força de trabalho numerosa e apresenta fracas exigências monetárias. Esses traços explicam a rápida ascensão do café, no Brasil; por outro lado, a elevação de seus preços no mercado mundial estimula aquela ascensão. Quando, na quarta e quinta décadas do século, os preços declinam, a produção já se firmara e pode suportar a eventualidade negativa.

O importante, no desenvolvimento cafeeiro, no Brasil, está na capacidade que a sua estrutura de produção ofereceu para, aproveitando uma herança penosa, gerar novas condições. O volume de café exportado quintuplicou, entre as décadas de 1821-30 e 1841-50, embora os preços se tenham reduzido, no mesmo período, de 40%. Só esse dado quantitativo seria suficiente já para explicar sua adequação às condições alinhadas no

Brasil, na época.<sup>14</sup> A produção cafeeira aproveitava a estrutura que a decadência mineradora deixara disponível e ociosa, atrofiada numa agricultura de subsistência que não tinha perspectiva, nos quadros do tempo.<sup>15</sup>

No fim da primeira metade do século XIX, por outro lado, dois acontecimentos anunciaram mudanças significativas, no Brasil: findara o prazo de vigência dos acordos firmados com a Inglaterra, permitindo ao Governo procurar na tributação alfandegária recursos que antes lhe eram proibidos; firmara o Governo, paralelamente, com a lei de supressão da entrada de escravos africanos, posição nova diante do problema, depois das tergiversações prolongadas, e a extinção do tráfico negreiro deixara em disponibilidade recursos vultosos, que buscariam aplicação em outras áreas, particularmente na lavoura nova, de exportação. Tais recursos influíram também em outro aspecto do desenvolvimento cafeeiro, que era novo, entre nós: a comercialização do produto pertencia aos nacionais. O comércio exterior anuncia reversão importante: no decênio de 1850-59, o balanço apresenta *déficit* de 12 mil contos de réis; mas já no decênio de 1860-69, aparece o saldo de 15 mil contos; serão 35 mil, no decênio de 1870-79; 30 mil, no decênio de 1880-89; para atingir 70 mil, no último decênio do século. A receita orçamentária, que partira dos 4 mil contos, em 1823, permanece inferior a 20 mil, até 1843; em 1867, atinge 71 mil contos; ultrapassa os 100 mil contos, a partir de 1871; os 200 mil, a partir de 1891; os 300 mil, a partir de 1895. E, mais importante do que isso: a expansão cafeeira e as condições novas que ela proporciona, vão afetar profundamente o regime de trabalho. Ao cafezal das senzalas

<sup>14</sup> "Nas condições que vigoravam, no Brasil, na fase da autonomia, a expansão das exportações só poderia fundamentar-se numa atividade agrícola. Impulsionar a indústria teria sido impossível. Não havia aqui o mínimo de condições para isso: nem mesmo a existência do mercado interno. Muito ao contrário, a capacidade aquisitiva, nele, estava atravessando um prolongado e grave período de declínio: fora, realmente, reduzida à metade. Mas, por outro lado, a criação ou o desenvolvimento de uma atividade agrícola visando a exportação dependia da disponibilidade de terras. Isso excluía, desde logo, as zonas já utilizadas para esse fim, em que a apropriação se expandira no espaço e se concentrara socialmente e para cujo aumento de produção não existiam as condições mínimas, particularmente a colocação no mercado externo". (Nélson Werneck Sodré: *Formação Histórica do Brasil*, 7ª edição, São Paulo, 1971, p. 198).

<sup>15</sup> "Desde que o fator básico, no caso, era a terra, e havia disponibilidade de terra; desde que havia condições para atender as fracas exigências monetárias — restava o problema da mão-de-obra para que se completasse o quadro em que a expansão agrícola em zona nova e com gênero novo se tornaria viável. Ora, um dos aspectos mais claros da fase em que se processa a independência é justamente a abundante disponibilidade de escravos. (...) Assim, as solicitações da lavoura cafeeira são prontamente atendidas pela escravaria que o declínio da mineração deixara disponível e que se estagnara nas lavouras de subsistência que sucederam às minas, no altiplano. Organizada sobre a velha base do trabalho escravo, a lavoura do café reduzia ainda mais os seus custos monetários, muito menores, evidentemente, do que os da lavoura açucareira, e nem só por isso". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 200).

sucedem-se o cafezal do colono, à base das levas de imigrantes: no último quartel do século, entram no Brasil mais de 800.000 trabalhadores europeus. Trabalhadores livres que, pela presença, tão simplesmente, anunciam a liquidação do escravismo, um dos esteios da economia colonial, uma de suas características fundamentais.

A divisão mundial do trabalho fixara para o Brasil a posição de exportador de artigos primários. Exportação e importação, nas condições em que aquela divisão mundial subordinara o Brasil, funcionavam como em estruturas avançadas funcionam o investimento e a poupança, segundo a economia clássica considera os conceitos. Nesse caso, é da exportação que depende a renda nacional e esta, por sua vez, destina-se, em considerável parcela, à importação. A poupança doméstica é mínima e cresce muito lentamente, assumindo a importação destacado papel. No caso brasileiro, assim, verifica-se claramente o problema: a importação é reforçada por empréstimos externos, que se iniciam com a autonomia; mais adiante, com investimentos externos, que se pretendem substituidores da fraca poupança interna. No fim de contas, essas relações definem uma economia dependente estruturada sobre uma base colonial.

Encerrada a vigência dos acordos com a Inglaterra e, portanto, a fase de total liberalismo, o Governo podia buscar maiores recursos orçamentários nas taxas alfandegárias. Até essa data, 1844, a desproteção era absoluta, e a nova tarifa exclusivamente fiscal.<sup>28</sup> A dependência brasileira ficava definida na concentração dos fatores de produção em produtos primários destinados a mercados externos, na absoluta necessidade de importação de manufaturados, e na tendência, sempre acentuada, à política de empréstimos para saldar contas comerciais externas oriundas dos *déficits* na balança de trocas, e de acolhimento amplo a investimentos externos cobertos de amplas garantias. A concentração das exportações define a estrutura débil da produção brasileira, em que o café tinha destaque, com mais de 50% do total em valor, a partir do início da segunda metade do século; cerca de

<sup>28</sup> "A tarifa Alves Branco, que inaugurava uma nova política, encerrando a fase dita liberal, foi duramente combatida no exterior, e motivou inclusive represálias. Seria revista, em 1857, por Souza Franco, e sofreria sucessivas reformas: em 1860, com Silva Ferraz; em 1874, com o Visconde do Rio Branco; em 1880, com Afonso Celso; em 1881, com Saraiva; em 1877, com Belisário de Souza; em 1888, com João Alfredo; em 1890, com Rui Barbosa; em 1897, com Bernardino de Campos. Predominou em todas elas, ora mais, ora menos, o sentido fiscal. A arrecadação aduaneira constituía a base do sistema tributário, representando mais da metade da receita pública". (Nelson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 255).



65%, no fim do século. Com o açúcar, representava 51%, no início, e 70 a 80%, no fim da primeira metade do século. Oito produtos totalizavam 91%, no meio, e 96% do valor total da exportação, no fim do século. A importação denunciava, também, as características escandalosas daquela estrutura: no quinquênio de 1839-44, três categorias (vestuário e calçado, com 53,2%, alimentícios, com 21,0%, e utensílios, com 6,6%) correspondiam a 80,9% do total em valor do que comprávamos; no quinquênio de 1870-75, tais parcelas e o total estavam mais ou menos na mesma, somando 79,4% (mas já o carvão entrava com 3,5% e as máquinas com 3,0%); no primeiro quinquênio do século XX, o referido total baixara para 53,6% (quando o carvão ascendera para 5,5%, e as máquinas para 5,4%). Nossas exportações eram ainda concentradas, quanto ao destino: 33% para a Inglaterra, no biênio 1853-54, aumentando para 39,5%, no biênio 1870-71, e caindo para 18,0%, no início do século XX; 28,1% para os Estados Unidos, ascendendo para 29,0%, e para 43,0%, nas marcas referidas. Nossas importações foram crescentemente variadas, no que se relaciona com as fontes: a Inglaterra nos vendia 54,8% do total em valor, no biênio 1853-54, caindo ligeiramente, para 53,4%, no biênio 1870-71, e acentuadamente, para 28,1%, no início do século XX, mas nossas compras nos Estados Unidos passaram de 7,0% do total, em 1853-54, para 11,5%, no início do século XX, menos do que comprávamos na Alemanha.

Até 1861, os *déficits* são normais, nessa balança, os empréstimos são simples financiamentos, e em nada contribuem para alterar a estrutura econômica do país; muito ao contrário, reforçam essa estrutura, porque reforçam a dependência. Rápido e sumário exame do problema do endividamento externo mostra como funcionava o balanço de pagamentos: "Nos fins de 1840, o serviço da dívida absorvia quase três milhões de cruzeiros (e vai em cruzeiros para facilidade de raciocínio), que se somavam à diferença negativa de quase quatro milhões, do excesso das compras sobre as vendas." A partir de 1860, as coisas mudam. No decênio que termina em 1870, devemos deduzir do saldo de 18,9 milhões na balança de mercadorias os 12 milhões do serviço da dívida externa, restando-nos 6,9 milhões para

<sup>25</sup> Na intenção de tornar o texto mais claro, o autor expressa em cruzeiros os valores em mil réis da época, evidentemente compreendendo a absoluta ausência de correspondência. Mas o cruzeiro foi desvalorizado, nominalmente, em mil por um, em 1967, de sorte que os milhões referidos (que são milhões de contos de réis, valor da época) acabaram, no texto, majorados de mil.

aplicação em serviços internos. No decênio que termina em 1880, a diferença (34,3 — 16,7) é de 17,6. Parece que vamos dispor de mais recursos para aplicação no país. É uma passageira ilusão: no decênio que termina em 1890 sobra-nos, de um saldo de 30,9 milhões de cruzeiros obtidos no balanço de mercadorias, apenas 400 mil cruzeiros, pois o serviço da dívida externa absorveria 30,5 milhões. No último decênio do século, a situação era um pouco melhor: do saldo de 67,2 milhões de cruzeiros no balanço de mercadorias destinávamos ao serviço da dívida externa 57,3 milhões e nos sobravam, portanto, 9,9 milhões para aplicar em necessidades internas e também externas. Isto significa, em suma, que, no decênio 1881-90, o serviço da dívida externa absorveu 99% dos recursos hauridos com a exportação, isto é, o seu saldo, deduzida a importação, e no decênio seguinte absorveu 85%. Assim, o esforço para conseguir saldos na balança de mercadorias destinava-se a ser empregado no serviço da dívida externa, mas era restituído ao exterior.<sup>88</sup>

Numa economia exportadora, isto é, cuja expansão depende essencialmente da colocação no exterior de seus produtos, colocação que permite maiores ou menores possibilidades de compra — e da compra no exterior vive o país e se vai aparelhando — o mecanismo cambial tem função importante. Os efeitos das crises cíclicas do capitalismo serão enfrentados, internamente, no Brasil, por aquele mecanismo, que permite sua transferência às classes menos favorecidas. É interessante, por isso mesmo, constatar como, numa fase ascensional da economia brasileira, de saldos na balança do comércio exterior, o câmbio se tenha elevado sempre, isto é, que tenhamos pago sempre mais pela moeda estrangeira. Tal ascensão foi progressiva e lenta, até 1890: pagávamos 6,23 mil réis por libra, em média, no decênio 1821-30; 10,92 no decênio 1881-90, o que corresponde a uma alta de 75%; no último decênio do século, pagávamos 23,78 mil réis pela libra, em aumento da ordem de 282%, em relação ao decênio 1821-30. Em nove anos apenas, o aumento foi de 271%, assinalando a gravidade de nossos prejuízos comerciais e a acentuada perda de substância da economia brasileira. A desvalorização de nossa moeda provocava correspondente elevação na dívida externa e do seu serviço em moeda nacional, contribuindo para agravar o ônus que pesava sobre o país e para “socializá-lo”. Como havia um desequilíbrio externo constante, havia, tam-

<sup>88</sup> Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 262.

bém, constante transferência de renda em benefício da classe senhorial.<sup>39</sup> Ela descarregava, assim, os efeitos das crises cíclicas do capitalismo, que lhe eram transferidos do exterior.

O imposto de importação, cobrado a uma taxa fixa de câmbio, reduzia o seu montante ao depreciar-se a moeda e impunha o recurso às emissões, que correspondiam a novo imposto, altamente regressivo. Para “defender o câmbio”, por outro lado, o Brasil contraía novos empréstimos, em condições sempre onerosas, gerando aquela associação conhecida entre empréstimos externos, *déficits* orçamentários, *déficits* na balança de trocas com o exterior, investimentos externos e seus lucros, mecanismo de câmbio e emissões, gerando a aparente complexidade que disfarçava a espoliação continuada da economia nacional.<sup>40</sup>

A classe dominante brasileira, pois, entregara o mercado interno aos fornecedores externos porque produzia não para aquele mercado interno, mas para os externos. E transferia os ônus resultantes da subordinação ao exterior às classes e camadas inferiores, pelo uso e abuso das emissões, que desvalorizavam a moeda no interior, pela manipulação cambial, que a desvalorizava no exterior, numa fase em que comprávamos fora quase tudo o que necessitávamos, inclusive o que vestir, o que comer e o que usar. Na primeira metade do século XIX, quebrara duas vezes a paridade em relação à libra; conservaria tal paridade, na segunda metade, porque alcançava, com a manipulação cambial, os efeitos de que necessitava. A ligação, cada vez mais profunda, entre o latifúndio e o imperialismo, assim, data, a rigor, da fase pré-imperialista. Mas já as condições que o país apresentava sofriam gradual alteração, particularmente na me-

<sup>39</sup> “O processo de correção do desequilíbrio externo significa, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações”. (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 196).

<sup>40</sup> “No período considerado, entre 1851 e 1890, o Governo brasileiro que, aos já citados e estudados empréstimos de 1824, 1825 e 1829, acrescentara os de 1839, no valor de 411.200 libras esterlinas, e de 1842, no valor de 732.600, toma, ainda, e sempre em libras esterlinas, os empréstimos de 1852, no valor de 1.040.600 libras, de 1857, no valor de 1.526.500 libras, de 1858, no valor de 508.000 libras, de 1859, no valor de 1.373.000 libras, de 1863, no valor de 3.855.300 libras, de 1865, no valor de 6.963.600 libras, de 1870, no valor de 3.459.600 libras, e de 1874, no valor de 5.301.200 libras, isto é, um total de 24.027.000 libras, entre 1851 e 1870. Somados aos 6.999.200 libras tomadas de 1824 a 1850, importava tudo em 31.026.200 libras esterlinas. Era, realmente, um encargo pesadíssimo, cujos efeitos seriam sentidos ao longo de todo o tempo, pois vimos que os primeiros empréstimos duraram, sem liquidação, até depois do advento da República e foram pagos em total várias vezes superior ao que fora tomado. Parcela considerável da renda nacional, pois era transferida ao exterior, por essa via, além de outras, a do comércio de mercadorias e a dos lucros dos investimentos estrangeiros, investimentos cercados de todas as garantias, cuja margem de risco ficava reduzida ao mínimo, praticamente anulada, e cujos resultados, aparentemente positivos para o país, conforme se apresentavam nos primeiros tempos, logo denunciavam o seu verdadeiro sentido e a profundidade de seus efeitos negativos”. (Nelson Werneck Sodré: *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964, p. 122/123).

dida em que avança a segunda metade do século XIX. " A renda brasileira ascende, o mercado interno se amplia. As distâncias, por vezes, funcionam como barreiras alfandegárias, e impõem a produção de determinados bens de consumo, para atender a mercados próximos. A economia alcança uma taxa alta de crescimento.

A economia brasileira impulsiona a divisão do trabalho e exige o desdobramento das instituições e atualização da legislação: o Código Comercial é de 1850, como a nova lei de terras; já no ano anterior haviam aparecido as primeiras normas para incorporação das sociedades anônimas, completadas em 1860; em 1855, Teixeira de Freitas dá forma à sua *Consolidação das Leis Civis*. No domínio das inovações técnicas, o avanço fica marcado por alguns acontecimentos importantes: a inauguração da primeira ferrovia brasileira, em 1854; as primeiras linhas telegráficas haviam sido lançadas em 1852; o cabo submarino é de 1874, mas a iluminação a gás no Rio de Janeiro é de 1853. A fundição e estabelecimento de construção naval, de propriedade de Mauá, começa a funcionar em 1850; em 1852, o grande banqueiro organiza a companhia de navegação do Amazonas, como a Companhia Fluminense de Transportes e a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro. Os capitais detidos pelo grande empreendedor, em 1850, são já da ordem de 300.000 contos de réis.

As crises de 1857 e de 1864, entretanto, abalam tais iniciativas, audaciosas para as condições do país na época, quando a acumulação interna era ainda modesta. As empresas de Mauá passam a firmas estrangeiras: a de transportes urbanos, na capital, será a Botanical Garden Rail Road Company; a de iluminação será The Rio de Janeiro Gas Company Limited; a de navegação no Amazonas será a Amazon Steam Navigation; a sua concessão para lançamento do cabo submarino passará à Brazilian Submarine Telegraph Company; a ferrovia ligando o Rio a Minas será The Minas and Rio Railway Company; a concessão para a ferrovia entre S. Paulo e Santos passará aos

<sup>41</sup> "A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira. O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e, finalmente, 8 estradas de ferro. Boa parte destes empreendimentos e outros semelhantes, que aparecem pela mesma época, não representa mais que especulação, estimulada pela súbita liberação dos capitais antes invertidos no tráfico africano, bem como pela inflação de crédito e emissões de papel-moeda, que então se verificam". (Celo Prado Júnior: *História Econômica do Brasil*, São Paulo, 1939, p. 203).

ingleses e constituirá a São Paulo Railway. Os investimentos britânicos mostram como o Brasil representava uma das primeiras vítimas do imperialismo, ainda dando os passos iniciais, mas já implacável nos seus métodos.

Eles podem ser aferidos pelo exame do caso concreto da São Paulo Railway, por isso convém situá-lo, a breves traços. Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a exportação de café crescera extraordinariamente, convergindo as cargas para S. Paulo, vindas das diversas áreas produtoras, e daí sendo carreadas para Santos, onde eram embarcadas para o exterior. São Paulo era, assim, a maior praça comercial e o maior centro de atração dos transportes terrestres, e Santos o maior porto exportador do país. Tornava-se imperioso substituir o transporte das cargas em lombo de burro por uma ferrovia. Mauá obteve a concessão para construir tal ferrovia. Mandou fazer os estudos, incorporou capitais e iniciou a construção. A obra, porém, excedeu às suas possibilidades. Foi em vão que colocou o problema diante das autoridades centrais. Para estas, o brasileiro Mauá podia e até devia investir com todos os riscos. Mas não os estrangeiros. A companhia inglesa que substituiu Mauá, deu todas as garantias, as mais onerosas e completas que algum governo jamais concedeu a alguma empresa: a de juros nunca inferiores a 6% do capital investido, ao ano, taxa alta para a época; exploração pelo prazo de 90 anos; monopólio assegurado pela reserva de faixa lateral de 45 quilômetros, na qual ficava proibida a construção de qualquer outra ferrovia. Assim, o imperialismo ficava com o direito de explorar, sem risco algum, por um século e em regime de monopólio, o transporte do principal produto de exportação entre a maior praça comercial e o maior porto nacional.<sup>42</sup> A falência de Mauá, reflexo das crises cíclicas do capitalismo, em 1857 e em 1864, e a transferência ao Brasil de seus efeitos, denunciava o caráter atrasado da estrutura econômica do país, sua dependência do imperialismo.

Na segunda metade do século XIX, a economia brasileira assinala mudanças significativas, particularmente marcadas no início e no fim desse período: no início, pela extinção do tráfico negreiro, pela tarifa alfandegária nova, liberta até certo ponto da pressão inglesa configurada em acordos ligados ao processo

<sup>42</sup> "E ainda há quem diga que essa estrada foi construída com capitais ingleses!", dirá a filha de Mauá, em depoimento tomado muitos anos depois. José Carlos de Macedo Soares afirmaria, no mesmo sentido: "A São Paulo Railway, em sua origem, só teve de inglesa o nome". Não apenas o nome, convém acrescentar, mas também, e principalmente, os lucros.

da independência, pelo avanço da produção e da exportação do café, em estrutura diversa daquela sob a qual fora produzido, e continuava a ser, o açúcar; no fim, pela abolição do trabalho escravo, pelo alastramento lento mas seguro de relações capitalistas no centro-sul, pelo desenvolvimento, também lento e pontilhado de crises, da produção industrial, limitada a bens de consumo. A população brasileira cresceria dos quatro milhões, da época da independência, para os quinze milhões do fim do século. E a passagem de um a outro século é assinalada por alterações políticas que refletem as econômicas: a questão eleitoral, a questão religiosa, a questão militar, a questão do trabalho, a questão do regime, liquidando a monarquia suas possibilidades — questão financeira, por fim, e destacadamente, com o *funding loan* em que ficava espelhada a dependência ao imperialismo.

As relações capitalistas, que precedem e que condicionam o surto industrial, limitadas e ilhadas pela estreiteza do mercado interno e pela supremacia das relações pré-capitalistas, aparece em alguns dados brutos, em 1890, quando a monarquia chega ao fim: apenas dois portos aparelhados e uma usina elétrica, mas, por contraste, 10.000 quilômetros de ferrovias e 18.000 de linhas telegráficas; produção agrícola no valor de 500.000 contos de réis, e produção industrial no valor de 508.000 contos; exportação *per capita* de 15 mil réis e receita *per capita* de 11,5 mil réis. Entre 1881 e 1889, o número de estabelecimentos fabris passou de 200 a 600, com capital superior, na última data, a 400.000 contos de réis; mas 60% pertencem ao ramo dos têxteis e 15% ao de alimentícios. A mudança do regime influi no falso clima de euforia, que desemboca no fenômeno do *encilhamento*, com o capital das sociedades anônimas crescendo de 800.000 contos de réis para 3.000.000, entre 1889 e 1891, fenômeno financeiro que reflete a debilidade da estrutura brasileira de produção. O câmbio cai de 27 d, em 1889, a 6 d, em 1898. Paralelamente ao *funding loan*, estabelecido com os credores externos, o governo oligárquico adota a política simuladamente reformadora e austera de “saneamento” financeiro, fascinado pela deflação, freando bruscamente o desenvolvimento industrial e onerando gravemente a classe trabalhadora e a pequena burguesia. A depreciação cambial traduz a aplicação do mecanismo interno e externo de transferência de efeitos.<sup>43</sup>

<sup>43</sup> “A grande depreciação cambial do último decênio do século, provocada principalmente pela expansão creditícia imoderada do primeiro governo provisório, criou forte

No que concerne ao comércio exterior, a mudança é muito grande: o saldo a nosso favor, no quinquênio 1880-85, fora de 148.100 contos de réis; no quinquênio de 1900-05, alcançaria o total de 1.427.300 contos de réis, que se manteria, com flutuações, até o fim da Primeira Guerra Mundial. Assim, nos dois últimos decênios do século XIX, o nosso saldo total, na troca de mercadorias, da ordem de um milhão de contos de réis, que parecia extraordinário, apenas anunciava o total da ordem de cinco milhões, dos dois primeiros decênios do século XX. Pagamos, agora, entretanto, quatro vezes mais por uma libra esterlina e os grandes saldos eram absorvidos pelo serviço da dívida externa. Restituíamos, assim, rapidamente, os lucros provenientes da troca de mercadorias e o balanço de pagamentos desmentia a situação promissora da balança de mercadorias. Admitindo o índice 100 para 1825, os saldos em circulação dos empréstimos externos haviam ascendido, no fim do século XIX, a 908, em libras esterlinas, crescendo mais de nove vezes, e a 6.412, em moeda nacional, crescendo mais de 64 vezes. Uma análise sumária da economia brasileira mostraria que seus avanços correspondiam a um reforço da dependência em relação ao imperialismo: *o imperialismo era sócio do desenvolvimento da economia brasileira.*<sup>44</sup>

O esforço de acumulação está ligado ao crescimento da exportação de café: de 30% do valor total da exportação brasileira, no decênio de 1830-39, passará a pouco mais de 75%, no primeiro quinquênio do século XX. É a fase final, entretanto, de uma expansão quase sem obstáculos — embora os houvesse na comercialização, com oscilação dos preços: começa, agora, uma fase nova, quando aparece excesso de produção e as praças do exterior pressionam no sentido da baixa: a estrutura de produção torna-se dependente dos preços mundiais e disso deriva, em grande parte, a passagem progressiva da comercialização às mãos do imperialismo.<sup>45</sup> A resistência do açúcar às relações ca-

pressão sobre as classes assalariadas, particularmente nas zonas urbanas" (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 203).

<sup>44</sup> Normano assinala, em nossa história econômica, "uma série de recordes sensacionais caracterizada por uma seqüência de flutuações que espantam" a "história do aparecimento e desaparecimento por assim dizer de sistemas econômicos inteiros em que uma nação baseia a sua existência". Para detalhar: "O principal motivo do sucesso do Brasil, nos primeiros tempos do aparecimento de um produto, reside no fato de a produção brasileira poder satisfazer a uma procura nova de matéria-prima. A história mostra que a supremacia do Brasil, usualmente, corresponde aos períodos do primeiro aparecimento de um produto em grande quantidade nos mercados mundiais. Foi isso o que sucedeu com o açúcar, o algodão, o cacau, o fumo, a borracha, o café". (J. F. Normano: *Evolução Econômica do Brasil*, São Paulo, 1939, p. 22 e 62).

<sup>45</sup> "Os grandes exportadores, em sua maioria ricos e estrangeiros, que manipulam capitais particulares assim como os recursos colocados ao seu dispor pelos sindicatos de ultramar, de que são intermediários, mandam para o interior dos Estados produtores

pitalistas continua muito grande: em 1913, a sua exportação estava reduzida a 5.000 toneladas e, em 1920, apenas 34,5% dele fora produzido em usinas, o restante provinha ainda de "estabelecimentos rurais", como a estatística designava engenhos de qualquer porte, estabelecidos em todo o Nordeste. Um economista diria, a respeito: "são precisos cem engenhos coloniais, contra uma usina moderna".<sup>46</sup> O latifúndio postava-se atrás dessa estrutura superada, porém tornava-a inexpugnável. O mercado interno é obrigado a pagar o atraso, nos preços do açúcar consumido. É ainda esse mercado que salva o algodão, cuja produção oscila sempre, ao sabor dos mercados externos: em 1915, das 100.000 toneladas produzidas, o mercado interno absorveu 70.000. Mas não pode salvar a borracha: em 1910, a relação, nos mercados consumidores, entre a borracha nativa e a borracha cultivada era de 88 para 12%, é a época áurea da borracha brasileira; em 1920, entretanto, aquela relação estava invertida: os mercados consumidores absorviam apenas 9% de borracha nativa, para 91% de borracha cultivada. Em 1910, com a borracha a 10 contos de réis por tonelada FOB, o valor da exportação brasileira do produto alcançava 377.000 contos de réis, emparelhando com o valor do café, que chegara a 385.000 contos; enviávamos cerca de 40.000 toneladas ao exterior. Em 1920, nossa exportação de borracha caía para 17.000 e, pouco depois, desaparecíamos, praticamente, do rol dos fornecedores. O contraste não era entre borracha nativa e borracha cultivada; era entre produção capitalista e produção pré-capitalista, que era a nossa.

Esses contrastes importavam, no fim de contas, em formas de transferência de renda: do setor de subsistência para o setor de exportação, da economia de mercado interno para a economia de exportação, dos que trabalhavam a salário ou viviam de vencimentos fixos, para outros setores, o latifundiário-exportador e o comercial, da burguesia ainda débil para o latifúndio tradicional e poderoso, de toda a economia para o imperialismo.<sup>47</sup> Começam

de café numerosos agentes encarregados de comprar, dos fazendeiros, toda a safra, com pagamento parcial ou integral em dinheiro, enquanto se recusam a pagar o mesmo preço pelo café consignado aos comissários do Rio de Janeiro. (...) Em linhas gerais, é esta a atual situação da nossa agricultura, entregue de mãos e pés atados à especulação triunfante do capitalismo". (Mensagem do governador do Estado do Rio de Janeiro, setembro de 1902, p. 50).

<sup>46</sup> Cincinato Braga, *Intensificação Econômica do Brasil*, São Paulo, 1918, p. 69.  
<sup>47</sup> "Os núcleos mais prejudicados eram as populações urbanas, entretanto. Vivendo de ordenados e salários e consumindo grande quantidade de artigos importados, inclusive alimentos, o salário real dessas populações era particularmente afetado pelas modificações da taxa cambial. (...) O fato de que se reduzisse a carga fiscal ao depreciar-se a moeda, isto é, nas etapas em que os preços dos produtos exportados baixavam no



a surgir contradições antes desconhecidas, entretanto, enquanto velhas contradições se aprofundam; no desenvolvimento dessas contradições, a estrutura econômica vai sendo moldada, como que a golpes de martelo.<sup>46</sup>

O desenvolvimento do comércio exterior, agora com a acumulação interna avançando, começa a alterar o quadro apresentado pelo país. Superada a crise de 1874-75, a indústria acelera seu crescimento e luta pela proteção tarifária. A pauta liberal de 1881 encontra veemente oposição da Associação Industrial. Haviam sido geradas, já, forças capazes de se organizar e de lutar pelos seus interesses, e esses interesses não eram mais unicamente os do latifúndio e do imperialismo. O Brasil não podia “continuar a ser *feitoria colonial*”, diriam os industriais.<sup>47</sup> Os contrastes eram gritantes, no entanto: estatísticas de 1882 revelavam que em seis das maiores províncias, as mais desenvolvidas, a relação entre a massa de trabalhadores e desocupados de 13 a 45 anos era arrasadora, existindo 1.434.170 trabalhadores livres, 650.540 escravos, 2.882.583 sem profissão definida.<sup>48</sup> Isso denunciava o excesso de oferta de força de trabalho, o peso da herança escravista e a estreiteza do mercado interno. Os primeiros tempos da República são de reformas, de rompimento, apesar de limitado, com os rumos antigos. Entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889, o capital das empresas organizadas no Brasil excedia de 400.000 contos de réis, igual ao capital de todas as que se haviam organizado antes da abolição do trabalho escravo. Pois entre 15 de novembro de 1889 e 20 de outubro de 1890, menos de um ano, o capital das empresas fundadas ascendia a 1.169.386. Grande parte pertencia à euforia ilusória do *encilhamento*, na verdade, mas o contraste, em si, era eloqüente.<sup>49</sup>

As novas condições objetivas influíam agora no sentido de os partidários da mudança enfrentarem as idéias antigas,

mercado internacional — operava evidentemente como um fator compensatório da pressão deflacionária externa. Sem embargo, a redução da carga fiscal se fazia principalmente em benefício dos grupos sociais de rendas elevadas. Por outro lado, a cobertura dos *déficits* com emissões de papel-moeda criava uma pressão inflacionária, cujos efeitos imediatos se sentiam mais fortemente nas zonas urbanas. Dessa forma, a depressão externa (redução dos preços das exportações) transformava-se internamente em um processo inflacionário”. (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 201).

<sup>46</sup> “Os interesses diretamente ligados à depreciação externa da moeda — grupos exportadores — terão, a partir dessa época, que enfrentar a resistência organizada de outros grupos. (...) Os nascentes grupos industriais, mais interessados em aumentar a capacidade produtiva do que em proteção adicional, também se sentem prejudicados com a depreciação cambial”. (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 204).

<sup>47</sup> *O Industrial*, Rio, 11 de maio de 1882.

<sup>48</sup> Hermes Lima: *Idéias e Figuras*, Rio, 1957, p. 98.

<sup>49</sup> Rui Barbosa: *Relatório do Ministério da Fazenda*, Rio, 1891, p. 102.

consagradas pela repetição, inclusive aquela que se firmou na frase: "O Brasil é um país essencialmente agrícola". Já um homem como Amaro Cavalcanti podia analisar a situação de maneira inédita: "Tenhamos por verdade ineludível: enquanto a situação econômica do país for tal que dependamos quase totalmente da importação de produtos estrangeiros para os objetos necessários às artes, às ciências, às indústrias, à habitação, ao vestuário e à própria alimentação quotidiana, não podemos contar com a probabilidade prática constante da circulação metálica. O valor do nosso meio circulante ficará sempre dependente do nosso desequilíbrio anual nas contas que tivermos de saldar no estrangeiro".<sup>52</sup> Um parlamentar, em 1895, já podia dizer: "Os nossos produtos são exclusivamente coloniais, por isso mesmo que somos um país exclusivamente agrícola. E um país exclusivamente agrícola, que apresenta no mercado internacional somente produtos coloniais, não passa das condições de inferioridade econômica de uma colônia".<sup>53</sup> Os partidários do livre-cambismo, da entrega do mercado interno às importações, da monocultura agrícola exportadora, da submissão ao imperialismo, impunham as suas normas. A oligarquia latifundiária dominara a República, após a crise de instauração do novo regime. E continuava as trilhas do Império, no endividamento externo ilimitado.<sup>54</sup>

O endividamento não apresentava qualquer lado positivo, pois esgotava seus efeitos na área da comercialização, não penetrando na produção. Denunciava a dependência da economia brasileira a forças econômicas externas, que continuaram com a mudança do regime político, conquanto o novo correspondesse ao atendimento de pressões no sentido de adaptação a condições recentes. A República representaria, assim, um esforço de acomodação, que caracteriza o declínio das forças ligadas à economia colonial, o aparecimento de novas forças. Sua possibilidade de mudança era limitada, no entanto. E por isso mesmo o endivida-

<sup>52</sup> Amaro Cavalcanti: Discurso no Senado. In *Anais do Senado Federal*, Rio, 1892, p. 42, III.

<sup>53</sup> Aristides de Queiroz: Discurso na Câmara dos Deputados. In *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio, 1895, p. 408, II.

<sup>54</sup> O empréstimo de 1865, no montante de £ 6.963.600, destinara-se a cobrir déficits orçamentários; o de 1871, no montante de £ 3.459.600, ao pagamento da dívida flutuante e juros do empréstimo de 1865; o de 1875, no montante de £ 5.301.200, à liquidação de créditos levantados no estrangeiro; o de 1883, no montante de £ 4.599.600, ao mesmo fim; o de 1886, no montante de £ 6.431.000, a "restabelecer o equilíbrio financeiro e consolidar a dívida flutuante"; o de 1888, no montante de £ 6.297.300, a "prevenir as dificuldades que porventura resultassem do ato de extinção da escravatura"; o de 1889, no montante de £ 19.837.000, à conversão dos débitos estrangeiros, correspondentes aos empréstimos de 1865, 1871, 1875 e 1886, todos de juros de 5%, em um novo e único empréstimo, de juros de 4% e prazo mais dilatado. (Valentim F. Bouças: *Finanças do Brasil, Dívida Externa, 1824-1945*, Rio, 1955, p. 172).

mento persistiu como traço definidor da dependência. O novo regime encontrou em circulação os empréstimos de 1883, 1888 e 1889; no total, o endividamento ascendia, em 1890, a quase 70 milhões de libras. Depois dos empréstimos de 1893 e de 1895 e das operações a curto prazo de 1896 e de 1897, o Governo republicano firmaria, em 1898, o *Funding Loan*: os juros de todos os empréstimos externos e as garantias de juros devidos pela União seriam pagos, no período de junho de 1898 a junho de 1901, em títulos consolidados, com juros de 5%, suspensa a amortização deste e de todos os empréstimos por treze anos, devendo ser retomada, portanto, a 1ª de julho de 1911. A reforma correspondia a novo empréstimo, no montante de £ 8.163.717, juros de 5%, prazo de 63 anos, garantido pela hipoteca das rendas da alfândega do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, das demais alfândegas do país. Compreendia os empréstimos em circulação, no valor de quase 38 milhões de libras, e as garantias de juros de vários empréstimos estrangeiros, além de empréstimos internos, em ouro, o de 1879. Tudo isso no bojo de uma crise comercial configurada na queda do preço do café, quando a saca exportada passara, entre 1893 e 1899, de 4.09 libras a 1.49. Em compensação, entre 1899 e 1910, para as 41 sociedades anônimas brasileiras que se constituíram, foram autorizadas a funcionar no país 160 empresas estrangeiras, com capital da ordem de 17 milhões de libras. E já em 1901, o mesmo Governo que firmara o *Funding Loan* tomava novo empréstimo no exterior, no montante de £ 16.619.320.

Até a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, os empréstimos externos se sucederam na ordem seguinte: o de 1903, no montante de £ 8.500.000; o de 1906, no montante de £ 1.100.000; os de 1908, no montante de £ 4.000.000 e de 100.000.000 de francos papel; os de 1909, no montante de 40.000.000 de francos ouro; os de 1910, no montante de 100.000.000 de francos ouro e de £ 11.000.000; os de 1911, no montante de 60.000.000 de francos ouro e de £ 4.500.000; o de 1912, no montante de £ 2.400.000; o de 1913, no montante de £ 11.000.000; o de 1914, segundo *funding* realizado pelo Brasil, num montante de £ 14.502.396, compreendendo todos os empréstimos anteriores, até o de 1883; o de 1916, no montante de 25.000.000 de francos papel. Por outro lado, os jatos emissionistas definiam forma de apropriação ou de transferência de renda, crescendo com o passar dos anos: haviam permanecido da

ordem de cem mil contos de réis anuais, entre 1880 e 1887; ascendendo para 200.000 contos de réis anuais daí até 1889; para 300.000, em 1890; para mais de 500.000, até 1892; para mais de 600.000, em 1893; para a média de 700.000, até 1908; para mais de 800.000, em 1909; para mais de 900.000, a partir de 1910; para mais de 1.000.000, a partir de 1915; e para a ordem de 2.000.000, a partir de 1918. A Primeira Guerra Mundial vem mudar a fisionomia do mundo. No Brasil, desvenda o processo de acumulação capitalista que vinha se desenvolvendo, ora lento, ora acelerado, superando tortuosamente a sangria externa.

## O Capitalismo no Brasil

---

Para analisar em profundidade o desenvolvimento do capitalismo no Brasil é preciso, preliminarmente, situá-lo no processo histórico. E isso permite verificar, desde logo, que o regime capitalista surge e se desenvolve, aqui, cercado pelos dois lados: pelo lado externo, com a apropriação pelo imperialismo de grande parte da acumulação interna; pelo lado interno, com a mesma apropriação, agora da parte do latifúndio. São limitações que colocam o desenvolvimento capitalista brasileiro como que sob cerco, bloqueando-o. Permite verificar, além do mais, o problema da heterocronia: o desenvolvimento capitalista brasileiro é contemporâneo do declínio capitalista em escala mundial. Quando aquele atinge o nível em que define plenamente suas linhas, este atravessa a sua fase de crise geral. Os surtos capitalistas atrasados, isto é, os que se processaram mais tarde, no tempo — o da Alemanha, o do Japão —, guardam com os que iniciaram mais cedo uma relação de concorrência, por vezes belicosa; os que avançaram na fase de declínio do regime em escala mundial guardam com os que se iniciaram cedo uma relação de dependência. As contradições, num e noutro caso, são de ordem diferente: as primeiras, como se constata pela história contemporânea, desembocam nas guerras; as últimas, nos movimentos de libertação nacional, em que, no entanto, o regime é posto em causa, na sua essência.

As relações capitalistas aparecem em sua plenitude, em sua pureza, por assim dizer, com a indústria. E isso gera a confusão entre os dois processos, intimamente ligados: o da industrialização e o da acumulação capitalista. Aos observadores menos atentos ou compreensivos do caso brasileiro essa confusão leva à conclusão de que só existem, aqui, relações capitalistas a partir do momento em que a industrialização alcançou deter-

minado nível. Às vezes, parece mesmo que a industrialização causou a capitalização. Quando foi o contrário: a capitalização é que causou a industrialização, embora a relação causal, no caso, como sempre, deva ser compreendida como dialética. Isso serve para situar cronologicamente o advento das relações capitalistas, no Brasil. Claro está que, isoladamente, ilhadas pela imensidade de relações pré-capitalistas as mais diversas, elas careciam de significação, na primeira metade do século XIX. Mas apareciam já com clareza na segunda metade, desenvolvendo-se lentamente. Daí a importância do estudo da acumulação primitiva, no nosso caso especial. Mas não cabe aqui esse estudo, sem o qual a análise da origem das relações capitalistas no Brasil fica obscura. Nos três primeiros lustros do século XX, aqueles que antecedem a irrupção da Primeira Guerra Mundial, não só tais relações existem e pesam, como causam problemas e colocam questões controversas.

A controvérsia mais calorosa gira em torno da tarifa alfandegária. Ela começa, a rigor, quando Alves Branco estabelece, em 1844, a escala tributária, alegando a necessidade de proteger a produção interna. A tarifa que, pela primeira vez, enfrenta os fornecimentos externos, tem, no entanto, razões fiscais. Não havia, a rigor, o que proteger. Nem havia, na correlação interna de forças, correlação de classes, que permitisse o aparecimento de correntes de opinião e de intérpretes protecionistas. Mas a luta entre protecionistas e livre-cambistas, ao longo do século XIX, entrando pelo século XX, esteve no centro das controvérsias políticas e dos debates parlamentares. Na proporção em que o século XIX avançou, a controvérsia se tornou cada vez mais calorosa. É fácil verificar como isso se devia ao fato de que iam se desenvolvendo relações capitalistas e tomando, na maior parte, formas industriais. Conseqüentemente, gerados os interesses a preservar e defender, apareciam os seus defensores. Começava a gerar-se a legislação destinada a reservar o mercado interno à produção nacional, compreendida esta como produção interna. A produção externa concorrente se enfrentaria com as tarifas de alfândega. Um pouco, bem mais tarde, com o mecanismo cambial — mas muito pouco.

Sem ser o mais antigo, o mais objetivo e importante, entre os que colocaram com clareza o problema — além de ter colocado o da luta pela renda, o da luta pela apropriação da acumulação interna — foi, sem dúvida, Serzedelo Corrêa, mi-

litar, político, parlamentar, ministro da Fazenda no Governo Floriano Peixoto, na fase reformista do novo regime. Serzedelo Corrêa definiu bem o quadro, no conjunto, quando escreveu, em 1903: “a emancipação econômica de nossa pátria, ainda hoje sujeita à situação de colônia, no ponto de vista dos elevados interesses materiais econômicos” precisava ser completada, pois a independência política era “solução que satisfaz apenas o amor próprio nacional, sem nos dar o bem-estar material”.<sup>85</sup> Era preciso, dizia, uma solução “que faça com que fique no país uma grande parte dos lucros, dos proveitos de toda a atividade econômica”.<sup>86</sup> Acusava: “E assim não é, não tem sido e não será jamais, enquanto não nos curarmos dos males que nos afligem, enquanto não realizarmos a emancipação econômica do país, porque esses recursos não chegam para cobrir os saques que se fazem nas remessas dos lucros e proveitos de toda ordem”.<sup>87</sup>

Ele pregava, pioneiramente, a intervenção do Estado, “robusta e enérgica força econômica”, “indispensável para as nações novas”.<sup>88</sup> Enfrentava o lema consagrado pela repetição do “essencialmente agrícola”, com uma coragem rara na época: “Longe vai o tempo em que, governando-nos o empirismo, passava por verdade indiscutível que éramos um país essencialmente agrícola”.<sup>89</sup> Defendia a adoção de medidas “tendentes a combater ou a diminuir os efeitos do absenteísmo, isto é, a remessa para o exterior de quase todos os proveitos da atividade, o que nos empobrece, retarda o nosso progresso e nos arranca os recursos de que carecemos para ir, através do tempo e do espaço, engrandecendo a nossa pátria e aumentando a fortuna pública e particular”. Reiterava, logo adiante: “A quase totalidade dos lucros da atividade econômica do Brasil vai para o exterior”.<sup>90</sup> Depois de reafirmar a necessidade de coibir as remessas de lucros, detalhava: “É precisamente esta afirmação do poder monetário estrangeiro no seio de nós que dá a medida das dificuldades que haverá em reter aqui capitais sempre prestes a emigrar porque, enquanto o comércio for constituído como está, enquanto houver toda facilidade para que, sem nada deixar-nos, as especulações sobre câmbios nos depauperem e a drenagem

<sup>85</sup> Serzedelo Corrêa: *O Problema Econômico do Brasil*, Rio, 1903, p. 3.

<sup>86</sup> Serzedelo Corrêa: *op. cit.*, p. 4.

<sup>87</sup> Serzedelo Corrêa: *op. cit.*, p. 9.

<sup>88</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>89</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>90</sup> *Idem*, p. 72.

de nossas economias, feitas por toda a parte, sejam transferidas para o exterior, impossível será organizar um sistema monetário capaz de viver e de nos felicitar. Não há regime monetário capaz de suportar a emigração de todos esses lucros fabulosos, e daí o dever de olharmos para a situação econômica do país com cuidado e critério, amparando tudo o que é nacional, criando óbices ao crescimento dessas remessas de toda ordem que se fazem para o estrangeiro”.<sup>61</sup>

Serzedelo Corrêa acusava a desnacionalização da economia brasileira como origem da servidão e do atraso: “é, no entanto, um fato incontestável o contraste entre o baixo preço de venda no mercado exportador e o alto preço no comércio de consumo. Isto de modo algum se poderia dar se não fora a especulação monopolista, devendo o excesso de produção trazer naturalmente a maior expansão do consumo, de longo tempo, desde que o preço do gênero desceu ao mínimo possível”.<sup>62</sup> Acusava, também, o abandono da indústria: “Força é confessar: foi a política de abandono de nossas indústrias, de proteção a tudo que era estrangeiro e importado, que retardou o nosso progresso material, que afastou de nosso solo a imigração de população inteligente e preparada, do operário apto e capaz, que impediu o nosso desenvolvimento industrial e, na nossa própria indústria agrícola, nos deixou viver no regime da rotina e do atraso”.<sup>63</sup> Pregava a necessidade de “uma política comercial eminentemente nacional, que comece reservando à nossa produção os nossos mercados internos”.<sup>64</sup> Definia o trabalho da interessante forma que se segue, por onde se pode aferir das características de seu raciocínio: “A indústria é sempre resultado do *trabalho humano* e é *pelo trabalho* que o homem consegue dar a todos os objetos a utilidade, isto é, a qualidade abstrata que os torna aptos à satisfação de nossas necessidades, e que os transforma em riqueza”. Assim, no início do século, Serzedelo Corrêa expressava os anseios do desenvolvimento brasileiro, definia o rumo nacionalista, colocava os problemas que seriam discutidos e motivariam as lutas políticas meio século depois e, além de tudo, tinha uma noção de trabalho singular numa sociedade que mal começava a definir o regime capitalista, muito longe, por isso mesmo, de

<sup>61</sup> Idem, p. 76.

<sup>62</sup> Serzedelo Corrêa: *op. cit.*, p. 125.

<sup>63</sup> Idem, p. 156.

<sup>64</sup> Idem, p. 160.



condições para situar o trabalho como fonte da riqueza, e não o capital.<sup>1</sup>

Era a época das crises, entretanto, crise cíclica do capitalismo, no fim do século — a que se sucederia a de 1913, disfarçada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial — crise de preços do café, crise da indústria. Mas já o censo industrial de 1907 assinalava a existência de 3.258 estabelecimentos, com um capital da ordem de 670.000 contos de réis e uma força de trabalho estimada em cerca de 150.000 operários e valor anual da produção superior a 140.000 contos de réis. Em 1920, os dados serão outros: 13.340 estabelecimentos, capital de 1.800.000 contos de réis, 280.000 operários e pouco menos de 3.000.000 de contos de réis como valor da produção. A indústria torna-se o fator principal, no mercado interno, “um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira, que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo o seu equilíbrio”.<sup>2</sup> Distribuído em parcelas por períodos, o investimento industrial assinala, com altos e baixos, uma aceleração de ritmo em seu desenvolvimento, que denuncia a influência da Primeira Guerra Mundial: até 1870, havia sido investido na indústria 2,2% do total (admitindo o investimento total como decorrente do operado entre 1849 e 1919); entre 1880 e 1884, o investimento constituiria 7,8% do total; entre 1885 e 1909, aquele investimento representaria 46,4% do total.<sup>3</sup> Assim, o ritmo pode ser marcado por um crescimento de 0,1% ao ano, no primeiro daqueles períodos; por um crescimento de 1,6% ao ano, no segundo; de 1,9% ao ano, no terceiro; e de 4,3%, no último. Em períodos mais largos, o dimensionamento assinala o contraste entre um crescimento de 5%, de 1850 a 1879, e de 92,3%, de 1880 a 1919. A análise anual e periódica destaca, ainda, que os períodos de menor desenvolvimento, de ritmo mais lento, foram aqueles de predomínio da economia latifundiária e exportadora, períodos em que avulta o endividamento externo. Isto significa que *o endividamento externo é a forma de resistência à mudança, na política econômica brasileira*. É também a forma mais prática e viável, para a classe dominante, de transferir às classes dominadas os efeitos das crises e o pagamento das dívidas.

<sup>1</sup> Caio Prado Júnior: *op. cit.*, p. 235.

<sup>2</sup> *Recenseamento do Brasil, 1920*, Rio, 1927.

A velha estrutura de produção começava a encontrar crescente resistência e perdia influência. Já em 1905, em entrevista a um jornal, Bernardino de Campos sacrificava a sua candidatura à presidência da República, ao afirmar que “o ideal republicano não é chegarmos à situação de termos um Estado próspero e uma população miserável: é obtermos que a prosperidade do Estado seja o expoente da prosperidade geral da população”.<sup>87</sup> Um líder industrial poderia agora — porque havia condições objetivas para isso — afirmar, com calor: “Encontrassem os capitais brasileiros todo o devido apoio, e o país não teria a recear lastimável desnacionalização de grande parte de sua atividade material”, acrescentando a acusação: “A ação pública, no meio pátrio, geralmente favorece e favorecia muito mais do que aos capitais brasileiros os que por sua origem, por sua gestão, por seus possuidores predominantes, pela exportação da maioria dos lucros aqui obtidos, foram e se conservam estrangeiros”.<sup>88</sup> O avanço da indústria brasileira prosseguia, apesar de tudo. Em 1914, a arrecadação do imposto de importação representava o triplo da arrecadação do imposto de consumo; já em 1917, este ultrapassava aquele em arrecadação. A crise cíclica de 1913 estava alcançando o Brasil e atingiria em primeiro lugar a economia de exportação, naturalmente mais vulnerável, repousando, na época, na borracha e no café: as cotações daquela caíam, de 1912 para 1913, de 58 para 46 mil réis; as do café, de 5,7 mil réis para 4,3. A Primeira Guerra Mundial agrava a crise da economia de exportação.

A guerra funciona, então, como barreira protecionista acidental, impulsionando a indústria e entregando-lhe o mercado interno. As importações caem, porque os fornecedores estrangeiros não podem colocar em nosso mercado o volume que antes colocavam; o mercado interno amplia sua demanda; há que atendê-la com a produção interna. É a industrialização por substituição de importações, fase inicial do desenvolvimento da indústria brasileira, com influência considerável no desenvolvimento das relações capitalistas aqui. A indústria cresce com a aplicação dos saldos no comércio exterior; os empréstimos externos não são renovados; os investimentos estrangeiros não ocorrem. A economia brasileira, transitoriamente liberta dos entraves impostos pelas forças econômicas externas, toma impulso. A guerra é, entretanto, acidente

<sup>87</sup> *O País*, Rio, 26 de junho de 1905.

<sup>88</sup> In Nícia Vilela Luz: *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808-1930)*, São Paulo, 1961, p. 141.

favorável e não geradora do processo, como esclarece um economista: "A guerra não foi a criadora desse processo; ele existe desde o século XIX; a sua ideologia nos conduz a Mauá. A guerra acelerou a sua velocidade. Em cinco anos, o país realizou um trabalho que, razoavelmente, levaria décadas para ser realizado sob condições normais. Uma revolução estrutural substituiu uma evolução estrutural, sem mudança da direção do processo".<sup>66</sup>

A velha estrutura persistia, entretanto, dominante ainda: em 1914, o Governo brasileiro negociava com os credores externos novo *Funding Loan*. O prazo era de 63 anos, a juros de 5%, mais 1% como comissão dos banqueiros. O total da operação atingia a 15.000.000 de libras esterlinas, garantida pela renda da alfândega do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, pelas outras alfândegas, compreendendo os empréstimos de 1883, 1889, 1895, 1903, 1908, 1910, 1911 e 1913. O processo velhíssimo das emissões entrava em novo ritmo: o total da circulação passaria de 980.000 contos de réis, em 1914, a 1.700.000, em 1918. A inflação acelerava o seu ritmo; admitindo o índice 100 para os preços de 1914, ele seria de 184, em 1922, e de 269, em 1929. A produção industrial brasileira, em 1914, aproximava-se apenas, em valor, de 1.000.000 de contos de réis, mas atingia a pouco menos de 3.000.000, em 1919; triplicara, portanto; deflacionados tais valores, ainda assim assinalavam um aumento para o dobro. Os bens de consumo contribuíam, entretanto, com parcela entre 85 e 90% do total da produção industrial.

A crise de 1929, que abala a estrutura capitalista em escala mundial, funciona, no Brasil, como nova causa transitória do avanço de relações capitalistas, repetindo as condições que haviam ocorrido quando da Primeira Guerra Mundial e funcionando como eventual barreira alfandegária: a economia nacional ficava aliviada da pressão das forças econômicas externas e a acumulação interna ganha novo ritmo. Agora, entretanto, o fenômeno era semelhante apenas na forma: com a economia de exportação em crise, processava-se a transferência de investimentos da sua área para a da economia de mercado interno. Conseqüentemente, o Brasil emerge da crise antes dos países de capitalismo desenvolvido e em condições inteiramente diferentes. Entre a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, o endividamento cresceu e assinalou a mudança configurada na substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos, como país credor. Em 1921, o Governo

<sup>66</sup> J. F. Normano: *op. cit.*, p. 149.

brasileiro tomou o primeiro empréstimo americano, no montante de 50.000.000 de dólares, prazo de 20 anos, juros de 8%, na verdade cerca de 9%, consideradas outras parcelas; em 1922, voltava a contrair empréstimo, agora no montante de 25.000.000 de dólares, a 7%, prazo de 30 anos, complementado por empréstimo em libras, no montante de 9.000.00, pelo mesmo prazo e juros de 7,5%, além de 14.850.000 de francos, a 5%, prazo de 90 anos. Em 1926, tomávamos mais 60.000.000 de dólares, nos Estados Unidos. Em 1927, mais 41.500.000 de dólares e 8.750.00 de libras. Para desembocar, depois da crise, no *funding* de 1931. A dívida pública, se fixado o índice 100 para o ano de 1824, assinalava, em 1933, o índice de 6.876. O valor da tonelada exportada, se fixado o índice 100 para o ano de 1824, baixara ao índice 47, em 1928, descambando para o índice 23, em 1942. Se considerarmos o índice 100 para o ano de 1850, quanto às remessas para o exterior, em milhares de libras esterlinas, o índice atinge 2.037, em 1930, e o valor absoluto passa de 525 a 10.692. O balanço da situação econômica e financeira, em 1931, constatava que a dívida externa, convertidas as várias moedas a dinheiro inglês, pela paridade da época, somava £ 237.262.533, exigindo o seu serviço anual mais de £ 20.000.000; a dívida interna consolidada, da União e dos Estados, atingia a quase 3,5 milhões de contos de réis, e a flutuante a quase 2 milhões.<sup>70</sup>

O que caracteriza a forma como o Brasil emergiu da crise está, fundamentalmente, na utilização ampla de seus próprios recursos, alteração que denuncia não só a dimensão desses recursos como a sua anterior subutilização. É uma fase em que

<sup>70</sup> A situação de caos, quanto ao endividamento externo, pode ser aferida pelo conhecimento de alguns trechos do relatório da comissão encarregada de proceder ao levantamento, para fins do esquema de pagamento: "Não se achavam arquivados, na repartição encarregada, os contratos dos empréstimos federais. Das operações feitas e ainda em circulação, estavam colecionados apenas 8 contratos! Os valores reais das remessas eram também ignorados. O Tesouro fazia, habitualmente, as transferências pelas notas fornecidas pelos próprios agentes dos banqueiros interessados. Não havia contabilidade regular da dívida externa federal. A situação, na parte relativa aos Estados e Municípios, era semelhante ou mesmo pior". A exposição de motivos apresentada, em fevereiro de 1934, pelo Ministério da Fazenda, dizia: "Não nos era possível continuar a usar desse expediente, acrescentando as nossas dívidas com a emissão de novos títulos, *vencendo juros para pagar juros vencidos*. Não era também possível fazer qualquer acordo, *além das nossas possibilidades reais*. (...) O Brasil *nunca* pagou seus empréstimos com seus *próprios* recursos. Fez sempre *novos* empréstimos para manter os *antigos*. Os saldos de sua balança de comércio *não* lhe permitiram *nunca* cobrir a balança de contas. (...) Em contos de réis, o Brasil recebeu 10 milhões m/m, pagou 8 milhões e meio, e *ainda* deve de capital quase 10 milhões, *sem* contar o serviço de juros. Uma revista estrangeira, fazendo o balanço das nossas dívidas, fornece dados similares. Tomamos de empréstimo £ 431.418.254, pagamos £ 179.951.871 e devemos, ainda, £ 251.466.383, capital em *circulação*. A realidade é que, pagando dívidas com novas dívidas, a nossa política o que fez foi *aumentar* essas dívidas, ao invés de *diminui-las*". (Valentim F. Bouças: *op. cit.*, p. 302/305). As relações entre o latifúndio e o imperialismo estavam retratadas nesse descabro.

as possibilidades de empréstimos externos são mínimas, em que os investimentos estrangeiros desaparecem: a pausa imperialista é que permite a mobilização dos recursos nacionais e sua aplicação interna. Já em 1933, recomeçava a crescer a renda nacional, quando o mundo estava ainda mergulhado na crise. A crise libertara, assim, as forças produtivas capitalistas que vinham sendo entravadas no Brasil e permitira a sua expansão. E a economia de mercado interno vinha preencher os espaços deixados vazios e revelava o grau já atingido pela acumulação interna, antes obscurecido pela sangria externa. Processa-se, então, de forma às vezes violenta, e sempre rápida, a transferência de renda, particularmente da área agrícola para a industrial, da economia de exportação para a de mercado interno. A produção industrial cresceu, no Brasil, entre 1929 e 1937, em cerca de 50%; a renda nacional, em 20%. Entre 1920 e 1929, haviam sido criados aqui quase 4.700 estabelecimentos industriais; entre 1930 e 1939, foram criados mais de 12.000; entre 1940 e 1949, mais de 60.000. O valor da produção industrial, considerado o ano de 1914 com índice 100, passara ao índice nominal de 1.254, em 1938, e ponderado de 394, isto é, quadruplicara. A primeira estimativa da renda nacional, de 1939, dava a participação da indústria nela como sendo de 13%.

A crise na economia de exportação estava retratada, em parte, no declínio no valor da tonelada importada, que passara (considerado o índice 100 para 1928) de 42 para 38, enquanto o da tonelada exportada passara de 47 para 23; aquele caíra 4 pontos, este caíra 24 pontos; os saldos na balança de mercadorias, que haviam oscilado de 14 a 26 milhões de libras, entre 1922 e 1926, haviam caído para 6 milhões, em 1928; e o *déficit* no balanço de pagamentos, que variara entre 2 e 3 milhões de libras, nas alturas de 1922 e 1924, ascendera a 15 milhões, em 1926, e a 28 milhões, em 1928, declinando para 22 milhões, em 1930. A reação pela mobilização dos recursos internos e dos capitais nacionais pode ser aferida pelo crescimento na produção de alguns bens, entre 1930 e 1940: o cimento passara de 87.000 toneladas a 750.000; o ferro gusa, de 35.000 a 186.000; o aço laminado, de 26.000 a 135.000; o papel, de 53.000 a 121.000; o carvão, de 385.000 a 1.336.000; o álcool ascendera de 33.000 litros a 126.000. Produzíamos, agora, pneumáticos e câmaras de ar, para automóveis, que antes importávamos, entre os muitos bens de substituição que começaram então a ser fornecidos pela

indústria nacional. O aparelho de Estado, após a Revolução de 1930, que debilitara o latifúndio, criava os órgãos destinados a instrumentalizar a expansão capitalista e gerava a legislação destinada a garanti-la e estimulá-la. O poder de compra das exportações declinara, por contraste, entre 1929 (índice 100) e 1946 (índice 65).

A correlação de forças que permitira, em 1930, o movimento militar e popular — embora sem participação operária — que liquidara as instituições oligárquicas, permitindo avanço mais impetuoso das relações capitalistas, prosseguiria, com o Estado Novo, a partir de 1937, agora isolando e reprimindo as forças populares — valendo-se da ascensão fascista no mundo — de forma a alcançar, pela via autoritária, aquelas reformas, julgadas necessárias, mas sem alteração da estrutura vigente, sem tocar no que era antigo e atrasado na economia brasileira. Em linhas simplistas, consistia, politicamente, em fazer avançar a revolução burguesa, isto é, as relações capitalistas, detendo, ao mesmo tempo, as reivindicações das camadas inferiores, particularmente operárias e camponesas. Para poder prosseguir, sem romper com o latifúndio e com o imperialismo, era indispensável conter as forças populares, com um regime autoritário e, naturalmente, fazer crescer a acumulação à custa do salário. A conjuntura internacional permite uma solução dessa natureza, mais, ainda aqui, com emprego da violência de classe. A Segunda Guerra Mundial vem interromper a viabilidade, até aí ligada à correlação externa, desse tipo de solução.

Ela recolocaria o problema apresentado pela Primeira Guerra Mundial e pela crise de 1929, funcionando como conjuntura transitória, quando as forças produtivas internas ficavam livres da pressão externa. Mas, evidentemente, em condições inteiramente diversas. A diversidade essencial estava ligada ao aparecimento, desde 1917, de uma área socialista no mundo. A Revolução de Outubro, realmente, abre uma nova idade histórica. E, na medida em que o poder soviético se consolida e na medida em que apresenta a saída socialista como possível, as contradições de classe assumem função destacada no desenvolvimento da área colonial ou dependente do mundo. Apresenta-se, desde então, a alternativa: a saída do atraso poderá ser pela via capitalista ou pela via socialista. Embora a opção não seja livre — ela depende, na verdade, de condições objetivas, principalmente — a ameaça abala a segurança e a tranqüilidade de um capitalismo mundial

que está prestes a entrar em sua etapa de crise geral e que está interessado, portanto, em evitar que o desenvolvimento capitalista nas áreas atrasadas ou dependentes supere as contradições de classe para enfrentar as contradições com as forças econômicas externas. A resposta do imperialismo a uma ameaça dessa natureza está no anticomunismo, que a conjuntura anterior à eclosão da Segunda Guerra Mundial estimula, mas que o irrompimento dela interrompe. Daí por diante, nos países de economia dependente, como naqueles de economia colonial, ou ainda nas colônias, o problema nacional e o problema democrático fundiam-se: só a limitação das liberdades democráticas permitiria o avanço capitalista dependente, conciliando os interesses externos com o latifúndio. Sob condições democráticas, tal saída se tornava cada vez mais deficitária e perigosa.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil acompanha estreitamente o desenvolvimento industrial. Neste, é possível distinguir três etapas: a primeira, que se encerra com a crise de 1929 e que tem correspondência política na Revolução de 1930; a segunda, entre a crise de 1929 e a crise de 1954, que tem correspondência política no golpe que depõe Vargas; a terceira, que se inicia então e que se prolonga até os nossos dias. Na primeira, que assinala lento desenvolvimento, particularmente na segunda metade do século XIX, a atividade produtiva mais importante é a agricultura de exportação, configurando o modelo de economia dependente, em que estão presentes muitos dos traços da economia colonial. Essa atividade, nos períodos favoráveis, de melhores preços no mercado externo, gera uma indústria que atende também à pressão externa e se alicerça na acumulação mercantil: a atividade manufatureira interna cresce quando dificuldades externas ou de importação lhe concedem impulsos, obrigando a substituição do que normalmente provinha de fora. O lento desenvolvimento industrial atende a necessidades prementes do consumo; os impulsos provindos do exterior são particularmente ligados à Primeira Guerra Mundial e à crise de 1929. Essa etapa inicial apresenta a exportação como fator dinâmico da economia. A industrialização é complementar; ela coloca particularmente o problema tarifário, dividindo protecionistas de livre-cambistas.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> "A verdade é que, quase sem exceção, um fluxo importante de exportações de produtos primários engendrou certas atividades complementares de tipo industrial, que vão desde o tratamento superficial exigido por produtos como o café e o algodão até processamentos muito avançados como os requeridos pelo açúcar, a carne e as sementes oleaginosas. Tais indústrias, assim como um sistema moderno de transportes, implicam

É uma fase em que os interesses econômicos externos se voltam para os países atrasados por três motivos: porque são fontes de matérias-primas; porque são áreas adequadas aos investimentos de capitais exportados; e porque são mercados consumidores dos produtos manufaturados fornecidos pelos países industrializados. Seus interesses são de manter os países atrasados como dependentes, isto é, com a estrutura econômica imutável; daí o lema do “essencialmente agrícola”; aqueles países atrasados colocam-se como simples apêndices das economias centrais, com atividades econômicas complementares daquelas que estas desenvolvem. Trata-se, assim, de um desenvolvimento capitalista dependente e desequilibrado, extremamente sensível às pressões externas.<sup>72</sup>

É interessante verificar como existe paralelismo entre o desenvolvimento das relações capitalistas, no Brasil, acompanhando o desenvolvimento industrial, e o processo inflacionário; esse paralelismo assinala a utilização da inflação como mecanismo de transferência de renda, dos que trabalham para os que detêm capital: a cumulação se faz, pois, desde velhos tempos, particularmente à custa do salário. Embora a inflação brasileira seja crônica e marcada por etapas diferentes, às vezes persistindo certa estabilidade de preços, às vezes ocorrendo períodos de aceleração, destaca-se esta aceleração a partir do início da industriali-

num serviço de manutenção que pode dar origem a importantes instalações mecânicas ou simplesmente a oficinas artesanais mecânicas onde se forma uma mão-de-obra especializada. Esse tipo de industrialização pode ser insignificante em pequenos países, mas alcança dimensões consideráveis quando a economia exportadora é de grande vulto. Trata-se aqui de uma industrialização diretamente complementar das atividades de exportação, que se expande ou contrai em função destas e que dificilmente chega a desempenhar um papel *autônomo*. Existe, porém, uma outra faixa de atividades industriais que surgem nessa mesma fase: são manufaturas complementares das importações ou indústrias pelos gastos dos consumidores. (...) Esse conjunto de indústrias desenvolveu-se de forma significativa no Brasil, já no último quartel do século passado, graças à dimensão relativamente grande do mercado interno, à abundância de matérias-primas locais e a medidas protecionistas casuais ou voluntárias”. (Celso Furtado: *Análise do Modelo Brasileiro*, Rio, 1972, p. 15/16).

<sup>72</sup> “Quase todo o investimento estrangeiro nos países atrasados foi feito em empréstimos aos governos (em grande parte para a polícia, exército e obras públicas); transporte e comunicação (principalmente estradas de ferro, é claro); mineração; e a produção de matérias-primas agrícolas padronizadas. O investimento em tais linhas, tomado juntamente com a importação de artigos manufaturados baratos (principalmente bens de consumo) vindos do exterior, forçou naturalmente um modelo especial de desenvolvimento nos países atrasados. As economias preexistentes foram conturbadas, os plantadores camponeses erradicados, artesãos privados de seus meios de vida. O capital nativo — a pequena parcela restante do mesmo — dirigiu-se em geral ao comércio ou aos empréstimos, porquanto os obstáculos ao crescimento de uma indústria nacional se mostravam na maioria insuperáveis. (...) O impacto econômico do imperialismo sobre o país atrasado pode ser resumido como se segue: 1) exploração pelo capital estrangeiro das riquezas naturais do país, muitas vezes com uso dos métodos mais modernos em larga escala, mas afetando diretamente apenas pequena proporção dos habitantes; 2) criação de um sistema de transportes mas com vistas a carregar as coisas para fora do país e não para seu próprio povo; 3) estagnação da indústria e ruína do artesanato; e 4) deterioração constante da agricultura”. (Paul M. Sweezy: *Ensaio Sobre o Capitalismo e o Socialismo*, Rio, 1965, p. 105/106).



zação e cresce com ela. Em 1881, os preços eram apenas 5% mais elevados do que 25 anos antes; em 1914, singularmente, eram 10% inferiores aos de 1895; de 1829 a 1914 — período de 85 anos — os preços quintuplicavam e essa taxa pode ser considerada modesta, em confronto com a que virá depois. Entre 1914 e 1929, quando chega a crise, os preços mais do que duplicaram. No processo inflacionário brasileiro, na época, a influência do café foi muito grande: no início do século XX, o Brasil fornecia mais de 80% do total das exportações mundiais do produto; isso correspondia a 60% do total das divisas do país; nas vizinhanças da Primeira Guerra Mundial, correspondia já a 40%. Até 1910, a superprodução de café era absorvida pelo crescimento da procura e pelas safras menores. O financiamento do café retido representou pressão inflacionária poderosa. A primeira etapa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro é encerrada sob o signo da crise.

A segunda etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro, que se abre na medida em que o país emerge da crise de 1929, que abala o regime em âmbito mundial, tem características muito diferentes da primeira. No Brasil, o fenômeno determinou, desde logo, uma queda nas exportações e, conseqüentemente, a redução nas possibilidades de importar; as exportações representavam o latifúndio, a dependência e seu debilitamento, na conjuntura; correspondia a uma perspectiva de mudança, desde que o abalo na economia fosse passível de absorção pelo sistema e permitisse alterações. Surgiu a possibilidade de transferência de renda para a área industrial, que abria condições, no desemprego agravado pela crise, aos fatores disponíveis, à força de trabalho principalmente. A substituição de importações e o alargamento da ocupação e da demanda interna exigiria, o que era novo, a interferência ativa do Estado no processo, e ela se ampliou até a adoção de uma política cambial e de crédito que correspondeu a verdadeiro subsídio à indústria, partindo, depois, para a criação e desenvolvimento de uma infra-estrutura que firmaria o desenvolvimento e o tornaria irreversível.<sup>73</sup> Cabe frisar, entretanto, que a interferência do Estado, nas condições em que ocorreu, derivou da necessidade do processo, que estava em andamento; não foi o Estado que o desencadeou e, conseqüentemente, gerou o

<sup>73</sup> "É graças à evolução ocorrida durante esse período que o Estado nacional emerge como um fator importante no sistema econômico brasileiro. A política de câmbio, tradicionalmente subordinada aos interesses do serviço da dívida externa, transforma-se em poderoso instrumento de fomento à formação de capital". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 22/23).

impulso para a industrialização, mas apenas o acompanhou e empreendeu conduzi-lo.<sup>74</sup>

As formas que a intervenção estatal na economia assume são as mais variadas. Em 1931, surge o Instituto do Açúcar e do Alcool, para atender a uma crise de superprodução que afeta particularmente o Nordeste; são de 1939 o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, órgãos de aplicação direta de dois instrumentos jurídicos de proteção à economia nacional, o Código de Águas e o Código de Minas. Aparece, em 1939, o Conselho Nacional do Petróleo, para o controle do comércio, da pesquisa, da extração e da industrialização do petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirotbetuminosas. O Instituto Nacional do Pinho é de 1941. A Companhia Vale do Rio Doce, constituída em 1943, destina-se à extração e exportação de minério de ferro; a Companhia Nacional de Alcalis, criada em 1944, por iniciativa do Instituto Nacional do Sal, destina-se a produzir, a partir do sal marinho, barrilha e soda cáustica, importantes matérias-primas para a indústria química; a Fábrica Nacional de Motores começaria a produzir, em 1946, caminhões pesados; nesse mesmo ano, a Companhia Siderúrgica Nacional, à base da Usina de Volta Redonda, montada durante a Segunda Guerra Mundial, iniciava a produção de aço. Assim, através de uma política de investimentos diretos, o Estado vai dotando o país de importantes complexos industriais, nos setores básicos da mineração, do petróleo adiante, da geração de energia elétrica também adiante, da siderurgia e, finalmente, da química. A política fiscal é a alavanca desses investimentos, conforme já foi observado.<sup>75</sup>

Os índices que marcaram o resultado dessa política foram significativos: o setor das manufaturas, que, em 1940, representava 10,6% do Produto Interno Bruto e concentrava 7,7% da população ativa do país, elevaria essas taxas, em 1960, para 23% e 9,1%, respectivamente; as importações que, em 1949, representavam 25% da oferta interna de produtos intermediários

<sup>74</sup> "Devemos ter em mente esse quadro de fundo no estudo da industrialização brasileira. Seria um equívoco imaginar que esta derivou o seu impulso principal da ação do Estado. O impulso principal originou-se nas próprias forças econômicas, como decorrência das tensões criadas pela crise do comércio exterior. Na verdade, a ação do Estado foi em grande parte uma resposta a essas tensões, mas o resultado final favoreceu o processo de industrialização". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 23).

<sup>75</sup> "A análise da industrialização brasileira põe em evidência que, não obstante a orientação desta derivar-se fundamentalmente do processo de substituição de importações, a captação de recursos dependeu fundamentalmente da ação do Estado. Este, além de ampliar as bases da estrutura industrial, colocou à disposição do setor privado uma massa considerável de recursos financeiros. (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 24).

e 60% dos bens duráveis e de capital haviam sido reduzidas, em 1965, a 10 e 20%, respectivamente. A taxa de crescimento industrial foi excepcionalmente elevada, nos anos 40, na média anual de 7%; nos anos 50, ascenderia à média anual de 9%. No conjunto do período entre 1939 e 1964, a taxa média de crescimento industrial foi de 8,3%. Mas, apesar disso, o nível de emprego não se elevou acima de 3% anuais, no mesmo período, na indústria e o desenvolvimento da agricultura permaneceu lento, contribuindo para a alta dos preços e limitando o mercado interno.<sup>16</sup> A segunda fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil estava se aproximando do impasse. E esse impasse decorria da resistência das velhas estruturas. Sem alterar as relações de produção no campo, era impossível ampliar o mercado interno. Se não era possível ampliar o mercado interno, era forçoso voltar o esforço para o mercado externo. O latifúndio vedava a primeira solução; os interesses externos vedavam a segunda, se articulada em bases nacionais.<sup>17</sup>

A Segunda Guerra Mundial repetiu, sob condições qualitativamente diferentes, os efeitos da primeira e da crise de 1929,

<sup>16</sup> "O caso mais complexo é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita a economia para desenvolver-se. O núcleo industrial ligado ao mercado interno se desenvolve através de um processo de substituição de manufaturas antes importadas, vale dizer, em condições de permanente concorrência com produtores forâneos. Daí resulta que a maior preocupação do industrial local é a de apresentar um artigo similar ao importado e adotar métodos de produção que o habilitem a competir com o exportador estrangeiro. Por outras palavras, a estrutura de preços, no setor industrial ligado ao mercado interno, tende a assemelhar-se à que prevalece nos países de elevado grau de industrialização, exportadores de manufaturas. Assim sendo, as inovações tecnológicas que se afiguram mais vantajosas são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas, e não as que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência. O resultado prático disso — mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda *per capita* do conjunto da população — é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão. O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência. Assim, países cuja produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e apresenta uma diversificação no produto relativamente elevada, continuam com uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista". (Celso Furtado: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, 3ª edição, São Paulo, 1969, p. 193).

<sup>17</sup> "Os fatores inflacionários indicados — desvalorização cambial, *déficit* governamental, acumulação de estoques de produtos de exportação — se, por um lado, expandem a renda monetária, por outro elevam os preços relativos dos produtos industriais importados, favorecendo a posição competitiva da produção industrial interna. Essa maior rentabilidade do setor industrial é tanto mais significativa quanto o setor exportador se encontra em depressão. Circunstâncias desse tipo permitiram que tivesse início, em vários países subdesenvolvidos, uma segunda fase de industrialização, que já não se anôia em uma expansão prévia da procura global. (...) A experiência latino-americana parece indicar que essa primeira fase de industrialização deve alcançar certa importância relativa — uma produção industrial representando 10% do produto global constitui um ponto de referência — a fim de que o processo substitutivo ponha em marcha a segunda fase da industrialização. (...) Existe alguma evidência de que, a partir da metade do decênio dos anos cinquenta, o processo de substituição de importações apresenta sinais de saturação nos países latino-americanos de industrialização mais avançada". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 200/202).

permitindo a ampliação do mercado interno e sua vinculação ao surto industrial, embora o crescimento entre o setor industrial e o agrícola seguisse ritmos muito diversos; o alastramento das relações capitalistas ao campo, em extensas áreas do país, aquelas mais próximas dos grandes centros urbanos, denunciava as alterações por que passava o país. Assim, o avanço dessas relações, no Brasil, acompanha e associa condições externas e condições internas, em relação dialética. E assinala, por outro lado, períodos iniciais de liberdade política encerrados pela violência de classe: um período de liberdade que se abre com a Revolução de 1930, conseqüente à crise de 1929, e que se encerra com o estabelecimento do Estado Novo, forma autoritária à semelhança dos regimes fascista e nazista, em ascensão no mundo ocidental, como o militarismo japonês, no oriental; um período de liberdade que se abre com a derrota militar do nazi-fascismo na Europa e do militarismo japonês na Ásia, em 1945, e que percorre tortuosos caminhos, para ser encerrado, finalmente, com o regime autoritário instaurado em 1964, depois de uma série de golpes de Estado e de tentativas de golpes. Esse desenvolvimento fica, assim, assinalado por avanços e recuos políticos significativos, que denunciam a resistência das velhas estruturas à mudança, e a mudança avançando por arrancos. O desenvolvimento capitalista brasileiro, assim, assemelha-se a uma roda quadrada, cujo giro corresponde a sucessivos abalos. Em escala macroscópica, ela assinala a acomodação da estrutura interna de produção, ao longo do tempo: de estrutura colonial à dominação feudal metropolitana; da estrutura dependente, ao avanço capitalista no ocidente europeu; da capitalização, ao imperialismo.

Trata-se do processo de uma revolução burguesa singular, que pretende excluir o proletariado de seus benefícios e que se apóia nele, e lhe faz concessões, e adiante se volta contra ele, impedindo as suas formas de organização e fundando a acumulação sobre o salário e os vencimentos fixos de parcelas consideráveis da pequena burguesia. Nesse processo, dito de desenvolvimento, as formas políticas de intervenção e de orientação podem ser copiadas, mas as razões da cópia residem em condições internas, específicas. Sucedem-se, assim, fases de liberdade, sempre relativa, é claro, e fases de ditadura; nas crises desse processo de avanço aos arrancos, as formas ditatoriais surgem inevitavelmente. Elas manifestam a presença e a força das velhas estruturas, que resistem: o latifúndio, em declínio, e o imperialismo, em

transformação. Sob as formas ditatoriais, entretanto, o processo avança, com sacrifícios distribuídos às classes menos favorecidas, naturalmente, fazendo destruições e, inclusive, dispersando perdulariamente recursos. A forma mais ostensiva de transferência da renda e da espoliação é aquela que se processa através da inflação, e sua cronicidade é interrompida por irrupção crescente e ritmo tanto mais acelerado quanto a pressão externa e latifundiária aumenta.<sup>78</sup>

A partir da Revolução de 1930, é possível distinguir três fases, no desenvolvimento da economia brasileira: a primeira, entre 1930 e 1935, assinala as transformações decorrentes do amadurecimento de novas condições, do crescimento da acumulação, do desenvolvimento das relações capitalistas, coincidindo com a ampliação das liberdades democráticas, o calor das divergências ideológicas, encerrando com a instauração da ditadura do Estado Novo, ao influxo do avanço nazista no mundo e correspondendo, internamente, às possibilidades de deter as transformações nos limites convenientes ao surto capitalista; a segunda, entre 1935 e 1945, sob regime de ditadura e, depois, com a derrota do nazismo na Europa, com novo entreato de liberdades democráticas vigentes, podadas, no encerramento, por golpes de Estado que, sob as condições da chamada "guerra fria", limita as transformações, agora em novo nível, pela submissão ao imperialismo, mas é a fase de montagem, pela intervenção estatal, da infra-

<sup>78</sup> "A inflação se converte em arma ideológica: há que convencer aos assalariados que todo aumento de salários é, sem a menor dúvida, a fonte que alimenta a alta dos preços. (...) ...é evidente que todo aumento de salários se reduz a mero deslocamento da linha divisória do produto social entre trabalhadores e empresários, sem alteração da massa total a repartir. Desse deslocamento não pode resultar fenômeno monetário algum, já que se distribui sempre a mesma soma global dos direitos monetários nascidos no mercado pela troca dos produtos a seus preços. (...) Se uma alta dos preços se segue a um aumento dos salários é, evidentemente, porque as empresas não aceitam essa nova repartição e, pela alta dos preços, mantêm e até incrementam suas margens de lucros e, portanto, seus ingressos reais. E é esta elevação dos preços que é inflacionária, e não o aumento dos salários, que foi um pretexto. Com maior precisão ainda, como consequência dessa elevação dos preços, surge um desequilíbrio entre a massa dos ingressos monetários e o valor do produto social, e a depreciação monetária compensa a transferência que o aumento de salários devia constituir. A inflação não foi consequência de uma das elevações ou das elevações paralelas das duas classes de ingressos: foi o próprio instrumento da elevação dos lucros. Para alcançar isto, eram necessárias duas condições que encontramos reunidas em nossa época: uma estrutura monopolista da economia e a possibilidade de extensão ilimitada da massa monetária reforçada pelos giros de financiamento a que já nos referimos. (...) Nas estruturas monopolistas contemporâneas e nas condições de elasticidade da massa monetária, a transferência compensatória fica evitada e os lucros se incrementam pelo menos paralelamente. Esta elevação dos lucros é obtida pela inflação e provoca a degradação da moeda. (...) Além disso, este modelo pode servir para opor à classe operária as outras camadas da população, que sofrem a inflação, atribuindo a causa desta ao aumento de salários. Apresenta, por fim, a vantagem, não desprezível para a classe patronal, de apelar para medidas antiinflacionárias distintas da restrição do crédito e de seu encarecimento e que em essência constituem em frear o aumento dos salários". (Roberto Pirulli: "A inflação na época do capitalismo monopolista de Estado", in *Problemas de Economia*, ano VI, nº 4, Buenos Aires, 1967, p. 112/113).

estrutura econômica entrando a indústria na etapa dos bens de produção; a terceira, sob o signo da “guerra fria”, decorre entre 1945 e 1954, marcada pelo aprofundamento da contradição com os interesses internos e, conseqüentemente, pela luta entre estes, em ofensiva, e as forças nacionais, colocando em primeiro plano o problema da remessa de lucros, que representará o divisor de águas, nas campanhas políticas, e se encerra com novo golpe de Estado, aquele em que Vargas se suicida e deixa sua cartatamento, libelo nacionalista de extrema violência e testemunho gravíssimo da crise. Com esta terceira fase, fica ultimada a etapa de industrialização por substituição de importações. O nível de avanço das relações capitalistas, no Brasil, assinala a abertura de nova etapa.

Entre 1929, início da etapa de que nos ocupamos, e 1946, quando ela está no fim de sua segunda fase, e considerando para 1929 o índice 100, o valor da nossa exportação ascendera a 267, mas o da importação ascendera para 410, isto é, o preço do que comprávamos elevava-se mais do que o preço do que vendíamos. O Estado apoiava a economia de exportação: entre 1937 e 1942, essa política levou a uma elevação da renda monetária criada no setor exportador da ordem de 45%. Houve, conseqüentemente, queda na renda *per capita* da ordem de 10%, com aumento demográfico da mesma ordem; o nível de preços, que crescera, entre 1929 e 1939, isto é, antes da Segunda Guerra Mundial, apenas 31%, entre 1940 e 1944 sofre um aumento de 86%. A inflação acompanha sempre o financiamento dos setores atrasados e a penetração dos interesses externos. Em 1954, o café entrava apenas com 19% do total em valor da produção agrícola, e com 6,5% do total da renda interna; a estrutura tradicional da produção brasileira sofria profundas alterações. O crescimento se processava praticamente sem contribuição do capital estrangeiro: entre 1939 e 1954, o Brasil realizou uma inversão bruta em bens de capital da ordem de 600 bilhões de cruzeiros (valores constantes de 1952), sendo 416 bilhões de produção interna e 182 bilhões importados em máquinas e instalações. Entre 1940 e 1950, o aumento geral do emprego foi da ordem de 17%. As indústrias de bens de produção, entre 1940 e 1955, tiveram um crescimento da ordem de 892%; as de bens de consumo, de 196%; mas a agricultura, apenas de 64%. Era o rompimento definitivo com a estrutura econômica colonial; as estatísticas confirmam: em 1940, cerca de 80% da força de

trabalho pertencia à agricultura; as indústrias de transformação absorviam 10%. Em 1950, a agricultura ocupava 72,6% dela e a indústria de transformação quase 15%. Entre 1947 e 1956, o ritmo de aumento da produção industrial foi, no Brasil, superior ao ritmo médio do mundo capitalista: 71% para este e 92% para o Brasil. Os bens de produção representavam  $\frac{1}{5}$  da produção total, em 1939; em 1956, passariam a representar  $\frac{1}{3}$ . Na importação, os bens de produção, ao iniciar-se a segunda metade do século, representavam 70 a 80% do valor total.

No período de 1947 a 1957, a balança externa de mercadorias proporcionou ao Brasil saldo de 2.203 milhões de dólares, mas o balanço de pagamentos registrou *déficit* de 1.502 milhões de dólares. Entre 1939 e 1952, entraram no Brasil capitais particulares para fins de investimento no total de 97 milhões de dólares, e saíram capitais no valor de 83,8 milhões, deixando saldo, a crer nas estatísticas, de 13,3 milhões; aqueles capitais e mais os que já existiam no país remeteram para o exterior, segundo ainda as estatísticas, rendimentos num total de 807 milhões de dólares. Entre 1939 e 1955, o ingresso de capitais, segundo as informações, foi de 173 milhões de dólares; o total de remessas de rendimentos atingiu a 1.112 milhões. Só os investimentos norte-americanos cresceram, no Brasil, de 240 para 1.107 milhões de dólares, entre 1940 e 1955. Relatório oficial assim constatava o fenômeno: "Em todo o período analisado — 1947-1955 — houve, pois, um desenvolvimento líquido de US\$ 140,9 milhões, o que, em outras palavras, significa haver o Brasil — país grandemente necessitado de recursos externos para reforço de sua economia — invertido nos países capitalistas os fundos que não podia dispensar para atender às justas aspirações de melhoria das condições de vida de suas populações".<sup>79</sup> A nossa descapitalização, no período 1939-1952, foi estimada em 6,2 bilhões de dólares, ou seja, cerca de 440 milhões por ano, repartidos em 1.000 milhões de saídas líquidas de capitais e 5.206 milhões de perdas de intercâmbio. O resultado disso foi a aceleração do ritmo inflacionário: entre 1939 e 1952, a produção real cresceu, no Brasil, de 80,2%, mas as emissões de papel-moeda cresceram de 692%: o meio circulante aumentou 8,6 vezes mais do que o produto real, e os preços subiram de

<sup>79</sup> Relatório da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito, hoje Banco Central), Rio, 1957 (relativo ao ano de 1956), p. 123.

350%.<sup>80</sup> A política de servidão aos interesses externos arrasara os nossos saldos em divisas, resultantes dos anos da Segunda Guerra Mundial: eles ascendiam, em fins de 1950, a 4.700 milhões de cruzeiros; estavam reduzidos a zero, em fins de 1951; e transformados em *déficit* superior a 1.000 milhões de cruzeiros, em junho de 1952.

No período que estudamos, verifica-se a ampliação cada vez maior da intervenção estatal na economia. Essa intervenção, que, a rigor, teve início em 1930, representava, em si, algo novo e significativo. Como, no referido período, com fases intercaladas de relativa liberdade política — entre 1930 e 1934, entre 1945 e 1950, mas principalmente entre 1961 e 1963 — o Estado permaneceu sob controle de forças conservadoras e até mesmo reacionárias, preservadoras das velhas estruturas, vinculadas, mais ou menos estreitamente, aos interesses externos, e sempre ao latifúndio, mas também servindo à burguesia, aquela intervenção se processava em favor de tais forças. Daí o método adotado, o da inflação, para operar a transferência de renda. Acontece que essa transferência, em parte do período, beneficiou a indústria e, conseqüentemente, a burguesia.<sup>81</sup> A partir de 1945, quando o período se aproximava do fim, em sua última fase, pois, tal intervenção expandiu-se consideravelmente e a ação normativa do Governo ganhou novas dimensões, pela legislação econômica. A receita do setor público assinala o papel crescente do Estado na captação de recursos: ela ascendeu, entre 1947 e 1954, de 31 a

<sup>80</sup> "As desigualdades no desenvolvimento brasileiro, de que a da industrialização é apenas um aspecto, aquele em que mais profundamente estão assinaladas as transformações operadas na estrutura econômica do país, encontram um quadro eloqüente no surto inflacionário cujo caráter crônico, peculiar a uma estrutura colonial, passa a agudo justamente na fase em que aquelas transformações se aceleram. (...) O declínio da moeda brasileira situou-se na fase que antecedeu a industrialização aqui; não houve, ainda aí, relação de causa e efeito: a desvalorização começou muito antes da industrialização. E assim aconteceu porque, por meios empíricos, os economistas brasileiros já haviam descoberto que a inflação é um método que permite atuar na lei do valor. Utilizavam-no sempre que necessário para manter elevada a exploração do trabalho. Respondiam à baixa no preço externo dos produtos da exportação com a manutenção do preço interno deles, mantendo e defendendo a renda dos grupos vinculados à exportação, à custa da elevação dos preços em moeda nacional, à custa da desvalorização da moeda, da redução de seu poder aquisitivo. A crônica inflação, aqui, refletia a conjugação entre o latifúndio e o colonialismo econômico. Esta conjugação antecede no Brasil, e em muito, o surto industrial". (Nelson Werneck Sodré: *Formação Histórica do Brasil*, 7ª edição, São Paulo, 1971, p. 364).

<sup>81</sup> "A crise do comércio exterior criou indiretamente, para as atividades ligadas ao mercado interno, uma situação privilegiada. A redução da capacidade de importar obrigou as indústrias complementares das importações a economizar ou substituir insumos importados. O alto custo e a inexistência de peças importadas acicoutou o engenho de mecânicos e engenheiros locais. Tudo isso é perfeitamente evidente. Houve, entretanto, mais do que isso. A crise do comércio exterior afetou gravemente as fontes tradicionais de financiamento do Estado, obrigando este a escapar pelos incertos caminhos da inflação. Ora, a inflação significava maior rentabilidade para as indústrias ligadas ao mercado interno, ou seja, uma proteção adicional contra as importações, cujos preços relativos se elevavam em conseqüência da depreciação da moeda nacional". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 23).



125 milhões de cruzeiros; no mesmo espaço de tempo, a despesa do setor público passou de 28 a 122 milhões de cruzeiros. A relação entre o setor público e o setor privado, entre 1947 e 1954, quanto à formação de capital fixo, evoluiria de 15 e 85%, respectivamente, para 20 e 80%. O setor privado reclamou sempre, naquele tempo, da amplitude da intervenção estatal.<sup>82</sup> Os interesses ligados ao capital externo combateram-na, então, com virulência.

Uma das formas com que a intervenção do Estado ficou caracterizada, então, foi a do planejamento. Inaugurando, em 1944, a Comissão de Planejamento Econômico, Vargas sentenciaria que “o livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos, é a anarquia pura e simples”. Já em 1939, sob o Estado Novo, o Governo tentara implantar o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que se estenderia até 1943, quando foi elaborado o Plano de Obras e Equipamentos, que reviu as metas previstas no anterior. No período 1948-1950, seria elaborado o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes e Energia, para funcionar no quinquênio 1950-1954 e que, no segundo ano, motivou a criação do Conselho de Coordenação e Planejamento Econômico. Eram tímidos ensaios daquilo que viria a ser, no período seguinte, a intervenção estatal planejada, com metas estabelecidas e com definições políticas ostensivas. Logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o Estado Novo estava às vésperas da derrocada, o Governo tentara deflagrar um processo de defesa da economia nacional, apelidado, pelos opositores, de “lei malaia”, porque pretendia fiscalizar os lucros. Era uma fase de luta política acirrada, que começava: os interesses externos, até aí peados pela guerra, retornavam, e violentamente. A industrialização por substituição de importações chegara ao fim. A controvérsia ligada à taxa alfandegária, no confronto entre protecionistas e livre-cambistas, perdia sentido.

<sup>82</sup> “A intervenção do Estado na economia dos países subdesenvolvidos e, em particular, na América Latina, não foi orientada no sentido de limitar as funções do capital privado; ela surgiu precisamente para suprir as deficiências desse capital privado, buscar melhor aplicação para recursos escassos e dispersos, enfrentar a espoliação e a concorrência estrangeira, criar a base econômica necessária ao reforçamento da independência nacional. Contudo, à medida que o país caminha em seu processo de desenvolvimento, ocorrem mudanças na relação entre o setor estatal e os interesses privados. Nem sempre permanece a harmonia de interesses da fase inicial. Representantes da iniciativa privada passam a reclamar limites para a ação do Estado, abolição dos monopólios estatais, venda das empresas públicas. Mas a pressão maior tem sido de origem externa, daqueles grupos estrangeiros que querem transformar a intervenção do Estado em instrumento de sua expansão e vitória sobre os capitais nacionais” (Helga Hoffmann: *Como Planejar Nosso Desenvolvimento?*, Rio, 1963, p. 39).

É interessante recordar o processo de dependência de estruturas atrasadas a estruturas avançadas de produção, na heterocronia prolongada que as separava. Na fase pré-imperialista, a dependência pela desigualdade na troca comercial externa e, logo adiante, por esta mais os empréstimos compensatórios; na fase imperialista, pela troca comercial externa desigual, pelos empréstimos compensatórios e pelos investimentos e empréstimos de variada natureza (particularmente os de financiamento à exportação dos países emprestadores); tais fases pertencem, no conjunto mundial, ao capitalismo em avanço, atingindo sua caracterizada etapa derradeira. Para países do tipo do Brasil, aquelas fases correspondem à da economia colonial e à da economia dependente. Para o pré-imperialismo, o problema está na penetração no mercado dependente; para o imperialismo, na permanência do domínio do mercado dependente e no controle da economia e da finança dependentes, com os empréstimos e com os investimentos. Na primeira das referidas fases, surge a controvérsia relativa às tarifas de alfândega, mas os países de economia dependente — que tributam as importações — não alcançam a liberdade de estabelecer barreiras protecionistas altas e duráveis, mesmo porque não há o que proteger. É a fase que se define por uma economia de exportação de alimentícios e de matérias-primas de origem agrícola, que gera o lema do “país essencialmente agrícola”. Conservar o país nessa situação é, naturalmente, obrigá-lo a consumir produtos acabados provenientes do exterior, obtidos por importação. Com a Primeira Guerra Mundial e, particularmente, com a crise de 1929, o mercado interno começa a ser atendido pela produção interna de bens de consumo; a barreira alfandegária sofre altos e baixos, pois já interesses poderosos defendem o protecionismo e a economia de mercado interno conquistou posição irreversível. É o processo de industrialização dito de substituição de importações, gerado de circunstâncias e, depois, adotado como política, embora jamais levado às últimas conseqüências. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, por volta de 1945, desaparece a sentença, absolutamente condenatória, do “essencialmente agrícola”; o imperialismo aceita a industrialização nos países dependentes. Passa a nova etapa. Nessa nova etapa, não mais podendo impedir a industrialização neles, associa-se a essa industrialização e controla o seu desenvolvimento. Instala-se, conseqüentemente, no interior do país de economia dependente e aí produz o que

destina a esse mercado. E o que produz nessas condições, valendo-se de distinções jurídicas que desconhecem a nova e definida qualidade do processo, passa a aparecer como nacional do país de economia dependente quando, na verdade, não está integrado na sua economia, mas permanece simples apêndice da economia dominante externa.

Na terceira fase do processo de desenvolvimento da industrialização brasileira, a partir de 1945, os interesses econômicos externos se apresentam de forma diferente. Porque atravessa, agora, etapa diferente: o capitalismo entrou na fase de crise geral. Se a produção externa está instalada internamente, o problema alfandegário deixou de existir. Em alguns casos, o protecionismo é defendido pela indústria externa instalada no interior: toda a legislação destinada a reservar o mercado interno para a indústria nacional (admitida a interna como nacional, daí a vigência de um conceito jurídico que desconhece a nova qualidade econômica do fenômeno) passa a proteger, e por vezes com excesso, essa indústria estrangeira. E, conseqüentemente, na medida em que o problema alfandegário deixou de estar no centro das controvérsias, surge o novo problema, ligado à forma nova com que opera os interesses externos: o problema da remessa de lucros dessas empresas estrangeiras instaladas no mercado interno. A transformação não ocorre de súbito, naturalmente, ela evolui; sua evolução, na fase final, é acelerada, entretanto. Assim, aquilo que entrava já pronto para o consumo, e pagava determinados direitos, começa a entrar aos pedaços, sendo montado no interior, e pagando direitos menores; surge um parque industrial de simples acabamento ou montagem; ou indústrias subsidiárias, que se valem de matérias-primas locais, ou força de trabalho barata, ou energia de baixas tarifas. A etapa de transição não importa para a análise do processo.

Quando esse processo atingiu determinado nível, entretanto, suas conseqüências são profundas e abalam a estrutura econômica dependente. Na medida em que cresce o parque industrial estrangeiro, instalado no mercado interno e beneficiado pela legislação que o reserva à produção interna, crescem seus lucros e, conseqüentemente, a necessidade de remetê-los. Qual a causa desse fenômeno relativamente novo? A causa essencial está em que o capital forâneo deve ser remunerado na moeda do país de origem, mas obtém seus lucros, é remunerado, em moeda do país onde se instalou. Estabeleceu-se, assim, a duplicidade, que

vai afetar profundamente toda a estrutura econômica dependente: o capital opera num país, mas o lucro se destina a outro país. O título *país*, aqui, acoberta coisas muito diferentes, mas é usado à falta de outro e pela necessidade de mais fácil compreensão, já que consagrado pelo uso. Uma indústria que opera em um país, aproveitando força de trabalho local e pagando os demais custos de produção em moeda desse país, mas que finalmente — pois esta é a sua essência e a sua finalidade — precisa converter seus lucros em moeda do país de origem, está, sem a menor dúvida, muito mais integrada no país de origem do que no país em que opera. E o processo, que se torna extremamente complexo, coloca em segundo plano o problema das tarifas alfandegárias e traz a primeiro plano, de forma escandalosa, o problema da remessa de lucros. A remessa de lucros torna-se a forma mais avançada de exploração das economias dependentes pelo imperialismo, na etapa de crise geral do capitalismo. Um de seus aspectos — um entre muitos — está em que essa espoliação coloca a contradição dos interesses externos com o povo do país dependente, mas também com a sua classe capitalista. Para fins da luta, na contradição assim estabelecida, a burguesia do país dependente é povo, funciona como povo e luta ao lado do povo, ao mesmo tempo que funciona, em outro plano, como burguesia, como classe antagonica, em relação às classes subordinadas e particularmente em relação àquelas que vivem de salário. Esse entrelaçamento de contradições qualitativamente diversas — que só podem ser apreciadas em relação umas com as outras, entretanto, e nunca tomadas isoladamente, como acontece na teoria — deriva também da heterocronia do processo histórico, que coloca em uma etapa o desenvolvimento do capitalismo, em âmbito mundial, e em outra etapa o desenvolvimento capitalista nos países dependentes.

É curioso assinalar que a terceira fase do desenvolvimento industrial brasileiro, entre 1945 e 1954, começou e terminou por golpes de Estado: no primeiro, a 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto; no segundo, a 24 de agosto de 1954, Vargas foi novamente deposto e levado ao suicídio. Quando da primeira deposição, ele era ditador; quando da segunda, fora escolhido em pleito eleitoral em que, aliás, o candidato do Governo fora derrotado. Só isso bastaria para indicar que significativas mudanças separavam o início do fim da referida fase. No início, realmente, com a “guerra fria”, a economia brasileira fica inteiri-

ramente subordinada aos interesses externos; as divisas acumuladas são perdulariamente consumidas em importações desnecessárias, na previsão de um conflito mundial tido como inevitável, e a indústria se atrasa, pelo desaparelhamento; a crise, em consequência, impopulariza o Governo e gera a circunstância em que Vargas volta ao poder, combatendo a política econômica e financeira adotada e abrindo perspectivas para nova política, particularmente naquilo que ganhara a consciência popular: a exploração nacional dos recursos petrolíferos do país.<sup>88</sup> A pressão sobre o seu Governo, entretanto, será grande; ele fará concessões, julgadas insatisfatórias porque não totais. Daí a necessidade que sente de fazer as denúncias que acabarão por levá-lo à deposição e ao suicídio.

Suas denúncias giram em torno do problema da remessa de lucros e constituem libelo irresponsável, calcado na autoridade funcional e na posição de classe de quem o formulava. Já a 31 de dezembro de 1951, na primeira prestação de contas de seu Governo, Vargas acusava: "Por trás dos bastidores da administração pública, logrou o Governo descobrir, aos poucos, e não sem dificuldades, uma trama criminosa, que há cinco anos se vinha praticando contra a economia, a riqueza e a independência da Pátria", trama "orientada à sombra da autoridade do próprio Governo". Mostrava como, entre 1948 e 1950, haviam sido remetidos para o exterior cerca de 950 milhões de cruzeiros a mais do que era legalmente permitido remeter. E definia: "Essa vultosa cifra em cruzeiros equivale a mais de 830 milhões de dólares, em moeda internacional (...) muito superior ao que necessitamos para a nossa própria recuperação econômica, excedendo-a em proporção maior uma vez e meia o seu valor".

A 3 de outubro de 1953, o monopólio estatal do petróleo se tornou lei, depois da mais ampla campanha de opinião a que o Brasil já assistiu. A 31 de janeiro de 1954, Vargas voltou a denunciar o crime da remessa de lucros. Começava por lembrar os antecedentes: "Em 1948, estavam registrados capitais estran-

<sup>88</sup> O golpe de Estado de 29 de outubro de 1945 propiciou o clima em que se tornou possível, em setembro de 1946, permitir a exploração por "entidades particulares ou mistas" das reservas de manganês do Amapá, entregues, em maio de 1950, à Bethlehem Steel, assim tornada, "por um passe de mágica, proprietária das jazidas de manganês, em troca de *royalties* miseráveis, gerindo a faixa territorial em que realizaria as suas operações como soberana e tendo-a como zona ocupada", completando, conseqüentemente, "um dos negócios mais espetaculares e rendosos da nossa história comercial, e para retirar, sem contrapartida justa — de uma das mais paupérrimas e desvitalizadas regiões do país — bens valiosos, direitos puros e, assim, a única perspectiva real, contemporânea e palpável de transfiguração econômica, de sua integração à vida nacional". (Alvaro da Cunha: *Quem Explorou Quem no Contrato do Manganês do Amapá*, Macapá, 1962, p. 10).

geiros no valor de Cr\$ 6.232 milhões. Em 1949, o valor subia a 9.633 milhões e, em 1950, já tínhamos um valor de 15.718 milhões pedindo registro. A progressão era geométrica. O registro como moeda estrangeira dos lucros acima de 8% representava operação cambial correspondente a um esgotamento definitivo das nossas energias". Entrava em detalhes escabrosos: "Examinadas as contas de capital de 237 milhões, 355 mil e 454 dólares de várias empresas, ficou verificado que, efetivamente, só tinham direito ao registro de 104 milhões, 674 mil e 868 dólares. E, quanto aos empréstimos, que totalizavam 241 milhões, 982 mil e 694 dólares, só existia a documentação de empréstimos reais no valor de 57 milhões, 243 mil e 721 dólares. O mesmo ocorria em quase todas as moedas, chegando-se a um registro que reduzia de 317 milhões, 419 mil e 556 dólares e 82 cents os compromissos de capital em empréstimos nessa moeda, por não existir o menor documento de comprovação da entrada desse dinheiro, em moeda, bens ou mesmo direitos". Era clara a acusação de furto.

O libelo ia adiante: "Nestes últimos dez anos, o desenvolvimento do Brasil tem exigido um aumento de produção de energia elétrica na base de 14% ao ano. As empresas concessionárias, não dispondo mais de capital, têm recorrido a empréstimos. Não podendo mais dar garantias, têm recorrido às garantias do Governo. E aos que apontam o Governo como culpado da crise de energia elétrica, por não auxiliar as empresas concessionárias, respondo com o documento de 312 milhões de dólares de certificados de prioridade cambial, concedidos como garantia de empréstimos para energia elétrica. Mas eu não posso concordar com a inflação de capital, nem com empréstimos fictícios, nem ainda com uma resistência tenaz dos que acreditam que a manipulação dos instrumentos de formação da opinião pública seja suficiente para assegurar a consolidação de negócios contra o povo. O trabalho de revisão dos empréstimos e de capital dessas empresas é sempre demorado e ainda não me chegou às mãos. Entretanto, informações positivas, que foram colhidas num levantamento feito em quatro empresas, em São Paulo, apontam uma majoração de 38 milhões, 803 mil e 21 dólares no capital, e 24 milhões, 708 mil e 679 dólares nos empréstimos, além de 1 milhão, 366 mil e 671 libras no capital e 631 mil e 307 libras nos empréstimos. Este fato ainda não é tudo. Pedem as empresas de serviços públicos câmbio para pagar as instalações a serem feitas.

E pedem uma base média de 30 milhões de dólares por ano. Nessas condições, não há investimento. Se fornecer, através do câmbio, os dólares para a compra de instalações, onde está o capital estrangeiro?" Era outra clara acusação de furto.

Vargas denunciava o longo processo daquilo que se especializava em produzir "renda em divisas sem investimento efetivo de capital", negócio comum do imperialismo na fase de crise geral do capitalismo. No emaranhado de fraude que envolvia a espoliação, não era desprezível a parcela arrecadada pelos bancos estrangeiros, que remetiam lucros à base de 80%, retendo apenas 20% para reforço de suas reservas. Entre 1949 e 1950, seis deles, o Bank of London and South America, o Banco Holandês Unido, o Banco Ítalo-Belga, o Bank of Tokio, o The National City Bank of New York e The Royal Bank of Canada, obtiveram um lucro total de 1.386.9 milhões de cruzeiros, e remeteram para o exterior 1.033,78 milhões. Ao suicidar-se, quando já deposto, Vargas denunciou, pela última vez: "Os lucros das empresas estrangeiras alcançaram até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano".

A morte de Vargas não encerrou apenas uma fase da política brasileira, dominada pela sua figura, como expressão do avanço das relações capitalistas no país — encerrou, também, um período do desenvolvimento econômico do país, período marcado, do ponto de vista da industrialização, pela substituição de importações. No exterior, em escala mundial, marcando o compasso da "guerra fria", o capitalismo atingia a etapa de capitalismo monopolista de Estado, que exigiria alterações essenciais na exploração dos países de economia dependente, em busca do lucro máximo e através de processos novos e do maior aperto nos velhos processos. Politicamente, seria um período de graves perturbações, culminando com a supressão das liberdades democráticas. A busca empírica do modelo conveniente passaria, entretanto, por uma fase preparatória, quando se gerariam as condições para que o imperialismo lançasse as bases de seu domínio.

## A Crise do Sistema

---

No processo histórico, é necessário que as contradições se desenvolvam para serem resolvidas; a luta — a contradição — enriquece e amadurece: faz avançar o processo. No desenvolvimento do capitalismo brasileiro, até a metade da década dos cinquenta, ficara marcado o seu crescimento quantitativo, em extensão, pelo alastramento das relações capitalistas, inclusive a faixas rurais, pela integração de camadas da população à economia de mercado; a partir de então, começa nova etapa, de crescimento qualitativo, em profundidade, com a acumulação tendo atingido certo nível que permitia passar a nova escala, com o mercado tendo sido ampliado ao máximo, nas limitações que, precisamente, vão levar à crise do sistema. Porque a primeira fase esgotara as possibilidades de crescimento compatíveis com tais limitações: a do latifúndio, estreitando o mercado interno, disputado ainda pelo imperialismo; as deste, fechando o mercado externo, situando-o como inacessível.

Há um momento, no desenvolvimento do processo, que, tornadas agudas as contradições que ele contém, esgotam-se as possibilidades de continuação do sistema — ele entra em crise. Essa crise comporta dois momentos: o momento preparatório, em que a mudança qualitativa fica obscurecida por dados quantitativos de simples crescimento que parecem dar continuidade ao que já está minado, e uma fase de acabamento, quando ficam definidas as linhas do que será, depois, conhecido como “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Politicamente, como se sabe, essa passagem se processa em clima de turbulência inédito: em 1954, Vargas é deposto e levado ao suicídio; em 1955, uma tentativa de golpe de Estado é frustrada pela deposição de Café Filho; em 1961, Quadros é levado à renúncia e deflagra-se a crise pela posse de Goulart; em 1964, Goulart é deposto por golpe de Estado. A



simples sucessão de atos de violência política como os assinalados seria suficiente para denunciar o andamento de grave crise. É a análise, no campo da economia, dessa crise que será tentada aqui.

O que se processa, nessa base de transição, é a criação de laços de estreita dependência, que subordinam a estrutura econômica brasileira aos interesses externos. As formas vão sendo geradas e melhoradas ou simplesmente modificadas, empiricamente, até 1956. A partir daí, surgem aquelas que emanam de deliberadas ações, ações planejadas. Trata-se de adaptar-se, no todo, a economia brasileira, de colocá-la sob condições tais, que se amolde a determinadas relações, tidas como impositivas. Resulta essa acomodação de ato de vontade, que multiplica fatores conhecidos e em vigência, que os orienta. Trata-se de deliberada opção. A opção pelos interesses externos. Claro está que tudo atinge certo nível, quando se desencadeiam as ações, antes de 1956: a queda de Vargas pertence aos preliminares da fase. E já está integrada nela o conjunto de medidas que marcam o Governo que ocupa o lugar deixado pelo de Vargas. Nesse momento, funcionando como marco histórico, aparece e funciona o ato conhecido como Instrução 113. Vargas desapareceu a 24 de agosto de 1954; a Instrução 113 surgiu a 17 de janeiro de 1955, assinada por Otávio Gouvêa de Bulhões, então diretor da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito, depois Banco Central), que seria, adiante, Ministro da Fazenda do novo regime.

Essa Instrução liberava de cobertura cambial as empresas estrangeiras que desejassem importar máquinas para as instalar no Brasil. Como os empresários nacionais, para importá-las, estavam na dependência da disponibilidade de divisas, criava-se, desde logo, privilégio descomedido, em favor dos investidores estrangeiros. Apregoando a busca de uma misteriosa "verdade cambial", aquele dispositivo acobertava onerosíssimas condições impostas pelos interesses externos ao desenvolvimento brasileiro. Incorporada à Lei de Tarifas regulamentada em dezembro de 1957, a Instrução 113 assinala a opção deliberada e firme, ostensiva e audaciosa, por uma política que seria acabada adiante, com os mesmos tecnocratas que, atravessando regimes diferentes, governos diferentes, golpes de Estado diferentes, permaneciam no controle do aparelho de Estado.<sup>84</sup> Ela constituiria a

<sup>84</sup> "A base para introdução dos capitais estrangeiros seria aquela estabelecida pela Instrução 113, incorporada à Lei de Tarifas regulamentada em dezembro de 1957. E as

base da orientação adotada, a partir de 1956, quando o Governo formulou um Plano de Metas destinado, segundo a propaganda, a fazer o país avançar cinqüenta anos em apenas cinco.<sup>86</sup>

A idéia de planejamento, que encontrara sérias resistências na área oficial da economia, aquela em que os interesses externos recrutavam seus melhores servidores, começava, agora, a caracterizar a política econômica. A iniciativa do planejamento econômico pertencera aos dirigentes burgueses mais esclarecidos, que viam nessa forma a saída para a proteção que esperavam do Estado.<sup>86</sup> Mas, ainda aí, os interesses externos os lesaram, pois fizeram do planejamento, a partir de 1956, um de seus instrumentos mais usados e eficazes. Nesse ano, realmente, era criado o Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, ao qual caberia, entre outras tarefas, a de “elaborar planos e programas visando aumentar a eficiência das atividades governamentais e a fomentar a iniciativa privada”. E ainda o ano de 1956 viu nascer o chamado Plano de Metas, em que o Estado brasileiro opta pela submissão aos interesses externos, deliberada e planejadamente. Já a 31 de dezembro de 1957, o chefe do Executivo podia explicar, com sinceridade: “Sintoma expressivo da confiança que a economia brasileira vem despertando no mercado internacional de capitais é o aumento sem precedentes de investimentos e financiamentos realizados no Brasil, nos últimos dois anos. Os registros feitos na SUMOC revelam que, de 110 milhões de dólares, em 1955, passamos a receber 206 milhões, em 1956, e 330 milhões de dólares, de janeiro a novembro de 1957, totalizando mais de 500 milhões de dólares nestes dois anos”.<sup>87</sup>

O chamado Plano de Metas não passava, na realidade, “do amontoado de alguns planos setoriais, sem coordenação entre si, e muitas vezes limitou-se a fixar ‘metas’ que representavam ape-

sucessivas alterações no valor do cruzeiro, por imposição de uma política ditada do exterior, transferiram às classes trabalhadoras e aos consumidores em geral os pesadíssimos ônus da política de entrega dos recursos nacionais e do mercado interno ao imperialismo”. (Nélson Werneck Sodré: *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964, p. 346).

<sup>86</sup> “A indústria automobilística entrou no Brasil através da Instrução 113, de minha autoria, quando Ministro da Fazenda. Tudo quanto o Governo Kubitschek pode reclamar é a glória de não a ter revogado; antes pelo contrário”. (Eugênio Gudín: “A grande palhaçada” in *O Globo*, Rio, 3 de novembro de 1960).

<sup>87</sup> Breve história do planejamento na economia brasileira está no trabalho de Helga Hoffmann: *Como Planejar Nosso Desenvolvimento?*, Rio, 1963, p. 101/111. Nesse histórico, está inserida a polémica entre Roberto Simonsen, dirigente industrial paulista, e Eugênio Gudín, empregado de empresas estrangeiras no Brasil e Ministro da Fazenda no Governo Café Filho. Simonsen definiu sua posição, quanto à necessidade do planejamento, em seu livro: *O Planejamento da Economia Brasileira*, São Paulo, 1945.

<sup>88</sup> *Jornal do Brasil*, Rio, 1º de janeiro de 1958.

nas a previsão do crescimento espontâneo”.<sup>88</sup> A característica essencial do referido Plano estava na “utilização em grande escala do aparelho estatal para a concessão de privilégios a poderosos grupos econômicos estrangeiros”.<sup>89</sup> O que prejudicava o Plano, do ponto de vista nacional, era “a falta de soberania do Governo e a submissão dos idealizadores e executores do Programa de Metas a interesses estrangeiros”.<sup>90</sup>

A meta mais apregoada do plano em questão foi aquela que se refere à indústria automobilística. Como é sabido, essa é uma indústria de montagem, que pressupõe a existência de indústria de autopeças suficientemente desenvolvida e indústria siderúrgica capaz de fornecer as chapas e blocos. A indústria nacional de autopeças, em 1955, abrangia mais de 1.000 fábricas e estava em condições de produzir mais de 50% das peças e partes do automóvel — e a Fábrica Nacional de Motores já produzia mais de 70% delas, para o caminhão que fornecia — quando a solução governamental foi imposta. Assim, no momento em que a indústria nacional atingia a etapa em que a produção de automóveis surgiria, naturalmente, e a custo social razoável, o planejamento à base da submissão aos interesses externos reservava aos monopólios estrangeiros o mercado nacional: eles passavam a produzir dentro do país aquilo que, antes, lhes vinham fornecendo do exterior, e às vésperas de perder o mercado. O Plano estabeleceu uma série de favores, dos mais escandalosos, aos monopólios estrangeiros, representando a canalização, para eles, de dezenas de milhões de cruzeiros, com os privilégios de câmbio, de comércio e de remessa de lucros, além daqueles ligados à tributação. Mais do que isso: o Governo brasileiro emprestou aos monopólios estrangeiros os cruzeiros para a compra de divisas e lhes concedeu financiamentos oficiais, a longo prazo, para instalação e ampliação de suas fábricas.<sup>91</sup> Assim, “a criação da nossa indústria automobilística é, sem dúvida, um dos exemplos mais escandalosos da utilização da intervenção econômica do Estado brasileiro em favor de poderosos grupos estrangeiros”.<sup>92</sup>

<sup>88</sup> Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 54.

<sup>89</sup> Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 54.

<sup>90</sup> Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 54.

<sup>91</sup> “Todos os favores cambiais e tributáveis vigoraram pelo prazo de cinco anos, desde a instalação do GEIA até setembro de 1960. Técnicos de responsabilidade calculam que os recursos que o Governo deixou de arrecadar em virtude desses favores, somados aos créditos do Banco do Brasil e do BNDE, representam um total de cerca de 45 bilhões de cruzeiros por ano, durante o citado período de cinco anos”. (Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 58).

<sup>92</sup> Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 60.

A meta da construção naval seguiu o mesmo modelo, pela concessão perdulária de favores cambiais e tributários, a título de estímulo, e pelo desestímulo à infra-estrutura nacional existente. Os estaleiros da empresa japonesa Ishikawagima foram construídos quase totalmente com dinheiro brasileiro; para a empresa holandesa Verolme, o Governo, pelo BNDE, entrou com a maior parte do capital necessário. Além disso, funcionou a reserva de mercado, e de mercado estatal, com as encomendas para reaparelhamento e renovação da frota. Os estaleiros nacionais, alguns tradicionais, outros com envergadura indispensável à ampliação, bastando os recursos, ficaram à parte. Na Ishikawagima, o Estado brasileiro investiu, inicialmente, quase 750 milhões de cruzeiros, para juntar aos 63 milhões de cruzeiros e 8.600.000 dólares com que a empresa japonesa entrou; na Verolme, o Estado brasileiro investiu, inicialmente, 300 milhões de cruzeiros, enquanto o grupo holandês entrava com 8.416.000 dólares. E tais empresas, pela sua origem, passaram a remeter lucros.

O desenvolvimento da essência do plano governamental, com que se propunha um desenvolvimento capaz de operar mudanças de meio século em apenas cinco anos, aparecia na parte que dizia respeito à exportação de minério de ferro, única aliás, e estranhamente, ligada à exportação — nem o café aparecia no Plano de Metas — pois tratava-se de ampliar quantitativamente a exportação, seja pela Companhia Vale do Rio Doce, que era estatal, seja qualquer “companhia associada”. Em clara definição, adiante, estava mencionado que “a participação financeira ou o financiamento estrangeiro, ou ambos, devem cobrir a maior parte do novo investimento projetado”. O Plano defendia uma curiosa associação entre exportadores e consumidores. E tudo ficou absolutamente claro, logo depois, quando estourou o escândalo da Hanna, monopólio norte-americano que disputava as reservas brasileiras e era servido por “consultores” agrupados em empresa de planejamento e assessoria conhecida como CONSULTEC, onde pontificavam economistas e tecnocratas ligados ao Governo. Era uma singular fusão de advocacia administrativa e de tecnocracia subdesenvolvida.

A meta para o transporte aeroviário obedecia a normas idênticas. A meta do trigo compreendia duas partes: a da produção, que deveria atingir um milhão e meio de toneladas, em 1960, e a da importação, que compreendia a entrada de um milhão e oitocentas mil toneladas de trigo norte-americano, dos excedentes

que ali estavam estocados, pagando armazenagem, em três anos, importação calcada nos famigerados Acordos do Trigo, exemplo inédito de ajuda do mercado brasileiro à superprodução norte-americana. Claro está que a meta de produção não foi alcançada, ficando em menos de 400 mil toneladas, no ano de 1960; mas também claro está que os Acordos do Trigo, segundo os planos, foram cumpridos à risca. Tais acordos previam, entre outras coisas, facilidades para monopólios estrangeiros levantarem empréstimos no BNDE. As subsidiárias da Light e da Bond and Share, somente elas, receberam daquela organização oficial de crédito mais de três bilhões de cruzeiros: eram os chamados "cruzeiros do trigo" e a economia brasileira financiava a economia estrangeira. Os setores que interessavam essencialmente o desenvolvimento nacional, no entanto, permaneciam em segundo plano: o do carvão previa modesto aumento da produção; o do transporte ferroviário era apoiado em acelerada dieselização e na compra de material rodante no exterior. A meta do alumínio, em que estava previsto o controle do setor pelos monopólios estrangeiros, encabeçados pela Kaiser, ficou inatingida, felizmente.

A opção pelo desenvolvimento através das entradas maciças de capitais estrangeiros, suposta solução única, correspondeu a uma deformação profunda da estrutura econômica brasileira. Já em 1953, 76 a 80% do café era exportado por firmas estrangeiras, que auferiam lucros na média de 92,3%, tendo uma delas alcançado mesmo lucro de 300%. Os preços do nosso principal produto de exportação haviam ascendido, logo após a Segunda Guerra Mundial, encontrando forte resistência no mercado norte-americano: admitido o índice 100 para tais preços entre 1948 e 1952, chegariam a 143, em 1954. Mas já em 1955 caíam para 119; para 97, em 1957; para 62, em 1958; para 52, em 1959. Os preços do minério de ferro, em 1956, eram apenas 17% dos que vigoravam em 1948; mas, entre 1958 e 1959, sofreram outra queda, agora da ordem de 27%. Entre 1956 e 1960, entrou no Brasil pouco mais ou menos o mesmo valor, em capitais, segundo dados de fontes oficiais, do que o saído. Mas já entre 1960 e 1963, entravam apenas 200 milhões de dólares e saíam 600 milhões, em números globais.<sup>88</sup> Em 1954, o preço médio da tonelada exportada fora de 364,10 dólares; em 1955, já descambara a 144,57; em 1959, estava em 129,70; em 1962, a

<sup>88</sup> Relatórios da SUMOC.

98,21; em 1965, a 81,05; em 1969, a 74,00.\* A queda de preços, pois, fazendo que a tonelada valesse, em 1969, um quinto do que valia em 1964, denuncia a crise do comércio exterior do Brasil.

A entrada de capitais estrangeiros de investimento, no período 1956-1961, atingiu a média de 112 milhões de dólares, para cair, no período 1962-1967, à média de 58 milhões; os financiamentos particulares, naqueles mesmos períodos, passaram de 244 milhões para 124 milhões, enquanto os financiamentos oficiais passaram, ainda naqueles marcos, de 137 a 210 milhões. Quase a metade dos capitais de empréstimos entrou no período 1954-1961. O percentual que mede a relação entre o serviço da dívida externa e a receita das exportações evoluiu de 5,4, em 1947, a 40,7, em 1960; a relação entre a dívida externa e a receita das exportações cresceu, de 55,3, em 1947, para 251,3, em 1962. A dívida externa total, em 1954, era de 1 bilhão e 600 milhões de dólares; em 1961, ascendia a 2 bilhões e 700 milhões; a receita das exportações, entretanto, era de 1 bilhão e 600 milhões de dólares, em 1964, e de 1 bilhão e 400 milhões, em 1961. O serviço da dívida, que era de 180 milhões de dólares, em 1954, passava a mais de 440 milhões, em 1961, tendo sido de 516 milhões, em 1960. Ao fim do período iniciado em 1956, com o planejamento do desenvolvimento à base de investimentos estrangeiros, a opção pela submissão aos interesses estrangeiros deflagrava a crise de câmbio.<sup>95</sup>

Como adiante aconteceria, embalando ilusões e iludindo ingenuidades, havia índices que pareciam definir desenvolvimento e, realmente, definiam determinado tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento subordinado ao interesse externo. Assim, o PIB (Produto Interno Bruto), que alcançara, no período 1950-1955, a taxa de 5,6%, passara a 7,0%, no período 1957-1961, e o PIB *per capita* evoluíra, em relação àqueles períodos, respectivamente, de 2,5% para 3,8%. O PIB, que fora, em 1954, de 10,1%, seria, em 1961, de 10,3%, com grandes variações, pois chegara, em 1956, a 3,2%. Como analisou um economista, as coisas pare-

<sup>94</sup> Anuários Estatísticos do I.B.G.E.

<sup>95</sup> Dados organizados pela CPI instalada na Câmara dos Deputados, divulgados em: Rubem Medina: *Desnacionalização, Crime contra o Brasil?*, Rio 1970, p. 44/50.

\*A experiência brasileira no período 1956-1961 ilustra bem esse fato. As entradas de investimentos e financiamentos superaram as registradas em qualquer época anterior. O resultado foi que, nos anos seguintes, passamos a encontrar graves dificuldades para honrar nossos compromissos internacionais". (Idem, p. 110/111).

ciam ir muito bem: "No período 1950/61, a taxa de crescimento global de nossa economia foi superior à dos países que constituem o poderoso Mercado Comum Europeu, revelando-se menor em termos *per capita* apenas porque crescemos mais rapidamente sob o aspecto demográfico. Na América Latina, sustentamos de há muito privilegiada situação prioritária. A renda *per capita* tem aumentado 3% ao ano, no Brasil, enquanto cresce apenas 1% nos outros países do continente, inclusive nos Estados Unidos. A economia nacional expandiu-se em ritmo acelerado, no período 1957/61, atingindo a taxa de 7% contra 5,2% de média nos quinquênios imediatamente anteriores." A produção industrial passara, em valor, dos 200 bilhões de cruzeiros, em 1955, para quase 700 bilhões, em 1959. Mas o aumento real, isto é, deflacionando aquele total, era de 71% apenas; os aumentos de 1956 e de 1958 ainhavam-se em taxas altíssimas, de 35 e de 21% respectivamente. Mas, entre 1955 e 1959, enquanto os salários dos operários haviam passado ao índice 138 (fixado o índice de 100 para 1955), as despesas de consumo haviam passado ao índice 174. Assim, o economista era obrigado a confessar: "O salário, confiscado pela inflação violenta, no seu poder real, financiou o desenvolvimento, proporcionando melhores lucros".

O processo corrente de transferência e de concentração da renda, levado a proporções desmedidas, foi o da inflação. O meio circulante, no fim de 1955, alcançava pouco menos de 70 milhões de cruzeiros; no fim de 1960, ascendera a mais de 200 milhões, quase triplicara. O dólar valia, em 1955, pouco menos de 74 cruzeiros; em 1960, subira para 190 cruzeiros e, em 1961, para 280, quadruplicando a relação com a moeda brasileira. O enorme afluxo de capitais estrangeiros — 2,3 bilhões de dólares, entre 1955 e 1961 — aliviava tensões e transferia o desencadeamento, ou o desvendamento da crise. O Estado, com tal injeção de recursos, cujo pagamento transferia ao futuro, podia atender a

<sup>90</sup> João Pinheiro Neto: *Salário é Causa de Inflação?*, Rio, 1963, p. 11.

<sup>91</sup> João Pinheiro Neto: *op. cit.*, p. 19. O autor faz algumas considerações interessantes: "A exportação com o cruzeiro aviltado (verdade cambial) é visível, produz alta do custo de vida. Todas as facilidades que a SUMOC deu aos exportadores de produtos tradicionais, como algodão e cacau (café será estudado à parte), resultaram em vida mais cara e exportações menos valiosas para o país. Trabalhou-se mais. Vendeu-se mais para o exterior. Elevou-se criminosamente o dólar. Resultado: vida cara e ganhos menores com a exportação. Em 1959, exportamos 4.290.000 toneladas de mercadorias e recebemos pelas mesmas US\$ 1.550 milhões. Em 1960, exportamos 10 milhões de toneladas, ou duas vezes e meia mais, e recebemos US\$ 1.260 milhões. (...) O investimento estrangeiro, no ano de 1960, montou a US\$ 85.086.100, que, ao câmbio médio do período (Cr\$ 200,00), representou 17,1 bilhões de cruzeiros (*Anuário Estatístico do Brasil*, de 1961, p. 179 e 215). Nesse mesmo ano, os rendimentos declarados como auferidos pelos residentes no exterior, objeto do imposto sobre a renda, foram de Cr\$ 31.257.168.482,00 (dado da Divisão do Imposto de Renda). *Déficit* potencial de mais de 14 bilhões de cruzeiros". (Idem, p. 29/30).

pressões variadas: ao setor agrário, entre os principais, transferia parcela considerável da renda, sem aumentar a oferta de produtos dele originados; a taxa anual de crescimento desse setor — englobando o da pecuária — que se mantivera pouco abaixo de 5%, no período de 1947-1954, baixava a 4,3%, no período 1955-1960, enquanto o ritmo do crescimento industrial, que era, no primeiro dos períodos referidos, de 8,8%, ascendia para 10,4%. Ao lado da incorporação maciça de capitais estrangeiros, o Estado iniciava vastíssimo e variadíssimo plano de inversões públicas. Ao fim, a crise teria de eclodir: as exportações, com preços em declínio, não podiam atender as necessidades do país em importações nem cobrir o serviço da dívida externa; a demanda interna de produtos industriais esbarrava nas limitações do consumo, por força do mercado estreitado pelo latifúndio. Daí, decorrendo deficiência de acumulação, a indústria apelava para subsídios estatais diretos e indiretos e para o mecanismo inflacionário. Mas a agricultura de exportação, também em crise, pressionava por proteção e alcançava essa proteção, ainda à custa de emissões. Havia um limite para essa política, evidentemente. Ela não poderia, simultaneamente, financiar os setores atrasados da economia, os interesses externos e o trabalho. Este deveria ser sacrificado. A forma de sacrificá-lo era a inflação.”

As injeções sucessivas de papel moeda impulsionaram, no período 1955-1961, os preços de forma violenta: em 1959, o índice do custo de vida saltou a mais de 40%, marca máxima no século; ao mesmo tempo, a exportação de café não produzia as divisas necessárias ao atendimento das importações e do serviço da dívida. Foi necessário, nas limitações da opção planejada, recorrer ao mais velho dos remédios, o dos empréstimos externos. Eles conseguiram neutralizar, temporariamente, as conseqüências do desequilíbrio.” Tornavam mais rígida, entretanto, a estrutura de-

“Esse o sistema em que o imperialismo, o latifúndio e os empresários nacionais a eles associados encontra ainda as suas amplas possibilidades de assegurar um rendoso domínio. A manipulação de seus mecanismos, entretanto, torna-se ostensiva, já não tem condições para dissimular-se, para apresentar-se como uma fatalidade. Torna-se ostensiva porque exige, cada vez mais, que os prejuízos sejam lançados às costas do povo, entendido este não apenas como a classe trabalhadora, mas também a classe média e parte da burguesia”. (Nélson Werneck Sodré: *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, 7ª edição, 1971, p. 395/396).

“Praticamente, toda a receita corrente é atualmente exigida para cobrir importações de combustíveis, matérias-primas e bens intermediários, além dos serviços das dívidas, e as amortizações. Embora as indústrias básicas tenham se expandido consideravelmente na última década, o investimento agregado possui ainda um considerável conteúdo de importações, de maneira que o nível de investimento e a flexibilidade da economia só vêm sendo mantidos em conseqüência da entrada de capitais estrangeiros, como antes se observou”. (CEPAL: “A inflação no Brasil”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, 1962, vol. II, nº 1, p. 299/300).



formada da economia. A partir de 1956, o Estado passou a socializar os prejuízos do café: em junho de 1959, estavam armazenados quase 25 milhões de sacas, a que se juntou a safra desse ano, elevando a estocagem a 45 milhões de sacas, causando despesas da ordem de 17 bilhões de cruzeiros. A inflação reflete as contradições que a sociedade brasileira apresenta, a luta entre as forças do atraso e da submissão e as do avanço real, não confundindo com o chamado desenvolvimento.

A crise do sistema se anuncia desde que as possibilidades ligadas ao mecanismo inflacionário, operando como confisco e transferência de renda dos que produzem para os que exploram, e ao endividamento externo, decisivamente comprometido, em inexecutável esquema de pagamentos a curto prazo, ficam esgotadas. Em 1960, a crise se aproxima, pois aquelas possibilidades estão também se aproximando de seus limites. Os ingressos de capitais estrangeiros declinam, por força da falta de confiança no sistema. Ao mesmo passo, aumenta a capacidade ociosa da indústria, em consequência do estreitamento do mercado interno. A crise estrutural encontra imediatos e graves reflexos na área política, em radicalização que assume aspectos tempestuosos: a estrutura política está também ameaçada de ruptura. A derrota do Governo Kubitschek e de sua orientação apelidada de desenvolvimentista, pelos sacrifícios que impusera ao povo, representa, entretanto, um desvio e um parêntese. E o seu substituto realizará, de início, uma opção profundamente antinacional e antipopular, consubstanciada numa reforma cambial que desequilibra o sistema já seriamente abalado.<sup>100</sup> Prisioneiro do latifúndio e do imperialismo, o Governo Quadros tenta a saída possível, de ampliação das exportações, buscando novos mercados e, assim, alterando a política externa tradicional. Não consegue, entretanto, pela premência da crise, realizar essa finalidade e é tragado com pouco mais de meio ano de vigência e sob ameaça de ver o país conflagrado em guerra civil.

Os sintomas se acumularam progressivamente: queda da receita da União, redução dos investimentos públicos, emissões, aceleração da inflação, dificuldade para obtenção de financia-

<sup>100</sup> "Tudo indica que o setor público teve, nesse período, responsabilidade fundamental, tanto na redução do nível de emprego, quanto no aumento da pressão inflacionária. O ponto de partida desse processo parece estar na reforma cambial de 1961, a qual provocou fundo desequilíbrio, que somente será eliminado anos depois, mediante progressivas reformas fiscais. O salto para alcançar a 'verdade cambial', dado pelo Presidente Quadros sem as precauções necessárias, acarretou um desequilíbrio no esquema de financiamento do setor público, cujas consequências não foram percebidas na época". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 32).

mentos externos para disfarçar a crise (remédio usado rotineiramente). A produção industrial declina acentuadamente, de 11% no período 1956-1961 a zero, no período 1962-1965. A crise política de 1961 traduz o agravamento da crise do sistema e radicaliza o processo. A terapêutica aplicada, a partir da posse do Presidente Goulart, refletia o impasse, seja nas medidas típicas, seja no planejamento. A economia nos subsídios à importação do trigo e na elevação dos preços dos derivados de petróleo importava em elevação do custo de vida, com prejuízo do povo. O Plano Trienal, do Governo Goulart, procurava acomodar as contradições. Colocava-se na linha daquilo que foi batizado como "política de conciliação", pois atendia ora às pressões populares e nacionais, ora às pressões externas, fugindo à opção. A inflação se acelerava e o custo de vida aumentava violentamente. Considerado o ano de 1958 como de índice 100, já em 1961 esse índice ascendia para 271; em 1962, para 436; em 1963, para 790; em 1964, para 1.460. A taxa de inflação, que já excedera a taxa de juros, e em muito, excedia, agora, a taxa de lucro e tornava-se, de arma rotineira para uso dos possuidores, e particularmente dos interesses externos, em grave ameaça aos mesmos.

Ante a enormidade do endividamento e a celeridade da inflação, premido pelo latifúndio de um lado, e pelos interesses externos de outro, cortando este os recursos com que, normalmente, acode aos seus servidores, com a estrutura política abalada, estava o país colocado diante da necessidade de uma opção: ou a saída para uma nova política econômica e financeira, que imporia, preliminarmente, o rompimento com a velha estrutura, ou a saída para a consolidação da política econômica e financeira iniciada em 1956, de forma deliberada, mas levando-a às últimas consequências. Politicamente, tratava-se de escolher entre um sistema amplamente democrático ou a sua negação. A correlação de forças impôs esta última.

## O Modelo Oligopolista

---

No segundo semestre de 1963, o Governo Goulart esboçou uma saída para a crise. No fundamental, as chamadas "reformas de base" visavam ampliar o mercado interno, pela manutenção do salário real e por uma reforma agrária a longo prazo, e alargar o mercado externo pela abertura de novas áreas aos produtos brasileiros. A crise se aprofundara demasiado, entretanto, para que restasse prazo suficiente ao alinhamento e funcionamento dos resultados. Sem base política em condições de enfrentar a pressão conjugada e simultânea do latifúndio e dos interesses externos, o Governo entraria em derrocada, sem resistência, no início do segundo trimestre de 1964. A ausência de resistência importava em denúncia eloqüente de debilidades muito graves, disfarçadas pelo esquerdismo que animava as forças democráticas. Ainda após a queda do Governo, e quando o novo regime mal definira os seus propósitos iniciais, pairou a ilusão de que se tratava de mais um entre os já inumeráveis golpes peculiares à vida política dos países dependentes. Dentro em breve, impopularizados pela própria natureza da orientação a que a reação obedecia, os novos detentores do poder seriam obrigados a ceder lugar, novamente, às forças democráticas. E tudo voltaria à situação anterior.

Na verdade, as forças que se uniram para empreender, em 1964, a destruição do regime vigente, eram heterogêneas. No andamento do processo, porém, preponderaram aquelas que acabariam por definir o regime novo, depois de algumas etapas difíceis: o latifúndio, de um lado, os interesses externos, de outro, com alguns reforços na burguesia associada aos capitais estrangeiros e na pequena burguesia dopada pelo anticomunismo. A base política do novo regime, que não ficou definido de início, sofreu estreitamento progressivo, sob o primeiro gover-

nante, com distanciamento de algumas componentes importantes; sob o segundo, no entanto, ampliou-se um pouco, pelo atendimento de reivindicações burguesas esquecidas ou castigadas na tarefa preparatória drástica que, sob pretexto de combate à inflação, arrasou parte do parque industrial e determinadas áreas empresariais do país.<sup>101</sup> A proporção que o regime se consolidava, mostrando que viera para durar e que, conseqüentemente, era muito diferente dos que haviam resultado dos golpes de Estado anteriores, o modelo econômico ia ganhando suas linhas definitivas. Ele não surgiu de improviso; não estava concebido *a priori*. Decorreu do próprio processo, embora conservasse, evidentemente, traços de outros regimes, estabelecidos, sob outras condições, em outros países, quanto à repressão, quanto ao crescimento dos órgãos de vigilância, ditos de segurança, quanto aos processos policiais, quanto à suspensão das garantias individuais, etc. Na medida em que o regime novo definiu sua extrema concentração política, ficou definida sua extrema concentração econômica.

O modelo econômico surge de um processo em que é fácil distinguir duas etapas: a primeira, entre 1964 e 1968, prepara a segunda, que se inicia em 1968 e que acaba por definir o modelo, em suas grandes linhas. Na primeira, operam-se profundas mudanças no aparelho de Estado, e particularmente em seus setores ligados à economia e às finanças, mudanças acompanhadas por outras, no campo da legislação e das normas legais. Nessa etapa inicial, o regime estabelece suas opções fundamentais, evidentemente, mas não tem ainda condições para estruturar o modelo, talvez nem tenha mesmo a idéia precisa do que possa ele representar, em alguns de seus aspectos formais. A opção essencial, sobre a qual não haveria nenhuma dúvida, estava na submissão aos interesses externos; formalmente, tratava-se de modernizar o aparelho de Estado para que seus instrumentos relacionados à economia e à finança trabalhassem com eficiência. Assim, o esquema inflacionário aberto foi substituído pelo endividamento externo ligado ao esquema de pagamentos que impunha alargamento dos prazos, ao mesmo tempo que se detinha a inflação, reduzindo-lhe o ritmo, pela compressão salarial, pelo estancamento do crédito e pela fixação de preços, quando o Estado os podia fixar. Claro está que a terapêutica era drástica: se o novo esquema de pagamentos (que permitiria o novo endivida-

<sup>101</sup> A estatística de falências e concordatas define as proporções do arrasamento citado.

mento externo, logo depois) pôde ser articulado, à custa de submissões e concessões gravemente comprometedoras para o país, já a compressão salarial foi possível apenas pela violência policial e pelo desmantelamento sindical estreitando desmedidamente o consumo, e o estancamento do crédito acabaria por arrasar as pequenas e médias empresas, quase todas nacionais, forçando a concentração e a desnacionalização, enquanto a fixação de preços, com destaque na área estatal, tornava essa área subsidiária da indústria estrangeira instalada no país, com graves prejuízos para aquela e sua descapitalização. O regime de força permitia, realmente, a aplicação do arsenal terapêutico que as teorias econômicas dominantes prescreviam, uma vez que o doente não podia protestar e menos ainda subtrair-se ao tratamento. Essa orientação drástica ficou marcada por conseqüências graves: as empresas estrangeiras tinham possibilidades de crédito, mas não as nacionais: 440 destas foram à falência, em 1966; em 1967, esse número cresceu para 550.

Algum espaço de manobra foi alcançado, para permitir o funcionamento do novo sistema, ainda em vias de montagem: desenvolveram-se esquemas de endividamento extrabancário, ampliou-se o mercado de capitais, por diversas vias — bancos de investimento, fusões de grupos financeiros, abertura de capital de empresas, ativação do movimento de bolsa. As organizações ditas “financeiras” cresceram em importância, aumentou a colocação de títulos da dívida pública com correção monetária, surgiu o esquema financeiro de habitação. Mas foi na legislação que se caracterizou mais nitidamente o sistema; com a reforma bancária, que criou o Banco Central; com a reforma tributária, que criou o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e o Fundo de Participação dos Estados e Municípios; com a Lei do Mercado de Capitais, chave para a ampliação do mercado de capitais que assumiu, na fase seguinte, proporções desmedidas. Na primeira etapa, com acabamento na segunda, conseguiu o sistema sucesso no financiamento corrente das empresas restantes, do *déficit* do Governo e do consumo, mas não alcançou sucesso no aumento da taxa de poupança. A essência desse conjunto de normas, medidas e instrumentos estava na separação entre o empresário e o capitalista e, no fundo e principalmente, na associação do capital industrial e comercial ao bancário e estabelecimento do capital financeiro como elemento motor do sistema. Tratava-se, em suma, de articular uma estrutura capitalista eficiente, capaz

de funcionar com flexibilidade, e condicionada à subordinação aos interesses externos. A nova lei sobre a remessa de lucros e a de garantia ao investimento estrangeiro constituíram base da orientação do sistema. Esgotados os recursos utilizados no período anterior — inflação e endividamento externo — restava, desde que vedado o do desenvolvimento autônomo, o de trazer os interesses estrangeiros para dentro do sistema, fazendo-os sócios principais. As entradas líquidas de capitais de risco declinaram até conquistada a plena confiança no exterior, até que o sistema ficasse completo e provasse sua possibilidade de durar. À compressão salarial, de um lado, corresponderia a abertura aos interesses externos, de outro. A reforma fiscal, a correção monetária (que disfarça muitas das deformações do sistema), a política cambial de que a Instrução 289 foi marco típico, assinalam o conteúdo da política econômica e financeira adotada.

Na segunda etapa, iniciada em 1968 — que corresponde ao acabamento do modelo político, com a supressão de todas as normas democráticas — o mercado de capitais alcança estruturação efetiva. A centralização do capital financeiro confirma e comanda o alto grau de concentração de economia, definindo a base oligopólica do modelo.<sup>302</sup> Prossegue a função do Estado, esboçada na etapa anterior: a área estatal da economia amplia-se consideravelmente e essa ampliação vem da etapa anterior ainda e surpreende pela tradição contrária ao intervencionismo estatal dos responsáveis pela orientação econômica e financeira do país.<sup>303</sup> Tal mudança desorienta, também, os que acreditavam que a área estatal da economia deve sempre corresponder a uma orientação progressista e nacionalista. Mas o que acaba por acentuar as grandes linhas daquilo que será apresentado ao mundo como “modelo brasileiro de desenvolvimento”, possuidor de todas as virtudes, segundo a propaganda, é o alto grau do que se processa sob o eufemismo de “abertura externa” da economia, e que não passa de subordinação incondicional aos interesses estrangeiros e, portanto, a uma internacionalização confusa, em que as características nacionais desaparecem ou tendem a desaparecer. As

<sup>302</sup> “Temos de considerar, por outro lado, que, desde os programas de industrialização dos anos 50, optamos, realmente, por uma organização oligopolista de nosso mercado interno”. (Antônio Delfim Netto: “Doze bodes e um leão”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de março de 1972). O que não é dito é que essa estrutura oligopolista é constituída em torno de grandes unidades econômicas estrangeiras; é uma estrutura importada e imposta.

<sup>303</sup> A aparente mudança no pensamento dos tecnocratas que preparam, na etapa inicial, entre 1964 e 1968, o que virá a ser o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, será analisada adiante. Trata-se, no fundamental, de colocar o Estado a serviço do imperialismo. Para funcionar assim, o Estado não pode deixar de ser autoritário.

virtudes proclamadas repousam em alinhamento de altos índices numéricos, que disfarçam as deformações, e a alienação do sistema imposto ao país. No que diz respeito à indústria, os altos índices derivam do aproveitamento da capacidade ociosa e de sua conjugação com a brutal compressão dos salários e dos vencimentos.

As reformas introduzidas na etapa inicial, entre 1964 e 1968, sob a forma de modernização, escondem sua essência. A modernização do aparelho, em si, carece de significação; a da legislação é que contém a essência da mudança. A do aparelho, necessária, sob qualquer regime, importa em alterações desprovidas de sentido qualitativo, embora, em alguns casos, traduza uma subserviência alienante, que força a adoção de modelos importados, sem nenhuma consideração pelas características nacionais. O forçamento em algumas áreas de modernização já no plano da execução, do concreto, importa, por vezes, em deformações sérias, cujas conseqüências não tardarão em aparecer. A tendência, fomentada pelo Estado — em busca de uma “produtividade” ideal, aquela apresentada por grandes empresas multinacionais, em países de capitalismo altamente desenvolvido — de substituir capital circulante por capital fixo — força de trabalho por máquinas — por exemplo, afeta gravemente certos setores e só se torna viável pela ação policial coercitiva do Estado. O combate indiscriminado ao “empreguismo”, por outro lado, importa em esquecer que, nas sociedades subdesenvolvidas, o empreguismo é a forma empírica de aliviar ou atenuar tensões sociais e a forma econômica de ampliar o mercado, por uma artificial divisão do trabalho. Combater o empreguismo, pois, é um disfarce e importa em situar a conseqüência como causa. A ênfase no combate ao empreguismo, que faz parte do arsenal de “austeridade” da mudança imposta ao país pelos tecnocratas, fascina as suas bases militares. Na sua ingenuidade, os militares visam “purificar” o capitalismo, depurando-o da corrupção. Esquecem que a corrupção é inerente ao capitalismo. O empreguismo lhes parece uma forma de corrupção, pois afeta o orçamento. Esquecem, no caso, que os furtos importantes, aqueles que realmente afetam as finanças do Estado, são “legais”, decorrem da legislação; os pequenos desvios, os pequenos furtos, podem afetar a moral social, mas não afetam de forma alguma as finanças do Estado. Para eles, aliás, é que a polícia deve estar aparelhada; é a eles

que a ação policial visa. Como visa, evidentemente, acobertar os grandes furtos, sob a aparência de “garantia da propriedade”.

Após este sumário histórico sobre a implantação e o desenvolvimento do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, convém analisá-lo, em suas partes componentes, para, depois, analisá-lo no seu conjunto e discutir a sua essência. O primeiro dos traços apresentados pelo referido modelo é o da extremada concentração econômica, acompanhada, evidentemente, pela concentração financeira, que passa a comandar o sistema. Antes do mais, é interessante frisar, para prevenir confusões, que a economia brasileira — como, de resto, a dos países de formação semelhante, isto é, de lento desenvolvimento e de formação na fase imperialista — apresenta, como traço histórico, a tendência para a concentração, para a forma oligopólica de mercado. Essa tendência histórica, porém, deriva de condições inteiramente diversas das que vão gerar a concentração apresentada pela economia brasileira sob o regime autoritário.<sup>304</sup> Não é aqui o lugar adequado para detalhar as razões da tendência tradicional para a concentração, mencionada apenas para prevenir confusões; basta informar que ela derivou da debilidade da economia, enquanto a concentração que vamos estudar derivou da presença de poderosas forças, de origem externa; vem sendo concentração idêntica — e traço de deformação, portanto — à que caracteriza as economias capitalistas altamente desenvolvidas. Sua introdução, no Brasil, como fenômeno característico, está ligada à introdução, no Brasil, das empresas multinacionais que correspondem, no país de origem, à etapa do capitalismo monopolista de Estado.

Na maioria dos casos, como o mercado interno passou a ser controlado pelas grandes empresas estrangeiras, a concentração da produção veio de fora. A indústria automobilística, com pouco mais de dez anos, surgiu com um número de empresas relativamente grande — demasiado grande, à simples vista, para as proporções da economia brasileira — e evoluiu, com celeridade, a partir de 1968, para uma concentração importada: hoje, na realidade, o mercado é controlado por três empresas, a Volks-

<sup>304</sup> Alberto Passos Guimarães, em *Inflação e Monopólio no Brasil*, Rio, 1963, estudou aprofundadamente a tradicional tendência à concentração, na economia brasileira. Em seu outro livro, *Quatro Séculos de Latifúndio*, 2ª edição, Rio, 1968, aprecia especialmente o monopólio da terra, também tradicional. Na análise da concentração relacionada ao chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, deixamos de lado a concentração da propriedade da terra por considerá-la, justamente, anterior, não específica do referido “modelo”. Claro está, entretanto, que constitui um dos mais graves problemas apresentados pela estrutura econômica do Brasil.



wagen, a General Motors e a Ford. O mesmo aconteceu com a indústria de construção naval, com a indústria farmacêutica e com todas aquelas que penetraram no mercado interno e passaram a controlá-lo, eliminando a concorrência. É o que acontece, inevitavelmente, com a indústria petroquímica, desde sua implantação, pela forma antinacional de que se revestiu. Na primeira etapa da estruturação do chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", a destruição de numerosas pequenas e médias empresas obedeceu a uma orientação claramente adotada. Essa orientação incentivou, por outro lado, e ostensivamente, a concentração, fixando o mínimo de capitais para determinadas categorias — para as financeiras, para os bancos de investimentos, mas também para as seguradoras. A análise da concentração nas áreas agrícolas, comerciais e industriais, entretanto, demandaria estudo especial, que não cabe aqui. A resultante do processo é a concentração da renda, que traduz o processo, em seu conjunto. Apreciando os seus dados e a controvérsia que surgiu em torno deles e do fenômeno em si, definiremos a este.

De 1º de janeiro de 1970 a 30 de junho de 1972, a SUSEP havia aprovado 23 fusões de seguradoras, na orientação de reduzir-lhes o número.<sup>103</sup> Em fins do primeiro semestre de 1972, verificava-se a concentração nos fundos de investimento e nos fundos fiscais: dez dos primeiros respondiam por mais de 60% dos recursos mobilizados por instituições de tal natureza; quatro dos últimos respondiam também por 60% dos recursos captados segundo as prescrições do Decreto-lei 157. Na mesma data, as estatísticas informavam que, dos 61,5 bilhões de cruzeiros de depósitos bancários, dez bancos guardavam 40,5, ou seja 66%. Os efeitos desnacionalizantes dessa concentração serão apreciados adiante. Aqui ficam registrados dados quantitativos, para assinalar a característica de concentração.

Mas é claro que ela pode ser melhor apreciada com o estudo da distribuição da renda pelas camadas da população e segundo a evolução. Comentando dados levantados pela CEPAL, um economista, já em 1970, podia observar: "Mais de 80% da população está à margem do mercado de produtos industriais. Vivem no nível de subsistência. Cerca de 10% recebem entre 1 e 15 salários mínimos, que lhes assegura apenas um reduzidíssimo

<sup>103</sup> Os "Técnicos dos setores oficiais prevêem que mais 26 sociedades passarão pelo processo de fusão e incorporação, para se ajustar ao nível de mercado fixado pelo Governo. Na primeira etapa, o número de empresas que operam nessa área será reduzido para 128". (*Tribuna da Imprensa*, Rio, 4 de julho de 1972).

consumo de bens industriais. O mercado para a indústria brasileira é formado pelos restantes 10% da população. Mas eles não podem sustentar altas taxas de crescimento econômico. Inclusive porque entre esse grupo se verifica também um fenômeno de concentração de renda. A metade dessa parcela mais rica recebe de 1,5 a 2,5 salários mínimos. 40% têm renda de 2,5 a 8 salários. 10% do grupo, que correspondem a 1% da população total do país, auferem rendimentos de mais de 8 salários mínimos. A capacidade de consumir produtos industriais está, na verdade, concentrada em 5% do povo brasileiro, apenas, que absorvem quase 45% da renda nacional. Esse imenso poder de compra se traduz não num aumento quantitativo do consumo, mas num consumo cada vez mais sofisticado.<sup>106</sup> Nessa análise, que operava sobre dados de 1969, verifica-se como a primeira etapa de estruturação do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” optara decididamente por determinada saída: a de altos índices calcados em produção altamente concentrada, visando um consumo também altamente concentrado, isto é, fundado numa faixa estreita e de alto poder aquisitivo.

Na segunda etapa, essa opção será definitivamente montada e levada às últimas conseqüências. Ela representa um dos traços característicos do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Esse traço do “modelo” foi assim analisado: “Desse modo, a indústria brasileira caracteriza-se pela produção de bens supérfluos, que são a cada dia mais diversificados, para atender aos requintes de um pequeno mercado de privilegiados, que hoje pode escolher entre mais de 20 tipos de carros de passeio, alguns de alto luxo, pode optar entre 40 marcas diferentes de cigarros, escolher diferentes marcas de gravadores, geladeiras, televisores e vitrolas ou as mais variadas marcas de cerveja, inclusive enlatadas. Enquanto isso, a produção de bens de consumo popular é limitada e mesmo inacessível à maioria do povo, em razão do baixo poder aquisitivo do trabalhador brasileiro.”<sup>107</sup>

Pesquisa realizada em 1970 assinalava as diferenças a que a concentração levaria: metade da população ativa recebia 13,7% da renda total e, em contraste, 10% da população se apropriava de quase metade da renda total. Os economistas Rodolfo Hoffmann e João Carlos Duarte estabeleciam, naquela pesquisa, o perfil da

<sup>106</sup> Cyro Kurtz: “Um mau exemplo na América Latina”, in *Correio da Manhã*, Rio 31 de maio de 1970.

<sup>107</sup> “Problemas Nacionais. Política econômico-financeira”, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro (GB), Rio, 1972, p. 3.

distribuição da renda, no país, distinguindo quatro grupos: o primeiro, constituído de 50% da população remunerada, tinha renda média de 75 cruzeiros (valor de 1970) e, portanto, podia ser considerada à margem do mercado; o segundo, correspondente a 30% da população localizado logo acima da mediana da distribuição, apresentava renda média de 210 cruzeiros, o triplo da do grupo anterior e correspondendo a 80% da renda média da distribuição; assim, esse grupo só podia ter acesso aos produtos de primeira necessidade. O terceiro grupo apresentava nível médio de rendimento de 491 cruzeiros, isto é, apenas 2,4 vezes a do grupo anterior, correspondendo a 15% da população remunerada e percebendo 27% da renda total. Na cúpula, finalmente, estava o grupo constituído por 5% das pessoas remuneradas, detendo 36% da renda total e com renda média de 1.982 cruzeiros, ou seja, 26,4 vezes a renda média da metade da população situada no outro extremo da distribuição. Era a marca da grave concentração da renda. Mas a pesquisa ia mais longe: "A metade da população remunerada situada no extremo inferior da distribuição viu cair sua participação na renda total de 17,7% para 13,7%. Em que pese um aumento de 79% no PIB, esse grupo manteve inalterado seu nível médio de rendimento no período". A conclusão do economista era de que "metade da população não foi atingida pelos benefícios do crescimento (pelo menos em termos monetários) e outros 30% tiveram acesso apenas marginal a esses benefícios".<sup>108</sup>

O censo de 1970, cujos primeiros dados começaram a ser conhecidos em fins de 1971, confirmavam a concentração e assinalavam o seu agravamento. Por esses dados, verificava-se, por outro lado, que "o salário mínimo real, em 1970, apresentava-se rebaixado em cerca de 30% em relação ao do ano de 1961". Um comentador, lidando com os dados do censo, aprofundava a análise e apresentava os reflexos no consumo: "E, finalmente, para mostrar que a concentração da renda se faz ostensiva, quando se examina a qualidade dos gastos de consumo pessoal no Brasil, os pesquisadores assinalam o baixo crescimento das indústrias de consumo popular. Não é à toa que calçados, vestuário, artefatos de tecidos, produtos têxteis e outros, vivem de pires na mão, sonhando com as delícias do mercado externo. No decênio 1960/70, os índices do produto real cresceram, no ramo

<sup>108</sup> Esses dados foram sumariados e comentados por João Pinheiro Neto, em artigos no *Correio da Manhã*, Rio, de 13, 18, 19 e 20 de julho de 1972.

de material de transporte, 189,0%; no ramo de material elétrico e comunicações, 208,2%. Enquanto isso, o crescimento do mesmo índice, no ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos foi da ordem de 13,7% apenas, no período de 1962 a 1970. Na indústria têxtil, o crescimento foi de 8,8% apenas, no período de 1960 a 1970.<sup>100</sup> Assim, era fácil constatar não apenas que o desenvolvimento, segundo o "modelo" adotado, estreitava o mercado interno como, ainda mais grave: distribuía o crescimento da produção de forma desigual, muito grande nas indústrias de bens duráveis, muito pequeno nas indústrias de bens de consumo. A análise poderia ser completada com a observação de que as indústrias de bens duráveis eram majoritariamente estrangeiras, enquanto as de bens não duráveis eram majoritariamente nacionais. Tratava-se, na verdade, de consumo de luxo, numa população em que a distribuição da renda assinalava brutal empobrecimento.

Essa catastrófica concentração da renda aprofundava, por outro lado, as contradições da sociedade brasileira e agravava velhos problemas. O dos desequilíbrios regionais, por exemplo. O Estado de São Paulo arrecadava, em 1969, mais da metade do total da receita brasileira; seu orçamento correspondia a mais de 40% do orçamento nacional; era quase o quádruplo do orçamento do Estado que vinha em segundo lugar e correspondia a mais de 70% da soma dos orçamentos de todos os demais Estados. Em intervenção na Câmara dos Deputados, o representante cearense Paes de Andrade acentuava que "os altos índices de desemprego, as atividades agropecuárias paralisadas, e a atual sistemática de cobrança do ICM, envolvem o Nordeste numa crise geral e estão determinando, juntamente com outros fatores, um continuado esvaziamento da região".<sup>100</sup> Segundo dados colhidos pelo IBGE, quase 52% da população economicamente ativa daquela região percebia salário mensal abaixo de 100 cruzeiros, não chegando a 1% da mesma população o número dos que auferiam salário de 1.000 cruzeiros; o Nordeste havia comprado ao Sul dois bilhões e 700 milhões de cruzeiros, pagando 400 milhões de ICM aos sulinos; estes haviam comprado no Nordeste 330 milhões de cruzeiros, arrecadando, com isso, 57 milhões de ICM, e, assim, "de uma forma ou de outra, vendendo ou comprando, os Estados do Sul são sempre beneficiados pela atual sistemática de arrecadação

<sup>100</sup> João Pinheiro Neto: "As rendas da nação", in *Correio da Manhã*, Rio, 20 de julho de 1972.

<sup>100</sup> "Paes denuncia crise geral no Nordeste", in *Tribuna da Imprensa*, Rio, 21 de julho de 1972.

do imposto, já que lhes cabe a parte do leão". O problema não estava — e aqui entramos nós — entre o Nordeste e o Sul, mas entre uma área de capitalismo desenvolvido e desnacionalizada em grande parte de sua produção, e uma área de capitalismo pouco desenvolvido e de relações pré-capitalistas ainda extensas; aquela tendia a "colonizar" esta, inexoravelmente; o processo estava sendo agravado pelo "modelo brasileiro de desenvolvimento". Publicação especializada assinalava, em 1972, que "vem a região nordestina perdendo, ano a ano, a sua representatividade no âmbito do mercado de trabalho urbano brasileiro". O preço do que exportava declinava sempre e a região estava em processo de empobrecimento.<sup>111</sup>

A concentração da renda despertou acesas controvérsias, na medida em que o processo seguia seu inexorável desenvolvimento. Começou a se tornar evidente que era preciso examinar, para ajuizar o "modelo brasileiro de desenvolvimento", "como o país está se apossando das riquezas materiais que ele próprio gera". Havia um contraste ostensivo e escandaloso entre a situação a que estava atirada a maioria da população e as taxas que pretendiam demonstrar vigoroso crescimento da economia. Os economistas oficiais — e alguns elementos pagos, cuja pena sustenta qualquer tese — apregoaram que as taxas de concentração derivavam da rapidez do desenvolvimento, e seriam inevitáveis, uma vez que o país optara por esse caminho. Mas a verdade é que não foi o país que optou, foram os tecnocratas que geraram o "modelo", a serviço do latifúndio, admitido como intocável, e dos interesses externos, admitidos como mola propulsora do desenvolvimento, segundo o "modelo". Outros, mais audaciosos, alegaram que a concentração derivava da educação, agora acessível a número maior de brasileiros. Esse dado era falso: a educação não está ao alcance de maior número de brasileiros; mas se essa premissa era assim, a conclusão era ainda mais falsa, porque era ridícula. O fato é que o PIB de 1971 era dado como tendo crescido 11,3%, mas os dados do censo mostravam que apenas 1,1% da população tinha direito a salários mensais superiores a 2.334 cruzeiros. As críticas acentuavam os traços negativos do "modelo". Paulo Singer dizia, em estudo de economia: "Para a grande maioria dos poucos trabalhadores qualificados brasileiros, que participam da produção de uma riqueza crescente, à qual praticamente não têm acesso, o atual 'milagre brasileiro' oferece pouco

<sup>111</sup> *Revista Econômica do Banco do Nordeste*, ano III, nº 10, Recife, junho de 1972.

mais que oportunidades mais numerosas de empregos, igualmente pouco remuneradoras. As categorias melhor pagas estão expostas aos insistentes apelos de uma sociedade de consumo, veiculadas pelos meios de difusão de massa, sem que os recursos de que disponham lhes permitam mais que o endividamento progressivo". Outro economista, Rodolfo Hoffmann, constataria: "A renda real de 50% da população de salários mais baixos aumentou 1% na última década. Uma das principais causas da maior concentração da renda em mãos de alguns é a compressão salarial".<sup>123</sup>

O quadro apresentado pela população brasileira, enquanto o "modelo brasileiro de desenvolvimento" era estruturado, retratava, em sua nudez terrível, quanto estava ela marginalizada. A mortalidade infantil ceifava 147,1 crianças, em cada grupo de mil, em João Pessoa; em Natal, ceifava 143,8. A mortalidade geral apresentava valores globais situados em torno de 11,6 por mil habitantes, com a vida média estimada, na região nordestina, em 42 anos, quando atingia a 54 em São Paulo; o nível nacional estacionava em torno de 48 anos. 34,6% dos recém-nascidos, no Nordeste, não chegam a completar um ano de idade; em Natal, esse número ascende a 45,2. Pesquisa realizada em 1967, naquela área, constatava que 26% dos entrevistados, todos chefes de família, estavam desempregados. Dados estatísticos informavam que 23% dos que percebiam salários ali tinham nível de remuneração abaixo do mínimo legalmente estabelecido para a região. O Banco do Nordeste realizou pesquisa, em 1969, sobre a renda *per capita* da população de dezesseis cidades daquela região, repartindo-a em cinco grupos de renda: ficou constatado que o quinto de renda superior detinha, em todas as cidades, mais de 50% da renda total, enquanto o quinto inferior tinha sua participação reduzida de ano a ano, recebendo, em algumas cidades, renda *per capita* inferior a 4 dólares. Assim, 200.000 habitantes do Recife, que tinham renda *per capita* de 7 dólares, em 1960, viram-na reduzida a 3,5 dólares, em 1960, mensal, ou 14,10 cruzeiros; inversamente, no outro extremo da escala social, os 20% mais ricos da população tiveram aumento de renda superior a 60%. A alteração consistiria na transferência de renda das quatro camadas mais pobres para a camada mais rica, uma vez que o total estacionara. Um jornal comentara assim esses dados, referindo-se aos que se beneficiavam da concentra-

<sup>123</sup> Opiniões contidas no inquérito "Contenção salarial amplia concentração da renda", in *Jornal do Brasil*, Rio, 9 de julho de 1972.

ção da renda: "E, destes, embora a pesquisa não faça referência, destacam-se os grandes latifundiários, industriais e outros empresários — nacionais ou estrangeiros — que não representam sequer 0,1% da população".<sup>133</sup> No Recife, em outubro de 1960, o quinto mais pobre da população tinha renda *per capita* mensal de 27,60 cruzeiros (preços de abril de 1969); o quinto mais rico, de 157,00 cruzeiros. Em março de 1967, o quinto mais pobre baixou de 27,60 para 14,10 cruzeiros, enquanto o quinto mais rico subiu de 157,00 para 244,70 cruzeiros. Note-se: Recife é a maior cidade nordestina; por aí é fácil imaginar o nível de renda do trabalhador rural da região.

O economista Carlos Lessa apreciava, em 1970, a "história pela qual a renda no Brasil se tornou um privilégio de poucos", acusando "a política de desenvolvimento praticada pelo Estado", com mecanismos como os subsídios diretos, o câmbio especial, os investimentos diretos do Estado que "beneficiavam muito menos os grupos mais pobres da população, os setores mais atrasados da economia", servindo "aos grupos de maiores rendas". Apontava particularmente os incentivos fiscais, quando "uma parte da renda, que seria redistribuída pelo Estado, permanece em poder de seus titulares". Acusava o sistema tributário adotado entre nós como dos "mais regressivos do mundo". Detalhava: "Estudos já feitos indicam que são os trabalhadores de salário mínimo e os profissionais de nível médio, como funcionários públicos, comerciários, bancários, militares, os mais onerados com a carga de impostos diretos e indiretos. Os trabalhadores que recebem salário mínimo chegam a pagar de tributo uma percentagem da sua renda três vezes maior que a percentagem paga pelo grupo mais rico. Os profissionais de nível médio pagam mais de cinco vezes. Enquanto isso, a carga tributária sobre a camada mais rica não chega a 10% dos seus rendimentos".<sup>134</sup> Já o industrial Alfredo Viana considerava que era importante estudar os mecanismos da concentração. Através deles é que "o crescimento da produção nacional é absorvido pelo Estado, de um lado, e pelas empresas de capital estrangeiro, de outro". São eles — dizia — que alimentam o processo evidente de desnacionalização da economia".<sup>135</sup>

<sup>133</sup> "Os pobres estão ficando mais pobres no Nordeste. Concentração de renda é pior do que a seca", in *Fato Novo*, nº 10, São Paulo, semana de 1 a 7 de julho de 1970.

<sup>134</sup> "Do uso da terra, surgiu o erro", depoimento em *Correio da Manhã*, Rio, 31 de maio de 1970.

<sup>135</sup> "Concentração traz desnacionalização", depoimento em *Correio da Manhã*, Rio, 31 de maio de 1970.

À base dos dados fornecidos pelo censo de 1970, os economistas Rodolfo Hoffmann e João Carlos Duarte organizaram quadros sugestivos para mostrar a concentração da renda. O primeiro deles repartia assim as camadas da população e a renda que lhes cabia:

Camadas da população	Participação percentual da renda total	
	1960	1970
40% mais pobres	11,20	9,05
10% seguintes	6,49	4,69
10% "	7,49	6,25
10% "	9,03	7,20
10% "	11,31	9,63
10% "	15,61	14,85
10% mais ricos	38,87	48,35

O segundo mostrava assim a situação:

Camadas da população	Participação percentual da renda total	
	1960	1970
80% mais pobres	45,52	36,82
20% mais ricos	54,48	63,18
5% mais ricos	27,35	36,25
1% mais ricos	11,72	17,77 <sup>116</sup>

Os dados do censo permitiriam examinar outros aspectos da vida brasileira, o da mortalidade infantil, por exemplo. Ela seguiu, no Estado de São Paulo, o mais rico da federação, o ritmo seguinte: 1961: 60,2; 1966: 73,8; 1967: 74,4; 1968: 76,4; 1969: 83,8. Era possível, portanto, mostrar que se o PIB havia aumentado em 9%, a mortalidade infantil, na área mais desenvolvida do país, havia aumentado em 10%. A estatística poderia esclarecer, ainda, que, em 1954, uma tonelada de nossa exportação nos rendia 364,10 dólares, enquanto, em 1969, rendia apenas 74,00 dólares; em 1954, havíamos exportado 4,3 milhões de toneladas; em 1969, passáramos a exportar 30,7 milhões. Quem ganhava com esse tipo de desenvolvimento? Não se pode entender com

<sup>116</sup> São numerosas as maneiras de agrupar os dados censitários, para o mesmo fim; aquela escolhida pelos citados economistas foi das mais sugestivas.



clareza o problema, se não se conhecer o segundo e relevante traço do “modelo brasileiro de desenvolvimento”: o da desnacionalização.

A opção definida com o novo regime, em 1964 — esboçada no período de 1956 a 1961 e iniciada com a Instrução 113, em 1955 — seria pela associação ao capital estrangeiro. Essa opção ficou clara, afirmada em atos concretos de toda natureza, desde os da área política aos da área econômica e financeira. Nesta, particularmente pela legislação de garantia aos investimentos estrangeiros e de remessa de lucros. Naquela, evidentemente, pela prisão, exílio, destruição profissional de todos aqueles que pretendiam defender os interesses nacionais, apontados como criminosos da pior qualidade. O Brasil tornou-se, assim, o paraíso do capital estrangeiro e as manifestações de aplauso e de júbilo, nos meios interessados e favorecidos, foram em crescendo. Tomemos ao acaso três exemplos apenas para balizar o coro. Richard Huber, ex-presidente do First National Bank of Boston no Brasil, declararia, em Washington: “O Brasil marcha para a frente, no crescimento econômico, com uma fórmula discutida na maioria dos países da América Latina: atrair o investimento de capital estrangeiro”.<sup>117</sup> Quatro dias depois, o vice-presidente da Business International Corporation José Mestre declarava, em entrevista coletiva, em Belo Horizonte: “O Brasil está entre os cinco países de maior atração a novos investimentos em escala internacional, e é verdadeiramente o milagre econômico do mundo”.<sup>118</sup> Quatro dias depois — para adotar o ritmo de quatro em quatro — o *sizudo Times*, de Londres, ecoava, em suplemento especial, com a afirmação de que “o Brasil está quase se tornando uma meca para o capital internacional”.<sup>119</sup> Não havia razão para o restritivo *quase*. Os industriais brasileiros pensavam da mesma maneira, mas com tristeza. Falando no Senado, em maio de 1970, José Ermírio de Morais dizia: “Deste mesmo plenário, já denunciávamos em outras vezes processos semelhantes de desnacionalização. Em nosso discurso de 21 de agosto de 1968, baseados em informações da revista *Fortune*, de setembro de 1966, alertamos que, naquela época, dos 100 maiores grupos industriais do Brasil, 62 pertenciam ao capital estrangeiro”.

<sup>117</sup> “Brasil atrai investimentos estrangeiros”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 16 de maio de 1972.

<sup>118</sup> “Huber vê o Brasil canalizando capital”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 20 de maio de 1972.

<sup>119</sup> “*Times* diz que o Brasil está se tornando uma meca do capital estrangeiro”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 24 de maio de 1972.

O libelo do Senador José Ermírio de Moraes era amplo. Denunciava a entrega ao imperialismo das jazidas de minério de ferro da Serra dos Carajás, no Pará, de que U. S. Steel Corp. se reservara 49%; a bauxita, do Trombetas, estava já nas mãos da Alcan, com programa de exportação de um milhão de toneladas anuais; o estanho da Rondônia estava sendo destinado também a consórcio estrangeiro. “Não devemos esquecer — acrescentava — que a maior parte do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais já estão nas mãos dos estrangeiros”. Na área da SUDENE, o sal-gema ora entregue à Du Pont. No Rio Grande do Sul, a Dow Chemical adquirira a Bakol, com planos de investimentos, inclusive para uma fábrica de poliestireno para 40.000 toneladas anuais. A Union Carbide estava em vésperas de inaugurar, também no Rio Grande do Sul, um complexo petroquímico, com investimento superior a 65 milhões de dólares. A desnacionalização, segundo a denúncia do senador José Ermírio de Moraes, era mais intensa no Norte e no Nordeste, áreas da SUDAM e da SUDENE: “Lá, as maiores empresas estão nas mãos de estrangeiros, e para elas é canalizada a maior parte dos incentivos fiscais”. Ia mais longe, na acusação: “Mas onde estão os responsáveis pela desnacionalização? Ninguém sabe. Sabemos apenas que homens de realce no primeiro Governo revolucionário, como alguns ministros, embaixadores e outros, já de há muito estão empregados em empresas estrangeiras”.<sup>200</sup> Outro industrial, Alfredo Viana, denunciava os mecanismos de transferência: “O mais importante desses mecanismos é, atualmente, o dos incentivos fiscais. A política econômico-financeira definida pelo PAEG, Plano de Ação do Governo, no período Castelo Branco, discriminou as empresas nacionais em favor das estrangeiras. Enquanto as firmas brasileiras lutavam contra a contenção de crédito, por exemplo, se expandia o crédito para as estrangeiras, através de operações de *swaps* e da Instrução 289. Essas e outras medidas no gênero esfraqueceram as empresas nacionais e fortaleceram as de capital estrangeiro. Ora, os incentivos fiscais permitem que as empresas retenham, para reaplicação, uma parte do tributo devido ao Governo. Esse tributo é proporcional ao lucro. Assim, quanto maior o lucro de uma empresa, mais ela se beneficia dos incentivos fiscais. As empresas estrangeiras que operam com grandes lucros, ao contrário das nacionais, que foram prejudica-

<sup>200</sup> “José Ermírio no Senado: chega de favores ao capital estrangeiro”, in *Pato Novo*, nº 9, São Paulo, 24/30 de maio de 1970.

das pelas discriminações referidas, têm sido as grandes beneficiárias dos incentivos. Elas é que estão organizando os maiores projetos de investimento com esses recursos". Havia uma acusação paralela, nesse depoimento: "As empresas estrangeiras têm aplicado os recursos dos incentivos fiscais em indústrias de tecnologia moderna, que exige muito capital e emprega pouca mão-de-obra. Como, no Brasil, a mão-de-obra é um fator abundante e barato e o capital é escasso e caro, essa tecnologia não é adequada para o País. Não é adequada para o País nem para o povo. Exige um esforço de capitalização imenso, não cria empregos e, em conseqüência, não aumenta. Mas é altamente conveniente para os inversores, pois reduz os custos operacionais".<sup>121</sup>

Na primeira etapa de elaboração do "modelo brasileiro de desenvolvimento", pois, o Estado, manejado pelos tecnocratas, trabalhara em favor dos interesses externos, quer na legislação, quer no campo concreto das concessões de toda ordem, subordinado à opção a que obedecia. Uma das medidas mais expressivas, na época, dentre aquelas que constituíram o arsenal de que o Estado se serviu, foi representada pela Instrução 289, que viera com a desculpa de disciplinar o mecanismo dos *swaps*, forma vulgarizada, entre nós, a partir de 1959, quando o país apresentava balanço de pagamentos deficitário. Segundo essa forma, uma empresa estrangeira emprestava dólares ao Governo brasileiro, por certo prazo, normalmente de três anos, recebendo cruzeiros, resultantes da conversão do dólar a uma taxa convencionada, geralmente a metade da vigente; findo o prazo o Governo devolvia os dólares à empresa emprestadora e recebia de volta os cruzeiros desvalorizados por três anos de inflação; como o dólar não se desvalorizava e o cruzeiro se desvalorizava, o lucro da operação estava nessa desvalorização. A Instrução 289 facilitou às empresas estrangeiras crédito barato no exterior, deixando às empresas brasileiras os créditos altos no interior, na fase em que a política do Governo era de contenção do crédito. Na Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar a desnacionalização da economia brasileira, o economista Antônio Dias Leite deporá: "Houve, efetivamente, um benefício específico dado à empresa que tinha matriz no exterior e que podia realizar um tipo de operação praticamente inviável para a empresa nacional".<sup>122</sup>

<sup>121</sup> "Concentração traz desnacionalização", in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de maio de 1970.

<sup>122</sup> A esse respeito, Roberto de Oliveira Campos, Ministro do Planejamento que preparou a primeira etapa do "modelo brasileiro de desenvolvimento", depôs assim:

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo foi mais longe: "Além do grande aumento da carga tributária, alguns fatores contribuíram para enfraquecer a posição da empresa nacional em relação à estrangeira, nos anos de 1965 e 1966. Destacavam-se, entre eles, a grave crise de liquidez real do setor privado e as condições favoráveis de acesso da empresa estrangeira ao capital de giro do mercado internacional, por intermédio da Instrução nº 289, de 15 de janeiro de 1965, da antiga SUMOC. A citada Instrução ensejou ao empresário estrangeiro a obtenção de empréstimos com taxas de juros menores do que as prevalentes no mercado interno. O mecanismo de funcionamento desse dispositivo legal era tão atraente que os registros de empréstimos efetuados atingiram 175 milhões de dólares, em 1965, e aproximadamente 276 milhões, em 1967. (...) Num exame mais acurado do problema, pode-se afirmar que o investimento privado nacional tornou-se marginal, no período de 1965/66".<sup>123</sup> A conclusão era incisiva: "O período 1965/66 foi, pois, de desnacionalização do setor privado da economia brasileira".<sup>124</sup>

Assim, com uma simples decisão, o Estado brasileiro colocava a economia nacional em situação de inferioridade, em relação ao investimento estrangeiro. Mas não se limitou, naturalmente, a isso, a política adotada, em deliberada opção pelo modelo subordinado ao imperialismo. Outro mecanismo, o dos incentivos fiscais, foi também acionado, para atender ao mesmo fim. Os incentivos fiscais, até 1968, na área da SUDENE, obedeciam à seguinte discriminação: em Pernambuco: empresas nacionais: 55%; empresas estrangeiras: 45%; na Bahia: empresas nacionais: 42%; empresas estrangeiras: 58%. Quanto às chamadas Comissões Executivas, o mesmo era observado: o GEIA (indústria automobilística) destinou apenas 9% dos incentivos às empresas nacionais, e 91% às estrangeiras; o GEIQUIM (indústria química) destinou 26% às empresas nacionais, e 74% às estrangeiras; o GEIMET (indústria metalúrgica) destinou 32% às empresas nacionais, e 68% às estrangeiras. Os mecanismos de cessão de parcelas do imposto de renda de pessoas jurídicas para serem investidas em determinadas áreas representaram outra forma de subsídio do

"Obviamente o mundo é desigual. Há quem nasça inteligente e há quem nasça tolo, há quem nasça atleta e há quem nasça manco. O mundo se compõe de pequenas e grandes empresas. Uns morrem cedo, no primor de sua vida, outros se arrastam criminosamente por uma longa existência inútil. Há uma desigualdade básica fundamental na natureza humana, na condição das coisas. Disso não se exclui o mecanismo de crédito". (*Fato Novo*, nº 18, São Paulo, 27 de agosto a 3 de setembro de 1970).

<sup>123</sup> Rubem Medina: *op. cit.*, p. 58.

<sup>124</sup> Rubem Medina: *op. cit.*, p. 58.

Estado aos investimentos estrangeiros. Em alguns casos, como no do turismo, com escândalo.<sup>125</sup> Constatava-se, ao fim das contas, que 68,2% da tecnologia utilizada pelas empresas nacionais e 100% da utilizada pelas empresas estrangeiras era adquirida no exterior. Em 1969, 33 companhias de seguros estrangeiras haviam recebido prêmios líquidos no montante superior a 92 milhões de cruzeiros, sem contar o que haviam recebido 13 companhias seguradoras sob controle acionário externo.<sup>126</sup> A partir de 1970, começava a desnacionalização da indústria de torrefação e moagem de café.<sup>127</sup>

Exame meticuloso das contas permitia verificar que, no caso, funcionava uma regra inexorável: era o capital nacional que financiava a expansão dos investimentos estrangeiros aqui. Estamos tomando dinheiro emprestado no exterior, para poder continuar a financiar nessas proporções.<sup>128</sup> E estamos até, num requinte estranho, financiando a propaganda dos investimentos estrangeiros aqui instalados com as nossas poupanças.<sup>129</sup> O processo de desnacionalização tornou-se tão escandaloso que despertou a atenção mesmo daqueles que, antes, pouco sabiam dele. Dados divulgados pelo Banco Central permitiam constatar que a participação do capital estrangeiro nos diversos setores da economia brasileira — se é que esse título ainda lhe pode caber — obedecia a proporções singulares: 70,2% na indústria, e

<sup>125</sup> "A Hilton, por exemplo, está mostrando em São Paulo quais as fórmulas usadas para administrar hotéis construídos sem um centavo de investimento dos seus proprietários norte-americanos. A Sheraton está construindo, com as facilidades dos incentivos fiscais, o seu hotel na praia do Vidigal, no Rio de Janeiro. A Intercontinental já se prepara para administrar um novo hotel, que surgirá, até 1974, na Praia da Gávea, e a Holiday Inns vem mantendo entendimentos com o Grupo Financeiro TAA para a administração de diversos hotéis que os brasileiros pretendem construir". (João Pinheiro Neto: "Vale a pena importar?", in *Correio da Manhã*, Rio, 20 de junho de 1972.)

<sup>126</sup> "Quem segura o Brasil", in *Fato Novo*, nº 26, São Paulo, outubro de 1970.

<sup>127</sup> "Desnacionalização também da indústria do café", in *Jornal dos Debates*, nova fase, nº 1, Rio, 13/19 de abril de 1972.

<sup>128</sup> "Os cruzeiros que são necessários a tal expansão são igualmente supridos pelo Governo (além dos lucros, que não são reinvestidos em verdade), por meio da amortização, acelerada inclusive, dos equipamentos dessas indústrias, recursos que não são tributados como Reserva, além da doação do capital, através do 34/18. Nesse particular, como as 500 principais empresas do país são subsidiárias estrangeiras (fora as do Governo), é claro que, sendo as maiores contribuintes do Imposto de Renda, são, por extensão e lógica, também os maiores beneficiários do 34/18. Bastaria que o MIC/CDI, SUDENE, SUDAM, etc., dessem à publicidade um relatório dos projetos aprovados desde 1964, com a percentagem das empresas estrangeiras nesse panorama, para nos convenceremos de que 'posição brasileira', no caso, é um pouco aquela descrita por Marques Rebelo, em uma de suas historietas: 'O turismo em Cataguases'..." (Olinto Machado: "Investimento estrangeiro", in *Jornal do Brasil*, Rio, 3 de junho de 1972.)

<sup>129</sup> "Há uma informação internacional importante que mostra, de maneira efetiva, como o Brasil cresceu. Na revista norte-americana sobre propaganda *Advertising Age*, edição de 27 de março, estão relacionadas as maiores agências de publicidade do mundo. Os dois primeiros lugares estão ocupados pela J. Walter Thompson, que faturou US\$ 774 milhões em 1971, e pela McCann-Erickson, com US\$ 593 milhões. Pois bem, no faturamento internacional da Thompson, os escritórios do Brasil ocuparam o 4º lugar, só superados pelos da Inglaterra, Canadá e Alemanha Ocidental. No caso da McCann-Erickson, estamos em 3º lugar, abaixo apenas da Inglaterra e do Japão". (*Jornal do Brasil*, Rio, 31 de maio de 1972.)

50,3% no comércio. No setor terciário, a participação do capital estrangeiro era de 67,8% no transporte; 69,2% na imprensa; 89,9% na publicidade. O capital estrangeiro controlava a indústria farmacêutica, com participação de 93%; a automobilística, com participação de 90%; a indústria de construção naval, com 90%; a indústria de máquinas e equipamentos, com 73%; a indústria de vidros, com 53%. Estava presente na indústria metalúrgica, com 42%; na da borracha, com 38%; na siderúrgica, com 35%; na de papel e celulose, com 24%. Os investimentos estrangeiros haviam alcançado, em 1971, o montante de US\$ 1.789,6 milhões; os lucros novamente investidos alcançaram 1.121,9 milhões de dólares; só na indústria química, os investimentos estrangeiros atingiam a 310,8 milhões de dólares, isto é, cerca de 17% do total; na automobilística, ascenderam a 214,4 milhões de dólares e na produção e distribuição de energia elétrica chegavam a 102,3 milhões de dólares. Estatística de 1970 permitia verificar que empresas estrangeiras, considerando o balanço das dez maiores empresas de cada setor, dominavam de forma absoluta a produção de bens de consumo duráveis — guarde-se este traço — com investimentos da ordem de 2,5 bilhões de cruzeiros, contra menos de 700 milhões de cruzeiros das empresas privadas nacionais, e sem participação do Estado; elas dominavam a produção de bens de consumo não duráveis, embora em menor proporção, em relação às nacionais: 1,9 bilhões para 1,4 bilhões de cruzeiros, respectivamente. Dominavam ainda a produção de bens intermediários, com 3,7 bilhões, para apenas 1,4 bilhões de cruzeiros das empresas nacionais; mas, aqui, a produção da área estatal era maior, com 5,6 bilhões de cruzeiros. Dominavam a infra-estrutura, com 2,6 bilhões, para apenas 1,6 bilhões das empresas nacionais; mas, ainda aqui, era o Estado que tinha a participação mais importante, com quase 11 bilhões de cruzeiros. Os capitais nacionais controlavam o comércio e os serviços — setores de que o Estado não participava — mas já sentindo a ameaça dos capitais estrangeiros no último desses títulos. Assim, o capital privado nacional estava comprimido entre o investimento estatal e o investimento estrangeiro.<sup>120</sup>

As deformações a que é submetida a economia brasileira, para que se adapte ao “modelo brasileiro de desenvolvimento”, são variadas e revelam a que extremo limite chegou o esforço para estruturação de um sistema dependente com altos índices numé-

<sup>120</sup> *O Mundo Econômico*, São Paulo, julho-agosto de 1970.

ricos que disfarçam aquelas deformações e os conseqüentes prejuízos. A montagem e desenvolvimento da indústria automobilística é um dos mais escandalosos exemplos de deformação econômica e financeira, no caso brasileiro. Seria talvez interessante lembrar quanto o crescimento desmesurado e desproporcionado do transporte por auto corresponde, por si só, a uma deformação gigantesca. Seria ainda interessante recordar que, ao tempo do imperialismo inglês como predominante, o transporte a que se destinavam todos os recursos era o ferroviário, claro que em comparação só aceitável a partir do momento em que o transporte por auto começou a funcionar no mundo. Quando era a Inglaterra que dominava a economia brasileira e nos vendia o carvão para as locomotivas, os vagões, as locomotivas, os trilhos e todo o aparelhamento ligado à via permanente e ao material rodante, e ainda construía as nossas ferrovias e as explorava, o Brasil construiu uma rede ferroviária extensa, rapidamente entrada em obsolescência e de rentabilidade duvidosa. Ao passarmos para a dominação norte-americana, abandonamos totalmente o transporte ferroviário e entramos na etapa rodoviária com fúria: os Estados Unidos nos fornecia o combustível, o petróleo, e o material rodante, além das máquinas para a construção rodoviária e mesmo o asfalto para a extensão pavimentada curta que possuíamos. Quando começamos a produzir petróleo e asfalto, o imperialismo nos empurrou uma indústria automobilística com reserva de mercado, que interrompeu o desenvolvimento natural da nossa própria indústria automobilística. E o abandono do parque ferroviário tornou-se absoluto; parece mesmo que o transporte ferroviário deixou de existir para os nossos planejadores e economistas.

Vimos como foi implantada, no Brasil, a indústria automobilística e como foi ligada, desde então, à etapa de preparação do "modelo brasileiro de desenvolvimento". Essa implantação revestiu-se, pois, de deficiência insanável, agravando a deformação dos transportes brasileiros, levada, agora, a limites extremos, respondendo o transporte rodoviário por 71,4% do movimento de cargas e por 89,1% do movimento de passageiros, no país, com supremacia absoluta sobre todos os outros meios. Segundo informações do Ministério dos Transportes, aliás, "o acréscimo dos investimentos de transportes mantém-se em nível constante às despesas da União, significando, virtualmente, 1,6% do Produto Interno Bruto", enquanto "a grande maioria dos recursos apli-

cados no transporte destina-se ao setor rodoviário, o qual consumiu, entre 1968/1970, 58,8% desses recursos".<sup>321</sup> A proporção estrangeira de automóveis instalada no Brasil, entretanto, considerou desprezível a realidade do país e relegou suas necessidades a segundo plano: realizou o esforço na produção de carros de passeio, esquecendo quase totalmente os veículos de carga. Segundo os responsáveis pela Alfa Romeo, "isto coloca o país diante de um grave dilema: ou haverá disponibilidade de veículos pesados em quantidade e qualidade suficientes para fazer frente a um volume constantemente crescente de cargas, ou ter-se-á colocado um sério obstáculo ao progresso".<sup>322</sup>

Informação de 1972 apresentava um quadro de preocupação: "A venda de caminhões há três anos está estagnada, girando em torno de 35 mil unidades/ano, destinadas na maioria à reposição. Entre 1968 e 1970, houve um decréscimo constante de produção, caindo de 42.769 unidades para 39.399. Na área de caminhões pesados a involução é mais significativa: 2.354 veículos, em 1963, contra 2.389 unidades, em 1970. Compare-se o crescimento médio anual do setor de caminhões com o de automóveis, no período 1964/1970, e o desequilíbrio se torna agudo: 4,4% para o primeiro, mais de 50% para o segundo. Em 1971, a variação da frota de automóveis indica aumento de 66,3% em relação ao ano anterior, e de 53,3% na acumulada 1957/1971. Em iguais períodos, a de caminhões (mais ônibus) alcançou 8,4% e 16,2%, respectivamente".<sup>323</sup> Assim, a indústria automobilística não estava montada para tender à produção mas apenas ao consumo de luxo. A conclusão, na comparação entre automóveis e caminhões fabricados no país, era desalentadora: "a atual frota circulante é menor que a frota de 1963".<sup>324</sup> Os dados, no conjunto, eram, entretanto, fascinantes. Fascinantes e enganadores, como costumam ser dados estatísticos, simplesmente numéricos, isolados do contexto econômico do país. Em fins de junho de 1972, a indústria automobilística implantada no país se orgulhava de ter produzido, desde seu início em 1957, 3.500.000 veículos. A produção de 1971 fora de 514.719 unidades, maior do que a soma da produção argentina e da produção mexicana. Nesse exercício, só o lucro da Volkswagen ascendera a mais de 76 milhões de cruzeiros

<sup>321</sup> Mauro Ribeiro: "Vantagens dos pesados", in *Correio da Manhã*, Rio, 12 de julho de 1972.

<sup>322</sup> Idem, idem.

<sup>323</sup> Mauro Ribeiro: "Marcha à ré do caminhão", in *Correio da Manhã*, Rio, 4 de abril de 1972.

<sup>324</sup> Idem, idem.



(novos, segundo a nomenclatura campista, pois, segundo a antiga, seriam mais de 76 bilhões); suas vendas haviam atingido a 4,2 bilhões de cruzeiros, superior às de 1970 em 41,6%; seu capital social elevara-se, no exercício, de mais de 468 milhões para cerca de 658 milhões de cruzeiros. Pois essa potência estava empreendendo singular mudança em sua linha: de pioneira, no Brasil, do carro barato, o carro popular, como o nome indicava, passava à produção de carros de maior preço, forçada pelo mercado. Era outra deformação: um mercado estreito, mantido por uma faixa de alto poder aquisitivo, reduzido numericamente, contrastando com a diretriz de uma empresa que se especializara em produzir para mercados amplos, numericamente extensos, de fraco poder aquisitivo.<sup>125</sup> Era aquele fenômeno que um senador, apesar de tudo, proclamava como sendo o dos “automóveis de ouro para um povo descalço”.<sup>126</sup>

O mercado interno fora trabalhado intensamente, de forma a alimentar uma produção automobilística crescente: não lhe faltara, quando necessário, o capital de giro; o endividamento das camadas médias fora levado ao máximo limite; os financiamentos foram ampliados. Pois, apesar de tudo, a saturação ameaçou o sucesso esplendoroso do empreendimento; as liquidações começaram a aparecer, denunciando um mercado interno em perigosa situação.<sup>127</sup> Para a indústria estrangeira instalada no Brasil, entretanto, isso não constitui problema, pela natureza mesma do “modelo brasileiro de desenvolvimento”. A saída estava na exportação. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automóveis declarava, com entusiasmo: “A indústria automobilística brasileira já está sensibilizada para as metas de exportação e em condições de atender a demanda de novos mercados na América Latina e outros continentes”.<sup>128</sup> Mencionava, naturalmente, como certos “os esforços conjugados das fábricas e das agências governamentais, em busca de novos campos para

<sup>125</sup> “Volkswagen quer crescer em faixas de rendas mais altas”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 11 de junho de 1972.

<sup>126</sup> Mauro Ribeiro: “Ouro ao bandido”, in *Correio da Manhã*, Rio, 4 de agosto de 1972.

<sup>127</sup> “Primeira liquidação total de veículos, anuncia um concessionário. Uma quinzena de loucuras, garante outro. O terceiro recorre às imagens da família: o primo Rossi não é um primo, é um pai. A técnica de queimar estoques, comum no comércio de calçados ou tecidos, é usada para salvar automóveis zero quilômetro. Os apelos de vendas oferecem financiamentos em 40 meses, quase sem juros, sem entrada, o carro velho servindo como parte principal do pagamento. A safra de atrações é tão grande que praticamente assegura um carro novo, maior e mais confortável, a preço relativo, menor do que um usado, pequeno e de reduzida potência”. (“Liquidação é recurso para salvar estoques de automóveis zero km”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de julho de 1972).

<sup>128</sup> *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de março de 1972.

a colocação de nossos produtos no mercado internacional".<sup>339</sup> Um comentarista autorizado esclarecia, paralelamente, sobre "a necessidade de as fábricas de automóveis aumentarem sua participação no comércio exterior brasileiro", correspondendo aos esforços "que vêm sendo empreendidos de forma generalizada pelo empresariado nacional, sob os auspícios do Governo federal".<sup>340</sup> No primeiro semestre de 1972, realmente, as exportações da indústria automobilística estrangeira instalada no Brasil cresceram mais de 40%, em relação a 1971, no mesmo período, "maiores do que as exportações totais de manufaturados verificadas em todo o ano de 1970", e tudo era resultado do esforço dos empresários e "dos estímulos reais que ora oferece o Governo aos exportadores".<sup>341</sup>

Para os grandes monopólios automobilísticos internacionais, agora na etapa multinacional, isto é, produzindo em diversos países, tratava-se de fabricar no Brasil tudo aquilo que aqui pudesse ser fabricado em melhores condições de rentabilidade, independente da solicitação do mercado interno, visando a exportação, inclusive para o mercado do país de origem da empresa, ou de origem de sua direção, de qualquer forma aquele em cuja moeda devem ser convertidos os lucros, onde quer sejam auferidos. No Brasil, as condições para a empresa automobilística multinacional, por força do "modelo brasileiro de desenvolvimento", tornaram-se excepcionais: siderurgia subsidiando com matéria-prima barata a montagem dos automóveis: força de trabalho de salários baixíssimos, mantidos policialmente; energia barata, fornecida pelo Estado. Tratava-se de produzir em escala crescente, inteiramente desproporcionada às condições do mercado interno. Era indústria não integrada na economia nacional, mas vinculada ao exterior, essencialmente.<sup>342</sup> Ela não trouxe capitais e não se

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> Mauro Ribeiro: "Palavras de alento", in *Correio da Manhã*, Rio, 30 de maio de 1972.

<sup>341</sup> Idem, idem.

<sup>342</sup> "A nova fábrica de motores da Ford-Willys começará a produzir em novembro de 1974, numa escala inicial de 200 mil unidades/ano, podendo chegar a 400 mil, quando operar à plena capacidade, prevista no projeto de construção. Já no mês seguinte seguirá para os Estados Unidos o primeiro lote de motores, destinados aos carros da Ford norte-americana". (Mauro Ribeiro: "A nova fábrica da Ford", in *Correio da Manhã*, Rio, 8 de maio de 1972). "Em Taubaté, com a construção de 60 mil metros quadrados de instalações técnicas de montagem, começa uma nova fase da Ford. Os 200 mil motores a serem produzidos inicialmente — a previsão é para etapas seguintes de 400 e 600 mil motores, até 1975 — se destinarão a mercados internos e externos. O Maverick é um projeto moderno para romper as barreiras da exportação — afirma o Sr. Joseph O Neil". (*Jornal do Brasil*, Rio, 31 de maio de 1972). "Os dirigentes da Chrysler do Brasil não cabem em si de contentes: estão exportando, por mês, para a América Latina, notadamente para os países andinos, um total de US\$ 1 milhão (Cr\$ 6 milhões) em automóveis, caminhões e peças". (*Jornal do Brasil*, Rio, 31 de maio de 1972). "A instalação da fábrica de motores da Ford em Taubaté está também ligada a problemas trabalhistas da empresa na Europa. A fábrica da Corpora-

amplia pela introdução de capitais: ela utiliza capitais nacionais, levantados no país onde se instalou e onde se amplia: o Estado brasileiro subsidia essa instalação e essa ampliação e subsidia a exportação conseqüente, financiando, assim, a empresa multinacional, desligada do mercado interno e de forma alguma integrada na economia nacional.<sup>143</sup>

Em maio de 1972, reuniu-se, em Belo Horizonte, a quarta mesa-redonda brasileira da Business International Corporation, com o comparecimento de mais de 60 dirigentes e diretores de planejamento de empresas estrangeiras, com maioria norte-americana. A ela compareceu o Ministro das Minas e Energia, Dias Leite, para declarar que o Governo brasileiro não pretendia alterar o Código de Minas e a política sobre minérios. Tranqüilizou os visitantes: "Disse para os investidores que não há nem haverá problemas de fornecimento de energia elétrica no Brasil e que é preciso apenas um esforço para melhorar a qualidade da energia produzida, já que a questão quantidade foi inteiramente solucionada. Anunciou para 1974 a conclusão do levantamento geofísico de nossas potencialidades minerais, revelando que os resultados serão liberados inteiramente para que o setor empresarial privado apresente ao Governo planos viáveis de aproveitamento das jazidas detectadas".<sup>144</sup> Fora o Ministro o autor do plano da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, qualificada por um parlamentar como "a mais fantástica e incrível máquina, jamais inventada no mundo, para distribuir minas a

ção na Inglaterra ficou paralisada durante meses, gerando um ambiente de hostilidade dos acionistas para com o país e provocando, por fim, a desmobilização da unidade e a elaboração de planos para construção de outra, nos Estados Unidos. O Brasil entrou no páreo para abrigar essa segunda fábrica e venceu". ("Automóveis, 16º ano: indústria está otimista", in *Correio da Manhã*, Rio, 11 de agosto de 1972).

<sup>143</sup> "Assim é que a indústria automobilística, que entrou no Brasil com os favores da reserva de mercado e capital representado pelo equipamento (só parte novo) a dólar especial — além da disponibilidade preferencial dos aços de nossas usinas — essa indústria de veículos não usa o seu próprio capital, nem o traz do seu país (como suprimento das matrizes) para operar a comercialização de seus produtos. Não. O que ela faz é montar aqui suas próprias companhias financeiras, mas captando o respectivo capital no próprio mercado brasileiro, ou seja, o dinheiro com que financia suas vendas de automóveis a prazo e, em seguida, remete lucros às suas matrizes. E não só isso lhes é permitido. Além de usarem nas vendas a prazo os cruzeiros aqui captados para suas próprias 'financeiras', aquelas empresas usam o dinheiro das outras financeiras brasileiras. (...) Constatou que mais de 77% da poupança destinada a créditos ao consumidor (vendas a prazo) foram absorvidos pelas empresas fabricantes de automóveis aqui sediadas. Traduzido isso em números absolutos, significa que, dos 10 bilhões e 800 milhões de cruzeiros poupados em 1971 pelos brasileiros para financiar a venda dos produtos de suas próprias indústrias (como se tinha idealmente programado), a indústria automobilística, sob controle acionário estrangeiro, usou 8 bilhões e 310 milhões. Em outras palavras: o Brasil concedeu, num só ano, às indústrias de automóveis — que, repitamos, não são de propriedade nacional — o equivalente a mais de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, retirados da poupança brasileira". (Gentil Noronha: "Poupança e espoliação", in *Fato Novo*, ano 1, nº 2, São Paulo, 20/26 de abril de 1972).

<sup>144</sup> "Dias Leite: política de minérios será mantida", in *Correio da Manhã*, Rio, 24 de maio de 1972.

estrangeiros — só a estrangeiros ou a nacionais associados a estrangeiros, como declarou o diretor dessa empresa estatal ao *Correio da Manhã*, em 16 de setembro de 1970".<sup>145</sup>

O Brasil possui 15% das reservas mundiais de ferro, mas apenas 13% das jazidas do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais pertencem a empresas brasileiras; a Bethlehem Steel, através do chamado Grupo Antunes, detém a maior parte, acompanhada pela Hanna; a exportação vem sendo largamente subsidiada. O alumínio pertence em grande parte à Kayser. O bário baiano é controlado por outra empresa norte-americana; o tungstênio é explorado pela Wah Chang; o berilo é dominado pelas empresas norte-americanas Beryllium e Beryllium Brush; o magnésio, pela Magnesium do Brasil S. A.; o chumbo é explorado pelas empresas norte-americanas Plumbum S. A. e Prest-o-lite; o amianto e a crisólita, pelas Brasilit e Eternit, que nada têm de brasileiras. As jazidas de manganês estão, na maioria, nas mãos da Companhia Meridional de Mineração, pseudônimo da United States Corp., que explora as jazidas de Minas, de Mato Grosso e da Bahia; as do Amapá pertencem à Bethlehem, em concessão cujo fim contratual é previsto para o ano de 2003. O estanho e o zinco são controlados, igualmente, por monopólios estrangeiros. Operavam no Brasil, até 1967, os grandes consórcios internacionais Bethlehem Steel, United States Steel, Union Carbide, Niobium, Hanna Ore Mining, Republic Steel, Cleveland Cliffs Iron, Wah Chang, e muitos outros menores. O sal-gema nordestino foi entregue à Dow Chemical, cujo renome, em termos mundiais, deriva da produção de *napalm*, com que vêm sendo devastadas imensas áreas do Vietnã. Em 1972, o chamado Grupo Antunes, pseudônimo da Bethlehem Steel, constituía “um dos maiores conglomerados de empresas brasileiras — a Minerações Brasileiras Reunidas — primeira empresa a ter aprovado seu processo

<sup>145</sup> Deputado Florim Coutinho: discurso na Câmara dos Deputados, em junho de 1972. O parlamentar acrescentava: “Não somente se lhes entregam as minas, mas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico lhes empresta dinheiro, com a cláusula de risco liberado, isto é, sem obrigação de saldar 80% do débito se a mineração não render o esperado. Jamais, em parte alguma e em tempo algum, o capital estrangeiro recebeu iguais favores”. Essa acusação do parlamentar era secundada, com fato concreto, pela do industrial Francisco Pignatari, informada pelo *Jornal do Brasil*, Rio, 24 de agosto de 1972, e formulada na Câmara: “Por não ter concordado com o Ministro das Minas e Energia, Sr. Dias Leite, em abrir o capital da Caraíba Metais a grupos estrangeiros, venho sofrendo toda sorte de entraves para a implantação definitiva dessa empresa”. A acusação é do industrial Francisco Pignatari, presidente da Caraíba, em depoimento prestado ontem na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O Sr. Francisco Pignatari inclui também o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), entre os organismos governamentais que vêm prejudicando o trabalho de instalação da Caraíba Metais, no Estado da Bahia. O capital da empresa é de Cr\$ 500 milhões”.

de fusão pela Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas (COFIE)". A notícia entrava em detalhes: "Seu capital é de Cr\$ 250 milhões e se elevará para Cr\$ 400 milhões. A empresa *holding* do Grupo é a CAEMI, com um capital de Cr\$ 100 milhões. O Grupo Antunes atua nos setores de mineração de manganês e ferro; siderurgia; indústria de papel; indústria de compensados de madeira; navegação".<sup>146</sup>

O Estado brasileiro não se limitava, entretanto, a proporcionar toda sorte de ajuda aos grandes monopólios estrangeiros, no campo da mineração. Ia mais longe: associava a tais grupos e monopólios as empresas estatais e, assim, rompia com a essência nacionalista dessas empresas, colocadas, agora, sem alarde, como instrumentos da penetração e da dominação do imperialismo sobre as riquezas naturais do país. A Companhia Vale do Rio Doce, por coincidência, acompanhava o chamado Grupo Antunes, em um dos setores de que aquele Grupo se ocupava, segundo o noticiário: "A Companhia Vale do Rio Doce, nossa maior exportadora de minério de ferro, prepara-se agora para um novo primeiro lugar. Dentro de poucos anos será a maior exportadora de madeira do Brasil (lascas) destinada à fabricação de celulose. O gigantesco projeto prevê a exportação de 6 milhões de toneladas de lascas de madeira (cavacos) por ano, durante 20 a 25 anos no mínimo".<sup>147</sup> A Companhia Vale do Rio Doce, uma das empresas mais rentáveis do país, associara-se já ao chamado Grupo Antunes, isto é, à Bethlehem Steel, na exploração das reservas do vale do Paraopeba, em Minas Gerais, e à United States Steel, na exploração das reservas da serra dos Carajás, no Pará; a empresa estatal ficava, conseqüentemente, vinculada aos dois maiores monopólios siderúrgicos do mundo.

O Estado brasileiro ia ao extremo limite, entretanto, no que tocava ao petróleo. Começara, já em seu primeiro ano de regime, por anular o decreto de encampação das refinarias particulares, assim incorporadas ao monopólio estatal, um dos últimos atos do Governo Goulart; prosseguira, com método, excluindo do regime de monopólio estatal outras atividades petrolíferas, de que a fundamental era a petroquímica. A Petrobrás, que resultara da maior campanha nacionalista de que participara o povo brasileiro, com papel eminente devido aos militares, era associada a gigantescos monopólios estrangeiros para a implantação e am-

<sup>146</sup> "Nos minérios, a primeira fusão", in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de março de 1972.

<sup>147</sup> João Pinheiro Neto: "Empresas em expansão", in *Correio da Manhã*, Rio, 27 de junho de 1972.

pliação de parque petroquímico a que atenderia com o fornecimento de matéria-prima. Nessa associação, aliás, as refinarias particulares, restituídas aos seus proprietários, entravam com parcela enorme e função eminente: a Petroquímica União, em Capuava, se tornaria o maior complexo do gênero na América Latina. De 1965 a 1970 foram aprovados projetos prevendo a construção de 78 unidades petroquímicas, na maioria já em funcionamento. Em junho de 1964, foi constituído o GEIQUIM, para coordenar a política de implantação da indústria especializada; em fevereiro do ano seguinte, o Governo fixou os estímulos a serem concedidos prodigamente aos investidores estrangeiros: redução até 50% na importação de equipamentos; redução do imposto de renda, no período inicial de operação; financiamento, aval ou garantia pelo Estado. O estímulo máximo estava, no entanto, na garantia de reserva de mercado. Tal como acontecera com a indústria automobilística, estruturada à base de concessão total ao capital externo, quando se completavam as condições para sua estruturação em bases nacionais, a indústria petroquímica, ao atingir, no Brasil, as condições que lhe permitiriam instalação em bases nacionais era concedida aos interesses externos, sem restrições. E definia a essência do “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Mas também à indústria petroquímica, assim instalada, isto é, não nacional, era indicada a exportação como meta.<sup>148</sup>

Era, aliás, rumo estabelecido pelo imperialismo e que abrangia todas as áreas dependentes. Tratava-se, para o capitalismo monopolista de Estado, com as gigantescas empresas multinacionais — e a petroquímica era área de gigantes, excluindo a empresa sem tal dimensão — de produzir fora dos Estados Unidos tudo aquilo que, produzido no interior dos Estados Unidos, importava em altos custos de produção. A ofensiva sobre a América Latina, pois, teria de ser intensificada, no campo da petroquímica, o mais

<sup>148</sup> “Falando em nome do Presidente, o Ministro da Indústria e do Comércio, Sr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes, disse que chegou a hora da criação de programas industriais voltados inteiramente para as exportações”. (“Pratini destaca a era das exportações”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 16 de junho de 1972). Tais palavras foram ditas na solenidade de inauguração, com a presença do chefe do Governo brasileiro, das instalações da Petroquímica União, do Grupo Unipar. Era orientação essencial do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, pois, adiante, seria reafirmada, quanto à indústria automobilística: “O Ministro da Indústria e do Comércio, Pratini de Moraes, mostrou ontem aos dirigentes da indústria automobilística a necessidade de se voltarem para o mercado externo. (...) O encontro do Ministro Pratini de Moraes com os dirigentes de nove empresas automobilísticas nacionais teve como principal tema a concessão de incentivos para as empresas que tenham ou venham a apresentar projetos ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério da Indústria e do Comércio, contemplando a exportação”. (Pratini indica setor externo à indústria automobilística”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 24 de agosto de 1972).

rentável no que está relacionado com o petróleo.<sup>340</sup> Em 1969, a indústria química já era, no Brasil, mais forte do que a indústria automobilística. Na constelação de empresas do ramo, dez se destacavam pelas dimensões; entre estas, seis tinham interesse comum na Petroquímica União; destas seis, duas eram subsidiárias da Union Carbide Corporation, restando a Rhodia, francesa, e a Ultrafértil, da Phillips Petroleum. O valor da produção química, já em 1968, ascendia a US\$ 1.360 milhões. As importações do setor atingiam a US\$ 250 milhões, sendo três empresas as importadoras mais destacadas: a Dinaco, subsidiária da Allied Chemical; a Indústrias Químicas do Brasil, representante da Jefferson Chemical; e a Somapi, do grupo francês Naphta-Chemie. Na composição da Petroquímica União entravam as seguintes empresas: Petrobrás-Petroquisa, com 25%; Refinaria União, com 25%; Walter Moreira Sales, com 25%; Grupo Perigel-Monteiro Aranha, com 15%; e entidades internacionais, com 10%.

A indústria petroquímica instalada no Brasil, pois, nada tem de brasileiro; ela aproveita a matéria-prima, colocando a Petrobrás como fornecedora; utiliza força de trabalho barata, energia barata; vale-se de toda sorte de subsídios e insenções; e, servindo-se do Brasil como base de operações, aproveita a gama de incentivos para exportar os seus produtos, sempre em excelentes condições de competição, pois o Estado brasileiro vela com zelo inexcedível, desvalorizando o cruzeiro, de maneira a conservar aquelas condições no exterior, embora as desvalorizações correspondam ao encarecimento da vida para os que não vivem das exportações, isto é, para a maioria do povo brasileiro e mesmo a maioria dos empresários brasileiros. Mas já a indústria

<sup>340</sup> "Quem pretende competir que se prepare: os gigantes da indústria química norte-americana vão ampliar sua ofensiva em todo o mundo, com destaque para a América Latina. (...) Grandes investimentos já estão sendo realizados, há outros em projeto, o clima parece bastante animado. (...) A análise dos últimos relatórios das companhias líderes nos Estados Unidos mostra que lá os lucros já não são tão grandes quanto no estrangeiro. (...) Um estudo recente do Departamento de Comércio mostra que as subsidiárias estrangeiras das corporações norte-americanas na área da indústria química e petroquímica vão investir, em 1971, mais de 3% do que o recorde atingido no ano passado, 1,4 bilhão de dólares. (...) Quem mais avançou em matéria de ganhos no exterior foi a Dow Chemical, cujas vendas fora dos Estados Unidos cresceram 20%, atingindo 771 milhões de dólares. O faturamento interno diminuiu mas, para compensar, todas as subsidiárias no estrangeiro conseguiram avanços. (...) Na América Latina, enquanto seu faturamento crescia 23,5%, para 133 milhões de dólares, os lucros aumentavam 96%, para quase 15 milhões. (...) A direção da empresa espera que as vendas das subsidiárias em outros países possam chegar a representar mais de 50% do faturamento, até 1975. (...) Union Carbide é a que atingiu maior nível de vendas no exterior, entre as empresas da indústria química norte-americana. (...) Dow pretende orientar para países estrangeiros mais da metade de suas inversões, que sobem a 325 milhões neste ano". (Luiz Antônio Prado: "Química dos Estados Unidos amplia ofensiva na América Latina", in *Correio da Manhã*, Rio, 29 de agosto de 1971).

farmacêutica, praticamente entregue, agora, em sua totalidade, ao capital estrangeiro, no Brasil, vinha operando sob tal método, embora suas proporções fossem muito mais modestas do que as da indústria petroquímica. Um representante da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica declarava, em fins de 1969, que o futuro desse setor industrial estava “não apenas no abastecimento do mercado interno, como também na exportação para os países da ALALC”. E detalhava, com muita franqueza: “Os grandes complexos internacionais da Indústria Farmacêutica, instalados no Brasil, foram levados a produzir aqui os seus medicamentos, em vista das exigências do mercado, e geraram de imediato a necessidade de encontrar aqui mesmo o suprimento para a maioria das matérias-primas de que necessitavam”.<sup>150</sup> Ampliando-se em conglomerados, empresas estrangeiras as mais diversas interessavam-se, diante de quadro tão promissor, por atividades antes muito distantes das que lhes eram específicas. A Shell, por exemplo, passava a participar de atividades mineradoras e já definia assim seus propósitos: “O executivo afirmou que, no caso do Brasil, os projetos visando a pesquisa de minérios devem ter, tanto quanto possível, dimensões internacionais e forte participação de capitais regionais, de forma a obter uma boa contribuição com a entrada de tecnologia e capital, compatíveis com as dimensões internacionais da Shell”.<sup>151</sup>

A grande mudança operada na posição dos grupos econômicos externos, em relação aos países do tipo do Brasil, cujo processo de industrialização, decorrente do desenvolvimento das relações capitalistas, já não pode ser detido, concretizado no controle do referido processo, subordinando-se aos seus interesses — fim da etapa do “essencialmente agrícola” — teve como consequência inevitável a alteração no fluxo exportador desses países. O problema, na etapa do capitalismo monopolista de Estado, ganhou complexidade que não pode ser aqui discutida. Interessa, de imediato, saber que, justamente quando essa mudança ocorre, a posição da América Latina no comércio mundial atravessa fase de declínio. Nessa fase de declínio, aliás, intercorre a crise monetária internacional, com o dólar sendo impugnado como moeda padrão; a complexidade se agrava com esse traço, que desencadeou controvérsia tempestuosa, nos meios financeiros do mundo.<sup>152</sup>

<sup>150</sup> “Indústria química já é mais forte que a automobilística”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 23 de novembro de 1969.

<sup>151</sup> “Shell vai aumentar pesquisas”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 9 de agosto de 1972.

<sup>152</sup> “A CECLA postulará, junto à III UNCTAD, uma imediata revisão dos termos do comércio internacional, bem como a reforma urgente do sistema monetário mundial.”



A participação da América Latina no total das exportações mundiais tornou a cair, em 1971, passando dos 4,9% atingidos em 1970, para 4,4%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional. Ao mesmo passo, no que interessa ao Brasil, a ALALC perdia importância, como mercado consumidor de suas exportações, e justamente na fase em que os seus índices de crescimento, nesse terreno, eram apresentados como excepcionais. Com o "modelo brasileiro de desenvolvimento", surgiu o refrão substitutivo do "essencialmente agrícola", isto é, como disfarce da verdadeira essência do problema: "exportar é a solução". Esse refrão foi detalhado, logo adiante, com a afirmação de que, agora, tratava-se de exportar manufaturados. Em que estava a mudança? Estava, sem dúvida, em que se tratava dos manufaturados fabricados no Brasil pelas empresas estrangeiras nele instaladas e que continuavam integradas em suas áreas de origem e não integradas na estrutura econômica nacional. De uma participação de 6,4% no valor total da exportação brasileira (FOB), em 1964, atingiria a quase 17%, em 1970; no mesmo período, o café em grão passaria de 53,1% a 34,3%, o que era também significativo.

O BID presidiu, há pouco, a pesquisa no sentido de identificar as principais empresas industriais latino-americanas com participação no comércio continental de manufaturados; Brasil, México e Argentina foram as áreas mais intensamente exploradas por tal pesquisa, que limitou sua ação a 534 empresas localizadas em 10 países que fazem parte da ALALC. Verificou que dois terços das 534 empresas eram provenientes dos ramos químico e metalúrgico; entre 361 das empresas arroladas, 126 começaram a exportar no período de 1966 a 1969; 124, entre 1960 e 1965; 83, entre 1945 e 1960; e 33 já exportavam antes de 1945. Entre as dez empresas que ocupavam mais de 10.000 trabalhadores, 4 estavam no Brasil, 3 na Argentina e 1 no México, Chile e Colômbia; entre as que empregavam entre 9.999 e 5.000 trabalhadores, 23 tiveram destaque: 10 estavam no Brasil; 6, na Argentina; 3, na Venezuela, Colômbia, Chile, México e Peru, respectivamente. Entre as principais 426 empresas pesquisadas, 25

(...) O resultado é o fortalecimento dos compradores, que ditam condições, numa atitude que, no final, estrangula as possibilidades de crescimento dos países em desenvolvimento. (...) A dotação de um sistema monetário duradouro e de normas que permitam ao comércio mundial desenvolver-se no ritmo necessário e útil para o crescimento dos países em desenvolvimento, são, entre outras, duas medidas mais imediatas". ("Alto nível", in *Tribuna da Imprensa*, Rio, 28 de março de 1972). O valor da exportação latino-americana começava a encontrar defensores, nos conclaves internacionais, que antes não tinha.

vendiam anualmente acima de 100 milhões de dólares: 8 delas estavam na Argentina; 6, no Brasil; 6, no México.<sup>105</sup> Embora a pesquisa não se preocupasse com este aspecto do problema, permitia constatar que o comércio externo dos países pesquisados estava passando pelos mesmos processos de concentração e de desnacionalização assinalados na área da produção industrial; as empresas estrangeiras instaladas nesses países não estavam apenas produzindo neles para exportar: estavam, também, controlando a exportação do que produziam. Isso vinha, realmente, romper com o esquema tradicional da exportação latino-americana, centrada em poucos produtos, sempre primários. Estatística de 1955 assinalava que, em valor, 86% da exportação de El Salvador era de café; de café era 84% da exportação da Colômbia; 80% da exportação de Cuba era de açúcar; 79% da do Haiti era de café; como 77% da da Guatemala; 76% da do Panamá era de banana. Se for considerado mais de um produto, os índices alinhavam valores ainda mais escandalosos: 98% do valor total da exportação da Colômbia era de café, banana e petróleo; 93% da de Costa Rica era de café, banana e cacau; 92% da da Guatemala era de café, banana e algodão; 91% da do Haiti era de café, sisal e açúcar; 91% da do Equador era de banana, café e cacau; 87% da de Cuba era de açúcar e fumo; 85% da da República Dominicana era de açúcar, café e cacau; 83% da da Bolívia era de estanho, tungstênio e chumbo; 85% da da Nicarágua era de algodão, café e sésamo; 81% da do Panamá era de banana, cacau e abacá. Para destacar: 74% da do Brasil resumia-se em café, algodão e cacau. Os países latino-americanos, pois, eram grandes fazendas tropicais, fornecedoras de alimentícios, matérias-primas vegetais e minerais; tratava-se de estruturas econômicas do tipo primário-exportador. A etapa do capitalismo monopolista de Estado vinha romper tal tipo de estrutura. No caso do Brasil, o rompimento era violento, conseqüente do chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento".

Ainda em 1968, entretanto, a lista dos 24 principais produtos exportados pelo Brasil era a seguinte, pela ordem de importância e segundo dados do Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda: café em grão, algodão, minério de ferro, açúcar, madeiras de pinho, milho em grão, cacau em amêndoas, cacau (manteiga), óleo de mamona, couros e peles, minério de manga-

<sup>105</sup> Plínio de Abreu Ramos: "BID faz pesquisa sobre exportação", in *Correio da Manhã*, Rio, 22 de junho de 1972.

nês, chapas laminadas de ferro e aço, soja, sisal e agave, fumo, lã, castanha-do-pará, arroz, cera de carnaúba, amendoim, mentol, bananas, mate e laranjas. Nos últimos quatro anos, no entanto, as exportações brasileiras de manufaturados vêm crescendo num ritmo de 12% ao ano, graças "aos generosos incentivos concedidos pelo Governo". Sem abandonar a linha primário-exportadora, tratava-se de alterar a estrutura da exportação brasileira, incentivando a exportação dos manufaturados aqui produzidos pelas empresas estrangeiras. A linha primário-exportadora seria também afetada pela presença daquelas empresas, pelos grandes monopólios e organizações multinacionais: assim, a meta de exportação de minério de ferro, prevista para 1980, seria de 120 milhões de toneladas anuais, no valor previsto de US\$ 1 bilhão; para atingir essa ambiciosa meta primário-exportadora, processava-se a associação da empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce com o monopólio norte-americano United States Steel, na exploração das jazidas da serra dos Carajás, na Amazônia. Essa associação começava a cuidar de avançar, porém, passando a outra etapa: a da exportação de produto semi-acabado.<sup>154</sup>

A meta principal, entretanto, estava na exportação dos manufaturados: "Para alcançar este objetivo, o Governo criou uma série de incentivos fiscais, beneficiando a indústria exportadora. Mas os resultados, embora expressivos, não são ainda plenamente satisfatórios. Por este motivo, novos incentivos serão criados: as *trading companies* serão brevemente regulamentadas, novos entrepostos aduaneiros serão instalados e as normas que regem seu funcionamento serão reformuladas e, possivelmente, serão canalizados recursos do PIS para o financiamento às exportações".<sup>155</sup> Além das isenções tributárias — do Imposto de Exportação sobre Produtos Industriais (IPI) e do Imposto de Circulação de Mer-

<sup>154</sup> "Enquanto os estudos de prospecção da serra dos Carajás iam avançando, surgiu no MIC a idéia de uma grande usina exportadora de semi-acabados, capaz de substituir as maciças vendas de minérios por produtos de valor mais alto". ("Exportação de ferro em 1980 irá a 120 milhões t anuais", in *Jornal do Brasil*, Rio, 25 de julho de 1972).

<sup>155</sup> "O exportador de manufaturados pode creditar, sob a forma de lançamento na escrita fiscal, o valor correspondente ao IPI que deveria pagar, se a mercadoria fosse comercializada no mercado interno. Isto é, ele poderá deixar de recolher importância igual à isenção do imposto para a exportação, mesmo quando a mercadoria for vendida no mercado interno. O valor máximo para utilização do crédito fiscal é de 15%. Beneficiam-se ainda com esta medida as exportações sem cobertura cambial, como os investimentos brasileiros no exterior; a remessa de produtos manufaturados para feiras e exposições no exterior; as exportações de produtos manufaturados em consignação; e os produtos manufaturados destinados ao mercado interno como resultado de vitória em concorrência internacional e que será pago com divisas provenientes de financiamentos externos a longo prazo". (Flávio Pinheiro: "O fogareiro aceso", in *Correio da Manhã*, Rio, 2 de maio, de 1972).

cadórias (ICM), o lucro tributável resultante da venda de produtos industrializados no exterior seria isento do Imposto de Renda; de quebra, isenção do Imposto sobre Operações Financeiras. Assim: "a redução dos preços dos produtos manufaturados exportados, levando-se em conta os incentivos concedidos, chega a 50%".<sup>156</sup>

Os incentivos à exportação de manufaturados, conseqüente do "modelo brasileiro de desenvolvimento", levaria, naturalmente, à concentração na área do comércio externo. Daí o aparecimento, no Brasil, das *trading companies*, para "atendimento global e setorial à produção, transporte, promoção e venda de produtos da mais diversa natureza", para coordenar "a atualização constante da imagem-padrão de produtos convencionais e levantar créditos e financiamentos no País e no exterior para o planejamento, industrialização e comercialização de novos produtos reclamados por mercados saturados e novas áreas de consumo". Seriam de dimensões gigantescas, por definição, conforme os técnicos informavam: "Em declarações feitas recentemente, técnicos do Governo admitem que a regulamentação das *trading companies* vai estipular um capital mínimo de 10 milhões de cruzeiros para as novas empresas, o que, segundo muitos empresários, poderá prejudicar bastante as pequenas e médias empresas comerciais".<sup>157</sup> Havia mais: "A venda do produtor à *trading company* será considerada uma operação externa, do ponto de vista dos atuais incentivos fiscais. Isto é: a todos os incentivos que atualmente o produtor tem, ao exportar, fará jus ao vender à *trading company*. Esta, de sua parte, estará isenta de Imposto de Renda e terá outros incentivos".<sup>158</sup> Essa legislação visava, evidentemente, estabelecer condições favoráveis à exportação em grande escala de tudo aquilo que as empresas multinacionais vinham produzindo no país. E visava, ainda, prevenir distorções costumeiras na exportação tradicional de primários; distorções que podiam ser evitadas se também nessa área entrassem as multinacionais.<sup>159</sup>

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> "Manufaturados na casa do US\$ bilhão", in *Correio da Manhã*, Rio, 14 de junho de 1972.

<sup>158</sup> "Trading vai dinamizar as exportações de minérios", in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de julho de 1972.

<sup>159</sup> "Do ponto de vista da exportação, o principal problema é o da deterioração dos preços, em decorrência da deterioração dos termos do intercâmbio internacional. O minério de ferro, principal produto de exportação de minerais que, em 1957, estava cotado a US\$ 13,5 a tonelada, em 1970 tinha seu preço ajustado a US\$ 7,4, a mesma tonelada exportada. Assim, enquanto, nesse período, a tonelada exportada cresceu 690%, FOB, o faturamento evoluiu apenas 335%, o que pressupõe a necessidade de um esforço geometricamente crescente de exportação para uma arrecadação do mesmo número de divisas". (Idem).

As empresas multinacionais constituem, pois, a base do chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento". Elas são atraídas para produzir aqui por toda sorte de concessões e, realmente, como se transformaram em empresas nômades, afluem a esta nova Canaã do capitalismo subdesenvolvido, que se fascina com altos índices quantitativos, omitindo, propositadamente, suas mazelas qualitativas.<sup>160</sup> E buscam, no parque industrial interno, favorecidas pelo aviltamento da moeda nacional, conquistar aquelas áreas de produção que já tenham entrado na etapa exportadora.<sup>161</sup> O Brasil passa a constituir, assim, uma espécie de plataforma, de onde as multinacionais lançam os seus fluxos de produção, visando aqueles mercados para os quais o nosso país oferece melhores condições de fornecimento, particularmente os da América Latina e os da África; é muito mais fácil exportar do Brasil para os países americanos e africanos do que dos Estados Unidos. Daí a importância que a diplomacia brasileira, que perdera qualquer autonomia de movimentos e de iniciativa, retornando à condição de satélite dos ditames do Departamento de Estado, quando não de outras agências de poder dos Estados Unidos, vai atribuindo à África.<sup>162</sup> Um teórico das finanças oficiais, elevado à condição de milagreiro, conceituava assim o problema da exportação brasileira: "Se o País não é capaz de mobilizar-se para as exportações, ele freqüentemente é levado a uma crise de balanço de pagamentos". A crise de balanço de pagamentos, entretanto, estava ligada ao endividamento externo levado a limites jamais excedidos.

A balança comercial brasileira, realmente, que vinha proporcionando saldos, alinhou uma diferença negativa de 325 milhões

<sup>160</sup> "Formosa passou a ser o primeiro exportador de aparelhos de televisão para os Estados Unidos, superando o Japão. A expansão é devida ao desenvolvimento das filiais dos grandes fabricantes americanos, que encontraram em Formosa (Taiwan) uma mão-de-obra mais barata que a dos japoneses". (*Jornal do Brasil*, Rio, 21 de abril de 1972).

<sup>161</sup> "As perspectivas de exportação para esse setor são excelentes. Tanto assim que um grupo norte-americano está cogitando de instalar uma grande fábrica de calçados em Minas Gerais, voltada para o mercado externo, com capacidade para produzir 40 mil pares por dia". (*Jornal do Brasil*, Rio, 3 de junho de 1972). E dizer que a maioria da população brasileira anda descalça...

<sup>162</sup> "Na mesma semana em que o Itamarati fez chegar a Dacar a missão preparatória da viagem que o Chanceler Gibson Barbosa tem programada para outubro a oito países da África Negra, em Lisboa o Ministro Delfim Neto acelerou os entendimentos com o seu colega das finanças de Portugal sobre a criação de entrepostos alfandegados nas províncias ultramarinas — Lourenço Marques e Luanda — enquanto sua assessoria talava da possibilidade da abertura de uma agência do Banco do Brasil na África do Sul". (Luiz Barbosa: "África é um alvo brasileiro", in *Jornal do Brasil*, Rio, 28 de maio de 1972). Outra notícia: "O presidente do Banco do Brasil, Sr. Nestor Jost, afirmou ontem que ainda não está escolhido o país africano onde será instalada uma nova agência do banco, mas entende que deverá ser a Nigéria, a África do Sul ou Angola portuguesa". ("B. Brasil na África", in *Jornal do Brasil*, Rio, 11 de agosto de 1972).

de dólares, em 1971. O balanço de pagamentos, que nos deixara, em 1966, o reduzidíssimo saldo de 54 milhões de dólares, entrou a apresentar resultados negativos crescentes: 237 milhões de dólares, em 1967; 508, em 1968; 281, em 1969; 562, em 1970; para chegar ao inexecedido nível de 1.290 milhões, em 1971, marco histórico. As remessas confessadas, para amortização de empréstimos no exterior, evoluíram, sempre em crescendo, de 304 milhões de dólares, em 1965, para 350 milhões, em 1966; 444 milhões, em 1967; 484 milhões, em 1968; 533 milhões, em 1969; 649 milhões, em 1970; 860 milhões, em 1971. Se o comércio brasileiro apresentar uma exportação na casa dos 3 bilhões de dólares, um terço de seu valor será destinado, provavelmente, em estimativa modesta, à amortização de dívidas externas. Sem contar a balança comercial, isto é, na hipótese de que ela nos deixe saldo. Mas é evidente que tal saldo não será de molde a permitir a amortização da dívida, na proporção prevista. Esse gigantesco processo de endividamento, o maior da história brasileira, define também o "modelo brasileiro de desenvolvimento".<sup>163</sup>

A dívida externa brasileira evoluiu de US\$ 3.071,0 milhões, em 1960, para US\$ 5.295,2 milhões, em 1970, com expansão da ordem de 72,4%, com maior aceleração a partir de 1968, isto é, a partir do Ato Institucional nº 5. Em fins de 1971, a dívida se aproximava de 7 bilhões de dólares; cuja elevação provinha dos empréstimos em moeda, que passaram de US\$ 1.604,7 milhões, em dezembro de 1969, para US\$ 3.193 milhões, em

<sup>163</sup> A esse respeito, o ponto de vista oficial é o seguinte: "Feita a opção de acelerar o desenvolvimento com emprego das fontes externas de recursos, não se trata mais, portanto, de saber se a dívida externa do país crescerá ou não. Pela própria essência orgânica do processo, ela aumentará progressivamente. Tudo o que se pode discutir é a forma pela qual se administrará seu crescimento. Com essa finalidade, o Brasil dispõe de uma política de desenvolvimento externo. Ela é parte integrante do conjunto de políticas econômicas que visam ao desenvolvimento acelerado e sustentável, articulando-se, no que diz respeito às relações econômicas externas do país, com as políticas de estímulo à exportação e de manutenção de um nível visivelmente adequado de reservas internacionais. De dezembro de 1967 — data a partir da qual se passou a dispor de um conjunto consistente e homogêneo de informações — até setembro de 1971, a dívida externa brasileira passou de 3,3 a 6,1 bilhões de dólares. Durante essa faixa de tempo — fins de 1967 a fins de 1971 — o nível de reservas internacionais do país se eleva de 0,2 para 1,7 bilhão de dólares. O valor das exportações totais vai de 1,6 bilhão (1967) para 2,9 bilhões (1971), sendo que o de produtos manufaturados se expande de cerca de 150 milhões para mais de 600 milhões de dólares". (Paulo H. Pereira Lira: "Endividamento externo e desenvolvimento", in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de março de 1972). O problema do endividamento externo não está ligado apenas ao das exportações, como quer fazer crer o articulista. Está ligado, também, e não só a isso, ao valor da moeda nacional, isto é, ao problema de câmbio: em moeda brasileira, o endividamento cresce com a desvalorização do cruzeiro, evidentemente, e, a tal propósito, é interessante esta notícia: "O Brasil ocupa o terceiro lugar como o País que teve maior desvalorização da moeda, no período de maio de 1969 a maio de 1970. Segundo o último relatório do Fundo Monetário Internacional, a moeda brasileira sofreu uma desvalorização de 22%, logo abaixo do escudo chileno e da moeda do Vietnã do Sul, em primeiro lugar, com uma queda de 41%". ("Brasil em 3º lugar na desvalorização da moeda", in *Correio da Manhã*, Rio, 29 de novembro de 1970).

dezembro de 1971, e os financiamentos de importações, que ascenderam de US\$ 1.355,2 milhões para US\$ 2.201,5 milhões. O endividamento externo, segundo os dados oficiais que estamos alinhando, era, em 31 de dezembro de 1971, de US\$ 6.621,6 milhões, dos quais nada menos do que US\$ 1.632,6 milhões venceram em 1972. Em sua maioria, os compromissos referem-se a empréstimos em moeda, a curto prazo. Até 1995, está prevista uma dívida real da ordem de 350,5 milhões de dólares, além de 527,6 milhões com vencimentos não especificados. Cerca de 63% dos empréstimos em dinheiro têm prazo máximo de vencimento de três anos. Claro está que tais previsões são teóricas; na prática, o endividamento vai crescendo, e o esquema de pagamentos terá de ser revisto.

Exame sumário da relação entre investimentos estrangeiros e remessa de lucros e juros mostra como o balanço de pagamentos vem sendo gravemente onerado pelas saídas: em 1963, os investimentos estrangeiros ascenderam a 30 milhões de dólares, mas as remessas de juros e lucros ascenderam a 147 milhões. Convém examinar, separadamente, os anos, entretanto: em 1964, entraram 28 milhões e saíram 191; em 1965, entraram 70 milhões e saíram 269; em 1966, entraram 74 milhões e saíram 291; em 1967, entraram 76 milhões e saíram 315; em 1968, entraram 63 milhões e saíram 228; em 1969, entraram 136 milhões e saíram 261; em 1970, entraram 122 milhões e saíram 353; em 1971, entraram 101 milhões e saíram 411. No total, entraram, em investimentos, 670 milhões de dólares, e saíram 2.319 milhões. A diferença, contra nós, foi, pois, de 1.649 milhões de dólares. Isto significa que *o capital estrangeiro está cada vez investindo menos e retirando mais*. A diferença, contra o Brasil, em 1971, resulta da soma de várias parcelas: 325 milhões de dólares do *déficit* da balança comercial; 310 milhões de prejuízo na relação investimento-lucro; 860 milhões de amortização de dívida externa a curto prazo; e 564 milhões em turismo, fretes e seguros, num total de 2.059 milhões de dólares.<sup>164</sup>

Como, pois, aquele teórico das finanças sustentava que a exportação é que nos permitiria evitar problemas e crises no

<sup>164</sup> "Estamos hoje poupando, seguramente, a uma taxa de 21 ou 22% do PNB, quando se acreditava que seria muito difícil superar a casa dos 16%, que nos mantinham presos aos 5 ou 6% do crescimento do Produto Nacional Bruto". (Antônio Delfim Netto: "A importância do setor exportador no processo do desenvolvimento brasileiro", in *Jornal do Brasil*, Rio, 11 de agosto de 1972). Esta confissão do titular das finanças se contrapõe frontalmente à tese sustentada por facções antinacionais de que o Brasil não dispunha de capitais, e mostra a violência do processo de acumulação da renda no chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento".

balanço de pagamentos? O exame do balanço de pagamentos, aliás, se discriminado em parcelas separadas o que é nacional, e o que não é, permitiria aferir com clareza o que representa o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento". A análise ministerial terminava com a seguinte sentença, aparentemente irrecorrível: "Da mesma forma que, nos anos 60, o herói nacional foi aquele que substituiu as importações, na década de 70, o herói nacional é aquele que for capaz de exportar. Não há saída para esse processo. Não há alternativa, não adianta, realmente, chorar, não adianta lamentar. Ou exportamos, ou vamos parar de crescer".<sup>165</sup> Tese evidentemente falsa, quando se aprofunda a análise do tipo de desenvolvimento adotado, tomado como modelo. Falsa mesmo para economistas insuspeitos, pois ligados a interesses externos.<sup>166</sup> Precisamos exportar, como todos os países, pois já não é possível existir autarquias, no mundo de hoje; o bom comércio, nesse sentido, é o que atende aos interesses das duas partes, e o comércio da área capitalista, dominado pelo imperialismo, continua a representar uma das formas da espoliação das economias dependentes. O mercado por excelência, aquele que representa o fator de impulso da economia, é o nacional. Existe essencial e característica contradição quando um país exporta calçados em volume crescente e sua população anda descalça. Existe contradição essencial quando um país exporta, com total proteção do Estado, aquilo que nele é produzido por empresas estrangeiras, integradas em suas origens.

Antes de 1964, o trabalhador dispunha de relativa liberdade de lutar para preservar o declínio do salário, para manter o poder aquisitivo do que percebia; a alteração, com o novo regime, foi a perda daquela relativa liberdade: o Estado arvorou-se em juiz único, de irrecorríveis sentenças, quanto ao preço do trabalho. A acumulação capitalista repousa na espoliação salarial, evidentemente. Mas, ao longo dos tempos, os trabalhadores conseguiram conquistar alguns direitos, inclusive o de defender o salário, mantendo-o sempre acima de certo nível, o nível mínimo, aquele

<sup>165</sup> Antônio Delfim Netto: artigo citado.

<sup>166</sup> O economista norte-americano Samuel Morley declarou, em entrevista à imprensa brasileira: "Os baixos custos da produção, no Brasil, são, em si, suficiente incentivo para uma empresa produzir aqui e exportar. (...) Existe o perigo de que o Brasil e outros países acabem se entregando à prática de uma espécie de leilão de incentivos, junto ao mercado internacional, cada um querendo ser mais generoso, a fim de atrair filiais de companhias multinacionais para fazer exportações. (...) O subsídio às exportações é provavelmente demasiado. E está posto de tal forma que aproveita principalmente as empresas estrangeiras". Mas é claro que Morley esperava, da política econômica brasileira, também, que garantisse ao investidor estrangeiro "uma taxa de crescimento interno razoável" e a "continuação das condições do mercado de trabalho". (*Jornal do Brasil*, Rio, 31 de julho de 1972).



nível que não perturba a acumulação capitalista. A relativa liberdade conquistada pelos trabalhadores, ao longo de lutas prolongadas, tornou-se, assim, necessária ao proletariado, como o ar; daí o apego da classe ao regime democrático, ainda quando nas limitações peculiares à revolução burguesa. Porque a burguesia já atirou pela janela aquelas liberdades que levantou, como bandeira, quando classe revolucionária. E utiliza a supressão da liberdade relativa para consagrar a espoliação, adotando as formas autoritárias. A brasileira estabeleceu, pois, como preliminar indispensável, a supressão da relativa liberdade dos trabalhadores lutarem pelo salário, como base da luta contra o processo inflacionário.

Assim, a acumulação capitalista no “modelo brasileiro de desenvolvimento” assumiu, desde logo, proporções gigantescas. Uma das formas de apreciar aquela espoliação está no estudo sobre o salário mínimo, que funciona, no Brasil, desde 1940. Em 1964, imediatamente após a conquista do poder, o novo regime estabeleceu normas rígidas, quanto à remuneração do trabalho, começando pela área do serviço público federal, autarquias e sociedades de economia mista ou financiadas pelo Governo federal; em 1965, estendeu à área da chamada iniciativa privada sua ação disciplinadora, impondo medidas restritivas; uma dessas medidas estabelecia que os reajustamentos salariais passavam a processar-se segundo a média e não pelo máximo do poder aquisitivo passado, ou seja, ficou abandonado o critério de reajustamento segundo o aumento do custo de vida: a espoliação passou a ser lisamente confessada. Assim, o salário veio sofrendo de queda, imposta pela legislação e mantida pelo novo regime, com os sindicatos fechados ou impossibilitados de agir em defesa de seus filiados.

Em 1965, em abril, 43,2% dos trabalhadores ganhavam salário aproximado do mínimo (5% ganhavam acima do mínimo); em abril de 1969, aquele índice caía para 28,4%, segundo dados do Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, dados oficiais, portanto. Outra fonte oficial, o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos, de S. Paulo, fundado em levantamento de 1969, revelava, por outro lado, uma perda de 60% do salário real dos chefes de família, de 1958 a 1969. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas suas *Tabulações Avançadas no Censo Demográfico*, referidas ao censo de 1970, informava que cerca de 0,3% da

população brasileira ganhava mais de Cr\$ 2 mil mensais; 10% ganhavam menos de Cr\$ 1 mil mensais e os restantes ganhavam menos de Cr\$ 200 mensais. O salário mínimo que, em dezembro de 1958, representava um poder aquisitivo de 5,90 já em dezembro de 1971 apresentava um poder aquisitivo de 2,22. Para conseguir que o salário retornasse ao poder aquisitivo de 1960 seria necessário um reajuste de 265,3%, mas o Governo concedeu 20%. Em estudo recente, o economista Edmar L. Bacha estudou o custo social do trabalho brasileiro.<sup>367</sup> Suas conclusões foram eloqüentes: “A crescente marginalização da mão-de-obra do processo de desenvolvimento pode ser considerada como a mais grave distorção da trajetória de crescimento da economia brasileira no após-guerra. A consciência, ao nível da política, deste fato, nos dias atuais, tem levado, entretanto, a posições que arriscam agravar antes que a solucionar o problema básico”. Adiante, afirmava: “O fato de uma parcela substancial da população estar hoje marginalizada do processo de modernização significa que há um imenso potencial produtivo inexplorado na economia, o qual, mobilizado, poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico na próxima década”. Análises deste tipo, que apareceram em outras oportunidades, revelavam o temor de grande parte da própria burguesia brasileira, quanto à eficácia do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”.

As estatísticas do IBGE revelavam, à base do censo de 1970, dados espantosos: 53% dos trabalhadores agrícolas, no Nordeste, percebiam menos de 60 cruzeiros mensais; 27% percebiam entre 40 e 60 cruzeiros mensais; apenas 5% dos lavradores nordestinos ganhavam mais do que a média dos salários mínimos da região. Utilizando dados fornecidos pelo IBGE, alto funcionário do Estado, mostrava que 47% da população economicamente ativa, no Brasil, tinha rendimento mensal inferior a 100 cruzeiros. O chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, entretanto, ao mesmo tempo que estagnava o salário pela violência, impunha distorções outras, como a de subsidiar a instalação, no Nordeste, de indústrias estrangeiras de tecnologia avançada, que proporcionavam emprego a número reduzido de trabalhadores, mantendo o êxodo deles para as regiões do país de maior desenvolvimento de relações capitalistas. Seria trabalho especial, que aqui não cabe, o estudo de tais distorções,

<sup>367</sup> Estudo publicado na *Revista Brasileira de Economia*, nº 26, Rio, 1972.

representadas pela tendência, que deriva da importação de empresas, da não-integração das empresas estrangeiras na estrutura econômica do país, em substituir capital circulante por capital fixo. O chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", alienado pela sua própria natureza, estimulava, sob todos os aspectos, essa deformação, uma vez que, concedendo todos os estímulos ao capital, punia o trabalho.<sup>168</sup>

No quadro geral do salário, o dos trabalhadores rurais denunciava o lado pior: já em 1966, o salário rural representava apenas cerca de 70% do mínimo urbano; naquela época, o salário médio de todas as categorias de trabalho rural era menor do que o urbano em mais de 20 cruzeiros; no segundo semestre de 1971, a diferença aumentou para quase 42 cruzeiros, em desfavor do trabalho no campo. Essa anomalia era aparente; de fato, a situação era lógica e estava inserida no conjunto apresentado pela agricultura brasileira, setor atrasado de nossa economia, freado pelo latifúndio. Se o mercado interno representasse a base do desenvolvimento brasileiro, o latifúndio estaria com os seus dias contados. A tese de que a base está na exportação não atende apenas aos interesses externos — claro que colocada nos termos em que está — pois atende, também, aos do latifúndio, à necessidade de preservá-lo, pelo que representa como base política. Por isso, a agricultura brasileira reparte-se em duas áreas, a de exportação e a de subsistência. E, enquanto aquela depara, com freqüência, crises de excesso de produção, esta depara, com mais freqüência ainda, crises de redução na produção.

<sup>168</sup> Os responsáveis pelo "modelo brasileiro de desenvolvimento" estão preocupados apenas com o que chamam "trabalho qualificado", que é o mais necessário às empresas multinacionais aqui instaladas. Certo jornal, destacando que o salário dos trabalhadores qualificados estava subindo demais, comentava: "A continuarem as coisas nesse ritmo, acreditam os técnicos que diversos produtos industriais terão o seu custo de tal modo onerado que ficarão sem condições de competir no mercado externo". (*Jornal do Brasil*, Rio, 28 de maio de 1972).

## Radiografia do Modelo

---

O agrupamento de empresas na horizontal ou na vertical, em trustes ou em cartéis, que assinalou a passagem da economia de concorrência à economia de monopólio, em regime capitalista, foi sucedida, em nossos tempos, pelo agrupamento conhecido como conglomerado; a forma antiga correspondia à etapa imperialista, a forma atual corresponde à etapa do capitalismo monopolista de Estado. O imperialismo surgiu como etapa necessária do desenvolvimento do capitalismo, a partir do momento em que a concentração de empresas em escala nacional completara a divisão do mercado interno.

No seu desenvolvimento dialético, o capitalismo converteu características originárias em outras, opostas, particularmente ao substituir a concorrência pelo monopólio; o monopólio, conseqüentemente, representa a essência do capitalismo em etapa imperialista. Ligados à concentração, os monopólios acarretaram a luta pelas matérias-primas, que representou a origem da política colonial. As composições monopolistas da época imperialista, surgidas necessariamente do desenvolvimento da acumulação capitalista, guardavam certa relação lógica: as empresas se associavam por força de traços comuns, por operarem no mesmo ramo, por efetuarem etapas sucessivas da produção, por se completarem desta ou daquela maneira. Nessa etapa, ainda que em escala gigantesca, os monopólios operavam no exterior pelo aproveitamento de matérias-primas ou pela conquista de mercados; a sede permanecia no país de origem e a expansão externa importava em instalações de acabamento, no máximo, via de regra. Os monopólios guardavam, apesar da internacionalização de suas atividades, traços nacionais predominantes.

A passagem à etapa de capitalismo monopolista de Estado deu-se, de início, no interior dos países ditos desenvolvidos e

particularmente nos Estados Unidos. Definiu-se pela concentração da produção em número cada vez mais reduzido de corporações; pela centralização do controle sobre tais corporações por número cada vez mais reduzido de bancos e de famílias milionárias deles proprietárias; pela ampliação e fortalecimento dos impérios industriais-financeiros de âmbito mundial, com seus órgãos dirigentes nos Estados Unidos; pela união e entrelaçamento da oligarquia financeira com o aparelho de Estado e proliferação de fenômenos decorrentes daquela união; e, finalmente, pela militarização da economia e predomínio de tendências políticas reacionárias. Nessa etapa, conseqüentemente, os monopólios assumem forma de empresas multinacionais; em sua composição, não há mais nenhuma razão lógica. Trata-se de agrupamentos de empresas heterogêneas, operando em setores os mais diversos, absolutamente díspares também nas dimensões e nas características. Assim, os chamados conglomerados perdem, naqueles países em que o capitalismo monopolista de Estado se tornou regime predominante, não só a homogeneidade como o caráter nacional.<sup>100</sup>

A expansão no exterior não se processa apenas através de empresas produtoras de mercadorias, mas através de organizações financeiras que vão captar poupanças em todos os cantos e fazê-las render, pela incorporação delas às empresas multinacionais.<sup>101</sup> Nas áreas de origem, mas com reflexos diretos nas

<sup>100</sup> "Essas fusões 'horizontais' ou 'verticais' foram substituídas, em grande parte, pelos 'conglomerados', ou fusões de companhias com muito pouca ou nenhuma relação entre si. Durante os últimos dez anos, o número de fusões deste tipo aumentou verticalmente e, em 1968, totalizou 90% dos ativos incorporados. Antes, muitos dos conglomerados incluíam companhias que tinham, pelo menos, vagas conexões mas, ultimamente, trata-se, na maioria dos casos, de conglomerados 'puros' de companhias sem nenhuma vinculação de atividade. Os fundadores dos impérios industriais procuram absorver corporações das mais diferentes espécies. Tomemos, à guisa de exemplo, a Litton Industries, um novo conglomerado, dos maiores e mais famosos. O volume de vendas dessa empresa ascendeu de 250 milhões de dólares, em 1961, para cerca de 2 bilhões, no ano fiscal de 1969, e isso quase exclusivamente à custa da aquisição de novas companhias. Apenas em 17 meses (de agosto de 1966 a dezembro de 1967), a Litton Industries adquiriu 15 empresas, entre as quais figuravam uma companhia produtora de impressos comerciais, de Michigan; uma empresa inglesa de máquinas de escrever; uma companhia de equipamentos elétricos, de Illinois; uma empresa de cadeias de fabricação, de Los Angeles; um *trust* de equipamentos para escritórios, da Austrália; uma grande corporação de produtos alimentícios, de Cleveland; uma companhia produtora de ferramentas, da Pensilvânia; uma grande empresa de construções mecânicas, nacionais e estrangeiras. Em meados de 1967, a administração do conglomerado iactava-se de possuir mais de 1.900 empresas, situadas em 25 países e na maioria das regiões dos Estados Unidos". (Victor Perlo, "A ofensiva dos Monopólios", in *Mundo em Revista*, 4-5, Rio, 1972).

<sup>101</sup> "Até há pouco tempo, a expansão internacional dos bancos norte-americanos ia a reboque das inversões industriais no exterior. Mas, nestes últimos anos, os bancos gigantes desenvolveram grande atividade para ultrapassar aquela situação. Exportaram grupos financeiro-industriais completos, duplicando, em termos gerais, os padrões domésticos, em escala mundial. Os ativos dos bancos norte-americanos no exterior passaram do total de 6 bilhões e 900 milhões de dólares, em 1964, para 15 bilhões e 700 milhões, em 1967, e atingiram, em 1968, aos 22 bilhões. Mas este número de

áreas dependentes, aprofunda-se, com o capitalismo monopolista do Estado, a exploração do trabalho. O aumento de eficácia de capital fixo, peculiar ao capitalismo altamente desenvolvido e dele conseqüente, representa, em contradição, sinal eloqüente de sua incurável enfermidade.<sup>121</sup> Sobre os trabalhadores repousa, finalmente, a carga maior.<sup>122</sup> Mas não apenas sobre os trabalhadores nacionais, também, e principalmente, sobre os trabalhadores das áreas dependentes.

A força do capitalismo monopolista de Estado traduz-se na capacidade unificadora com que atua em todo o mundo submetido. Como o monopólio conduz, no caso, à intervenção direta do Estado no processo de recuperação capitalista e sempre no interesse do capital financeiro, faz depender de seus interesses, por toda a parte, as diferentes formas de estatização da economia como as diversas medidas estatais de regulação econômica. Conseqüentemente, subverte a função da área estatal da economia, no caso de países dependentes em que ela assumia destaque e se exercia em sentido nacional. Ao mesmo passo, em áreas dependentes em que as relações capitalistas são ainda pouco desenvolvidas, o colonialismo se revitaliza, sob novas formas.<sup>123</sup> Naqueles em que tais relações atingiram nível suficiente para

22 bilhões é de fato inferior à quantia dos ativos no exterior dos grandes bancos norte-americanos. Nove grandes bancos novaliorquinos possuem 75% desses ativos no exterior. Os mesmos centros financeiros de Wall Street, que controlam os grupos de ações das principais corporações norte-americanas, exercem um domínio ainda mais completo sobre as atividades no exterior do *big business* norte-americano. (...) Com essa formidável expansão dos últimos anos, os bancos norte-americanos ultrapassaram suas tradicionais funções de servir no ultramar às operações das corporações industriais norte-americanas. Agora, estão penetrando em todo o sistema financeiro de outros países e regiões do mundo capitalista". (Victor Perlo: *art. cit.*).

<sup>121</sup> "Importante fator material da decomposição do capitalismo, da brusca diminuição de seu crescimento econômico e, em conseqüência, da agudização ulterior dos antagonismos que lhe são inerentes, é o rápido aumento da eficácia do capital fixo, provocado pelo progresso técnico-científico. Parece paradoxo. Parece que isso é um bem grandioso; nas condições do capitalismo, no entanto, tal crescimento da produtividade originou profundas contradições no processo de reprodução social; transtornou e, pode dizer-se, quebrantou todo seu mecanismo nos Estados Unidos. O processo técnico-científico engendrou um novo fenômeno. O ritmo de crescimento do capital começou a atrasar-se, nos Estados Unidos, em relação ao ritmo de crescimento da produção. Para obter uma unidade de produção, necessita-se já não só menos gasto de trabalho vivo, mas também menor emprego de capital fixo. Nos países capitalistas desenvolvidos, nos EE.UU. antes de todos, para obter maior volume de massa física de produção exige-se uma quantidade cada vez menor de recursos básicos, dia a dia mais aperfeiçoados". (A. Arzumian: *La crisis del Capitalismo Mundial en la Etapa Contemporânea*).

<sup>122</sup> "O aumento do orçamento de guerra determinou um rápido incremento nos impostos, cujo montante passou de 13% da renda nacional, em 1929, para 37%, em 1967. Os monopólios, cujo poder de controle é hoje maior do que nunca, fizeram recair, drasticamente, sobre os trabalhadores o peso das cargas fiscais. Em 1941, os capitalistas pagaram 55% dos impostos federais, e os trabalhadores 45%. Mas, em 1970, os capitalistas pagaram somente 32%, e os trabalhadores 68%. Neste ano, os encargos fiscais dos trabalhadores equivalerão a 45 bilhões de dólares". (Victor Perlo: *art. cit.*).

<sup>123</sup> "Pode-se perguntar: se o sistema colonial é um dos traços fundamentais do imperialismo, pode-se falar de derrocada do sistema colonial enquanto o imperialismo?" (A. Arzumian: *op. cit.*, p. 43).

gerar estruturas nacionais de produção, o capitalismo monopolista de Estado, em sua influência de fora para dentro, lança mão de instrumentos ideológicos e políticos semelhantes àqueles com que, em passado recente, pretendia deter o avanço do socialismo, e que geraram formas como o nazismo, o fascismo, o militarismo, que geraram a Segunda Guerra Mundial e pareciam sepultados com ela.<sup>174</sup>

Mas, conquanto o capitalismo permaneça em condições de desenvolver a técnica e aumentar a produtividade do trabalho, de forma irregular, entretanto, e transitória, encerra, na etapa monopolista de Estado, a “contradição entre o processo de unificação econômica das nações, de uma parte, e os métodos imperialistas empregados para esta unificação, de outra parte”, sob a forma de “antagonismo entre a organização da produção no interior de cada empresa e a anarquia no conjunto da produção social”.<sup>175</sup> A interferência do Estado concorre para o esforço no sentido de deter ou atenuar as conseqüências daquela contradição. Dotado de poderosos instrumentos e submetido ao serviço dos monopólios, o Estado funciona, então, como planejador e regulador. Deixa de existir a antiga aversão da empresa privada ao Estado; na escala monopolista, o Estado é colocado a serviço da empresa multinacional.<sup>176</sup>

<sup>174</sup> “O fascismo — ao menos em países desenvolvidos — representa um dos aspectos do chamado *capitalismo monopolista de Estado*. Em determinado estágio de sua evolução, o capitalismo financeiro sente a necessidade premente de: 1) centralizar o controle do sistema econômico; 2) suprimir em grande parte os conflitos entre os diferentes ramos do capital, no interesse do capital como um todo; 3) dividir pesados riscos através da organização estatal”. (P. Sweezy: *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Rio, 1962, p. 391). “O fascismo — a forma mais radical que assume a crise geral do liberalismo — é um episódio da luta de classes; mais exatamente, é a forma específica em que a contra-revolução se desenvolve, na democracia burguesa, visando a defesa dos privilégios e interesses ameaçados das classes possessoras, através do controle do Estado por um regime totalitário. Movimento extremamente reacionário, em geral utiliza como instrumento as classes médias pauperizadas, arrastadas pela demagogia fascista. O fascismo representa o capital financeiro aliado às demais formas reacionárias, mas como que oculto por uma máscara constituída pela demagogia e pela pretensão fascista de constituir como regime e ideologia, ‘uma nova ordem de coisas’. (...) ...nos países subdesenvolvidos, naqueles em que o grosso da indústria está nas mãos de estrangeiros, o tipo de fascismo que pode surgir é diferente. Trata-se de um mecanismo de defesa das classes latifundiárias e demais forças conservadoras, contra a ameaça de revolução social, ou mesmo de reformas. As classes reacionárias, eminentemente agrárias, realizam o golpe fascista (que pode mesmo representar um golpe militar típico — ‘pronunciamento’ — que assume, posteriormente, ou no processo de chegada ao poder, o colorido fascista) em estreita relação com o capital estrangeiro, que assim garante as suas posições no país, em condições vantajosas (mão-de-obra barata, facilidades garantidas pelo governo, etc.)” (Edouard Bailby: *A Europa dos Trustes. Mercado Comum Europeu*, Rio, 1963, p. 28/29).

<sup>175</sup> Vladimir Kaigl: “Particularidades novas do sistema capitalista mundial”, in *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 5, *Aspects du Capitalisme Contemporain*, Paris, 1957, p. 13.

<sup>176</sup> “A possibilidade de proceder a certas experiências aumenta, nas condições do capitalismo monopolista, à medida que os monopólios e os oligopólios não precisam mais submeter-se necessária e passivamente à ação espontânea da concorrência e do mercado, e na medida em que aumenta a interferência do Estado nas relações econômicas”. (Oskar Lange: *Moderna Economia Política*, Rio, 1963, p. 107/108). “Uma certa necessidade de ultrapassar os limites da racionalidade econômica privada, assim

A extrema concentração e a utilização do Estado acarretaram o aparecimento e o desenvolvimento, na área capitalista, da organização específica que é a empresa multinacional, que se constitui de certo número de empresas filiadas, que funcionam simultaneamente em diversos países.<sup>177</sup> Essa definição fixa apenas a forma, entretanto; na essência, a empresa multinacional funciona sob direção e controle empresarial da matriz, entendendo-se como tal a empresa originária, sediada no país originário, partindo das filiais mercadorias, informações e rendimentos, em fluxo que se concentra naquela. Segundo estimativas relativas ao ano de 1969, o movimento de vendas das empresas multinacionais holandesas, por exemplo, representou quase 70% do rendimento nacional bruto daquele país; a soma do movimento de vendas das empresas norte-americanas representou quase 88% do produto nacional da Holanda, Bélgica e Suíça reunidas; o movimento de vendas da General Motors, superior a 24 bilhões de dólares, foi maior do que o produto nacional bruto da Bélgica, aproximando-se do da Suécia ou da Holanda; o da Standard Oil (N.J.) foi maior do que o produto nacional bruto da Dinamarca; o da Ford foi maior do que o produto nacional bruto da Áustria. Estudo preparado pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento dos países europeus revelou que o valor contábil dos investimentos das companhias multinacionais, fora do seu país de origem, em 1966, elevava-se a cerca de 90 bilhões de dólares; em 1969, o crescimento anual das empresas multinacionais foi calculado em 12%; seu valor contábil, em 1968, ultrapassava 150 bilhões de dólares, sendo previsto, para 1971, em montante superior a 300 bilhões o movimento de mercadorias a serem negociadas fora do território de suas matrizes. Tal valor ultrapassaria o valor total do comércio internacional não dominado por elas. Pesquisa elaborada pelo National Industrial Conference Board revelou que, entre 1962 e 1964, empresas de 12 países industrializados montaram filiais em 88 países, “com

como a necessidade de coordenar a atividade das diversas empresas — por conseguinte, uma necessidade de planificar — já aparece em regime capitalista. Tem sua origem no seio das associações de empresas capitalistas que são os consórcios, os trustes, os cartéis, surgidos na época do capitalismo monopolista, assim como por força de o Estado ter chamado a si certos setores da atividade econômica”. (Oskar Lange: *op. cit.*, p. 163). “Isto significa que os homens do grande capital tomaram em suas mãos a direção do aparelho estatal. Eles dispõem, no quadro das instituições adaptadas para seus fins, de uma propriedade de Estado ampla, de um importante consumo estatal, dos meios, também, de realizar apreciáveis transferências de capitais e lucros, bem como de um instrumento para regularizar e controlar, de certo modo, a economia”. (Edouard Bailby: *op. cit.*, p. 9/10).

<sup>177</sup> A definição é de E. J. Koide: *International Business Enterprise*, Nova Iorque, 1968.



vistas a participar dos programas especiais de desenvolvimento industrial dos países receptores".<sup>178</sup>

O grau de concentração alcançado nos países da área capitalista desenvolvida levou, necessariamente, à constituição das gigantescas empresas multinacionais: em 1962, há treze anos, portanto, os ativos líquidos das 20 maiores companhias manufatureiras dos Estados Unidos eram tão grandes quanto os ativos fixos de 419.000 empresas menores, num total de 420.000 empresas examinadas. O faturamento da General Motors já era correspondente a 75% do PNB do Brasil. Apenas 200 filiais de empresas norte-americanas estabelecidas na América Latina respondiam, em 1950, há mais de vinte anos, por 90% das inversões americanas nesta parte do continente. Entre 1955 e 1964, as vendas das filiais latino-americanas das empresas norte-americanas passaram de 2,4 para 5,0 bilhões de dólares. Uma universidade americana estabeleceu como pesquisa importante, em 1969, o levantamento das empresas multinacionais naquele país; essa pesquisa, orientada por Jack N. Berhman, publicou, em 1970, o trabalho resultante, *National Interests and the Multinational Enterprise*, concluindo com sombrio prognóstico: "Até o ano de 1990, a prevalecerem as taxas atuais de crescimento, o Produto Nacional Bruto no mundo livre, somado, deverá alcançar a cifra de 4.000 bilhões de dólares, dos quais a metade poderá pertencer a empresas multinacionais". Nesse estudo — é interessante lembrar, de passagem — ficou ressaltado que as áreas prediletas de agrupamento de empresas multinacionais são a petroquímica e a mineração.<sup>179</sup>

A participação das empresas multinacionais no chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento" é fundamental. Dois órgãos distintos, a CEPAL e o IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social, do Ministério do Planejamento), realizaram estudo a respeito da concentração industrial, no Brasil, e a respeito da influência das empresas estrangeiras nesse processo. Os resultados foram, em resumo, os seguintes: os quatro maiores estabelecimentos, em 159 dos 302 setores, pertencem a empresas

<sup>178</sup> National Industrial Conference Board: *Obstacles and Incentives to Private Foreign Investments*, Nova Iorque, 1965.

<sup>179</sup> Em artigo publicado em *Foreign Affairs* e transcrito na revista do BNDE, Caryl P. Haskins afirmou, sobre as empresas multinacionais: "Adquirindo sua forma moderna logo após a Segunda Guerra Mundial, essas companhias possuem uma economia baseada na ciência e na tecnologia, que de muito transcende os limites políticos convencionais das nações-Estados. (...) Na realidade, coletivamente, sua economia já pode ser classificada como a terceira maior do globo, inferior apenas à dos Estados Unidos e à da União Soviética". (Pery Cotta: "Poder multinacional", in *Correio da Manhã*, Rio, 4 de maio de 1972).

estrangeiras; em 77 setores, somente um dos maiores estabelecimentos pertence a empresa estrangeira; em 34 setores, dois dos maiores pertencem a empresas estrangeiras; três dos quatro maiores, em 23 setores, pertencem a empresas estrangeiras; em 9 setores, os quatro maiores pertencem a empresas estrangeiras; era de 54% a concentração média dos setores em que três ou quatro dos maiores estabelecimentos pertencem a empresas estrangeiras; a concentração era de 37% nos setores em que um ou dois dos quatro maiores pertenciam a empresas estrangeiras; a concentração era maior em todos os setores predominadas por empresas estrangeiras.<sup>280</sup> Os estudos de concentração passaram, como nos Estados Unidos, a despertar interesse e revistas especializadas, anualmente, procediam a levantamentos, do tipo daqueles que *Fortune* realiza, nos Estados Unidos. *Conjuntura Econômica*, em seu levantamento das maiores 500 empresas estabelecidas no Brasil, referente a 1971, mostrou que, pela ordem, as principais eram a Petrobrás, a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo), a Light, a Volkswagen, a Embratel e a Vale do Rio Doce. Nos grandes setores industriais verificava-se o seguinte: a Volkswagen liderava as empresas de material de transporte; a General Motors liderava a indústria mecânica; a Phillips, a de material elétrico e de comunicações; a Gessy Lever, a de perfumaria; a Johnson & Johnson, a de produtos farmacêuticos; a Vulcan, a de plásticos; a Nestlé, a de alimentos; a Souza Cruz, a de fumo; a Esso, a do comércio varejista de combustíveis. Ficava constatada a concentração e a liderança de empresas estrangeiras, de dimensões multinacionais.<sup>281</sup>

Assim, segundo o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, a indústria brasileira passava a constituir simples apêndice da indústria norte-americana, principalmente, ou do imperialismo, para generalizar. A deformação surgia como conseqüência da crise do imperialismo: “Para manter suas taxas de lucro, a indústria americana não tinha senão duas saídas: aumentar seus preços e exportar seus capitais e suas fábricas para países em que a mão-de-obra fosse barata. Os trustes americanos utilizaram as duas saídas, ao mesmo tempo: seus preços internos, a partir de 1966, aumentaram cada vez mais (mais depressa do que os salários); e a parte da produção que confiaram a filiais estrangeiras tornou-se impressionante: a parte das importações

<sup>280</sup> *Tribuna da Imprensa*, Rio, 4 de julho de 1972.

<sup>281</sup> *Correio da Manhã*, Rio, 3 de agosto de 1972.

no consumo americano elevou-se a 100% para aparelhos fotográficos; a 96%, para magnetofones; a 95%, para bicicletas; a 90%, para receptores de rádio; a 70%, para máquinas de escrever portáteis; a 67%, para calçados; a 50%, para televisores em preto e branco. Face a esse desenvolvimento das importações, as exportações diretas dos Estados Unidos têm a tendência para estagnar, senão para regredir, em razão de seus elevados preços. (...) Dito de outro modo, as indústrias americanas instaladas nos Estados Unidos sofrem um declínio relativo, enquanto as indústrias americanas no estrangeiro (as 'filiais') conhecem um desenvolvimento impressionante".<sup>182</sup>

As multinacionais não têm outra pátria que não a dos maiores lucros; em busca desses maiores lucros, deslocam-se, como nômades, dotadas de mobilidade que a própria essência multinacional lhes oferece. A mobilidade, em busca do lucro máximo, no entanto, não destrói os vínculos que mantêm com a sede, onde está a direção e para onde afluem os lucros. Paradoxalmente, as dificuldades podem surgir no próprio país sede, que não deixa de sê-lo por isso; dificuldades ligadas à tributação, ao preço da força de trabalho, à carência de matérias-primas. Não há senão adotar a solução drástica, que não afeta a essência da empresa: mudar de sede, no sentido de transferir a produção para o estrangeiro, continuando a transferir os lucros para a sede. Assim, recentemente, o presidente da Massey Ferguson International declarou à imprensa, com tranqüila sinceridade: "Temos tido problemas. Nos últimos tempos, nossas maiores dificuldades ocorreram na América do Norte", porque "os sindicatos de empregados censuram as companhias multinacionais, sob a alegação de que se transferem empregos dos Estados Unidos para os países onde as subsidiárias estão sendo implantadas". Lembrou o empresário que o Canadá é o país sede da Massey Ferguson, "mas nós tivemos que informar ao Governo canadense que, se a sua política tributária não for modificada, forçará a Massey Ferguson a deixar o Canadá".<sup>183</sup> Ao instalar-

<sup>182</sup> "L'agonie d'un empire", in *Le Nouvel Observateur*, nº 400, Paris, 10 de julho de 1972. No mesmo estudo, que focaliza, também, a crise mundial do dólar, aparece interessante referência ao moderno mecanismo imperialista de transferência de efeitos da crise monetária e da inflação: "Uma crise de superprodução não pode ser evitada senão por injeções permanentes de moeda: pela inflação. Essa inflação generalizada é, atualmente, entretida pelos dólares de que o déficit americano inunda o mundo". A inflação nos países subdesenvolvidos, aliás, está intimamente ligada, embora não unicamente, à espolição imperialista.

<sup>183</sup> Mauro Ribeiro: "Variação do mesmo tema", in *Correio da Manhã*, Rio, 10 de agosto de 1972. Assim, a Massey Ferguson estava em busca de país em que o trabalho fosse barato e a polícia política ativa, e em que a tributação fosse baixa: um país como o Brasil...

se em país de economia dependente, a empresa multinacional organiza toda a estrutura de que necessita, a constelação a que vai presidir. Assim, aquela que se apropriou, com a proteção do Estado brasileiro, da indústria petroquímica, montou as peças do esquema integral de que se serve: "O nosso grupo, antes essencialmente industrial, respondeu aos estímulos do Governo para que as empresas ganhem dimensões e produtividade com fusões e incorporações. Por isso decidimos constituir um banco de investimentos, depois incorporamos um banco comercial e agora pretendemos desenvolver a parte financeira ligada à parte industrial. (...) Estamos trabalhando para consolidar nossa posição. O grupo BIG-Univest, resultante da fusão recente do banco de investimentos com o banco comercial, opera hoje em linhas bastantes amplas, o que permite a integração de diferentes atividades".<sup>184</sup>

E aqui entra, naturalmente, o problema do Estado. Em passado recente, a função do Estado, e particularmente da área estatal da economia, nos países ditos subdesenvolvidos, era qualificada como progressista; só o Estado tinha condições para enfrentar as empresas monopolistas estrangeiras, com o seu enorme poderio. Os setores de esquerda, em política, desde os liberais até os comunistas, defendiam o papel progressista do Estado, no Brasil; aqui, a campanha pela exploração do petróleo em regime de monopólio estatal constituíra o mais amplo e profundo movimento de massas, motivara a formação da mais ampla frente, e alcançara vitória memorável. Politicamente, no Brasil, pois, a opinião estava claramente dividida: de um lado, os partidários da intervenção do Estado na economia (admitindo que isso seja passível de escolha); e os adversários dessa intervenção, defensores da eficácia da "iniciativa privada", de outro lado. Entre aqueles, estavam todos os que desejavam reformas e pretendiam base popular para as iniciativas; entre estes, estavam os que detestavam as reformas e reputavam a economia ciência de técnicos, imune ao jogo político, acima das classes, constituindo as forças conservadoras e reacionárias.

Não é aqui o lugar para discutir o problema sob seus aspectos teóricos, nem de apreciar como se desenvolve em outras áreas. Em 1962, por exemplo, as despesas do setor público, na Holanda, na Suécia, na Inglaterra, na França, aproximavam-se de 30%

<sup>184</sup> "Guerra ideológica, não: econômica". In *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de março de 1972.

do PIB; as formas diversas de planejamento, adotadas em países os mais diferentes, indicavam a presença do Estado na economia. No Brasil, a participação do Estado na economia começou, de forma sistemática — claro que o Estado está, pela sua própria natureza, presente na economia, sob qualquer regime — ainda em 1939, ano em que teve início a Segunda Guerra Mundial. A Constituição de 1946 incluía indicações relacionadas com o planejamento, particularmente no que se referia às áreas atrasadas ou vitimadas por calamidades. Ao Plano SALTE, previsto para o período 1948-50, sucedeu-se o Conselho de Coordenação e Planejamento Econômico; em 1956, surgiu o Conselho de Desenvolvimento, órgão da Presidência da República. Foi o ano do Plano de Metas, já analisado aqui. Em 1961, apareceu a Comissão Nacional do Planejamento. No ano seguinte, o Plano Trienal. O novo regime estabeleceu, como repertório de sua política econômica e financeira, para o período 1964-66, o Programa de Ação Econômica do Governo, prolongado, em 1967, pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento, e completado, em 1970, pelas Metas e Bases para a Ação do Governo.

O problema da função do Estado, pois, representava uma opção política. As posições eram definidas com clareza, antes.<sup>185</sup> A alteração nelas é recente. Antes, a burguesia, com apoio popular, batia-se pela intervenção; seu grande líder, Getúlio Vargas, definiria com firmeza essa posição: “Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do *laissez faire* econômico e nos seus corolários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos, é a anarquia pura e simples”. Sob tal orientação é que o Estado brasileiro lançou as bases da siderurgia, com a formação da Companhia Siderúrgica Nacional, e construção da usina de Volta Redonda. O pensamento econômico do imperialismo e das forças internas associadas era outro e pode ser exemplificado com a idéia defendida por Eugênio

<sup>185</sup> “A intervenção do Estado na economia dos países subdesenvolvidos e, em particular, na América Latina, não foi orientada no sentido de limitar as funções do capital privado; ela surgiu precisamente para suprir as deficiências desse capital privado, buscar melhor aplicação para recursos escassos e diversos, enfrentar a espoliação e a concorrência estrangeiras, criar a base econômica necessária ao reforçamento da independência nacional. Contudo, à medida que o país caminha em seu processo de desenvolvimento, ocorrem mudanças na relação entre o setor estatal e os interesses privados. Nem sempre permanece a harmonia de interesses na fase inicial. Representantes da iniciativa privada passam a reclamar limites para a ação do Estado, abolição dos monopólios estatais, venda das empresas públicas. Mas a pressão maior tem sido de origem externa, daqueles grupos estrangeiros que querem transformar a intervenção do Estado em instrumento de sua expansão e vitória sobre os capitais nacionais”. (Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 39).

Gudin, a respeito da área siderúrgica estatal: “Uma vez reduzido o capital da Companhia Siderúrgica Nacional a cifras compatíveis com sua produtividade, deveríamos tratar de vender ao público as ações de propriedade do Governo, permitindo ao capital estrangeiro uma participação de 30 ou 40%”.<sup>186</sup> Para Gudín, a estatização econômica era “um dispautério”.<sup>187</sup> Para os seus companheiros de idéias, de negócios e de função pública e política, também era criminosa e errônea a intervenção estatal na economia, a existência de uma área estatal na produção. Atacavam o “furor estatizante”, o “nacionalismo estatizante”, a “mania socializante e estatizante”. Roberto de Oliveira Campos pedia “freios para o Leviatã, o Estado todo-poderoso”. Para Glycon de Paiva, a intervenção estatal na economia “facilitaria consumir-se, sem efusão de sangue, a ‘noite tcheco-eslovaca’, ao fim da qual um país que adormece capitalista acorda socialista”.<sup>188</sup>

Com a conquista do poder, em 1964, entretanto, depois da fase inicial, em que os teóricos do novo regime defenderam a tese de venda das empresas estatais, de deixar tudo entregue à “iniciativa privada”, à dita “livre iniciativa”, a área estatal da economia brasileira cresceu, a intervenção estatal se ampliou extraordinariamente.<sup>189</sup> Essa intervenção atingiu limites tais, que começou a provocar protestos.<sup>190</sup> O Estado, que detinha, em 1963, 78% das dez maiores empresas do país, passava, em 1969, a deter 80,6%. “O mesmo estudo, feito por setores — assinalava um economista — revela que o Governo responsabiliza-se, segundo o plano estratégico, por nada menos de 68,4% dos investimentos

<sup>186</sup> Eugênio Gudín: *Rumos de Política Econômica*, Rio, 1940, p. 56.

<sup>187</sup> Eugênio Gudín: “A iniciativa privada”, in *Jornal do Comércio*, Rio, 16 de julho de 1961. Gudín nem sequer colocava a discussão em termos econômicos, mas políticos e polêmicos: “O que realmente querem os nossos partidários de uma economia planificada pelo Estado é uma economia dirigida e comandada por eles. Vejam-se as figuras representativas dessa corrente de opinião entre nós; são o ranço da ditadura, do integralismo e do comunismo, tudo sob a capa do ‘nacionalismo’, para esconder sua verdadeira ambição, que é a de ‘mandar um pedaço’, ao sabor de suas preferências, de sua política, de seus amigos, de sua família”. (Idem).

<sup>188</sup> Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 109/111.

<sup>189</sup> “O Estado fortaleceu-se brutalmente, como poder econômico: suas empresas se multiplicam e florescem à sombra das garantias e das facilidades oficiais. A empresa (ou o capital) estrangeira, que só precisava de regras definidas para entrar firme no jogo, está aí, como diria o Néelson Rodrigues, com uma saúde de vaca premiada. As faixas mais dinâmicas da economia brasileira ou estão sendo ocupadas pelo Estado ou por empresas estrangeiras, ou pelos dois associados, como no caso da petroquímica ou da exportação de minérios”. (Oliveira Bastos: “Grande expediente”, in *Tribuna da Imprensa*, Rio, 20 de abril de 1970).

<sup>190</sup> “Não sei se deliberadamente ou se apenas um fenômeno passageiro desta fase de crescimento do mercado, mas o fato objetivo é que a estatização do crédito é comprovada por números”. (“Rique aponta os perigos da concentração bancária”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 6 de maio de 1970). “O Governo brasileiro, na teoria, optou pela economia de mercado mas, na prática, o País está caminhando para uma hipertrofia do setor público. (...) Essa evolução de fato, no sentido da estatização da economia, em contradição com a política professada de estímulo à iniciativa privada, traz consigo uma incerteza, quanto aos limites de atuação daquela”. (Moreira Sales: fim à estatização”, in *Correio da Manhã*, Rio, 15 de abril de 1970).

programados para o setor habitacional, no período 1968-70; no setor de energia elétrica, o Governo será responsável por 90% do custo total programado que, até 1970, é da ordem de 6,2 bilhões de cruzeiros. Os 10% restantes ficarão por conta do *déficit*. Nos transportes, em obras destinadas a construir estradas e portos, aumentar a frota marítima e melhoria da estrutura já existente, o Governo responsabiliza-se por todo o investimento programado. O quarto setor prioritário a receber investimentos, até 1970, segundo o planejamento oficial, será o das indústrias básicas, que inclui empresas de aço, metais não-ferrosos, indústria química, mecânica, mineração e cimento. Visto de maneira global, este setor, o Governo aparece também como o maior investidor. O quinto setor prioritário é o petróleo. Os investimentos programados até 1970 (excluindo a petroquímica) são estimados em 2.358 milhões de cruzeiros novos. O financiamento total desses investimentos será feito pelo Governo".<sup>101</sup>

Desde o advento do novo regime, pois, em aparente contradição, a intervenção estatal só fizera crescer. Havia mesmo empáfia em proclamar que o Estado, sob tal regime, estava investindo maciçamente na infra-estrutura da economia do país, estava investindo muito mais do que antes em produção de energia elétrica, em produção de aço, em transportes, em comunicações. Considerada a divisão anterior das opiniões, quanto ao problema da intervenção do Estado na economia, da existência de uma área estatal na economia, ficava parecendo que o novo regime era nacionalista e os seus opositores é que estavam ligados aos interesses externos. Os teóricos da economia, defensores da "livre iniciativa", não só não haviam vendido as empresas estatais — salvo o caso excepcional da Fábrica Nacional de Motores — como haviam desenvolvido a produção delas, aumentando as suas dimensões, favorecido a sua expansão. A essência do problema, entretanto, estava em que o Estado pode ser instrumento poderoso, eficaz, insubstituível, no impulso à economia nacional, no caso dos países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, *mas o Estado pode ser, também, o instrumento por excelência de desnacionalização da economia, de entrega ao imperialismo dos recursos nacionais e particularmente da renda nacional.*

A pretexto de conter a inflação, o novo regime operou a estagnação dos salários pela força, a restrição ao crédito, levando

<sup>101</sup> Rui Rocha: "Diálogo", in *Correio da Manhã*, Rio, 4 de março de 1969.

à falência centenas de pequenas e médias indústrias, a concentração da produção e da renda, pela destruição da concorrência e incentivo às fusões. Mas operou, também, pelo congelamento do preço das matérias-primas produzidas pela área estatal, o aço como a mais destacada delas. A siderurgia foi levada ao limite máximo, subsidiando violentamente as indústrias estrangeiras a que fornecia.<sup>192</sup> Falou-se em “crise do aço”; não havia crise, mas transferência de renda, da área estatal para a área do imperialismo: o Estado estava, no Brasil, subsidiando os investimentos estrangeiros aqui estabelecidos. O mesmo acontecia com a produção estatal de energia elétrica: o Estado brasileiro investiu, e continua investindo maciçamente, para produzir energia barata, fornecida barata às indústrias estrangeiras estabelecidas no Brasil, quando não distribuídas por monopólios estrangeiros que, assim, à custa das poupanças nacionais, auferem enormes lucros, remetidos ao exterior.<sup>193</sup> É esta outra forma de o Estado brasileiro subsidiar empresas estrangeiras.

Em dezembro de 1967, pelo Decreto 61.981, o novo regime criava a Petroquisa e fixava seus objetivos, “em que se afirma não constituírem as atividades da petroquímica monopólio estatal”.<sup>194</sup> Constituiu-se, paralelamente, a Petroquímica União, em dezembro de 1968 (mês em que foi baixado o Ato Institucional nº 5, que derogou todos os direitos e liberdades individuais e políticas), sendo seus acionistas a Petrobrás (com a Petroquisa), detendo 25%; a Refinaria União, detendo 25%; o grupo Perilgel-Monteiro Aranha, detendo 15%; entidades financeiras internacionais, detendo 10%; e o grupo Moreira Sales, detendo os restantes 25%. Assim, a empresa estatal entregava ao capital privado estrangeiro a melhor fatia da exploração petrolífera.

<sup>192</sup> “A crise da indústria siderúrgica ainda não foi superada. Até o início deste ano, a Companhia Siderúrgica Nacional não tinha disponibilidades financeiras para pagar as folhas de pagamento mensais de seus empregados. (...) Conservamos os preços do aço em níveis baixos para salvar setores industriais como a indústria de automóveis, de construção de navios, de eletrodomésticos, que utilizam o aço”. (Rui Rocha: “Esconderam a inflação”, in *Correio da Manhã*, Rio, 6 de maio de 1969). “A indústria siderúrgica brasileira, que era, há três anos, das mais florescentes e rentáveis do mundo, vem sendo, desde então, comprimida, de um lado, por custos crescentes de matérias-primas, combustíveis, energia, fretes, juros e impostos e, de outro lado, por um controle de preços artificial, sem base na realidade econômica”. (“Aço nacional ve ameaça”, in *Correio da Manhã*, Rio, 27 de outubro de 1967).

<sup>193</sup> “Aproximadamente 80% dos recursos aplicados no país foram de origem interna. A Eletrobrás contribuiu com investimentos formados com recursos próprios, 37% do Imposto Único sobre Energia Elétrica e com o Empréstimo Compulsório. Aproximadamente 65% das aplicações no setor provêm diretamente do próprio consumidor, sendo indispensável a manutenção da política de realidade tarifária, instituída a partir de 1964, para que o setor continue a contar com recursos para seu programa de desenvolvimento”. (“Eletrobrás: Brasil está a caminho dos 30 milhões de kw, in *Jornal do Brasil*, Rio, 20 de março de 1970).

<sup>194</sup> “Petrobrás entra em petroquímica de capital misto”, in *Correio da Manhã*, Rio, 31 de dezembro de 1968.



Em maio de 1970, a imprensa informava que o Ministério das Minas e Energia submeteria ao Congresso (submeter era, evidentemente, eufemismo) projeto para “ampliar a participação privada na pesquisa, lavra e comercialização dos recursos minerais”. Teria o seu titular dito, então: “Estamos prejudicando a mineração no Brasil com a rigidez do monopólio estatal”.<sup>196</sup> Por essa mesma época, constituía-se a empresa Amazônia Mineração S. A., destinada ao aproveitamento das reservas de ferro da serra dos Carajás, no Pará, em que se associavam a empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce, com 51% do capital, e o monopólio estrangeiro United States Steel Corporation, com 49% (essa diferença de 1% a mais, lá, e de 1% a menos, cá, destinava-se, naturalmente, a embair os incautos). Assim, o Estado brasileiro colocava a serviço de monopólios estrangeiros a empresa nacional petrolífera; como colocava a serviço de monopólio estrangeiro a empresa nacional exportadora de minério.<sup>198</sup> A legislação pretensamente modernizadora baixada pelo novo regime, na etapa de preparação do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, visava, sem nenhum disfarce, entregar aos interesses externos as áreas mais rentáveis da indústria brasileira, através de mecanismos nem sempre claros: “O mais importante desses mecanismos é, atualmente, o dos incentivos fiscais. A política econômico-financeira definida pelo PAEG, Plano de Ação Econômica do Governo, no período Castelo Branco, discriminou as empresas nacionais em favor das estrangeiras. Enquanto as firmas brasileiras lutavam contra a contenção de crédito, por exemplo, se expandia o crédito para as estrangeiras, através de operações de *swaps* e da Instrução 289. Essas e outras medidas no gênero enfraqueceram as empresas nacionais e fortaleceram as de capital estrangeiro”.<sup>197</sup>

A política dos incentivos fiscais foi outro instrumento com que o Estado brasileiro beneficiou os monopólios estrangeiros instalados no país; iniciada em 1960, visava apenas as empresas nacionais, e nem poderia ser de outra maneira pois tratava-se de dinheiro arrecadado pelo Estado, de que este abria mão, desde que aplicado por tais empresas em determinadas áreas, que reputava devessem ser trabalhadas pelas organizações pri-

<sup>196</sup> “Dias Leite vê rigidez no monopólio estatal trazer prejuízos para a mineração”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 17 de abril de 1970.

<sup>198</sup> “Brasileiros dividem com americanos a riqueza da Amazônia”, in *Correio da Manhã*, Rio, 16 de abril de 1970.

<sup>197</sup> “Concentração traz desnacionalização”, in *Correio da Manhã*, Rio, 31 de maio de 1970.

vadas; o novo regime alterou o sentido dos incentivos, entregando-os preferentemente a monopólios estrangeiros e levando a absurdos como o da General Foods, pela sua subsidiária, a Kibon, receber dinheiro para instalar no Recife fábrica de sorvetes cujo efeito foi levar à falência as pequenas empresas sorveteiras locais, enquanto, na Amazônia, o King Ranch, do Texas, via seu projeto de 300 milhões de cruzeiros financiado com recursos brasileiros, e a Coca-Cola se instalava no Pará com recursos nacionais. Os incentivos foram desvirtuados, assim, de sua finalidade, levando a situações como a aplicação, na EMBRATUR, para turismo, de 2 milhões de cruzeiros pela Volkswagen, de 640 mil pela Shell, de 528 mil pela Mercedes Benz, de 503 mil pela Esso, dinheiro que tais empresas deviam ao Estado, em impostos cujo recolhimento foram dispensados.<sup>198</sup>

Aparecem, depois, *slogans* curiosos e característicos, como aquele que afirma: "Exportar é a solução". Tais *slogans* pretendem esconder a realidade: o estímulo à exportação de produtos fabricados no Brasil pelos monopólios estrangeiros. O imperialismo evoluiu da etapa inicial de exportar para os mercados subdesenvolvidos (quando o problema destes era o das tarifas alfandegárias, na luta entre protecionistas e livre-cambistas), para a etapa de instalar suas indústrias nos países subdesenvolvidos (prevalecendo da legislação que pretendia reservar à indústria nacional, isto é, estabelecida no país, o mercado interno), preparando-se para o terceiro lance, o de exportar, desde essas áreas produtoras subsidiárias, para outras, em que possa concorrer em boas condições, até mesmo (e aí o verbo concorrer perde o sentido originário) com as fábricas instaladas na área de origem. Esta última etapa vem funcionando, no Brasil, e com a associação do Estado às empresas multinacionais, já sem nenhum disfarce. Ao Estado caberia, no Brasil, segundo o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", apenas, e fundamentalmente, montar a infra-estrutura destinada a proporcionar às empresas multinacionais um funcionamento satisfatório. Essa infra-estrutura vai desde as condições políticas (um regime em que os salários permanecem estagnados e as greves são proibidas e os sindicatos de trabalhadores são mantidos sob vigilância e os partidos políticos são formados e as eleições a que concorrem são processadas sob estritas condições e limitações) até as con-

<sup>198</sup> "Incentivos: eles crescem, nós pagamos", in *Fato Novo*, São Paulo, nº 1, semana de 29 de abril a 5 de maio de 1970.

dições econômicas, que variam desde o acordo de garantia dos investimentos até as concessões na remessa de lucros, deixando tudo ao arbítrio do investidor estrangeiro e protegendo-o com toda sorte de incentivos e de licenças.

Trata-se, na etapa final, de assegurar aos monopólios estrangeiros as melhores condições para vir produzir aqui o que produzem alhures, inclusive, e principalmente, aquelas condições ligadas à exportação. Claro que não é apenas o mercado interno brasileiro, embora seja hoje um dos maiores do mundo, que atrai os monopólios; é, principalmente, a possibilidade de, indo além de suas limitações, exportar para o resto do mundo aquilo que aqui fabricam, com matéria-prima local barata, com força de trabalho barata, com energia barata, com aço barato, tudo fornecido pelo Estado. Trata-se, pois, de exportar, já que “exportar é a solução”. Em setembro de 1972, o novo regime oficializou três projetos relacionados com a exportação. O primeiro criou o Befiex (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação); o segundo estabeleceu normas para os programas de fabricação da indústria automotiva e da indústria de tratores que se comprometerem a cumprir programas especiais de exportação; o terceiro, regulamentando a importação de fábricas completas, desde que sua produção se destine essencialmente à exportação. O noticiário procurava detalhar o sentido e a amplitude dessa legislação: “Ainda a respeito do último decreto, podemos informar que já existem vários grupos estrangeiros interessados em se deslocarem para o nosso país. Há projetos industriais já prontos, que podem ser implantados de imediato, e outros que estão amadurecendo, em condições de serem executados dentro de seis meses a um ano, dependendo do grau da sua importância e complexidade”. A nota final era expressiva: “Um detalhe que precisa ficar esclarecido: o decreto em questão independe de regulamentação para ser aplicado”.<sup>199</sup>

<sup>199</sup> “Os três decretos da exportação”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 2 de setembro de 1972. Na véspera, o noticiário informava sobre o decreto “autorizando a importação isenta de tributação de conjunto industrial completo, cuja produção se destine essencialmente à exportação”, observando que tais unidades industriais não “precisam ser necessariamente novas”. As autoridades econômicas diziam, a propósito, que “o interesse brasileiro se volta, preferencialmente, para as indústrias de alto nível e de desenvolvimento tecnológico”, citando, como exemplos, “a indústria pesada, a de motores e a óptica”. Havia mais detalhes: “Vale dizer, também, que a decisão tomada pelo Governo nasceu do interesse manifestado por empresários estrangeiros, de várias regiões do mundo, no sentido de se instalarem no Brasil”. Assim, o Brasil estava transformado numa espécie de paraíso da fraude internacional. (“Novo boom econômico brasileiro”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 1º de setembro de 1972). “Grandes projetos de investimento industrial dedicados à exportação — como os da Ford, Burroughs e Volkswagen — poderão ser beneficiados diretamente pelos incentivos criados em decreto divulgado

Assim, o conteúdo progressista, antiimperialista e antifeudal da atividade econômica do Estado, no Brasil, foi transformado em seu antípoda. O repertório de medidas antigas era amplo: ação legislativa através do orçamento e controle das relações de produção; protecionismo estatal ao capitalismo nacional; atividade financeira destinada a redistribuir a renda, com vistas a estimular o desenvolvimento; participação na acumulação do capital, pelo crédito público, contratação de empréstimo, emissões, sistema bancário, corporações financeiras, programações globais; manutenção de empresas públicas e formação do setor estatal da produção, sob regime de monopólio ou não; concessões públicas, outorgando privilégios a empresas privadas, para formação de capital; controle de preços, por largas aquisições e pedidos estatais. A área estatal da economia compreendia, pois, as ferrovias encampadas quando já esgotada a possibilidade de exploração rentável, com vantagem para as empresas estrangeiras concessionárias; a Petrobrás, antes monopolista em quase todos os campos relacionados com o petróleo; a Eletrobrás, a que ficou pertencendo a tarefa de aumento da produção de energia elétrica; a Companhia Vale do Rio Doce, responsável pela exportação de mais de 80% do minério de ferro brasileiro; mas também órgãos ordenadores de preços e de comercialização de matérias-primas e certos produtos elaborados, como o IBC (café), o IBAA (açúcar), o IRGA (arroz); o setor bancário, com os maiores bancos do país, o Banco Central, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, etc. A contribuição da empresa pública para o orçamento nacional é ainda reduzida, mas é já muito grande a percentagem da renda que absorve e emprega.

É importante assinalar que a nacionalização da propriedade privada deu sempre origem, no Brasil, ainda que tenham sido poucos os exemplos, e tão simplesmente de tentativas, a crises de gravidade política muito grande. A impossibilidade de expropriar ou de nacionalizar, até aqui, tem caracterizado a política brasileira, e isso parece advir do poderio dos monopólios estrangeiros, da força de que dispõem, no Brasil. Ao inverso, a participação de capitais estrangeiros em empresas brasileiras vem sendo, e ultimamente com destaque, forma normal. O setor

ontem, permitindo importações de instalações industriais com isenções de impostos, desde que destinadas à produção para o mercado externo". (Ford, Burroughs, Volkswagen e chineses podem usar incentivos", in *Jornal do Brasil*, Rio, 1º de setembro de 1972).

estatal da economia, assim não foi acrescido, em caso algum, por expropriação ou nacionalização de setor estrangeiro; o autofinanciamento tem sido o seu caminho natural. A função do Estado tem sido, preferentemente, de redistribuidor da renda, pela ação dos mecanismos de que dispõe, mas a estreiteza da base financeira do Estado, no Brasil, conseqüente da pobreza do povo, obriga ao uso dos impostos indiretos, como o de renda, para redistribuir a renda, em benefício das classes privilegiadas, como da emissão de papel-moeda, o uso da inflação como processo de transferência de renda, quando mantida em certos limites. Outra forma de transferência está nos empréstimos internos e externos. Dívida pública, inflação e impostos indiretos funcionam como mecanismos redistribuidores e têm sido amplamente empregados. O ritmo de desenvolvimento esbarra, sempre — admitido tão simplesmente como reprodução ampliada capitalista — na limitação representada pelos setores pré-capitalistas. Daí a tendência para situar o desenvolvimento como simples crescimento de índices quantitativos à exportação.

A função do Estado poderia ter assumido, se considerados apenas os interesses nacionais, uma das três formas: nacionalização de certos setores da economia; aplicação de programas oficiais de desenvolvimento econômico e social; reformas na estrutura vigente. Nenhum deles foi utilizado ou, quando isso aconteceu, desencadeou crise política grave.<sup>300</sup> A necessidade de atender a opinião, que pressiona, de alguns anos a esta parte, no sentido do desenvolvimento, forçou, entretanto, a adoção de uma política que simula tal desenvolvimento, alinhando índices expressivos, sem distinguir que eles nada têm com a economia brasileira, antes assinalam o seu comprometimento. Nos últimos cinco anos, por exemplo, o PNB cresceu de 40%, ou seja, em média, de 8% ao ano; mas, em contrapartida, baixou também de 8% a participação na renda nacional de 95% da população do país; 89 milhões de brasileiros têm, hoje, renda menor do que há cinco anos passados; enquanto 5% da população detinham 37% da renda nacional ontem, controlam hoje 47% dela; em 1967, as despesas do Governo eram da ordem de 37 milhões de dólares para chegar, em 1971, a 100 milhões; re-

<sup>300</sup> A adoção do regime de monopólio estatal para exploração do petróleo foi a maior vitória nacionalista, no Brasil. Ela não teria ocorrido, provavelmente, se se tratasse de expropriar ou nacionalizar concessão estrangeira. A vantagem brasileira, no caso, foi a coincidência com uma fase mundial de superprodução de petróleo, quando os trustes petrolíferos desejavam as concessões apenas para evitar que elas entrassem em produção; ao mesmo tempo que se tratava de início de exploração, quando aqueles trustes descreiam, realmente, da capacidade brasileira para o empreendimento.

metemos lucros para o exterior, em 1971, no montante de 120 milhões de dólares, além de *royalties* e assistência técnica, que absorveram outros 100 milhões; para cada dólar entrado, ou tido como tal, devolvemos três; as emissões atingiram, em 1971, a casa de um bilhão e 700 milhões de cruzeiros, totalizando as emissões já 6 bilhões.

Não é difícil o diagnóstico do “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Um economista assinala, com justeza: “O Estado tem ampla participação nas decisões econômicas e constitui, de longe, a fonte principal do processo de acumulação; mas, como a tecnologia que se utiliza é importada em sua quase totalidade, a capitalização, nos setores mais dinâmicos da economia, faz-se principalmente em benefício dos grupos estrangeiros que detêm o controle dessa tecnologia. O principal problema com que se defronta o país é o de gerar fontes de emprego para sua numerosa e crescente população, grande parte da qual vegeta em setores urbanos marginalizados ou na agricultura de subsistência. Entretanto, como a tecnologia — variável que define a constelação de bens a produzir e condicionada a seleção de processos produtivos — escapa ao centro interno controlador das decisões econômicas, a intensificação da capitalização não significa necessariamente criação de empregos. Significa, sim, um aumento mais que proporcional da produção de bens supérfluos”.<sup>201</sup>

Que desenvolvimento é esse, no fim de contas, quando o noticiário cotidiano nos esfrega a realidade em rosto, com informações como a que se segue? Diz o resultado de pesquisa em São Paulo, realizada em 1972: “Com um coeficiente de cerca de 90 óbitos para cada mil nascidos vivos anualmente, o município de São Paulo — cuja renda *per capita* é a mais alta do país — detém uma das maiores taxas de mortalidade infantil da América Latina, onde 43% das mortes verificadas em crianças entre um e quatro anos de idade são ocasionadas pela desnutrição”.<sup>202</sup> No mesmo ano, a presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais informava que não havia naquele Estado condições para implantar a reforma do ensino fundamental: “Falta tudo em numerosas escolas. Muitos prédios estão ameaçados de cair, não existem carteiras suficientes, nem mesmo giz. Várias crianças desmaiam de fome, porque a merenda escolar, em al-

<sup>201</sup> Celso Furtado: *op. cit.*, p. 7/8.

<sup>202</sup> “Taxa de mortalidade infantil inquieta e desafia São Paulo”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 28 de maio de 1972.

gumas escolas, não dá para todos os alunos”.<sup>203</sup> Outro jornal, informava, a respeito do andamento do programa de alfabetização: “Apesar de alguns bons resultados, o fato é que o MOBRAL vem enfrentando algumas dificuldades de difícil superação. Quem confidenciou o fato a amigos foi o próprio Mário Henrique Simonsen. Essas dificuldades se situam principalmente na falta de tempo dos analfabetos para assistirem até mesmo ao cursinho superficial que o MOBRAL fornece. Um habitante do interior do País geralmente necessita de muitas horas de trabalho para garantir sua sobrevivência. Resumindo: a miséria está dificultando a alfabetização”.<sup>204</sup>

O chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” definiu e contribui para manter, prolongando ao máximo, essa situação, em que a mais extrema miséria é vizinha da opulência mais descomedida, onde os altos índices de desenvolvimento pretendem esconder, com seus valores numéricos, meramente quantitativos, a violência inaudita do processo de espoliação. Concentrando seus esforços na produção de bens duráveis, para cuja produção o capital estrangeiro contribui com parcela majoritária, destinada essa produção ao mercado interno e ao mercado externo, em ambos protegida e garantida, o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” configura um mercado interno resumido em 5% da população do país, aquela parte que dispõe de poder aquisitivo para consumir bens duráveis. Trata-se, pois, de consumo cada vez mais sofisticado, contrastando com o subconsumo da maior parte da população. E o consumo fica bem definido assim: “Desse modo, a indústria brasileira caracteriza-se pela produção de bens supérfluos, que são a cada dia mais diversificados, para atender aos requintes de um pequeno mercado de privilegiados, que hoje pode escolher entre mais de 20 tipos de carros de passeio, alguns de alto luxo, podem optar entre 40 marcas diferentes de cigarros, escolher diferentes marcas de gravadores, geladeiras, televisões e vitrolas ou as mais variadas marcas de cerveja, inclusive enlatadas. Enquanto isso, a produção de bens de consumo popular é limitada e mesmo inacessível à maioria do povo, em razão do baixo poder aquisitivo do trabalhador brasileiro”.<sup>205</sup>

<sup>203</sup> *Jornal do Brasil*, Rio, 19 de abril de 1972.

<sup>204</sup> *Tribuna da Imprensa*, Rio, 3 de abril de 1972.

<sup>205</sup> *Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro: Problemas Nacionais. Política Econômico-Financeira*, Rio, 1972, p. 3. É a opinião, também, evidentemente, de outros especialistas, responsáveis por análises globais do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Por exemplo: “No que se refere ao

A influência do Estado para estabelecer e manter o sistema em que o consumo conspicuo funciona como elemento propulsor é decisiva: "Faz-se necessário canalizar para os consumidores de bens duráveis parte dos recursos criados pelo incremento de produtividade do conjunto do sistema econômico, particularmente daqueles setores em que mais rapidamente penetra o progresso técnico. O importante setor controlado pelo Estado — atividades de rentabilidade garantida por praticarem política de preços administrados ou gozarem de outros privilégios (petróleo, siderurgia, mineração, geração de energia, bancos oficiais, etc.) — também foi utilizado como cadeia de transferência de recursos em benefício dos consumidores de bens duráveis. O problema fundamental estava, portanto, na criação do mecanismo de transferência da renda em benefício dos consumidores de bens duráveis de consumo. Somente assim seria assegurado o dinamismo ao setor industrial e aberto o caminho à penetração do progresso tecnológico e às economias de escala".<sup>300</sup>

Assim, um país em que a maior parte da população vive maltrapilha, torna-se grande exportador de tecidos; em que a maior parte da população anda descalça, torna-se grande exportador de calçados; em que a maioria absoluta vive mal, torna-se grande produtor de automóveis. Em período recente (1968-1970), lembrava há pouco um economista, a produção de bens de consumo duráveis crescia em ritmo anual médio de 27,4%, mas a de bens de consumo não duráveis crescia a um ritmo de apenas 2,2%, inferior ao do próprio crescimento da população, que era de 2,6%. O chamado "milagre", no dizer do economista, consistiria, então, na piora da situação relativa de 80% da população, na manutenção ou estagnação da situação de 15% da população, e na melhora considerável de cerca de 5% de brasileiros. Para esse mercado de 5% estaria trabalhando o parque industrial instalado no Brasil. Para esse mercado e para o

financiamento do consumo, promoveu-se uma ampliação e diversificação do consumo de bens duráveis das camadas médias urbanas, que serviu de base à recuperação de uma série de setores produtivos novos ou modernizados na indústria, comércio e serviços". (Maria da Conceição Tavares: *Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente no Brasil*, Rio, 1971, p. 2). "Como contrapartida, a produção de automóveis aumentou uns 350%, no período. Em uma economia cuja renda nacional total não chega a 35 mil milhões de dólares e, em termos *per capita*, não alcança 400 dólares, a produção de 250 mil automóveis, cujo valor de vendas deve estar em torno de 800 milhões de dólares, expressa e impulsiona um forte processo concentrador de renda. Essa concentração é tão importante que a indústria automobilística — a Volkswagen, por exemplo — teve necessidade de diversificar sua produção para os modelos mais caros, de maior luxo, como forma de dinamizar suas vendas, respondendo ao tipo de demanda dos grupos de maior renda relativa". (Fernando Magalhães: "El perverso 'milagro económico brasileiro'", in *Panorama Económico*, Santiago, outubro de 1971).

<sup>300</sup> Celso Furtado: *op. cit.*, p. 50.



mercado externo, evidentemente. Mas o importante está em que aquele reduzido mercado, quanto ao número de consumidores, dispunha de alto poder aquisitivo e, portanto, de condições para traduzir-se o seu consumo em altos índices. O sistema está voltado, pois, “para a expansão e sobretudo a diversificação do consumo de uma minoria formada pela burguesia e pela alta classe média”. Para isso, o Estado propiciou o acelerado desenvolvimento do financiamento do consumo dessas camadas da população. A área produtora de bens duráveis se desnacionalizou e adaptou-se, por pressão externa, ao esquema monopolista ou oligopolista: “Trata-se de unidades monopólicas ou oligopólicas, que contam com estrutura própria de tecnologia e sólidos esquemas de financiamento interno e externo. Influem decisivamente na natureza dos artigos produzidos e consumidos na economia, em sua qualidade e na fixação dos preços. São, em resumo, as empresas diretoras de grande parte da atividade econômica”.<sup>297</sup>

Claro que manter altos índices de consumo à base de reduzida parcela da população teria de encontrar correspondência, em sentido contrário, no baixo consumo da maior parte da população, privada do elementar para que outros consumissem o supérfluo. A contrapartida começaria com a redução do salário real: “Na realidade, o fator que permitiu ao capitalismo brasileiro suportar as quebras do ritmo de crescimento dos preços, em 1965 e 1967, foi a violenta redução, nesse período, dos salários dos trabalhadores urbanos — incluídos os servidores públicos — que chegou a importar entre 20 e 40%, em termos reais. As compressões creditícias puderam ser suportadas, em grande medida, pela indústria e o setor público mercê da baixa dos custos de mão-de-obra, que carregou, assim, o peso da política contra a inflação”.<sup>298</sup> O mesmo analista, adiante, comentava: “Pode-se observar que, como consequência dos reajustes salariais anuais sempre inferiores à alta do custo de vida, o consumo *per capita* de artigos básicos do consumo popular se reduziu drasticamente, nos sete anos de regime militar, comprometendo gravemente a situação social da grande maioria da população”.

<sup>297</sup> Fernando Magalhães: *art. cit.* “Esta combinação, afortunada para uma minoria e perversa para a grande massa, foi reforçada por um conjunto de expedientes complementares, entre os quais se destaca a articulação de complexo mecanismo de financiamento a serviço irrestrito do processo. (...) Desde logo, o financiamento maciço do consumo de duráveis (especialmente os mais caros), estabeleceu as condições básicas para a reativação da demanda no ramo produtor dos respectivos bens”. (Idem).

<sup>298</sup> Fernando Magalhães: *art. cit.*

Análise idônea do problema salarial acentuaria, no mesmo sentido: "Uma prova dessas afirmações é encontrada nos próprios dados oficiais publicados pelo Ministério do Planejamento, em 1968, que afirmam: de 1955 a 1966, a produtividade industrial se elevou em quase 80%, enquanto o salário real do trabalhador se elevou em apenas 19,4%. Um automóvel Volkswagen, com preço de Cr\$ 12.886,00, representa gastos de mão-de-obra de apenas Cr\$ 947,03, ou seja, 7,3% dos gastos globais".<sup>209</sup> A espoliação do trabalho não é traço negativo isolado, no chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento"; a relação de dependência que mantém ou que gera e avoluma é outro traço, e dos mais graves: "Em um país de baixo nível de renda *per capita*, mas de grande população, a maioria de rendas altas pode ser suficientemente numerosa para que se obtenham economias de escala na produção de certos bens duráveis. (...) Em conseqüência, a aceleração do crescimento do consumo dos grupos de altas rendas terá como contrapartida a agravação do subdesenvolvimento, na medida em que este significa disparidade entre os níveis de consumo de grupos significativos da população de um país". E não apenas o traço de dependência se acentua, mas o traço de dependência em relação ao exterior, isto é, ao imperialismo: "Desta forma, a concentração da renda determina a forma que deveria assumir a industrialização, assim como a tendência a que se acentue essa concentração constitui em boa medida uma conseqüência do controle externo global do processo de desenvolvimento. Trata-se, neste último caso, de um *efeito de dependência* que decorre da forma como atualmente o progresso tecnológico se propaga do centro para a periferia do mundo capitalista".<sup>210</sup>

O chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento" fica plenamente retratado nos traços numéricos que assinalam deformações significativas: na área dos bens de consumo duráveis, inclusive eletrodomésticos, o capital estrangeiro ocupa 78,2% contra 21,68% de capitais brasileiros; quanto aos bens de capital (máquinas e equipamentos), as empresas estrangeiras detêm 72,61% contra 27,29% reservados às firmas de capital nacional. O "modelo brasileiro de desenvolvimento" correspondia, assim, à conceituação de um de seus responsáveis, o Ministro do

<sup>209</sup> Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro: *op. cit.*, p. 9.

<sup>210</sup> Celso Furtado: *op. cit.*, p. 31.

Planejamento João Paulo de Reis Veloso, em entrevista à publicação norte-americana *Business Week*: "As empresas estrangeiras são poderosas contribuintes para o aumento das exportações dos produtos industrializados. São atraídas pela relativa estabilidade da economia brasileira, pelos baixos salários e pelo farto estoque de matérias-primas. (...) As empresas estrangeiras consideram que o Brasil é uma base para a produção e distribuição, a partir da qual pode suprir os países da ALALC..."<sup>211</sup> Não poderia haver retrato mais perfeito, nem autoridade maior para traçá-lo. O Ministro da Fazenda, Delfim Neto, em entrevista à revista *Visión*, dizia o mesmo, com outras palavras: "Posso afirmar que o Brasil se transformará em um país desenvolvido com o concurso do setor privado. Dentro dessa perspectiva, não fazemos distinção alguma entre o capital nacional e o estrangeiro. Sustentamos o princípio de que o mercado nacional pertence às empresas que estão instaladas no Brasil".<sup>212</sup> Ainda aqui, a sinceridade e a objetividade dispensam comentários: a vantagem do novo regime está no desembaraço com que seus responsáveis e serviços exteriorizam opiniões e análises, sempre na suposição da eternidade de tais regimes e, conseqüentemente, da irresponsabilidade deles.

Não se trata, pois, para pessoas assim, de verificar, na análise de qualquer modelo de desenvolvimento econômico, como o país está aproveitando das riquezas materiais que possui ou que gera, pelo trabalho de seus filhos. Trata-se, sempre, de confrontar números, índices, taxas, como se eles, em si mesmos, tivessem valor. Certa revista especializada, dentro de tal critério, situou o problema do comércio exterior da seguinte maneira: "Um elemento importante do modelo de crescimento econômico do Brasil tem sido o comércio exterior e a grande abertura que as medidas governamentais tomadas nos últimos anos representaram para as exportações. De uma economia introvertida, substitutiva de importações, passou o Brasil a uma economia extrovertida, agressivamente exportadora. (...) Se bem que as exportações não tivessem crescido no ritmo esperado, o sistema de desvalorização cambial a curto prazo, ou minidesvalorização, continuou a permitir sua competitividade, em termos de preços internacionais, e o reajustamento gradual dos custos internos motivado

<sup>211</sup> Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro: *op. cit.*, p. 9.

<sup>212</sup> Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro: *op. cit.*, p. 9.

pelas importações. (...) O aumento das exportações, a manutenção do sistema de taxas cambiais flexíveis e a contratação escalonada de recursos financeiros externos para estimular o crescimento interno parecem indicar a disposição do país em persistir num modelo de desenvolvimento em que a economia tem acentuado grau de abertura para o exterior".<sup>233</sup> Para economista idôneo, entretanto, havia o reverso dessa medalha: "A política de incentivos cambiais, fiscais e creditícios havia transformado em capital estrangeiro uma massa considerável de recursos formados no país; e o controle dos setores mais dinâmicos da indústria por grupos estrangeiros transformara o mecanismo de concentração da renda num processo de desnacionalização da riqueza gerada pela industrialização".<sup>234</sup>

Apesar do apregoado combate à inflação, que representaria mérito do "modelo brasileiro de desenvolvimento", é preciso constatar que a taxa de inflação, embora tenha sido reduzida, e à custa do salário principalmente, resiste em certo nível, abaixo da qual ela se torna inconveniente para as camadas privilegiadas. A inflação é talvez o mais antigo e empírico processo de transferência de renda de uma classe a outra; tem sido utilizada, nesse sentido, consciente ou inconscientemente, desde os tempos mais recuados e em fases e áreas as mais diversas. Depois de atingido certo nível mínimo do salário, além do qual é praticamente impossível reduzi-lo, sob graves riscos sociais e mesmo econômicos, resta a inflação como mecanismo de transferência de renda. Muito ao contrário do que tem sido apregoado, a inflação continua a ser utilizada, com esse fim, no chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento". A propalada taxa de 25%, e mesmo a de 20%, atribuída aos dois últimos anos, no Brasil, conquanto falsa, e facilmente identificada como falsa, representa, no fim de contas, a mais alta da América Latina, em 1970, salvo o caso chileno. E é a estrutura monopolista e a intervenção ativa do Estado que permitem utilizar amplamente a inflação para transferir renda para as classes e camadas privilegiadas: "Este processo não pode ser utilizado senão em uma estrutura monopolista da economia, e com a intervenção do Estado. Esta

<sup>233</sup> *Conjuntura Econômica*, nº 26 (2), Rio, fevereiro de 1972.

<sup>234</sup> Celso Furtado: *op. cit.*, p. 55. "A razão parece estar em que a inflação continuou a oferecer ao Governo mais vantagens que desvantagens, não lhe convindo dispensá-la como instrumento de política econômica. Conforme já assinalamos, uma adequada combinação da elevação do nível de preços com a correção monetária dos ativos financeiros permite privilegiar o setor da população com capacidade efetiva de poupança..." (Idem, p. 51).

inflação é um fenômeno monetário, com implicações gerais dadas pelo sistema e de que o sistema tem necessidade, para maximizar o lucro e para subsistir. Por fim, como a maioria das manifestações do capitalismo monopolista de Estado, a inflação se apresenta como meio imprescindível para que o sistema possa consolidar sua dominação, mas que, ao mesmo tempo, contradiz e decompõe a propriedade privada dos meios de produção”.<sup>213</sup>

O traço fundamental do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” está na desnacionalização econômica que lhe é inerente. O capital estrangeiro controla a produção dos bens de capital, de consumo durável, e tem maioria na produção dos artigos não duráveis; domina, portanto, os setores que estabelecem a orientação básica do referido “modelo”. Mesmo no setor financeiro, embora de forma bastante disfarçada, mas efetiva, a participação do capital estrangeiro vem crescendo; parte do crédito interno está, hoje, sob controle estrangeiro. A concentração da renda é, pois, comandada de fora: “Os bancos e outros intermediários financeiros criadores de títulos de alta liquidez constituem o instrumento de transferência de recursos dos agentes que poupam para os que estão aptos a utilizar a poupança. Em condições de inflação, surge, ao lado desse processo de transferências *normais*, um outro, alimentado pela expropriação de recursos aos assalariados e titulares de renda fixa”.<sup>216</sup> Uma política de submissão aos interesses externos é inflacionária, necessariamente; o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, que só tem possibilidade de combater a inflação com processos que resguardem as velhas estruturas econômicas do país e mantenha a submissão aos interesses externos, pode, quando muito, reduzi-la. E não tem interesse em fazer mais do que isso.

O aparecimento, com função autônoma e muito ativa, no Brasil, do capital financeiro — por força de um avanço unilateral de relações capitalistas, em consequência da penetração do capital externo — altera fundamentalmente a estrutura antiga e molda o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Como bem anotou um economista da CEPAL: “Este processo de centralização do ‘capital financeiro’ estaria confirmando o alto grau de concentração da atividade econômica urbana, nos principais centros industriais e financeiros do país, e conduzindo a

<sup>213</sup> Robert Pirroli: *art. cit.*, p. 114.

<sup>216</sup> Celso Furtado: *op. cit.*, p. 53.

uma mudança acentuada na estrutura oligopólica da economia, mediante associação e fusão de grupos empresariais e financeiros, nacionais e estrangeiros. As novas formas de associação do capital tendem a conduzir a um tipo de estrutura oligopólica que supõe um grau muito maior de *abertura externa* das empresas e uma *internacionalização* progressiva dos principais setores da economia".<sup>217</sup> Adiante: "Finalmente, as novas instituições financeiras que surgem, a partir de 1966, são os Bancos de Investimentos, as sociedades de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo, com uma multiplicidade de empresas distribuidoras e corretores de títulos. O número destas novas agências se multiplica rapidamente, a partir de 1968, concomitantemente com uma reanimação sem precedentes das bolsas de valores; no entanto, há indicações de que estão sendo alcançados seus limites de competição e especialização, desde fins de 1969, começando um novo processo de reconcentração, agora sob o controle claro dos mais poderosos grupos financeiros nacionais e internacionais".<sup>218</sup>

A presença do poderoso capital financeiro, comandado do exterior, é um dos sinais mais graves da desnacionalização da economia brasileira. Quando a isso se junta — tendo aparecido antes e crescido mais devagar — a concentração empresarial, na área da produção, também comandada do exterior, realizam-se e completam-se condições em que pode ocorrer a aparente anomalia de *altos índices de desenvolvimento coincidirem com estruturas subdesenvolvidas, mantendo o subdesenvolvimento delas*.<sup>219</sup> De que deriva o aparente paradoxo? Deriva do fato de

<sup>217</sup> Maria da Conceição Tavares: *op. cit.*, p. 4.

<sup>218</sup> Maria da Conceição Tavares: *op. cit.*, p. 10. A autora acrescenta: "Dos 30 bancos de investimento existentes em 1969, 10 tinham ligações explícitas com grupos estrangeiros e, dos demais, todos, à exceção de 4, são originários de fusões ou reorganizações de grupos financeiros, com apoio em velhos bancos comerciais. De fato, as tendências à reconcentração financeira e à formação de novos grupos financeiros, com ou sem articulação com os tradicionais e com o exterior, têm se manifestado claramente, desde 1966, tendo se acentuado ainda antes de que se produzissem as mudanças mais recentes na legislação sobre estímulos às fusões de grupos privados. Na corrida para controlar e expandir o mercado financeiro, o velho sistema bancário privado nacional vem sendo forçado a adaptar-se às novas circunstâncias, mediante uma intensa modernização tecnológica de procedimentos bancários, mas, sobretudo, a buscar apoio na criação ou associação com agências financeiras extra-bancárias, nacionais ou internacionais". (Idem, p. 10).

<sup>219</sup> Aqul cabe, com oportunidade, a consideração de Celso Furtado a respeito do subdesenvolvimento: "O subdesenvolvimento apresenta-se, assim, desde o início, como uma transformação nos padrões de consumo (mesmo que tal transformação afete apenas uma minoria da população da área em questão) sem que concomitantemente se modifiquem as técnicas de produção. (...) Destarte, a renda que permitiu elevar e diversificar os padrões de consumo decorria essencialmente de *vantagens comparativas* em transações internacionais e apenas secundariamente de transformação nas formas de produzir. (...) A história do subdesenvolvimento consiste, fundamentalmente, no desdobramento desse modelo de economia, em que o progresso tecnológico serviu muito mais para *modernizar* os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 9/11).

que as empresas estrangeiras instaladas no país têm mais vínculos com o país de origem do que com o país onde se instalam, através de filiais ou subsidiárias. Elas não se integram na economia onde se instalam; os motivos de se terem instalado são inteiramente diferentes e distantes daqueles motivos que levam à instalação de uma empresa nacional. Esta, pela natureza mesma de sua função, está enraizada na economia do país; não está ao alcance da vontade de seus proprietários transferi-la a outro país; não é o que acontece com as multinacionais, estrangeiras sob todos os sentidos, sem nenhuma outra razão, senão a do lucro, para se terem instalado, e sem nenhuma outra razão, senão a do lucro, para permanecer ou para emigrar.

As decisões que presidem tais atos não levam em conta os interesses nacionais do país em que se instalam: "No caso de conglomerados internacionais, operando no Brasil, as decisões integradas a respeito de matérias tão relevantes como as apontadas são tomadas em seus escritórios centrais, levando em conta a estratégia global do conglomerado e sua regionalização. Deste modo, o Banco de Investimento local tende a ser apenas uma agência financeira com certo grau de flexibilidade para articular operações reais e financeiras cuja dimensão não transcendia a escala local. Sua estratégia está concentrada, sobretudo, na diversificação das aplicações, visando diminuir a taxa de risco global do capital investido. É certo que, como esse capital representa apenas uma porcentagem ínfima das aplicações globais do conglomerado internacional, as suas filiais brasileiras podem buscar oportunidades novas de investimento com um grau maior de risco do que as empresas nacionais. Isto é, no entanto, praticamente irrelevante quando a política de incentivos fiscais e de subsídios financeiros não discrimina entre capital nacional e estrangeiro, para fim de aplicações em áreas prioritárias ao desenvolvimento nacional".

A superação do subdesenvolvimento, pois, consiste, essencialmente, em alcançar a autonomia das decisões, em dispor de seus próprios recursos e, principalmente, em destruir os laços coloniais, como os laços de dependência, para estruturar uma economia capaz de proporcionar melhores condições de vida para o povo. O chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", ao contrário de tudo isso, gerou laços novos de dependência, transferiu para o exterior os centros de decisão, submeteu-se às

■ Maria da Conceição Tavares: *op. cit.*, p. 25.

exigências dos interesses externos. E isso aconteceu depois que o país conquistara certo nível de autonomia, erigira e utilizava certos instrumentos de análise e de decisão, tomara consciência de suas necessidades e, principalmente, começava a adotar orientações e decisões, em problemas concretos, que importavam no rompimento com as velhas estruturas e em resistência organizada ao imperialismo. O que ocorrera com a área estatal da economia era um exemplo disso; à base das empresas estatais, era possível partir para uma renovação da estrutura econômica, sem temor de crises.

Como explicou um economista, as coisas são agora diferentes, mencionando as articulações possíveis entre capital financeiro e capital industrial, no Brasil: "A primeira delas é a configurada pela petroquímica, em que o grupo União (DELTEC — Grupo Rockefeller) conseguiu uma divisão do trabalho com a própria petroquímica estatal e a associação com grupos nacionais minoritários. A segunda é o complexo minério-aço, no qual se verifica a articulação com vistas à exportação para o mercado mundial de vários grupos internacionais em associação ou divisão de trabalho com as grandes empresas públicas e em que o BNDE é o agente financeiro principal. Finalmente, a terceira é a associação de capitais nacionais e estrangeiros, com marcado domínio destes últimos, sobretudo para explorar a fronteira de recursos naturais ao abrigo das vantagens concedidas pelas leis de incentivos fiscais, basicamente para fins de exportação e nas quais se produzem as associações mais heterodoxas, do ponto de vista da origem dos grupos participantes".<sup>221</sup>

Trata-se, atualmente, de integrar a economia brasileira no conjunto de economia internacional, na área capitalista; na etapa de desenvolvimento do modo capitalista de produção que é o capitalismo monopolista de Estado. A relação entre as diferentes estruturas de produção, na escala internacional, se assemelha, em seu processo, à relação entre o particular e o universal: há processos que são gerais e há processos que são peculiares a cada caso, isto é, a cada estrutura, uma vez que são diferentes. Ao longo da história da economia brasileira, é fácil assinalar —

<sup>221</sup> Maria da Concelção Tavares: *op. cit.*, p. 26. A análise distingue exceções: "Em compensação, nos setores manufatureiros, onde predominam as filiais das grandes empresas estrangeiras (material elétrico, material de transporte e metal-mecânica) é difícil de prever uma articulação mais íntima entre essas empresas e grupos financeiros (às vezes rivais) que não suponham o estrito controle daquelas. Operações de abertura de capital que ponham em risco a perda de controle patrimonial pela matriz não são previsíveis". (Idem, p. 26).



embora seja sempre difícil analisar — o extraordinário esforço realizado para acomodar a sua estrutura à internacional, passando, para isso, por abalos mais ou menos sérios e profundos, e realizando sucessivas acomodações, que apareceram, às vezes, como aquelas acomodações geológicas que se distinguem dos terremotos apenas pela ordem de grandeza. O problema, quando ocorre o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, é, entretanto, diverso, pelo nível quantitativo da mudança, que importa em alteração qualitativa (daí o estabelecimento do novo regime ser, também, de qualidade diversa das formas transitórias, anteriores, de golpes de Estado e de transitórios períodos de governo de exceção).

Para assegurar a integração de novo tipo, a integração da época do capitalismo monopolista de Estado, era imprescindível, entre outras coisas, utilizar a área estatal da economia e, portanto, as empresas estatais: “Nessa readaptação se configura um processo cujo caráter supõe o estabelecimento de um novo esquema de articulação entre empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no qual desempenha papel decisivo o capital financeiro internacional, e que corresponde a uma nova forma de inserção de setores fundamentais da economia brasileira em um marco distinto de relações de dependência. (...) A fusão de interesses de grupos industriais, financeiros e comerciais de distinta procedência, que se está processando agora no Brasil, e que permite uma maior internacionalização da empresa produtiva ‘brasileira’, mediante novas formas de associação, promovidas pelo capital financeiro, corresponde a um rearranjo da estrutura oligopólica interna, para adaptar-se às novas regras do jogo econômico internacional”.<sup>222</sup> Ainda aqui, intervém o Estado brasileiro, para servir aos interesses externos: “Uma tentativa para abrir caminho para uma nova etapa de acumulação está sendo feita com apoio na modernização de setores atrasados da indústria e abertura espacial da fronteira econômica. Ambos os movimentos representam uma orientação de investimentos promovida pela ação estatal, no sentido de uma maior internacionalização da economia. Os resultados obtidos nestes empreendimentos, fortemente subsidiados pelo Estado, se destinariam, praticamente, a produzir excedentes para o mercado internacional”.<sup>223</sup>

<sup>222</sup> Maria da Conceição Tavares: *op. cit.*, p. 26/28.

<sup>223</sup> Maria da Conceição Tavares: *op. cit.*, p. 31.

O chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” vem sendo, assim, a forma mais sofisticada e mais ampla de dependência, já sem nenhum disfarce, estabelecendo na dependência o fundamento, a essência de que se alimenta. Os disfarces têm sido fracos e, hoje, estão resumidos nos altos índices numéricos, que cada vez seduzem menos, pela evidente falsidade do conteúdo, em alguns empreendimentos de dimensões gigantescas, do tipo das rodovias amazônicas, destinadas claramente a proporcionar escoamento fácil a riquezas que organizações estrangeiras já localizaram, cadastraram ou iniciaram e exploração, e um patriotismo palavroso, calcado em métodos tomados à publicidade comercial, que inunda a rede de televisão, rádio e imprensa. Mas a dependência não escapa à análise de nenhum economista idôneo: “Concentrando-se no condicionamento da demanda, esse ‘modelo’ consente que a assimilação do progresso tecnológico — introdução de novos processos produtivos e de novos produtos — permaneça sob a direção dos consórcios internacionais, o que permite conciliar as exigências imediatas do crescimento interno com as das relações externas de dependência. Desta forma se acomodam, num sistema em expansão, as formas de desperdício que a rápida renovação de modelos e produtos engendra nas economias altamente desenvolvidas, com o infra-consumo de grandes massas de população, que é a marca essencial do subdesenvolvimento”. O economista não deixava de colocar uma interrogação: “Resta por solucionar o problema de acomodar a concepção de poder nacional dos militares com o crescente controle externo dos centros de decisão que comandam o sistema industrial”.<sup>234</sup>

O conteúdo de todo e qualquer sistema econômico é dado pela caracterização daqueles a quem beneficia e pela forma como os beneficia. O chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, essencialmente, limita o sentido de sua concepção de desenvolvimento, como limita o número de seus beneficiários, levando àquela situação definida pelo detentor do Governo, de que o país ia bem mas o povo ia mal. Em que mundo é possível estabelecer uma diferença entre país e povo? Não será um país representado pelo seu povo? Ou apenas pelo território? Ou apenas pela sua classe dominante? No Brasil atual, o processo econômico é regido do exterior; ao grande capital privado brasileiro cabem, hoje, parcelas menores dos lucros; ao Estado cabe a tarefa de

<sup>234</sup> Celso Furtado: *op. cit.*, p. 60 e 37.

manter a infra-estrutura que permite às empresas multinacionais operar no país em boas condições, o fornecimento de alguns insumos básicos, e a missão legislativa de proteger os investimentos estrangeiros e, como coroarmento, assegurar um clima de “ordem”, em que seja possível extrair do trabalho tudo o que ele pode proporcionar, sem o risco de protestos e de reivindicações.

Que metas alcançou, até agora — além dos índices altos de “desenvolvimento” — o citado modelo? Não muito importante, por certo. O PNB brasileiro, apresentado como em extraordinária expansão, é pouco mais que o do México, que dispõe da metade da nossa população; *per capita*, ele é inferior aos da Argentina, Venezuela, México, Chile, Uruguai e Peru, e pouco superior ao da Guatemala e ao da Nicarágua; a participação do Brasil no comércio mundial não chega a 1% do total, nem a 20% do total da América Latina; a exportação de Formosa é quase o dobro da exportação brasileira; nosso índice de alfabetização se equipara aos da Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e República Dominicana, e está bem abaixo do da Argentina, do Uruguai e do Chile; o peso da indústria de transformação, no Brasil, no PNB, é equivalente aos do Peru e do Uruguai, e bem inferior aos da Argentina, México e Chile, e pouco superior aos da Colômbia, Paraguai e El Salvador.

Para alguns dos mais destacados analistas do pretense “milagre”, os altos índices de desenvolvimento apontados como devidos ao modelo adotado foram alcançados pelo aproveitamento da capacidade ociosa da indústria, de um lado, e pela compressão salarial, de outro. “O melhor aproveitamento dessa capacidade ociosa é que permitiu acelerar o ritmo de crescimento do produto, sem que se fizesse necessário um esforço inversionista paralelo” — esclareceu Fernando Magalhães, no Chile.<sup>225</sup> “A atual expansão econômica não só tem raízes no prévio declínio cíclico, como dele derivou seu ímpeto”, escreve Albert Fishlow, nos Estados Unidos. E detalha: “Somente devido à prévia criação de um excesso de capacidade produtiva foi possível à economia brasileira experimentar as elevadas taxas de crescimento do passado recente com uma taxa de poupança relativamente reduzida. Estimativas recentes sugerem, para o Brasil, uma taxa de poupança não superior a um quinto, consideravelmente distante de um terço da renda poupada pelos japoneses, por exemplo. A composição dos recentes incrementos do produto industrial é

<sup>225</sup> Fernando Magalhães: *art. cit.*

uma outra herança do passado. Como em fins dos anos 50, estes aumentos estão novamente orientados para bens de consumo durável e bens de capital".<sup>226</sup>

No fim de contas, o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", por ser composto de peças heterogêneas, algumas, e as mais importantes, funcionando como meros apêndices, assemelha-se a um monstro, a uma criatura que de humano tivesse apenas "o gesto e o peito", mas com assimetrias e deformações gigantescas: um homem que tivesse um braço de vinte metros e o outro de quinze centímetros, um pé de meio metro e outro de quatro centímetros, a cabeça com diâmetro de um metro e o tronco com diâmetro de trinta centímetros, com três olhos e uma orelha, o nariz com as ventas para cima. Seria um tipo original — mas não seria humano...

<sup>226</sup> Albert Fishlow: "Depois de crescer, distribuir", in *Veja*, São Paulo, 7 de junho de 1972.

## Conclusões

---

A eliminação da democracia foi o processo político cirúrgico com que os interesses externos conseguiram implantar no Brasil o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, que aparece como o modelo conseqüente da dependência em relação ao capitalismo monopolista de Estado, estabelecido nas áreas do mundo ditas desenvolvidas, isto é, aquelas em que o capitalismo atingiu a referida etapa. É, pois, — e este representa um de seus traços essenciais — um modelo de economia dependente. Para gerar tal modelo, o capitalismo brasileiro teria de passar por dura reforma, destinada a: 1) integrá-lo profundamente, sob laços de dependência, no conjunto da economia internacional capitalista; 2) modernizar as suas técnicas e processos, desde os de produção aos administrativos. A integração correspondia, naturalmente, dadas as exigências do modelo, à desnacionalização da economia brasileira; a modernização correspondia à introdução, por ato de vontade, impondo etapas avançadas, de alterações que importavam em violentar normas tradicionais e em liquidar áreas empresariais inadaptadas. Elas foram atropeladas por tratores pesados, que aravam o terreno: o trator apelidado produtividade, por exemplo.

Claro está que o processo político cirúrgico e o processo econômico e financeiro estiveram, e permanecem, estreitamente ligados, como peças do mesmo sistema: um não pode existir sem o outro. Só um regime autoritário poderia criar as condições em que se tornou possível implantar, pela violência do Estado, um modelo que sacrifica os mais altos e numerosos interesses de todo um povo. Há razão, evidentemente, quando a propaganda procura destacar que todo mérito do sucesso do modelo decorre do regime político, com a diferença de que o apelidado sucesso representa, na verdade, sucesso externo, conveniente ao capital

externo, e, evidentemente, a reduzida minoria empresarial brasileira, rotinada na servidão e condicionada pela parcela de lucro que lhe cabe. A ilusão inicial residia na suposição de que o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” — que só se apresentou, em sua plenitude, a partir do ano de 1969, após o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, que suprimiu toda e qualquer espécie de liberdade e a vigência de todo e qualquer direito ou garantia individual — não alcançasse êxito. Essa ilusão se enquadrava em outra: a de que era uma situação transitória. Não era uma situação transitória, de rápida duração; ela foi implantada com o sentido de durar, de permanecer, de eternizar-se e, por isso mesmo, constituiu processo inteiramente diferente dos anteriores, em que golpes de Estado ocorreram e formas ditatoriais foram transitariamente impostas. Agora não: é a forma específica de controle do Estado, nos países dependentes, para possibilitar a sujeição de sua estrutura econômica aos interesses do capitalismo monopolista de Estado vigente nos países matrizes imperialistas. Desse engano decorria o outro: de que o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” não poderia, por contrariar os interesses da quase totalidade da população do país, apresentar índices significativos de crescimento — não poderia ter sucesso, em suma. Ora, que isso poderia acontecer, como aconteceu, não restava dúvida, pelo menos depois que, entre 1964 e 1968, foi articulado o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”.

Com a montagem do referido modelo, criou-se, no Brasil, a dualidade, estabelecida pela existência paralela de uma área moderna, concentrada, eficiente, dotada de alta produtividade, associada a empresas externas ou por elas constituída, e uma área atrasada, dispersa, menos eficiente, de produtividade discutível, constituída por empresas nacionais. Esse paralelismo entre um setor avançado e um setor atrasado processou-se em toda estrutura, de alto a baixo. Assim, persiste um fluxo primário-exportador, que é o que a economia brasileira apresenta de mais antigo, ligado a produtos agrícolas tradicionais, alguns com a produção e mesmo a comercialização, inclusive com o exterior, já bastante desnacionalizada — como acontece com o algodão. É o remanescente do velho sistema de economia exportadora de matérias-primas e alimentícios, em estado natural ou apenas beneficiados, que vinha sofrendo progressivo processo de transformação — de pré-capitalista para capitalista, na área da

produção, de nacional para estrangeiro, na área da comercialização — e que continua a pesar bastante na balança de comércio externo, mesmo nos dias atuais. Surge, com o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, entretanto, um setor moderno primário-exportador, baseado principalmente em minérios — do tipo daquele que decorre na função da Companhia Vale do Rio Doce e de sua associação com os grandes monopólios siderúrgicos norte-americanos, para exploração e exportação de minério em Minas Gerais e no Pará, principalmente. Este setor primário-exportador vai em ascensão, enquanto o outro, o tradicional, entrou em declínio. A fase do café, pelo menos nas dimensões e nos moldes tradicionais, está próxima do fim.

No setor industrial, acontece a mesma coisa, pouco mais ou menos: mas, aqui, a área tradicional está em franco processo de liquidação, reduzida a umas poucas empresas, ou grupos de empresas, geralmente familiares, ditas “fechadas” porque controladas por poucos sócios ou por membros da mesma família. As estatísticas assinalam, com triste eloquência, como, entre o poderio do Estado, de um lado, e dos monopólios estrangeiros, de outro, a empresa privada nacional vai sendo triturada e compelida ao desaparecimento, sem direito sequer ao mercado interno, que a legislação lhe reservara, de velhos tempos, ou tinha a intenção de reservar. No setor fabril, ou funcionam as empresas estatais, e estas produzem, via de regra, apenas matérias-primas, ou as multinacionais, a partir de certo nível de grandeza. A pequena e a média empresa, de capitais nacionais, tende a desaparecer. Ela é, muitas vezes, na realidade, pouco rentável e, quanto à famigerada produtividade, não constitui nenhum exemplo eloquente. Mas isso não deriva de seu caráter nacional.

Na indústria, pois, o processo histórico assinalou etapas facilmente identificáveis. Na primeira, à época em que vigorava o célebre refrão do “essencialmente agrícola”, ela procurava vencer as dificuldades iniciais, atendendo ao mercado interno e lutando para que este, por força do protecionismo, lhe fosse reservado; na segunda, conhecida como de substituição de importações, valeu-se de emergências protecionistas e do desenvolvimento interno de relações capitalistas, para crescer e competir, no mercado interno, com os monopólios estrangeiros; na terceira, quando se abrem as perspectivas de desenvolvimento autônomo auto-sustentado, o processo é interrompido pela implantação do cha-

mado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, ficando o mercado interno apropriado pelos monopólios estrangeiros e servindo a estes de base territorial para o estabelecimento de fluxos de exportação não-nacionais. Assim, na primeira etapa, o pré-imperialismo e o imperialismo introduziam no mercado interno as suas mercadorias, impondo preços e condições, submetido às tarifas de alfândega; na segunda, passou o imperialismo a produzir, aqui, à sombra de tais tarifas, aquilo que antes produzia fora e nos enviava; na terceira, dominado o mercado interno brasileiro, passou a fabricar aqui as mercadorias e a exportá-las daqui, com largos e generosos subsídios do Estado brasileiro. Esta última etapa é a do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”.

Há, evidentemente, a necessidade de manter o que, no velho sistema, ajudava o imperialismo e marcava a sua posição: o envidamento externo, por exemplo, como uma das formas mais eficazes de controle e de dependência; a submissão tecnológica; a imposição dos preços que definem a “deteriorização da troca externa”. E há que inovar, particularmente, no todo ou em parte. O empréstimo do tipo compensatório, por exemplo, declina; mas avulta o empréstimo que corresponde apenas a financiamento da exportação norte-americana, por exemplo, como aquele que vai apenas alimentar a produção ou a comercialização das multinacionais, aqui. A associação de empresas estrangeiras com empresas nacionais assume, também, novas formas; mas há algo de peculiar, de novo, quando a associação aparece como o híbrido estravagante que surge da união entre as estatais brasileiras e multinacionais, para operar no Brasil e até no exterior. Assim, a área antes dita intocável, dos monopólios estatais, particularmente o da exploração petrolífera, é acorrentada a reboque de monopólios estrangeiros, fazendo desaparecer o antagonismo, que antes parecia irremediável, entre área estatal e área privada estrangeira. A modernização empresarial se completa na modernização do aparelho de Estado, agora a serviço do imperialismo, e este sempre preocupado com a eficácia. O setor público da economia é integrado no conjunto internacional do capitalismo, comandado pelo capitalismo monopolista de Estado com sede em uns poucos países e matriz nos Estados Unidos.

O regime se anunciava salvador e vem, realmente, impor a ordem social, pela repressão sistemática, organizada, meticulosa. Busca-se difundir a idéia de que há relação causal entre o



regime e índices abstratos de crescimento, que apenas significam o grau de concentração da economia. Desenvolvimento, assim compreendido, parece derivar do regime, de seu autoritarismo. A área política, como é entendida, limita-se, fica tão estreita, tão reduzida quanto possível, ao mínimo que exige a simulação de divisão de poderes, de funcionamento da vontade popular: há eleições, há legislativo, há partidos políticos. Mas tudo formal, limitado, inexpressivo, porque a mínima demonstração de discordância é punida e os poderes são majestáticos no campo da punição. Como o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento" pode apresentar índices numéricos de avanço, o próprio conceito de desenvolvimento passa a ser confuso.<sup>227</sup>

O regime buscou legitimar-se pelo saneamento da economia e particularmente das finanças, no controle à inflação, e pela imposição da "ordem", no campo social e político. Valeu-se da capacidade ociosa da estrutura de produção e dos baixos índices vigentes; pelo aproveitamento daquela e pelo avultamento de seus índices, em face dos anteriores muito baixos, apresentou o quadro de contraste entre desenvolvimento material com "harmonia entre as classes" e caos, entre ordem social e rompimento dela, atingindo os limites extremos da sublevação e da inversão hierárquica militar, que alarmaram as classes possuidoras e as camadas médias. O aproveitamento da capacidade ociosa, no campo da economia, foi acompanhado da espoliação salarial e da compressão dos vencimentos fixos, que acabaram estabelecendo graves desigualdades e empobrecendo as camadas médias e o proletariado sendo reduzido ao mínimo, ao estritamente necessário à reposição das energias físicas de cada trabalhador.<sup>228</sup>

A extrema concentração empresarial peculiar ao capitalismo monopolista de Estado gerou poderes novos, na área internacional. Tal concentração, realmente, parece ter atingido uma etapa tão avançada que a avizinha do fim. Nos Estados Unidos, as quatro maiores companhias em cada uma de suas indústrias fabricam, atualmente, as seguintes proporções da produção nacional dos bens citados: 100% dos vagões de passageiros; 99% do alumínio básico; 98% do vidro laminado, do vidro plano e

<sup>227</sup> Não faz sentido, realmente, qualquer conceito de desenvolvimento que não esteja associado ao nível de vida do povo. Mas, aqui, a controvérsia seria longa.

<sup>228</sup> A tese de que os índices de crescimento apresentados depois de 1968 deriva do aproveitamento da capacidade ociosa da estrutura brasileira de produção antes parece ter alcançado o consenso da maioria dos economistas (salvo, evidentemente, aqueles que são funcionários do Governo) como Fernando Magalhães, Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares, nos trabalhos antes citados.

dos automóveis; 96% das películas fotográficas; 95% dos motores de popa; 94% dos produtos de cobre; 93% das lâmpadas elétricas; 83% do sal; 82% dos cigarros; 81% das latas de conserva; 80% das toalhas e panos de prato.<sup>220</sup> Em 1970, as subsidiárias das corporações norte-americanas aumentaram suas despesas com fábricas e equipamentos no exterior em mais de 13 bilhões de dólares — 22% mais do que em 1969 — esperando, segundo estimativas oficiais, aumento da ordem de 16% e indo além dos 16 bilhões, em 1971. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, aquelas corporações criaram mais de 800 subsidiárias de sua propriedade direta, no exterior.

As vendas totais das subsidiárias das citadas corporações instaladas no estrangeiro, oriundas de 180 bilhões de dólares de ativos contábeis, foram superiores em 100 bilhões de dólares ao volume total das exportações mundiais; as vendas das corporações norte-americanas situadas no estrangeiro, em 1970, importaram em cinco vezes o valor das exportações dos Estados Unidos, o que, em suma, significa que a economia daquele país, a persistir tal rumo, acabará por ser mais importante fora do que no interior.<sup>220</sup> Pelo menos se espera que, por volta de 1975, quase um quarto do PNB norte-americano será produzido por firmas européias e japonesas.<sup>221</sup> Claro está que o Brasil começa a aparecer como área de crescente interesse para as aplicações das empresas multinacionais, particularmente por força do regime político a que está submetido.

O modelo estabeleceu como princípio, realmente, o que vem sendo conhecido como “economia de escala”, isto é, uma economia oligopolista, em que número reduzido de empresas responde pela produção e pela comercialização, em cada setor, e que, conseqüentemente, a concentração prossiga sua marcha. Como explicou, recentemente, o Ministro da Fazenda: “Esta perspectiva histórica nos parece fundamental, no momento em que o Governo do Presidente Médici definiu as condições para a construção, no Brasil, de um sistema econômico suficientemente forte e

<sup>220</sup> Charles Levinson: *Capital, Inflação e Empresas Multinacionais*, Rio, 1972, p. 24.

<sup>220</sup> Charles Levinson: *op. cit.*, p. 67.

<sup>221</sup> Charles Levinson: *op. cit.*, p. 72. Levinson, a certa altura de seu estudo, informa o seguinte: “Muito embora a política brasileira seja mais flexível do que a de outros países sul-americanos, algumas firmas norte-americanas preferirão uma posição minoritária nos novos empreendimentos. Por exemplo, a Du Pont, que normalmente prefere ficar afastada de empreendimentos conjuntos, aceitou um interesse de 45% na Salgema Indústrias Químicas, um complexo projetado de cloro-álcali de 64 milhões de dólares em Maceió, no Nordeste brasileiro. A fábrica espera produzir cerca de 220.000 t.m./a. de cloro, e 250.000 t.m./a. de soda cáustica por volta de 1973. Os prováveis sócios da Du Pont são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (45%) e Euvaldo Freire de Carvalho (10%)”. (Charles Levinson: *op. cit.*, p. 114/115).

competitivo, capaz de utilizar plenamente as nossas potencialidades humanas e materiais. Porque é este o momento em que teremos de aceitar o desafio de correr o risco de criar grandes unidades econômicas, que, com os riscos que lhes são inerentes, serão os instrumentos da construção do poder nacional brasileiro".<sup>22</sup> Mas, evidentemente, não nos está cabendo *criar* grandes unidades econômicas; elas estão criadas, pelo capitalismo monopolista de Estado, e operam no Brasil, como em outros países, e operam nas condições que lhes são convenientes, e que poderão ser alteradas, amanhã, porque estão integradas na origem e não onde, eventualmente, por força do lucro, se instalaram. Recentemente, conhecido monopólio definiu sua distribuição geográfica, na América Latina, escalando a Argentina para produzir máquinas de calcular; o Brasil, para produzir máquinas de escrever tamanho *standard*; o México, para produzir máquinas de escrever portáteis. A escala, amanhã, como colocou o presidente da Massey Ferguson em relação ao Canadá, pode ser outra; *não serão as autoridades nacionais brasileiras que a determinarão.*

Um dos mais autorizados intérpretes dos interesses do imperialismo, a que prestou, servindo-o no Brasil, eminentes serviços, definiu o regime brasileiro da maneira seguinte: "Desde 1964, que o Brasil vem sendo governado por uma aliança entre militares e tecnocratas, sendo a classe política relegada temporariamente a um papel secundário. Parece assegurado que o veredito da História pronunciará essa aliança não necessariamente santa, porém rigorosamente útil à luz de dois inquestionáveis frutos: estabilidade política e desenvolvimento econômico. *Pourvu que ça dure...*"<sup>23</sup> Aos militares, segundo o articulista, coube "a restauração e manutenção da ordem política e de disciplina social"; aos tecnocratas, "racionalizar a conduta econômica, conter a inflação e instrumentar o desenvolvimento". A conjugação que foi imposta ao país, realmente, foi de militares, tecnocratas e burocratas. A exclusão dos políticos era inevitável. Porque, sem sombra de dúvida, o que o articulista conhece como "racionalizar a conduta econômica" é, justamente, excluir dela o fator político, estabelecer normas acima das classes, ou melhor, ditas acima

<sup>22</sup> Antônio Delfim Neto: "Doze bodes e um leão", in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de março de 1972.

<sup>23</sup> Roberto Campos: "Reflexões sobre uma útil porém não santa aliança", in *O Globo*, Rio, 23 de agosto de 1972. Na conclusão, o artigo é um pouco melancólico: "Há razões para confiar que o nosso modelo de desenvolvimento se tenha tornado auto-sustentável. O panorama é algo menos claro no tocante à estabilidade política".

das classes, mas, na verdade, a serviço de determinada, ou de determinadas classes. A omissão, a suposta neutralidade, a aceitação da existência de uma área operativa em que tudo se processasse em termos meramente técnicos, tem sido, de velhos tempos, uma das mais caras imposturas da reação. O imperialismo a vem burilando com esmero.

Mas é claro que não há decisão econômica, nem mesmo financeira, que não tenha razões políticas; não existe economia pura. A economia é feita pelos homens e para os homens; traduz os seus interesses, busca racionalizá-los, mas sempre com determinada posição. Todo ato, decisão, lei, na área econômica, corresponde — não é demais repetir — a uma transferência de renda: de uma classe para outra, de uma área para outra, de uma atividade para outra. Não há economia, e jamais houve, sem política. O fato de haver leis econômicas universais, isto é, em vigor em todo e qualquer modo de produção, não importa em divorciar a economia da política, não importa em supô-las desligadas da política. Muito ao contrário. É a reação que busca sustentar a idéia de que é possível fazer economia sem interferência política. O mesmo articulista, em outra oportunidade, escrevera que o Brasil ficara livre, com o golpe de 1964, de duas pragas, “quando uma nova geração de tecnocratas se decidiu a fazer mais economia do que política, substituindo ideologia por pragmatismo”.<sup>304</sup> Não importa mencionar as duas pragas; importa frisar a idéia — cara ao regime — de que o sucesso na economia, do ponto de vista dos interesses dominantes, derivara do distanciamento entre a economia e a política. Por isso mesmo, no referido artigo, o autor afirmava, com ênfase: “inexistem desenvolvimento *dependente* e *independente*”. Isso é tão verdadeiro como dizer que a economia e a política podem ser separadas.

Porque, precisamente, o que caracteriza o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” é a dependência. A internacionalização da economia, em nossos dias, na área capitalista, não levou, segundo pareceu ao teórico brasileiro, a uma separação entre a economia e a política. Muito ao contrário: levou à derrocada de valores políticos antes caros à burguesia — entre eles, com destaque, o de nação. A burguesia, em escala mundial, já atirara fora, de há muito — e a imagem de Hitler nos faz lembrar isso

<sup>304</sup> Roberto Campos: “A independência dos mendigos”, in *O Globo*, Rio, 21 de junho de 1972.

— a bandeira da democracia. Atira, agora, a bandeira nacional. As grandes corporações multinacionais, quando operam em áreas subdesenvolvidas, desnacionalizam, essencialmente. O chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” é criação específica da fase do capitalismo monopolista de Estado, que deforma as estruturas econômicas satelitizadas, enquanto as explora. Ele não apenas impõe a pauperização da maioria do povo; vai mais longe, porque impõe as formas autoritárias de Estado. O que define o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” não são os índices quantitativos altos — o Kuwait também os apresenta — mas o regime. É o regime que o retrata, fielmente, integralmente, verdadeiramente.

*Este livro foi produzido  
nas oficinas gráficas da  
Editora Vozes Limitada  
no ano do Tricentenário  
da emancipação  
da Província Franciscana  
da Imaculada Conceição  
do Brasil.*

---



Rua Frei Luís, 100 Tel.: 42-5112 °  
Caixa Postal 23. End. Telegr.: **Vozes**  
25.600 Petrópolis, Estado do Rio  
C.G.C. 31.127.301/0001  
Inscr. Est. 39.030.164

**Filiais:**

*Rio de Janeiro:* Rua Senador Dantas, 118-I  
Tel.: 242-9571  
*São Paulo:* Rua Senador Feijó, 158/168  
Tels.: 33-3233 - 32-6890  
*Belo Horizonte:* Rua Tupis, 85  
Loja 10 — Tel.: 22-4152  
*Porto Alegre:* Rua Riachuelo, 1280  
Tel.: 25-1172  
*Brasília:* CRL/Norte - Q. 704  
Bloco A - Nº 15

**Representantes:**

*Recife:* NORDIS-Nordeste Distribuição  
de Editoras Ltda.  
Rua da Conceição, 106. Tel.: 21-4306  
*Fortaleza:* Ceará Ciência e Cultura Ltda  
Rua Edgar Borges, 89. Tel.: 26-7404

# A

EDIÇÃO original deste livro foi publicada na Argentina, como uma resposta — e quase um grito de alarme — para aqueles que, no país vizinho, propunham o **modelo brasileiro** como sendo o «milagre» que também os tiraria do impasse a que haviam chegado. Atendendo a solicitações de estudiosos de nossos problemas econômicos, sociais e políticos, vem agora a público a edição brasileira. Algumas pequenas diferenças entre os dois textos são por conta de uma necessária atualização de análises em torno de situações que mudaram, tanto no Brasil como no resto do mundo. Para que os nossos vizinhos pudessem compreender a situação atual do Brasil, o autor elaborou uma verdadeira pré-história e história político-econômico-social brasileiras, legando-nos, assim, da época colonial até a situação em que hoje nos encontramos, um resumo crítico de inestimável valor, também para o estudioso pátrio. Talvez não existia, em letra de forma, um estudo crítico mais lúcido e mais objetivo do que este, sobre um «milagre» que, se não pode ser apresentado como satisfatório para o povo visado, que não consegue colher os seus resultados, muito menos o deverá ser para os demais povos.

## OUTROS LANÇAMENTOS VOZES SOBRE PROBLEMAS BRASILEIROS:

*Homem, Cultura e Sociedade no Brasil* — Egon Schaden / *A Infância no Brasil em Transformação* — A. N. Marques / *O Camponato Brasileiro* — M. I. Pereira de Queiroz / *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil* — H. Salto e T. Maeyama / *Aceleração e Frenos ao Desenvolvimento Brasileiro* — M. Correia de Andrade / *Brasil: Laboratório Racial* — N. Freire-Mala / *Brasil: Problemas e Perspectivas* — C. Antunes / *Tecnoburocracia e Contestação* — L. C. B. Pereira / *A Assembléia Constituinte de 1823* — J. Honório Rodrigues / *A Evolução do Catolicismo no Brasil* — J. A. S. Montenegro / *O Tenentismo em Sergipe* — J. I. Costa Dantas / *Formação do Catolicismo Brasileiro* — B. Hoornaert

*Solicite os nossos catálogos  
sobre Sociologia, História,  
Antropologia e Economia.*

 EDITORA  
VOZES

*Atendemos pelo Reembolso.*